

# A CIDADE SEM ARQUITETO

**A PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E OS PADRÕES EMERGENTES DA AUTOURBANIZAÇÃO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE**

DISSERTAÇÃO - PPG-FAU/UnB - 2021

Projeto e planejamento urbano e regional *linha de pesquisa*

Periférico, trabalhos emergentes *grupo de pesquisa e extensão*

Thalyta Fernandes *autora*

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liza Andrade *orientadora*



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

THALYTA FERNANDES FERREIRA

**A CIDADE SEM ARQUITETO: A PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E OS PADRÕES  
EMERGENTES DA AUTOURBANIZAÇÃO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE**

Brasília

2021

THALYTA FERNANDES FERREIRA

**A CIDADE SEM ARQUITETO: A PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E OS PADRÕES  
EMERGENTES DA AUTOURBANIZAÇÃO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na área de concentração Projeto e Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liza Maria Souza de Andrade

Brasília

2021

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FF383c      Fernandes Ferreira, Thalyta  
A cidade sem arquiteto: a produção sócio-espacial e os padrões emergentes da autourbanização na luta pelo direito à cidade / Thalyta Fernandes Ferreira; orientador Liza Maria de Souza Andrade. -- Brasília, 2021.  
228 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -- Universidade de Brasília, 2021.

1. Produção do espaço. 2. Levantamento sócio-espacial. 3. Ocupações urbanas. 4. Padrões espaciais. 5. Portelinha. I. Maria de Souza Andrade, Liza, orient. II. Título.

**THALYTA FERNANDES FERREIRA**

**A CIDADE SEM ARQUITETO: A PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E OS PADRÕES  
EMERGENTES DA AUTOURBANIZAÇÃO NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Projeto e Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liza Maria Souza de Andrade

Aprovado em: / /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liza Maria Souza de Andrade  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raquel Regina Martini Paula Barros  
Examinador 1

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vânia Raquel Teles Loureiro  
Examinador 2

À Silvana, Francisca, Janda, Carlos, Joselino, Duda e Dávilla.

Aos moradores da Portelinha.

A todos que precisam lutar para garantir direitos fundamentais.

Ao poder e ao saber popular.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, ao Universo, ao Cosmos, à essa força maior que nos rege ou como vocês queiram chamar. Somos feitos de escolhas e cada uma feita até hoje, me trouxe até aqui. Cada um que cruzou o meu caminho é parte da minha trajetória e, ativamente ou não, contribuiu para a concretização deste ciclo, então, meu muito obrigada a todos os envolvidos! Essa conquista é minha, mas é também de cada um de vocês.

Aos meus pais agradeço principalmente por nunca medirem esforços para proporcionar uma educação de qualidade a mim e ao meu irmão. Sem o apoio de vocês, esse sonho nunca teria saído do papel. Um agradecimento mais que especial à minha mãe, o grande amor da minha vida, a pessoa que sempre esteve ao meu lado e que nos momentos mais difíceis não me deixou desistir. Obrigada por ser meu porto seguro e embarcar nessa comigo. Obrigada de coração. Essa conquista é pra você!

Ao meu irmão agradeço por todos os momentos compartilhados, por todo companheirismo e pelas trocas, não somente sobre o trabalho, mas sobre a vida. Os perrengues e angústias da reta final da minha dissertação e da reta final do seu trabalho de conclusão de curso, se tornaram menos dolorosos a medida em que foram partilhados. À minha família agradeço por materializarem as definições de amor, cada um de vocês é mais que especial. À minha dinda, agradeço pela parceria e cuidado. Você esteve presente nos momentos mais importantes desta trajetória sempre disposta a ouvir e ajudar no possível. Sem dúvidas você é uma grande inspiração!

A todos os professores que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu chegasse até aqui, muito obrigada! Um agradecimento especial à professora Liza Andrade, que sempre esteve disposta a me acolher e com quem cresci muito pessoal e profissionalmente. Admiro muito o seu jeito de enxergar a educação como a arma transformadora que ela de fato é. Admiro seu senso de justiça e a resiliência com a qual leva a vida. És um grande exemplo de educadora e de mulher, ser extensionista na academia não é fácil e, apesar dos percalços, você segue firme na luta.

À professora Vânia Loureiro agradeço por todos as conversas durante os intervalos das aulas de PU1 ou quando nos encontrávamos pelos corredores da FAU, suas contribuições sempre foram muito valiosas e durante a banca de qualificação me despertaram questões fundamentais ao trabalho. Agradeço também à professora Raquel Barros por toda disponibilidade e pelos contributos à pesquisa feitos durante a banca de qualificação. Não

posso deixar de agradecer à professora Marluce Wall, sem dúvida o caminho traçado ao seu lado durante a graduação permitiu que eu chegasse aonde cheguei.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (PPG-FAU/UnB) agradeço por todo aprendizado proporcionado. Todas as aulas, discussões e trocas me tornaram uma profissional mais capacitada. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) agradeço pelo apoio financeiro que permitiu que esta pesquisa fosse realizada. Viva à educação pública! Viva a ciência!

As terras candangas que tão bem me acolheram, foram palco de muitas emoções. Se pela lei natural dos encontros, se deixa e se recebe um tanto, sem dúvida o período em Brasília foi de grande aprendizado, amadurecimento e troca, mas acima de tudo, autoconhecimento. Me conheci e me reconheci. Chorei de saudade de casa e chorei de felicidade por estar lá. Os amigos que fiz tornaram a jornada mais fácil e divertida: Marcos, Mari, Márcia e Tarsi, vocês são demais! Um agradecimento especial ao Lucas, por toda partilha, companheirismo e cuidado; e à Gess, por todo apoio, carinho, incentivo e amor. Vocês dois são os maiores presentes dessa grande aventura.

Aos amigos da minha terrinha querida, agradeço por todo encorajamento, suporte e por se fazerem presentes mesmo na distância. Agradecimento especial à Andressa, Ana Paula, Marília e Juliana, eu amo vocês demais! Rut, Nina, Érica e Dani, presentes que o Instituto da Cidade me deu, vocês foram super importantes na reta final. Saibam que cada palavra de incentivo e cada gesto de apoio significou demais. Obrigada por tudo!

À Normanda agradeço por sempre acreditar em mim e no meu potencial, por sempre elevar minha autoestima às alturas, por sempre vibrar com cada uma das minhas conquistas, por todos os conselhos, por todas as conversas e por revisar textualmente o trabalho. Eu te amo, amiga, muito obrigada por tudo! À Ana Flavia agradeço pela parceria de sempre. As coisas acontecem como tem que acontecer e sou muito grata pelo nosso reencontro. Obrigada por todo suporte e auxílio desde o início deste sonho. Obrigada pela ajuda na realização do estudo de caso, pelas trocas de ideias e principalmente pelo apoio.

À Day agradeço por toda compreensão, incentivo e amor. Obrigada por estar presente nos momentos mais difíceis, por sempre me apoiar e nunca me deixar desistir. Não foi fácil, mas conseguimos! Obrigada por tudo, eu amo você!

Ao Romeu agradeço por ser meu cãopanheiro e por estar ao meu lado durante todos os momentos possíveis: das noites viradas escrevendo aos dias de descanso. Obrigada por existir, meu parceirinho de vida!

Por fim, agradeço aos moradores da Portelinha, em especial à Silvana, Francisca, Janda, Carlos e Joselino. Sem vocês esta pesquisa não saíria do papel. Muito obrigada pela disponibilidade e por sempre me receberem com um sorriso no rosto. Vocês são especiais. Este trabalho é pra vocês e pra cada uma das Silvanas, Franciscas, Jandas, Carlos e Joselinos que seguem resistindo e lutando para assegurar um direito tão fundamental quanto o direito à moradia.

*“Enquanto morar for privilégio, ocupar é um direito!”*

Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

## RESUMO

As cidades brasileiras são majoritariamente autoconstruídas e uma crise urbana é evidente: a urbanização é na verdade uma autourbanização, denominada na literatura de favelização, o que demonstra ser crescente o número de pessoas lutando para assegurar o seu direito à moradia e à cidade. Através de processos pautados na auto-organização, autogestão, autoconstrução e autourbanização, surgem as ocupações urbanas, aqui entendidas como sinônimos de favelas, caracterizadas por padrões espaciais emergentes das práticas *bottom-up*. Estas áreas costumam ser excluídas da cidade formal e seu reconhecimento e integração se dá por meio da sua definição como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que além de assegurar o direito à moradia, permite o reconhecimento da posse através da regularização fundiária e o melhoramento urbano por meio de projetos de urbanização. É comum que haja um embate entre o conhecimento técnico e o conhecimento vivido pelos moradores e usuários dessas áreas, portanto, conhecer e entender a dinâmica sócio-espacial destes espaços é fundamental para uma intervenção que legitime as práticas existentes. Desse modo, a intenção do estudo foi responder o seguinte questionamento: como desenvolver um método de levantamento sócio-espacial que contribua no processo de luta pelo direito à moradia enfrentado pelos moradores de ocupações urbanas? Com o objetivo principal de construir e sistematizar um método de levantamento sócio-espacial, foi realizado um estudo de caso com a aplicação do método proposto na Portelinha, ocupação urbana que surge no contexto da luta pelo direito à moradia na cidade de São Luís do Maranhão. Pesquisas bibliográficas permitiram elencar os principais aspectos da produção sócio-espacial de ocupações urbanas a serem analisados: (1) os agentes sociais envolvidos, (2) os conflitos existentes, (3) a regulação destes territórios, (4) sua morfologia e configuração sócio-espacial e (5) os momentos da sua produção. A pandemia de COVID-19, suprimiu ou modificou algumas etapas da pesquisa devido às normas de distanciamento social, mas ainda assim, através de pesquisas bibliográficas, observação simples, entrevistas individuais e coletivas em profundidade e a identificação de padrões espaciais emergentes, foi possível caracterizar a dinâmica sócio-espacial da Portelinha, compreender seu processo de produção e definir diretrizes para o seu projeto de urbanização.

**Palavras-chave:** produção do espaço. levantamento sócio-espacial. ocupações urbanas. padrões espaciais. Portelinha.

## ABSTRACT

Brazilian cities are mostly self-constructed and an urban crisis is evident: urbanization is actually self-urbanization, called favelization in the literature, which shows that the number of people struggling to ensure their right to housing and the city is growing. Through processes based on self-organization, self-management, self-construction and self-urbanization, urban occupations emerge, here understood as a synonym of “favelas”, characterized by spatial patterns emerging from bottom-up practices. These areas are usually excluded from the formal city and their recognition and integration takes place through their definition as “Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)”, which, in addition to ensuring the right to housing, allows recognition of ownership through land title regularization, and urban improvement through urbanization projects. It is common for a clash between technical knowledge and the lived knowledge of residents and users of these areas to exist, so knowing and understanding the socio-spatial dynamics of these spaces is fundamental for an intervention that legitimizes existing practices. Thus, the intention of the study was to answer the following question: how to develop a socio-spatial survey method that contributes to the struggle for the right to housing faced by residents of urban occupations? With the main objective of building and systematizing a socio-spatial reading method, a case study was conducted with the application of the method proposed in Portelinha, urban occupation that arises in the context of the struggle for the right to housing in the city of São Luís do Maranhão. Bibliographic research allowed to list the main aspects of the socio-spatial production of urban occupations to be analyzed: (1) the social agents involved, (2) the existing conflicts, (3) the regulation of these territories, (4) their morphology and socio-spatial configuration, and (5) the moments of its production. The COVID-19 pandemic suppressed or modified some stages of research due to social distancing standards, but still, through bibliographic research, simple observation, individual and collective in-depth interviews and the identification of emerging spatial patterns, it was possible to characterize the socio-spatial dynamics of Portelinha, understand its production process and define guidelines for its urbanization project.

**Keywords:** space production. socio-spatial survey. urban occupations. spatial patterns. Portelinha.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: (a) Loteamento informal ou clandestino; (b) Cortiços; (c) Prédios ocupados, (d) Palafitas; (e) Ocupações Urbanas. ....	32
Figura 2: Evento de entrega do PLC e dos estudos desenvolvidos (caderno ilustrado) pelos pesquisadores da FAU/UnB (Periférico e CASAS). ....	102
Figura 3: Fichas dos padrões desenvolvidos por Alexander et al. (2013 [1977]) e identificados no local. ....	108
Figura 4: Fichas impressas dos padrões desenvolvidos por Alexander et al. (2013 [1977]) e identificados no local. ....	108
Figura 5: Técnica de amostragem não probabilística bola de neve. ....	113
Figura 6 : Cartaz colado em poste da Ocupação Mercado Sul divulgando reunião realizada pelo CASAS (à esq.) e Faixa com o cronograma de oficinas realizadas na Ocupação Dorothy Stang (à dir.). ....	117
Figura 7: Jogo dos padrões na Ocupação Dorothy Stang. ....	118
Figura 8: Imagem de divulgação de <i>lives</i> da disciplina de PU1 da FAU/UnB. ....	120
Figura 9: Primeiro contato com a Portelinha em 2016. ....	125
Figura 10: Mambembe São Luís 2017. ....	125
Figura 11: Kit #XôCorona. ....	126
Figura 12: Reunião com os membros da Associação de Moradores. ....	126
Figura 13: <i>Jane's Walk</i> na Portelinha. ....	127
Figura 14: Segunda visita à Portelinha. ....	127
Figura 15: Evolução urbana de São Luís (até 1950 e até 1960). ....	129
Figura 16: Evolução urbana de São Luís (até 1970 e até 1980). ....	130
Figura 17: Evolução urbana de São Luís (até 1990 e até 2000). ....	131
Figura 18: Evolução urbana de São Luís. ....	131
Figura 19: Evolução urbana e aglomerados subnormais ....	132
Figura 20: Aglomerados subnormais em 2010 e 2019. ....	133
Figura 21: Fissuras urbanas em São Luís. ....	134
Figura 22: Planos visuais de transição do Alto do Calhau para a Portelinha. ....	139
Figura 23: Evolução urbana da Portelinha. ....	141
Figura 24: Delimitações oficiais da Portelinha feitas pelo IBGE em 2010 e 2019. ....	142
Figura 25: Delimitação da Portelinha. ....	143
Figura 26: Incorporação imobiliária no entorno da Portelinha. ....	144

Figura 27: Macrozoneamento ambiental na Portelinha e entorno.....	145
Figura 28: Índices urbanísticos Zona Residencial 7.....	146
Figura 29: Fundos de lotes na Portelinha.....	148
Figura 30: Reportagem de jornal veiculada sobre a Portelinha.....	153
Figura 31: Mapa de hipsometria da Portelinha.....	160
Figura 32: Perfil de elevação sentido oeste-leste.....	160
Figura 33: Perfil de elevação sentido sul-norte.....	161
Figura 34: Mapa de solos da Portelinha.....	162
Figura 35: Chuva acumulada mensal em 2021.....	163
Figura 36: Chuva acumulada mensal em 2020.....	163
Figura 37: Imagens de satélite da área onde se localiza a ocupação Portelinha em 2007 e 2020. .....	164
Figura 38: Tipos de vegetação encontrados na Portelinha.....	164
Figura 39: Micro parcelas na Portelinha.....	165
Figura 40: Macro parcelas na Portelinha.....	166
Figura 41: Traçado viário da Portelinha.....	167
Figura 42: Detalhe da divergência entre mapa e realidade.....	168
Figura 43: Imagens da ruptura no final da Rua do Angelim causada pelo córrego.....	168
Figura 44: <i>Skyline</i> da Portelinha.....	169
Figura 45: Gabarito das edificações da Portelinha.....	169
Figura 46: Materialização dos padrões nº 11, 49 e 50.....	171
Figura 47: Materialização dos padrões nº 14 e 15.....	172
Figura 48: Materialização do padrão nº 37.....	173
Figura 49: Materialização dos padrões 106, 108, 109 e 122.....	175
Figura 50: Trajeto para os supermercados mais utilizados pelos moradores: Mateus (à esq.) e Assaí (à dir.).....	176
Figura 51: Trajeto para as escolas mais utilizadas pelos moradores: UEB Menino Jesus de Praga (à esq.), UEB Tom e Jerry (centro) e Anexo da UEB Menino Jesus de Praga (à dir.).....	176
Figura 52: Trajeto para as unidades de saúde mais utilizadas pelos moradores: UPA Vinhais (à esq.) e UPA Araçagy (à dir.).....	177
Figura 53: Trajeto para os pontos de ônibus mais utilizadas pelos moradores.....	178
Figura 54: Rua Marquês de Olinda.....	178
Figura 55: Córrego (à esq.) e Lixão (à dir.).....	179

Figura 56: Solução utilizada para evitar alagamento das casas.....	180
Figura 57: Materialização do padrão nº 53.....	182
Figura 58: Materialização dos padrões nº 164, 165 e 192.....	184
Figura 59: Materialização dos padrões nº 67 e 69.....	185
Figura 60: Materialização dos padrões nº 123 e 100.....	185
Figura 61: Roupas estendidas na rua. ....	186
Figura 62: Materialização dos padrões nº 57 e 72.....	186
Figura 63: Materialização do padrão nº 52.....	188
Figura 64: Rampa utilizada para acesso das motos ao interior da edificação. ....	188
Figura 65: Materialização dos padrões nº 63 e 58.....	189
Figura 66: Materialização dos padrões nº 24 e 66.....	190
Figura 67: Materialização dos padrões nº 36.....	191
Figura 68: Materialização dos padrões nº 19, 87 e 89.....	194
Figura 69: Materialização dos padrões nº 90, 88 e 33.....	195
Figura 70: Materialização do padrão nº 93.....	196
Figura 71: Materialização dos padrões nº 153, 158 e 133.....	198
Figura 72: Materialização dos padrões nº 160 e 242.....	199
Figura 73: Arranjo dos conceitos que constituem o Senso de Urbanidade definido por Barros (2008). ....	205
Figura 74: Padrões integrantes dos conceitos que constituem o Senso de Urbanidade definido por Barros (2008) identificados na Portelinha e aplicáveis à ocupações urbanas. ....	206

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Percentual da população brasileira que contratou arquitetos/engenheiros quando construiu/reformou. ....	27
Quadro 2: Revisão da literatura. ....	36
Quadro 3: Estrutura da dissertação. ....	42
Quadro 4: Diagrama da seção 01. ....	43
Quadro 5: Conteúdo mínimo do projeto de regularização fundiária. ....	60
Quadro 6: Configuração espacial das favelas de acordo com Loureiro (2017). ....	62
Quadro 7: Padrão nº 107 – alas para luz natural. ....	67
Quadro 8: Padrões espaciais pertinentes às ocupações urbanas. ....	69
Quadro 9: Diagrama da seção 02. ....	74
Quadro 10: Esquema levantamento sócio-espacial. ....	76
Quadro 11: Método de levantamento sócio-espacial proposto. ....	77
Quadro 12: Correlação entre teoria e prática. ....	78
Quadro 13: Questionamentos sobre o surgimento da ocupação. ....	80
Quadro 14: Versão inicial da etapa 01 do método proposto. ....	80
Quadro 15: Versão inicial da etapa 02 do método proposto. ....	81
Quadro 16: Informações a se analisar através de mapas e imagens de satélite. ....	83
Quadro 17: Versão inicial da etapa 03 do método proposto. ....	84
Quadro 18: Procedimentos da "visão de sobrevo". ....	85
Quadro 19: Variáveis do Censo Demográfico que caracterizam os aglomerados subnormais. ....	89
Quadro 20: Variáveis do Censo Demográfico que traçam o perfil socioeconômico da população. ....	93
Quadro 21: Variáveis do Censo Demográfico que caracterizam os domicílios e a infraestrutura do local. ....	96
Quadro 22: Padrões espaciais identificáveis em ocupações urbanas através da "visão de sobrevo". ....	99
Quadro 23: Padrão nº 104 – edificação melhorando o sítio. ....	99
Quadro 24: Procedimentos do "olhar de perto". ....	100
Quadro 25: Modelo de diário de campo. ....	105
Quadro 26: Padrões espaciais identificáveis em ocupações urbanas através do "olhar de perto". ....	107
Quadro 27: Modelo de tipologia em entrevistas proposto por Duarte (2005). ....	109

Quadro 28: Questionário base proposto. ....	110
Quadro 29: Roteiro de entrevista semiaberta com primeiros ocupantes. ....	111
Quadro 30: Roteiro de entrevista semiaberta com primeiros os grupos sociais locais.....	111
Quadro 31: Orientações sobre o ato de entrevistar baseadas em Duarte (2005) e Gil (2008 [1987]). ....	114
Quadro 32: Adaptação dos procedimentos do "olhar de perto" para pandemia. ....	118
Quadro 33: Diagrama da seção 03.....	121
Quadro 34: Versão inicial da etapa 01 do método proposto.....	121
Quadro 35: Versão inicial da etapa 02 do método proposto.....	122
Quadro 36: Versão inicial da etapa 03 do método proposto.....	122
Quadro 37: Evolução do quantitativo populacional de São Luís.....	128
Quadro 38: Tabela de Afastamentos da Lei nº3.253/92.....	146
Quadro 39: Usos permitidos e proibidos na ZR7. ....	147
Quadro 40: Comparativo de índices urbanísticos – legislação x ocupação.....	148
Quadro 41: Padrões espaciais identificados na Portelinha através da “visão de sobrevoo”...	169
Quadro 42: Padrão nº11 – áreas de transporte local. ....	170
Quadro 43: Padrão nº49 – vias locais em loops. ....	170
Quadro 44: Padrão nº50 – entroncamentos em “T”.....	170
Quadro 45: Padrão nº14 – bairro identificável. ....	171
Quadro 46: Padrão nº15 - limites entre bairro. ....	172
Quadro 47: Padrão nº37 – agrupamento de moradias. ....	173
Quadro 48: Padrão nº 21 – limite de 4 pavimentos. ....	173
Quadro 49: Padrão nº106 – espaço externo positivo. ....	174
Quadro 50: Padrão nº108 – edificações conectadas entre si.....	174
Quadro 51: Padrão nº109 – casa longa e estreita.....	174
Quadro 52: Padrão nº122 – fachadas frontais.....	174
Quadro 53: Padrões espaciais identificados na Portelinha através do “olhar de perto”. ....	181
Quadro 54: Padrão nº53 – demarcação de entradas.....	182
Quadro 55: Padrão nº164 – janelas para a rua. ....	183
Quadro 56: Padrão nº165 – aberturas para a rua. ....	183
Quadro 57: Padrão nº192 – janelas voltadas para a vida lá fora. ....	183
Quadro 58: Padrão nº 67 – área externa coletiva.....	183
Quadro 59: Padrão nº 69 – ambiente externo e público. ....	184

Quadro 60: Padrão nº123 – densidade de pedestres. ....	184
Quadro 61: Padrão nº100 – rua de pedestres. ....	184
Quadro 62: Padrão nº 57 – crianças na cidade. ....	187
Quadro 63: Padrão nº 72 – esportes comunitários. ....	187
Quadro 64: Padrão nº 52 – rede harmônica de vias de veículos e de pedestres. ....	187
Quadro 65: Padrão nº 63 – dança na rua. ....	189
Quadro 66: Padrão nº 58 – carnaval. ....	189
Quadro 67: Padrão nº 24 – sítios sagrados. ....	190
Quadro 68: Padrão nº 66 – solo sagrado. ....	190
Quadro 69: Padrão nº 36 – gradiente de privacidade no arranjo do conjunto. ....	191
Quadro 70: Padrão nº 31 – promenade. ....	192
Quadro 71: Padrão nº 30 – nós de atividades. ....	192
Quadro 72: Padrão nº 19 – rede de comércio e serviços. ....	193
Quadro 73: Padrão nº 87 – lojas de propriedade individual. ....	193
Quadro 74: Padrão nº 89 – mercearias de esquina. ....	194
Quadro 75: Padrão nº 90 – cervejaria. ....	194
Quadro 76: Padrão nº 88 – café com mesas na calçada. ....	194
Quadro 77: Padrão nº 33 – vida noturna. ....	195
Quadro 78: Padrão nº 93 – quiosques de vendas de alimentos. ....	195
Quadro 79: Padrão nº 27 – homens e mulheres. ....	196
Quadro 80: Padrão nº 26 – ciclo da vida. ....	196
Quadro 81: Padrão nº 35 – diversidade de domicílios. ....	197
Quadro 82: Padrão nº 153 – cômodos para alugar. ....	197
Quadro 83: Padrão nº 158 – escadas abertas. ....	197
Quadro 84: Padrão nº 133 – escadas com papel social. ....	198
Quadro 85: Padrão nº 160 – bordas da edificação. ....	199
Quadro 86: Padrão nº 242 – banco do lado de fora da porta principal. ....	199
Quadro 87: Diretrizes para o projeto de urbanização da Portelinha. ....	208
Quadro 88: Padrões espaciais aplicáveis ao desenho urbano sensível à água na Portelinha. ....	209
Quadro 89: Diagrama da seção 05. ....	211
Quadro 90: Versão final da etapa 01 do método proposto. ....	216
Quadro 91: Versão final da etapa 02 do método proposto. ....	217
Quadro 92: Versão inicial da etapa 03 do método proposto. ....	217

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de domicílios em AGSN – Características topográficas predominantes.	134
Gráfico 2: Número de domicílios em AGSN – Características e localização predominantes do sítio urbano.	135
Gráfico 3: Número de domicílios em AGSN – Classes de predominância de arruamento regular.	135
Gráfico 4: Número de domicílios em AGSN – Classes de predominância de arruamento regular.	136
Gráfico 5: Número de domicílios em AGSN – Tipo de via de circulação interna predominante.	136
Gráfico 6: Número de domicílios em AGSN – Acessibilidade possível na maior parte das vias internas.	137
Gráfico 7: Número de domicílios em AGSN – Número de pavimentos predominante nas construções.	137
Gráfico 8: Número de domicílios em AGSN – Espaçamento predominante entre as construções.	138
Gráfico 9: Domicílios particulares permanentes – Condição de ocupação.	154
Gráfico 10: População – Pirâmide Etária.	155
Gráfico 11: População – Cor ou raça.	155
Gráfico 12: População – Rendimento nominal mensal.	156
Gráfico 13: População – Alfabetização.	156
Gráfico 14: Domicílios particulares permanentes – Abastecimento de água.	157
Gráfico 15: Domicílios particulares permanentes - Com banheiro ou sanitário.	157
Gráfico 16: Domicílios particulares permanentes – Tipo de esgotamento sanitário.	158
Gráfico 17: Domicílios particulares permanentes - Destino do lixo.	158
Gráfico 18: Domicílios particulares permanentes - Energia elétrica.	159

## LISTA DE SIGLAS

AEIS - Áreas de Especial Interesse Social  
AGSN - Aglomerados Subnormais  
ALML - Área livre mínima do lote  
ANA - Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico  
ATME - Área total máxima de edificação  
BNH - Banco Nacional de Habitação  
CAEMA - Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CASAS - Centro de Ação Social em Arquitetura Sustentável  
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo  
COHAB's - Cooperativas de Habitação  
CPC - Código de Processo Civil  
DPE/MA - Defensoria Pública do Estado do Maranhão  
EA/UFMG - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais  
EMAU - Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAUFBA - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia  
FAU/UnB- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília  
FeNEA - Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo  
FGTS - Fundo de Garantis por Tempo de Serviço  
FJP - Fundação João Pinheiro  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
INCID - Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural  
INMET - Instituto Nacional de Meteorologia  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
MOM - Morar de Outras Maneiras  
MP/MA - Ministério Público do Estado do Maranhão  
NUGEO/UEMA - Núcleo Geoambiental da Universidade Estadual do Maranhão  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida  
Poli-UFBA - Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia  
PEMAU - Prática em Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo

PLC - Projeto de Lei Complementar

PPG-FAU/UnB - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Residência AU+E/UFBA - Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia

SEDUH/DF - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação/Distrito Federal

SiBCS - Sistema Brasileiro de Classificação de Solos

TJ/MA - Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

UFBA - Universidade Federal da Bahia

ZAD - Zona Administrativa

ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

ZIS - Zonas de Interesse Social

ZR7 - Zona Residencial 7

ZR11 - Zona Residencial 11

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
1.1 Problemática .....	25
1.2 Delimitação do objeto de estudo.....	31
1.3 Justificativa .....	34
1.4 Revisão da literatura e Estado da arte.....	36
1.5 Pergunta e hipótese .....	39
1.6 Objetivos.....	39
1.7 Metodologia, procedimentos e estrutura.....	40
1.8 Diagrama da seção 1 .....	43
2 PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DAS OCUPAÇÕES URBANAS.....	45
2.1 Os agentes .....	49
2.2 Os conflitos .....	56
2.3 A regulação.....	58
2.4 A morfologia e configuração sócio-espacial .....	61
2.5 Os momentos .....	71
2.6 Diagrama da seção 2 .....	73
3. A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO DE LEVANTAMENTO SÓCIO-ESPACIAL E OS PADRÕES EMERGENTES DA AUTOURBANIZAÇÃO .....	76
3.1 Sobre o “o quê” e o “porquê” .....	77
3.2 Sobre o “como” e os “produtos”.....	84
3.3 Diagrama da seção 3 .....	120
4. APLICACÃO DO MÉTODO NO ESTUDO DE CASO.....	124
4.1 Entender a gênese de surgimento do local.....	128
4.2 Analisar a situação fundiária.....	143
4.3 Realizar o reconhecimento do lugar .....	153
5. RESULTADOS OBTIDOS COM O ESTUDO DE CASO .....	201
5.1 Definição de diretrizes para o projeto de urbanização da área .....	207
5.2 Diagrama da seção 5 .....	210
6. CONCLUSÃO.....	213
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS .....	220

# INTRODUÇÃO



## 1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa trata da análise da produção sócio-espacial das ocupações urbanas através da identificação de padrões emergentes da autourbanização, autoconstrução, auto-organização e autogestão. Estes assentamentos, resultantes de práticas *bottom-up*<sup>1</sup>, estão inseridos na luta pelo direito à cidade e à moradia digna, processo marcado por diversos conflitos entre os agentes envolvidos na produção sócio-espacial das cidades. Os processos de regularização fundiária, a definição das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)<sup>2</sup> e os projetos de urbanização são marcados por embates e conhecer estes espaços contribui para uma intervenção capaz de legitimar as lógicas sócio-espaciais existentes. Assim, o trabalho traz como estudo de caso a Portelinha, ocupação urbana que surge no contexto da luta pelo direito à moradia na cidade de São Luís do Maranhão.

Duas inquietações motivam a pesquisa<sup>3</sup>: a primeira delas é a crise urbana que as cidades enfrentam e a segunda é a atuação do profissional arquiteto e urbanista nesse contexto. Gradativamente, as cidades se tornam cada vez mais fragmentadas, com desigualdades mais evidentes e uma grande quantidade de pessoas em situações precárias de habitabilidade, sem seu direito à moradia assegurado. Enquanto isso, arquitetos e urbanistas atendem uma parcela mínima da população, majoritariamente as classes mais abastadas. Mas o que tem feito toda a parte da população que não tem acesso a esse profissional?

A autoconstrução tem marcado os processos de produção espacial nas cidades e ocorre de maneira diversificada, desde a população de classe média que opta por não contratar profissionais especializados na tentativa de economizar, até as pessoas que estão lutando pelo direito à moradia e à cidade e cujo acesso a esse profissional está fora da sua realidade. O trabalho é sobre estas pessoas, que têm buscado saídas alternativas para a resolução do problema habitacional, assegurando direitos básicos.

---

1 Modelo de tomada de decisão que acontece “de baixo para cima”, de forma horizontal. Se opõe ao modelo *top-down*, onde as decisões são tomadas “de cima para baixo”, de forma vertical.

<sup>2</sup> As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou Áreas de Especial Interesse Social (AEIS) são instrumentos urbanísticos que definem áreas da cidade destinadas para construção de moradia popular. As ZEIS são uma categoria de zoneamento que permite o estabelecimento de um padrão urbanístico próprio com regras especiais, mais permissivas, para determinadas áreas da cidade. Existem dois tipos de ZEIS: as ZEIS Ocupadas, onde já existe assentamento de população de baixa renda que precisa ser urbanizado e regularizado, e as ZEIS de Vazios, que são áreas vazias ou mal aproveitadas que podem ser destinadas à construção de Habitações de Interesse Social (HIS). (BRASIL, 2021)

<sup>3</sup> O presente trabalho é um desdobramento do Trabalho Final de Graduação apresentado à Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), em 2018, para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo, sob o título “Produção do espaço: uma leitura sobre práticas e padrões - a caracterização espacial do Cohatrac IV”, realizado sob a orientação da Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marluce Wall, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UEMA.

Os territórios que surgem por meio de processos *bottom-up* costumam ser estigmatizados, vistos principalmente pela falta de infraestrutura básica, pelas péssimas condições de habitabilidade ou mesmo pela violência, e como aponta Loureiro (2017, p. 36), “[...] a sua observação apenas como espaço precário impossibilita melhores abordagens de intervenção urbana.”. Nesse sentido, ao intervir e trabalhar nessas áreas deve-se expandir o olhar para enxergar além do habitual e poder compreender de fato a dinâmica que esses lugares apresentam, uma vez que se ordenam de formas diferentes das tradicionalmente encontradas na cidade formal. Por não seguirem as normas e diretrizes urbanísticas vigentes, quando consolidadas, o reconhecimento e integração dessas áreas à cidade se dá por meio da sua definição como ZEIS, que além de assegurar o direito à moradia, permite o reconhecimento da posse através da regularização fundiária e o melhoramento urbano por meio de projetos de urbanização.

Através desta perspectiva, será construído um método de levantamento sócio-espacial que permita a aproximação com esses territórios e a compreensão e caracterização de sua dinâmica sócio-espacial. A construção do método não parte do zero: perpassa, permeia, incorpora, estrutura, vincula, sistematiza e articula diversas teorias e procedimentos desenvolvidos anteriormente por diferentes autores. O intuito é contribuir para um melhor entendimento das lógicas e processos da produção social das ocupações urbanas, aliando o pensamento crítico à prática projetual emergente e colaborando para a ressignificação do papel do arquiteto e urbanista na luta pelo direito à moradia e à cidade, principalmente nos processos de regularização fundiária.

Sobre a grafia do termo sócio-espacial em vez de socioespacial neste trabalho, torna-se necessária uma explicação: a escolha da grafia do termo com hífen está em consonância com o proposto por Souza (2007, 2018) de que dessa forma, se reforça a abordagem de que o espaço é produzido pelas relações sociais, ao passo que elas também são produzidas pelo espaço, numa dialética infinda. Como aponta o autor:

Para se compreender e elucidar o espaço, não basta compreender e elucidar o espaço. É preciso interessar-se, profundamente, e não somente epidermicamente, também pelas relações sociais. É necessário interessar-se pela sociedade concreta, em que relações sociais e espaço são inseparáveis, mesmo que não se confundam. E é aqui que entra em cena o sócio-espacial, no qual o “sócio”, longe de apenas qualificar o “espacial”, é, para além de uma redução do adjetivo “social”, um indicativo de que se está falando, direta e plenamente, também das relações sociais. (SOUZA, 2018, p. 16)

Como nos mostra Alexander (1979), Holanda (2007, 2015), Hillier e Hanson (1984), Kohlsdorf e Kohlsdorf (2017), Loureiro (2017) e diversos outros autores, a arquitetura

molda a forma como as relações sócio-espaciais vão se estabelecer, ela define permeabilidades e barreiras no território e impacta diretamente a vida das pessoas e o modo delas se relacionarem entre si e com o espaço. Entender o seu desempenho é, portanto, de grande importância para melhorar a sua prática. Quando tratamos dos espaços que surgem por meio de processos *bottom-up* há um embate entre o conhecimento dos técnicos e profissionais que lidam com o espaço e os usuários e moradores que vivenciam na prática o lugar. Desta maneira, a realização da presente pesquisa é também uma tentativa de contribuir em alguma medida para superação desse embate, partindo da premissa que precisamos conhecer estes territórios e as relações sociais que neles se estabelecem para atuar de forma a legitimar o que tem sido produzido. Trata-se de conhecer para saber a melhor maneira de intervir, respeitando acima de tudo os indivíduos que têm produzido seus espaços domésticos e urbanos através de um saber implícito.

Compreender os processos de produção sócio-espacial é fundamental para chegar na escala de ação e intervenção. Souza (2007, 2011) chama a atenção para o fato de que as “profissões espaciais” – arquitetos, urbanistas, geógrafos, planejadores urbanos etc. - tem negligenciado questões significativas da produção do espaço ao utilizar apenas a “visão de sobrevoo”<sup>4</sup> onde as análises da sociedade e de seus espaços são quase sempre feitas “do alto” e “de longe”. O autor afirma se tratar de uma perspectiva própria do Estado, que vai “considerar os homens e os grupos ‘de longe’, sem adentrar as suas casas, sem mergulhar em seu cotidiano, sem sentir os odores da pobreza, sem ouvir os sons do desespero ou os gritos de libertação.” (SOUZA, 2007, p. 104). Este é o espaço concebido, o momento da produção sócio-espacial identificado por Lefebvre (2013 [1974]) onde a atuação tecnocrática por parte de planejadores, urbanistas e demais técnicos molda o espaço através da reprodução das ideologias dominantes. Legitimam-se os modos de produção existentes e há um distanciamento das reais necessidades dos moradores e usuários dos espaços.

Longe de demonizar esse tipo de visão ou defender sua substituição por um “olhar de perto”, a solução apontada por Souza (2007, 2011) sugere a combinação de escalas de análise e ação, assim como de olhares: “[...] o de perto e o de longe, aquele que permite ‘colocar-se de fora’ (e à distância) com aquele que exige ‘estar dentro’” (SOUZA, 2007, p. 111). Analisar o “olhar de perto” é se aproximar do espaço percebido e do espaço vivido. O primeiro definido por Lefebvre (2013 [1974]) como o momento da produção sócio-espacial

---

<sup>4</sup> Expressão cunhada por Marcelo Lopes de Souza em analogia à expressão “pensamento de sobrevoo” (*pensée de survol*) de Maurice Merleau-Ponty.

onde a vida cotidiana acontece sobre o espaço material, no qual as práticas e relações sociais se estabelecem e se reproduzem; e o segundo como o momento onde os moradores e usuários experimentam o espaço e assim, tem uma visão pautada nas suas próprias experiências e vivências.

A partir desses pressupostos, realiza-se uma tentativa de abarcar essas duas escalas no método de levantamento sócio-espacial a ser proposto, com a “visão de sobrevoos” permitindo a compreensão dos processos de produção do espaço “de longe”, através de pesquisas e levantamentos de dados, enquanto o “olhar de perto” vai propiciar uma análise “de dentro” dos territórios, através do contato com moradores e usuários e a inserção no local. Dentro da perspectiva da visão sistêmica, a “visão de sobrevoos” equivale a uma análise do todo enquanto o “olhar de perto” se refere as partes. Ao mesmo tempo que é necessário se afastar para enxergar a totalidade, é preciso se aproximar para visualizar diversas informações em detalhe. Trata-se, portanto, de duas escalas de observação, uma relacionada às macroestruturas e outra às microestruturas, e articulá-las se justifica no entendimento de que “todos os níveis espaciais de análise são relevantes; cada um deles permite o registro de determinados aspectos da realidade, cada um deles nos faculta a enxergar determinadas coisas” (SOUZA, 2011, p. 161).

Para o desenvolvimento desta pesquisa será adotado o método científico fenomenológico. Em termos de procedimentos, além da pesquisa bibliográfica, o trabalho conta também com um estudo de caso em que o método de levantamento sócio-espacial proposto será aplicado. A área de estudo é a ocupação urbana Portelinha, cuja população, que ocupa a área desde 2008, já resistiu a uma liminar que ordenava seu despejo e a derrubada de suas casas, se organizou através da criação de uma Associação de Moradores e hoje aguarda o andamento do processo jurídico sobre a regularização fundiária da área, a qual o entorno imediato tem sido alvo da incorporação imobiliária com diversos empreendimentos habitacionais de classe média alta.

Tendo em vista a situação da Portelinha, a intenção é entender desde a conjuntura de surgimento desse espaço até a forma como as decisões arquitetônicas, tomadas por meio de um saber pautado nas vivências, contribuiu para que as relações sociais se estabelecessem no espaço da maneira como elas se estabelecem (esses territórios podem apresentar uma qualidade em termos de urbanidade e vitalidade urbana, que não é comum de se encontrar na cidade formal), para que intervenções nesse espaço sejam capazes de legitimar as práticas sócio-espaciais existentes.

A intenção do estudo não é romantizar as ocupações urbanas, considerando-se a existência de inúmeros trabalhos que esboçam as problemáticas enfrentadas por esses territórios (dentre os quais podemos citar VALLADARES, 2005; DAVIS, 2006; BOTELHO, 2015; etc.). A violência, a falta de infraestrutura e a pobreza nessas áreas são fatos conhecidos de toda sociedade, logo, o intuito é tratar do que existe para além dos problemas. Estes territórios apresentam dinâmicas urbanas de sucesso (LOUREIRO, 2017), as quais devem servir de exemplo e inspiração. As boas lições de urbanismo existentes nestes espaços podem contribuir para a melhoria da prática profissional.

Com base nestas informações, a pergunta de partida da pesquisa é: como desenvolver um método de levantamento sócio-espacial que contribua no processo de luta pelo direito à moradia enfrentado pelos moradores de ocupações urbanas? Na tentativa de responder à essa questão e compreender a dinâmica sócio-espacial destes espaços, em especial da Portelinha, o aporte teórico conta com autores como Corrêa (1989), Carlos (2011), Lefebvre (2013 [1974]), Maricato (2015), Massey (2008), Loureiro (2017), Alexander et al. (2013 [1977]), Costa (2020), Vianna (2020), Souza (2007, 2011), Kapp (2012, 2016, 2020), Andrade (2014), Barros (2008), Holanda (2007, 2015), Foote-Whyte (2005 [1943]), entre outros.

## 1.1 Problemática

Enquanto as cidades têm sido cada vez mais marcadas por disputas, desigualdades, déficit habitacional, assentamentos informais e luta constante por direitos (à cidade, à moradia e tantos outros), a atuação dos arquitetos e urbanistas além de ser bem restrita em relação a quem é atendido, quando se analisa a qualidade do que está sendo construído, depara-se com cidades repletas de enclaves urbanos onde a vida acontece dentro dos muros, dentro de bolhas, onde “a violência é exportada, mas nunca resolvida”<sup>5</sup>.

Em todas as épocas, qualquer que fosse a importância de seu papel, o arquiteto esteve sujeito à visão de mundo dos que estão no poder. Desde que dinheiro, materiais, terra e autoridade para agir eram necessários, e como o poder dominante era a única força capaz de fornecer a ele esses meios, o arquiteto, por definição, teve que se identificar com isso, transformando-se em seu apêndice operativo. [...] Como

---

<sup>5</sup> Ideia defendida pelo Prof. Dr. Frederico Holanda durante aula da disciplina Espaço e Organização Social, ministrada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, no primeiro semestre letivo de 2019.

profissional, o arquiteto se tornou um representante da classe no poder. (DE CARLO, 2005, p. 05, tradução nossa)<sup>6</sup>

Todo esse processo histórico somado ao modelo de ensino e formação profissional teve como fruto uma prática que costuma ser resumida a atividade autoral destinada à alta renda. Aos olhos de De Carlo (2005, p.05, tradução nossa), “No desempenho de seus deveres, [o arquiteto] encontrou sua dignidade e seu pagamento, desde que não se preocupasse com motivações ou consequências: ou seja, desde que não referisse sua atividade a uma condição política mais geral.”<sup>7</sup>. Esse afastamento da política resulta, entre tantas outras coisas, na imagem que se tem da profissão, vista geralmente com muito glamour. Mas é indiscutível: arquitetura e urbanismo são práticas políticas uma vez que interferem diretamente na conformação do espaço e em como ele vai influenciar e definir as relações sociais que ali se estabelecem. E como Whitaker (2011) afirma, “Há uma necessidade premente de iluminar também uma outra face da arquitetura e do urbanismo, menos vistosa, menos evidente e menos festejada, mas cuja importância é fundamental para tirar a profissão do complexo impasse em que se encontra.”

A atuação das assessorias técnicas<sup>8</sup> é um exemplo de prática muito importante não só para atender uma parcela significativa da população que não tem acesso a estes profissionais, democratizando e popularizando o acesso, mas também por contribuir para a desmistificação do ideário elitista em torno da profissão. A Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, regulamenta esta atuação e assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Apesar da lei ser um enorme avanço, na prática ainda se fazem necessárias políticas públicas que garantam e possibilitem a sua efetivação.

A pesquisa CAU/BR-Datafolha de 2015 sobre arquitetura e urbanismo no Brasil mostrou que mais de metade da população brasileira economicamente ativa já construiu ou reformou algum imóvel (54%), entretanto, menos de 15% contrataram os serviços de

---

<sup>6</sup> No original: “*In all epochs, whatever the importance of his role, the architect has been subject to the world view of those in power. Since money, materials, land and authority to act were necessary, and since the ruling power was the only force capable of furnishing him with these means, the architect by definition had to identify himself with it, even transforming himself into its operative appendage. [...] As a professional, the architect became a representative of the class in power.*”

<sup>7</sup> No original: “*In carrying out his duties he found both his dignity and his payment, as long as he did not worry about motivations or consequences: that is, as long as he did not refer his activity to a more general political condition*”.

<sup>8</sup> “[...] entende-se que a assessoria consiste num trabalho coletivo, com participação da população e incentivo à formação de movimentos populares, enquanto a assistência teria um caráter meramente técnico - de projeto e construção da edificação - e até mesmo assistencialista.” (CARDOSO; LOPES, 2019)

arquitetos ou engenheiros (Quadro 1). No Nordeste, região onde se localiza a cidade de São Luís, esse número é ainda menor: apenas 7,10% da população contratou arquitetos ou engenheiros. Entre as pessoas que contrataram algum profissional habilitado no Brasil, apenas 7% contrataram o serviço de arquitetos, o que mostra quão pequena é a parcela da população do país atendida por esse profissional. Haroldo Pinheiro, presidente do CAU/BR à época da pesquisa, ao comentar os resultados apontou que “[...] [a] profissão passou a ser vista como coisa de elite, algo cosmético. Talvez porque muitos nos enxerguem como profissionais de grandes obras, de obras sofisticadas – daí julgarem que é muito dispendioso, coisa para quem quer luxo ou ostentação.” (PINHEIRO, 2015).

Quadro 1: Percentual da população brasileira que contratou arquitetos/engenheiros quando construiu/reformou.

	TOTAL	Sudeste	Nordeste	Sul	Norte	Centro Oeste
Usaram arquiteto e urbanista OU engenheiro	14,60%	16,40%	7,10%	25,90%	10,00%	10,50%
Não usaram arquiteto e urbanista OU engenheiro	85,40%	83,60%	92,90%	74,10%	90,00%	89,50%

Fonte: CAU/BR e Datafolha (2015).

Esse ideário em torno da profissão acaba restringindo sua atuação. A pesquisa mostra que apesar de apenas 7% da população já ter utilizado os serviços de arquitetos e urbanistas, 70% o utilizariam, mas não o fizeram devido às condições financeiras (33%), ou por ser caro (17%), ou porque achou que não houve necessidade (15%), entre outros motivos. Qualquer que seja a motivação para não utilização dos serviços destes profissionais, os dados deixam claro “[...] que a autoconstrução sem assistência técnica adequada tem preponderado na construção das cidades” (PINHEIRO, 2015). 93% é um percentual que levanta o questionamento sobre que cidade é essa que está sendo produzida. A “cidade sem arquiteto” é o retrato das cidades hoje e “A arquitetura e o urbanismo, quando vistos como uma profissão central na sociedade, que reflete e propõe a organização do território e do espaço construído, tem uma vocação indiscutivelmente transformadora.” (WHITAKER, 2011).

Torna-se necessário repensar e reconstruir a prática profissional, sair da zona de conforto, aprender também com quem majoritariamente constrói as cidades, tendo em vista uma perspectiva de atuação pautada na visão adotada na Nova Agenda Urbana da Organização das Nações Unidas (ONU) de que:

[...] todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminação de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis física e economicamente, resilientes e sustentáveis para fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos e todas.” (UNITED NATIONS, 2016, p. 05)

Enquanto profissional, saber como intervir nos espaços, principalmente os que surgem por meio de processos *bottom-up*, é, então, fundamental para alcançar esse objetivo e poder contribuir nos processos de regularização fundiária e melhoria urbana e ambiental, uma vez que estes territórios são frutos da grande crise urbana que as cidades enfrentam.

De acordo com os dados do relatório “*World Urbanization Prospects: The 2018 Revision*” da ONU, mais de metade da população mundial se tornou urbana em 2007. No ano de 2018, 4,22 dos 7,63 bilhões de habitantes do planeta viviam em cidades (o que representava 55% da população mundial). As projeções mostram uma tendência de aumento desses valores: com uma população total estimada em 8,55 bilhões em 2030 e 9,77 bilhões em 2050, calcula-se que cerca de 60% da população mundial viverá em cidades no ano de 2030 (5,17 bilhões) e 68% em 2050 (6,68 bilhões). Botelho (2015) chama atenção para o fato de que a vida urbana se tornou uma realidade para a maioria da humanidade recentemente e que a margem para crescimento das cidades ainda é grande, entretanto, a situação das cidades já é crítica e caótica.

Entre 1950 e 2018, enquanto a taxa média de crescimento populacional mundial foi de 1,62%, a de crescimento da população urbana foi de cerca de 2,54% (UNITED NATIONS, 2019a, p. 09). Essa rápida urbanização tem resultado em grandes parcelas da população vivendo em áreas precárias de infraestrutura. “[...] a evolução urbana mundial hoje é marcada por uma intensa favelização, o que bem poderia ser encarado como uma regressão social: a urbanização contemporânea é, marcadamente, uma *invólucão urbana*.” (BOTELHO, 2015, p. 248, grifo do autor). Embora tenha havido uma redução no percentual da população urbana residente em favelas entre 2000 e 2014 (de 28,4% para 22,8%), em valores absolutos o número cresceu de 807 para 883 milhões (UNITED NATIONS, 2019a, p. 03-04). Em 2018, os números ultrapassaram a marca de 1 bilhão, com estimativas de que em 2050 cerca de 3 bilhões de pessoas viverão em assentamentos informais. (UNITED NATIONS, 2019b, p. 44). Essa exponencial favelização é vista por Botelho (2015) como a face mais notória do colapso urbano que o autor aponta ter como principal vítima a população mais pobre.

A pandemia da COVID-19 deixou mais evidente a vulnerabilidade destes espaços e desta população. As condições precárias de habitabilidade, a falta de infraestrutura básica e a grande densidade de edificações, contribuí para disseminação da doença, uma vez que

algumas medidas de prevenção, aparentemente simples, como lavar as mãos com frequência, na verdade são um grande problema. Sem contar com as medidas de isolamento e distanciamento social, que são difíceis de serem cumpridas devido a densidade das habitações, o adensamento excessivo de moradores por domicílio e a necessidade de sair de casa em busca de sustento.

A realidade destes espaços, mostra que o enfrentamento à COVID-19 não ocorre da mesma maneira que acontece na cidade formal. Como aponta o Observatório das Metrópoles et al. (2020),

Historicamente, os assentamentos informais e seus moradores têm sido estigmatizados, culpados e sujeitos a regras e regulamentos que são inacessíveis ou inviáveis de serem seguidos. As respostas à Covid-19 não devem repetir nem reforçar esses erros, abrindo margem para ações autoritárias sobre populações que já vivem sob formas variadas de violência. Assim, é necessário colaborar com os moradores locais que são conhecedores da sua realidade e confiar neles, que são agentes estratégicos para a administração de suas comunidades.

O que aconteceu na favela de Paraisópolis em São Paulo, mostra como essas diferentes formas de governança e autonomia popular podem trazer resultados surpreendentes. Há uma intrincada rede de configuração de relações que se estabelece entre os acontecimentos e o espaço, o que gera padrões espaciais emergentes do processo de produção sócio-espacial pautado na autogestão, auto-organização, autoconstrução e autourbanização.

Em Paraisópolis, através da ação conjunta de moradores e uma rede de solidariedade estabelecida por meio de doações, foi possível a contratação de equipe médica e ambulâncias, a distribuição de marmitas, a capacitação de moradores para atuarem como socorristas e a definição de “presidentes de rua”, responsáveis por fazer uma ronda diária em cerca de 50 residências, na intenção de monitorar se algum morador apresentava sintomas da doença ou necessitava de atendimento médico. (IHARA e PAULO, 2020; Gortázar, 2020). Essas iniciativas tiveram como resultado, no mês de maio de 2020, uma taxa de mortalidade por COVID-19 menor que metade da média de São Paulo, de acordo com estudo do Instituto Pólis (Gortázar, 2020). Infelizmente, a falta de apoio do poder público resultou num aumento de cerca de 240% da taxa de mortalidade no local.

A mesma equipe acadêmica comprovou que, no final de agosto, a média em São Paulo era de 133 mortes por 100.000 habitantes, mas a de Paraisópolis era mais que o dobro (293 por 100.000). “Aqueles medidas solidárias de apoio mútuo tiveram um impacto que foi se reduzindo porque as pessoas continuam saindo em busca de sustento e faltou um apoio decidido do Governo”, afirma um dos autores do estudo, o médico Jorge Kayano. (Gortázar, 2020)

A experiência em Paraisópolis é só uma das tantas existentes Brasil a fora e essas diferentes formas de governança, pautadas nas redes de solidariedade, na autonomia, auto-organização e autogestão, reforçam a necessidade de aprender a lidar com esses espaços, entendendo como se dá a sua dinâmica sócio-espacial, para que qualquer intervenção possa apoiar e intensificar as relações já existentes no grupo e garantir seu poder de decidir a melhor maneira de intervir no espaço.

Visando fornecer informações sobre essas áreas vulneráveis e auxiliar no enfrentamento da pandemia da COVID-19, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados preliminares do “Mapeamento dos Aglomerados Subnormais”, que mostra que entre os anos de 2010 e 2019, a quantidade de aglomerados subnormais (AGSN)<sup>9</sup> no Brasil mais que dobrou: passou de 6,3 mil para 13 mil. Aumento este que refletiu no número de domicílios ocupados em aglomerados subnormais (passou de 3,2 para 5,1 milhões, um aumento de cerca de 60%). Apesar destes dados se tratarem de uma estimativa que só será confirmada com o próximo Censo Demográfico, o aumento crescente da quantidade de AGSN e seus domicílios é bem preocupante.

A Fundação João Pinheiro (FJP) realiza pesquisas sobre deficit habitacional<sup>10</sup> e a inadequação de moradias<sup>11</sup> no Brasil. As estimativas mais recentes, do ano de 2019, quanto ao deficit de moradias “[...] foi de 5,876 milhões de domicílios, dos quais 5,044 milhões estão localizados em área urbana e 832 mil, em área rural.” (FJP, 2021<sup>a</sup>, p. 113). Nesse mesmo ano, “[...] cerca de 24,893 milhões de domicílios exibiram ao menos um tipo de inadequação no Brasil, o equivalente a 39,8% dos domicílios particulares permanentes duráveis urbanos do

---

<sup>9</sup> “Conjunto constituído por no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.), ocupando – ou tendo ocupado – até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular); dispostas, em geral, de forma desordenada e densa; e carentes, em sua maioria, de serviços públicos e essenciais.” (IBGE, 2010a)

<sup>10</sup> O cálculo de deficit habitacional utilizado pela Fundação João Pinheiro (2021) conta com os seguintes componentes: “(a) domicílios precários (improvisados e rústicos); (b) número de famílias que têm dificuldades de acesso devido aos elevados custos com aluguel e (c) número de famílias que não têm a liberdade de acesso em formar um novo domicílio.” Em outras palavras, o deficit trata das habitações precárias, do ônus excessivo com aluguel e das unidades domésticas com mais de uma família convivente.

<sup>11</sup> De acordo com a Fundação João Pinheiro (2021c) “[...] para o cálculo dos domicílios inadequados, consideram-se apenas os domicílios duráveis urbanos, entendidos como tal aqueles que se situam na área urbana e não compõem o deficit habitacional. O terceiro e último aspecto a considerar é que, como um domicílio pode ser inadequado segundo mais de um critério, não é possível sua totalização - soma dos componentes - sob pena de dupla contagem. Os domicílios são classificados como inadequados segundo três critérios de inadequação: infraestrutura urbana, cujos subindicadores são abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica; inadequação edilícia, composto pelos subindicadores de armazenamento de água, cômodos (exceto banheiros) servindo como dormitórios, ausência de banheiro de uso exclusivo, cobertura inadequada e piso inadequado; e, por último, inadequação fundiária, que corresponde aos imóveis em terrenos não próprios.”

país.” (FJP, 2021b, p. 148). Estes dados reforçam a grandeza do problema habitacional nas cidades brasileiras, que se estende para muito além dos assentamentos informais.

Mas tratando da informalidade, mais especificamente das ocupações urbanas, o que fazer para integrar e legitimar essas áreas que acolhem uma parcela tão significativa da população das cidades? Partindo do pressuposto de que “intervir sobre as regras que definem uso e ocupação do solo poderia operar no sentido de ampliar o acesso à terra para populações que não encontram esta possibilidade no mercado e de acordo com as regras atuais do zoneamento” (ROLNIK e SANTORO, 2013), a instituição das chamadas “ZEIS de regularização” parece ser a alternativa. Instituí-las contribui para os processos de regularização fundiária, uma vez que adequam as normas urbanísticas à realidade dos territórios.

Apesar da delimitação de ZEIS contribuir para aproximar as populações mais vulneráveis à concretização do seu direito à moradia digna e à cidade, a luta para assegurá-los no geral é longa e marcada por embates e conflitos de interesses entre os agentes produtores do espaço. Essa é a realidade urbana atual. Fazendo uma analogia ao lema “quem tem fome tem pressa” do sociólogo Herbert de Souza<sup>12</sup>, quem está lutando por moradia também tem pressa e busca soluções para o problema. É nesse contexto que surgem as ocupações urbanas, que são o foco do trabalho: territórios que resultam de processos *bottom-up*, sem auxílio técnico, onde a própria população busca solucionar o problema habitacional através da auto-organização, autogestão, autoconstrução e autourbanização.

## 1.2 Delimitação do objeto de estudo

O Brasil é um dos países com maior concentração de renda e desigualdade social do mundo. O processo de urbanização brasileiro aconteceu de modo bastante acelerado. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, em 1940, cerca de 31,2% da população brasileira morava em cidades, enquanto em 2000, esse percentual era de 84,4%. Essa mudança, entretanto, não foi acompanhada de ações estatais que garantissem a implantação da infraestrutura necessária e políticas públicas de inclusão social. A concentração de renda, no Brasil, associada a outros fatores, (tais como a concentração fundiária, a falta de infraestrutura urbana, a pouca efetividade de políticas habitacionais voltadas para a população de menor renda, a edição de legislações urbanísticas “descoladas” da realidade, a precária ação de fiscalização e de controle urbano e ambiental) possibilitou várias formas de ocupação irregular do território. (COSTA, 2020, p. 13)

---

<sup>12</sup> Herbert de Souza, o Betinho, fundou a Ação da Cidadania em 1993, o que resultou em uma imensa rede de mobilização de alcance nacional para ajudar 32 milhões de brasileiros que, segundo dados do Ipea, estavam abaixo da linha da pobreza. Criada no auge do Movimento pela Ética na Política, a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida se transformou no movimento social mais reconhecido do Brasil.

Essas diversas formas de irregularidade “[...] apresentam várias configurações, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais invadidos, prédios ocupados etc., correspondendo cada denominação a uma forma específica de processo de produção destes assentamentos.” (CARDOSO, 2016). O foco deste trabalho são as ocupações urbanas, termo adotado aqui como sinônimo de favela. Os demais tipos de assentamentos informais possuem processos de produção próprios que não são necessariamente marcados pelas mesmas características das ocupações. A Figura 1 ilustra os principais tipos de assentamentos informais:

Figura 1: (a) Loteamento informal ou clandestino; (b) Cortiços; (c) Prédios ocupados, (d) Palafitas; (e) Ocupações Urbanas.

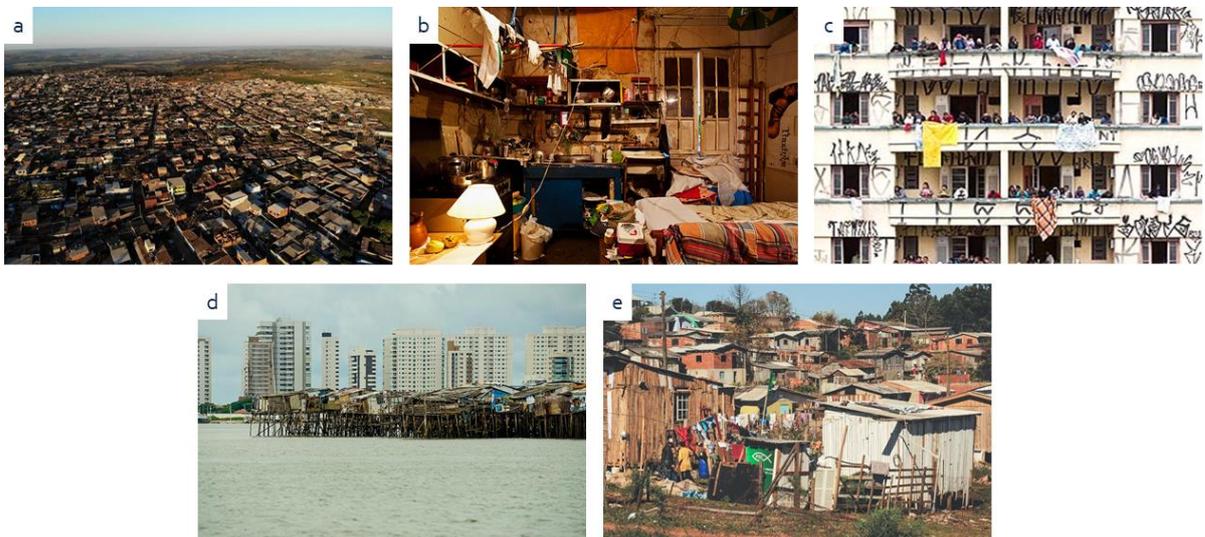


Foto: (a) Jorge William; (b) Fabio Knoll; (c) Adilson Zavarize, (d) Diego Verpa; (e) Erviton Quartieri.

Assim como Loureiro (2017), a intenção é definir e caracterizar as ocupações urbanas para além dos aspectos físicos e legais que costumam defini-las, e vinculá-los ao seu processo de produção. Ao definir estes espaços pela falta de infraestrutura e pela posse da terra, por exemplo, o que acontece após a regularização fundiária e a urbanização quando a questão da posse é resolvida e o território passa a contar com serviços de infraestrutura? Este espaço deixa de ser considerado uma ocupação para ser tratado como parte da cidade formal? A importância de definir estes espaços para além destas questões, reside no fato de que sua definição não pode ser pautada “por questões que serão, de algum modo, transitórias. A relação comunidade/espço construído parece ser mais duradoura.” (LOUREIRO, 2017, p. 55). E é através dessas relações, que emergem deste modo de produção sócio-espacial próprio, que se pretende definir as ocupações urbanas.

Estes territórios costumam ser tratados como carentes, uma “típica visão que define os espaços residenciais dos pobres sobretudo pelo que lhes falta, e não pelo que eles têm” (SOUZA, 2011, p. 152). As terminologias adotadas para tratar destes espaços reforçam esse ideário e são comumente utilizadas para desqualificá-los, caracterizando-os como “precários”, “deteriorados”, “degradados”, “desordenados” etc. O IBGE, por exemplo, adota o termo aglomerados “subnormais” que passa a impressão de que a população desses espaços não é sequer “normal”. Quando na verdade, apesar da falta de infraestrutura e baixas condições de habitabilidade, estes assentamentos podem apresentar grandes qualidades como urbanidade e vitalidade urbana, convívio social ativo, uso e apropriação dos espaços públicos, tênue diferenciação entre público e privado, entre tantas outras. O que difere e muito da realidade geralmente encontrada nos bairros formais, planejados e projetados. “Na cidade legal, ao contrário, as estruturas defensivas segregam os habitantes, enquanto as paisagens urbanas fomentam o medo e desestimulam qualquer intento de convívio social e uso civilizado dos espaços.” (GHIONE, 2013).

Lefebvre (2013 [1974]) chama a atenção para o nível de apropriação encontrado nas ocupações urbanas latino-americanas, as quais ele afirma conter uma vida social muito intensa que se traduz na morfologia. “Apesar da miséria, o layout do espaço - casas, paredes, praças - desperta uma inquieta admiração. A apropriação atinge um nível muito notável lá.” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 405, tradução nossa)<sup>13</sup>. É importante ter em mente que “o espaço produzido por meio de um saber implícito, inconsciente, popular é tão legitimamente arquitetura quanto o produzido pelo saber explícito e reflexivo” (HOLANDA, 2015, p. 40). Nesse sentido, temos muito o que aprender com as ocupações urbanas, que “[...] oferece[m] verdadeiras lições de convivência e apropriação dos espaços públicos, esquecidas pela atividade profissional atrelada às exigências do mercado.” (GHIONE, 2013).

Como aponta Loureiro (2017, p. 249):

[...] a configuração da favela revela padrões espaciais provenientes das suas práticas de auto-organização que são responsáveis por dinâmicas urbanas de sucesso. A espontaneidade inerente, frequentemente subvalorizada pela sua sintaxe de difícil apreensão, revela-se um processo urbano catalisador de qualidade espacial a apreender a partir do momento em que sua complexidade é entendida e decodificada.

---

<sup>13</sup> No original: “*Pese a la miseria, la disposición del espacio — casas, muros, plazas— despierta una inquieta admiración. La apropiación alcanza ahí un nivel muy notable.*”.

Visto isso, este trabalho vai decodificar um desses territórios para compreender como se deu/dá o processo de produção sócio-espacial da área. A vontade de aprender sobre as ocupações urbanas, somada a motivações pessoais em relação ao lugar escolhido para o estudo de caso, justificam a pesquisa que espera colaborar em alguma medida com os trabalhos já desenvolvidos sobre o tema, além de contribuir no processo de luta pelo direito à moradia que a população da Portelinha enfrenta desde 2008.

### 1.3 Justificativa

Partindo do pressuposto de que se tem muito a aprender com a “cidade sem arquiteto”, com os espaços que surgem através de processos de autogestão e auto-organização, espera-se contribuir com a atuação profissional, através da identificação das potencialidades destes espaços, uma vez que “entender o desempenho da arquitetura – de prédios e cidades, de lugares artificiais e naturais – é condição para melhorar a prática dos arquitetos e de outros sujeitos relacionados à feitura dos lugares e à compreensão de sua qualidade.” (HOLANDA, 2015, p. 41).

Além disso, a atuação tecnocrática quando lida com esses territórios costuma ser “marcada pelo embate entre uma racionalidade técnica (burocrática) e o conhecimento vivido de moradores que tradicionalmente produzem os seus próprios espaços, domésticos e urbanos” (KAPP et al., 2012). Como aponta Lefebvre (2013 [1974], p. 395, tradução nossa), “O espaço do usuário é vivido, não representado (ou concebido). Em comparação com o espaço abstrato dos especialistas (arquitetos, urbanistas, planejadores), o espaço das atividades cotidianas é um espaço concreto. [...] Espaço dos sujeitos e não dos cálculos, [...]”<sup>14</sup> entretanto

De sua parte, ao planejarem intervenções no espaço, os planejadores profissionais frequentemente agem como se não tomassem conhecimento do fato de que não estão planejando somente organização espacial (como se esta se resumisse a uma relação entre coisas), mas também, e sobretudo, relações e práticas sociais, o que exigiria que levassem em conta muito mais profundamente os homens e mulheres concretos, suas expectativas, seus valores, seus temores. E, claro, suas palavras. (SOUZA, 2011, p. 149)

A atuação dessa maneira está ligada ao fato apontado por Lefebvre (2013 [1974], p. 394) de que o arquiteto se instala num espaço próprio, marcado pelo grafismo (espaço das

---

<sup>14</sup> No original: “*El espacio del usuario es vivido, no representado (o concebido). En comparación con el espacio abstracto de los expertos (arquitectos, urbanistas, planificadores), el espacio de las actividades cotidianas de los usuarios es un espacio concreto.[...] Espacio de los «sujetos» y no de los cálculos, [...]»*”.

folhas em branco, dos cortes, vistas, elevações, perspectivas etc.). Esse espaço geométrico costuma ser o principal espaço de atuação desse profissional, o que contribui para a dificuldade em estabelecer um contato mais humano ao projetar. É comum existirem projetos subutilizados por não atenderem de fato as demandas dos usuários, então devemos (como arquiteta e urbanista, me incluo) aprender com o espaço vivido e concreto, o que no espaço concebido e abstrato geralmente é imposto.

Pelo que se observa da atuação profissional, quando tratamos da escala do edifício, da arquitetura, principalmente de interiores, o programa de necessidades é o fio condutor de todo o processo de projeto, que é pautado sempre em materializar todos os anseios, expectativas e necessidades dos futuros usuários do espaço a ser projetado. No entanto, ao ampliar a escala para a cidade, para os projetos de desenho urbano, o profissional costuma se colocar no lugar de quem já sabe quais são as expectativas e anseios dos usuários daquele espaço, o que é perigoso, uma vez que nem sempre o que o profissional entende como necessário, condiz com o que de fato é esperado por quem utiliza o espaço. Vale ressaltar que não se trata de uma generalização, existem muitas iniciativas por parte de coletivos, assessorias técnicas, grupos de pesquisa e extensão e demais organizações onde o processo de escuta para construção coletiva dos projetos é uma premissa, indo na contramão do que comumente acontece.

Além disso, no que diz respeito ao conhecimento científico, há uma aparente lacuna na realização de levantamentos sócio-espaciais em ocupações urbanas que relacionem a configuração sócio-espacial com os processos de regularização fundiária. Nesse sentido, a proposição de um método de levantamento sócio-espacial, que possa traduzir as dinâmicas locais para que possíveis intervenções levem em conta a realidade e prezem sempre pelo aumento da autonomia dos moradores, parece ser a forma de contribuir para superação do embate entre o conhecimento técnico e o conhecimento vivido dos moradores e usuários, além de ser uma ferramenta capaz de auxiliar nos processos de regularização fundiária e urbanização de assentamentos, onde é necessário “[...] conhecer o grupo o suficiente para descobrir que formas de apoio externo podem lhe ser úteis para ampliar sua capacidade de decidir e agir sobre o seu espaço, sem gerar novas dependências.” (KAPP, 2016).

## 1.4 Revisão da literatura e Estado da arte

A realização deste trabalho permeia, incorpora e articula diversos outros desenvolvidos anteriormente por diferentes autores. A pesquisa do referencial teórico foi feita a partir de quatro temas principais: (1) crise urbana e assentamentos informais, (2) produção do espaço, (3) padrões espaciais e (4) métodos e técnicas de pesquisa social. Alguns desdobramentos temáticos acontecem e alguns subtemas se mostram muito importantes ao estudo como direito à cidade, regularização fundiária, levantamentos sócio-espaciais, entre outros. No Quadro 2 abaixo é possível visualizar, através dos temas centrais, os principais autores e obras utilizados no desenvolvimento da pesquisa e a contribuição de cada um:

Quadro 2: Revisão da literatura.

REVISÃO DA LITERATURA		
AUTOR	OBRA	CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA
Maurílio Botelho	<i>Artigo</i> : Favelização mundial – o colapso urbano da sociedade capitalista	A favelização resultante da crise urbana
Adauto Lucio Cardoso	<i>Capítulo de livro</i> : Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos	Tipos de assentamentos informais
Marcelo Lopes de Souza	<i>Artigo</i> : Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevoo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante (2007)	A “visão de sobrevoo” e o “olhar de perto”, diferenciação entre a grafia do termo “sócio-espacial” e “socioespacial”, definição de “espaços carentes”
	<i>Capítulo de livro</i> : A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano (2011)	
Silke Kapp	<i>Artigo</i> : Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação (2012)	Embate entre conhecimento técnico e conhecimento vivido, levantamento sócio-espacial como instrumento para legitimar práticas existentes e reforçar a autonomia de quem autoproduz
	<i>Artigo</i> : Levantamento sócio-espacial: um método num vilarejo (2016)	
Erminia Maricato	<i>Livro</i> : Para entender a crise urbana (2015)	A crise urbana e o os conflitos decorrentes da oposição entre o valor de uso e o valor de troca das cidades
Fernanda Costa	<i>Caderno técnico</i> : Regularização fundiária	Definições e conceitos acerca da regularização fundiária, legislação pertinente e procedimentos para elaboração do projeto de regularização fundiária
Alice Nohl Vianna	<i>Caderno técnico</i> : Procedimentos de Regularização Fundiária	Procedimentos da Reurb e necessidade de realização de um diagnóstico inicial
Vânia Loureiro	<i>Tese de doutorado</i> : “Quando a gente não tá no mapa”: a configuração como estratégia para o levantamento socioespacial da favela (2017)	A caracterização espacial das favelas através da Sintaxe Espacial, a importância de decodificar os espaços autoproduzidos

PRODUÇÃO DO ESPAÇO	Henri Lefebvre	<i>Livro</i> : O direito à cidade (2008 [1968])	O direito à cidade, o espaço como produto social que reflete os modos de produção, as formantes da produção sócio-espacial
		<i>Livro</i> : La producción del espacio (2013 [1974])	
	Doreen Massey	<i>Livro</i> : Pelo espaço: uma nova política da espacialidade (2008)	Abordagem alternativa sobre o espaço
	Ana Fani Alessandri Carlos	<i>Capítulo de livro</i> : Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico (2011)	O conceito de produção do espaço, os sujeitos e momentos dessa produção e o que é espaço
	Roberto Lobato Corrêa	<i>Livro</i> : O espaço urbano (1989)	O que é o espaço urbano capitalista, quem o produz e os processos e formas espaciais resultantes dessa produção
<i>Capítulo de livro</i> : Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão (2011)			
PADRÕES ESPACIAIS	Christopher Alexander	<i>Livro</i> : Uma linguagem de padrões (2013 [1977])	A linguagem de padrões espaciais ( <i>patterns</i> )
		<i>Livro</i> : The timeless way of building (1979)	
	Liza Andrade	<i>Tese de doutorado</i> : Conexões dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos: a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem (2014)	Sistematização da complexidade auto-organizada dos padrões emergentes nos trabalhos de Christopher Alexander, Jane Jacobs e Steven Johnson; elaboração de 38 padrões espaciais para o desenho urbano sensível à água
	Raquel Barros	<i>Tese de doutorado</i> : Habitação coletiva: a inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto (2008)	Avaliação de projetos de habitação coletiva através da identificação de <i>patterns</i> , os quais pautaram a construção de conceitos humanizadores de projeto; identificação de 07 novos padrões espaciais em projetos de habitações coletivas
MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA SOCIAL	Antonio Carlos Gil	<i>Livro</i> : Métodos e técnicas de pesquisa social (2008 [1987])	A pesquisa social, seus métodos e técnicas
	Laurence Bardin	<i>Livro</i> : Análise de conteúdo (1977)	Técnica de análise de conteúdo
	Tatiana Engel Gerhard	<i>Capítulo de livro</i> : Notas para a elaboração e o desenvolvimento do método de observação	Observação participante
	William Foote Whyte	<i>Livro</i> : Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada (2005)	Observação participante
	Robert C. Bogdan Sari Knopp Biklen	<i>Livro</i> : Investigação qualitativa em educação	Diários de campo
	Jorge Duarte	<i>Capítulo de livro</i> : Entrevista em profundidade (2006)	O ato de entrevistar: etapas, instrumentos de coleta, descrição e análise de resultados etc.
	Silke Kapp	<i>Artigo</i> : Entrevistas na pesquisa sócio-espacial (2020)	Entrevistas como técnica de pesquisa

Fonte: Elaborado pela autora.

O estado da arte acerca das ocupações urbanas, sua produção sócio-espacial e consequentemente a luta pelo direito à moradia e à cidade engloba autores como Loureiro, (2017) que decodificou o sistema espacial das ocupações urbanas por meio do estudo da sua configuração sócio-espacial, e Kapp (2012, 2016) que tem desenvolvido pesquisas visando a criação de um método de levantamento sócio-espacial em territórios dissidentes e o aumento da autonomia dos moradores. Há uma lacuna neste campo específico da caracterização sócio-espacial das ocupações, diversos trabalhos sobre a evolução das favelas (VALLADARES, 2005), a crise urbana que resulta nestes espaços (DAVIS, 2006; BOTELHO, 2015), ou mesmo a configuração sócio espacial de cidades (MEDEIROS, 2013; HOLANDA, 2018), apenas permeiam o tema, por isso os trabalhos supracitados são pioneiros.

Alguns grupos de pesquisa e extensão têm trabalhado com assentamentos informais, dentre os quais inclui-se o objeto desta pesquisa: as ocupações urbanas. O grupo de pesquisa e extensão “Periférico, trabalhos emergentes” da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU/UnB), no qual essa pesquisa está inserida, tem realizado um trabalho muito importante com territórios do Distrito Federal e entorno, através de uma assessoria sociotécnica<sup>15</sup> pautada na visão sistêmica, transdisciplinar e transescalar que trabalha com análise dos padrões espaciais emergentes da produção sócio-espacial do campo e da cidade e atende movimentos sociais, comunidades periféricas, camponesas e tradicionais.

Na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA-UFGM), o grupo de pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM) vem desenvolvendo estudos em territórios dissidentes, visando a criação de interfaces de transformação social. Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a Faculdade de Arquitetura (FAUFBA) em parceria com a Escola Politécnica (Poli-UFBA), por meio da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (Residência AU+E/UFBA), atuam por meio da assessoria técnica na luta pelo direito à cidade e à moradia digna. Estes são só alguns exemplos, dentre tantos existentes.

No campo das assessorias técnicas, há diversos grupos, trabalhando Brasil a fora com a arquitetura social, democratizando o acesso ao profissional arquiteto e contribuindo nos processos de luta pelo direito à moradia e à cidade em que os grupos socialmente vulneráveis estão inseridos, além de colaborar para a melhoria das condições de habitabilidade desta

---

<sup>15</sup> Pautado no conceito de adequação sociotécnica (AST), o grupo visa integrar o conhecimento técnico ao conhecimento popular, considerando o "sujeito sociotécnico" e seu conhecimento tácito, sejam eles membros do governo ou acadêmicos, e a comunidade alvo de suas ações na busca por intervenções participativas.

população. Alguns exemplos são a Assessoria Técnica USINA - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, a Assessoria Técnica Peabiru - Trabalhos Comunitários Ambientais, a Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura, o Coletivo Escalar, a CAUS Cooperativa, a Taramela Assessoria Técnica, o Centro de Defesa Ferreira de Sousa, entre tantos outros, além dos Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo que estão inseridos no campo acadêmico e somam mais de 40 escritórios espalhados pelo país.

### 1.5 Pergunta e hipótese

O problema da pesquisa permeia diversas discussões: desde a situação atual das cidades e a crise urbana até a atuação do profissional arquiteto e urbanista em meio a isso. O ponto central são as ocupações urbanas que costumam ser reconhecidas principalmente por suas mazelas. Mas e se deslocarmos o olhar? E se, em vez de caracterizar estes espaços por tudo que eles não têm, expandíssemos o olhar para enxergar a rede de configuração e as relações que se manifestam no espaço? Há muito o que se aprender com esses territórios e com as pessoas que produzem e vivenciam a “cidade sem arquiteto”. Este é o intuito do trabalho, compreender melhor a produção sócio-espacial nestes assentamentos respondendo à seguinte pergunta: **Como desenvolver um método de levantamento sócio-espacial capaz de contribuir no processo de luta pelo direito à cidade e à moradia enfrentado pelos moradores de ocupações urbanas?**

A hipótese é que *através da compreensão do processo de produção sócio-espacial das ocupações urbanas é possível desenvolver um método capaz de caracterizar a dinâmica sócio-espacial das ocupações urbanas e estabelecer diretrizes para a criação de um projeto de urbanização que legitime as práticas existentes. Os projetos de urbanismo emergentes são fundamentais para o processo de regularização fundiária, por isso, auxiliam no processo de luta pelo direito à moradia e à cidade.*

### 1.6 Objetivos

O objetivo geral do trabalho é construir e sistematizar um método de levantamento sócio-espacial pautado em duas escalas, a “visão de sobrevoo” e o “olhar de perto”, que permita compreender e caracterizar a produção sócio-espacial de assentamentos que surgem por meio de processos *bottom-up*, pautados na auto-organização, autogestão, autoconstrução e autourbanização, além de contribuir no processo de regularização fundiária

destes assentamentos, tendo como estudo de caso a ocupação urbana Portelinha, localizada em São Luís do Maranhão.

Os objetivos específicos são:

- Compreender o processo de produção sócio-espacial das ocupações urbanas, identificando os agentes, os conflitos, a regulação destes territórios, o que é produzido em termos de morfologia e configuração sócio-espacial e os momentos desta produção;
- Articular teorias, técnicas e procedimentos para construção de um método de levantamento sócio-espacial;
- Aplicar o método proposto e caracterizar a dinâmica sócio-espacial da Portelinha, estudo de caso do trabalho;
- Definir diretrizes, com base na dinâmica sócio-espacial da Portelinha, para o projeto de urbanização da área.

### **1.7 Metodologia, procedimentos e estrutura**

“Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. Ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.” (GIL, 2008 [1987], p.08). A partir destas proposições, faz-se necessário definir o método utilizado na presente pesquisa e caracterizá-la, identificando técnicas e procedimentos. Adotando a classificação proposta por Gil (2008 [1987]), no que diz respeito aos métodos que proporcionam as bases lógicas da investigação científica, esta pesquisa utilizará o método fenomenológico, uma vez que

A pesquisa fenomenológica parte do cotidiano, da compreensão do modo de viver das pessoas, e não de definições e conceitos, como ocorre nas pesquisas desenvolvidas segundo a abordagem positivista. Assim, a pesquisa desenvolvida sob o enfoque fenomenológico procura resgatar os significados atribuídos pelos sujeitos ao objeto que está sendo estudado. (GIL, 2008 [1987], p. 15)

De acordo com Silveira e Córdova (2009), essa pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem como qualitativa<sup>16</sup>, quanto à natureza como pesquisa aplicada<sup>17</sup>, quanto aos

---

<sup>16</sup> “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

<sup>17</sup> A pesquisa aplicada “Objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

objetivos como pesquisa descritiva<sup>18</sup> e explicativa<sup>19</sup>, quanto aos procedimentos como pesquisa bibliográfica<sup>20</sup>, estudo de caso<sup>21</sup> e pesquisa participante<sup>22</sup>.

A primeira parte do trabalho (seção 1, 2 e 3) trata basicamente da delimitação da pesquisa, estudo de referencial teórico e construção do método de levantamento sócio-espacial proposto, o que foi feito a partir de pesquisa bibliográfica (GIL, 2008 [1987]) e análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Através da fundamentação teórica nas obras de Corrêa (1989), Carlos (2011), Lefebvre (2013 [1974]), Maricato (2015), Loureiro (2017), Alexander et al. (2013 [1977]), Andrade (2014), Barros (2008), Costa (2020) e Vianna (2020), foi possível identificar os principais aspectos que permitem a compreensão da produção sócio-espacial de ocupações urbanas: (1) os agentes sociais envolvidos, (2) os conflitos existentes, (3) a regulação destes territórios, (4) sua morfologia e configuração sócio-espacial e (5) os momentos da sua produção.

Com a definição de todos estes aspectos foi possível articular abordagens e estabelecer as ações gerais e específicas que compõe o método proposto, além de definir os procedimentos necessários para atingir tais ações e os produtos obtidos. A pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008 [1987]); análise de conteúdo (BARDIN, 1977), elaboração e análise de mapa e imagens de satélite; análise de dados geográficos, dados censitários e legislação urbanística; identificação de padrões espaciais (ALEXANDER et al., 2013 [1977]); inserção e diálogo com a comunidade; observação participante (FOOTE-WHYTE, 2005 [1943]; GERHARDT et al., 2009); visitas de campo; entrevistas em profundidade individuais (DUARTE, 2006; KAPP, 2020) e entrevistas coletivas, foram os procedimentos estabelecidos a partir de escalas (“visão de sobrevoo” e “olhar de perto”) para compor o método em questão.

---

<sup>18</sup> “A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987 apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009)

<sup>19</sup> A pesquisa explicativa “[...] preocupa-se em identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2007 apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009)

<sup>20</sup> “A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites.” (FONSECA, 2002 apud SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009)

<sup>21</sup> “O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado (GIL 2008 [1987]).

<sup>22</sup> A pesquisa participante “[...] responde especialmente às necessidades de populações [...] - as classes mais carentes nas estruturas sociais contemporâneas - levando em conta suas aspirações e potencialidades de conhecer e agir. É a metodologia que procura incentivar o desenvolvimento autônomo (autoconfiante) a partir das bases e uma relativa independência do exterior” (BORDA, 1983 apud GIL 2008 [1987]).

A segunda parte do trabalho (seção 4, 5 e 6) trata da aplicação do referido método em um estudo de caso e os resultados obtidos. Devido a pandemia de COVID-19 alguns procedimentos que compõem o método precisaram ser suprimidos ou substituídos para que sua aplicação fosse possível: a observação participante dá lugar à observação simples (GIL, 2008 [1987]) e as entrevistas coletivas são retiradas. A metodologia de trabalho utilizada pelo grupo de pesquisa e extensão “Periférico, trabalhos emergentes” embasou e deu suporte para o método proposto, principalmente no que diz respeito a estratégias de aproximação com a comunidade e a identificação de padrões espaciais emergentes.

O método desenvolvido no trabalho busca caracterizar a dinâmica sócio-espacial de uma ocupação urbana e definir diretrizes projetuais para o seu projeto de urbanização, de forma a possibilitar intervenções que legitimem as práticas existentes e reforcem a autonomia dos moradores de auto produzir seus espaços domésticos e urbanos. Em termos de estrutura, o trabalho foi desenvolvido tal qual está representado no Quadro 3 abaixo:

Quadro 3: Estrutura da dissertação.

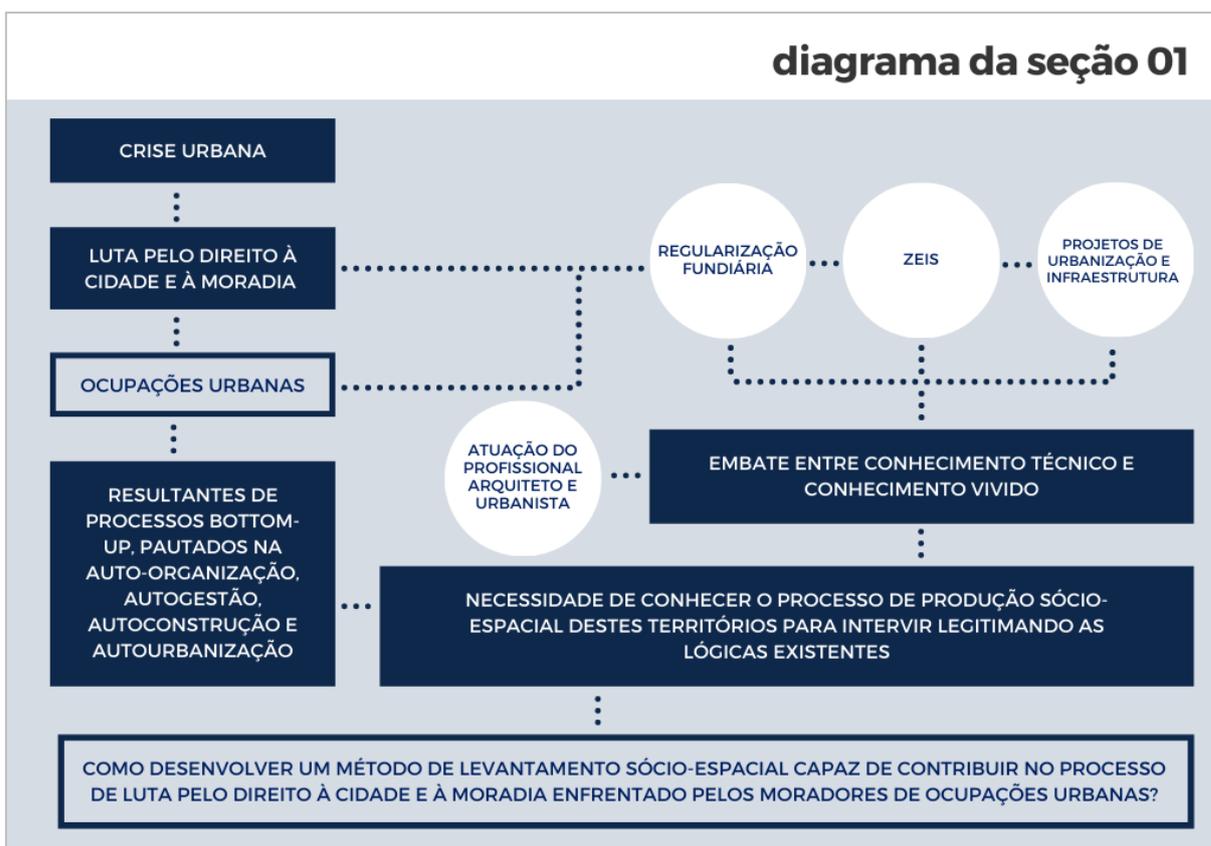
<b>ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO</b>	
<b>SEÇÃO 01</b> “INTRODUÇÃO”	Apresentar a pesquisa trazendo a sua problemática, a delimitação do objeto de estudo, a justificativa, revisão de literatura, estado da arte, pergunta de partida, objetivos e a metodologia adotada.
<b>SEÇÃO 02</b> “PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DAS OCUPAÇÕES URBANAS”	Compreender o processo de produção sócio-espacial das ocupações urbanas, identificando os agentes, os conflitos, a regulação, a morfologia e configuração sócio-espacial e, por fim, os momentos desta produção.
<b>SEÇÃO 03</b> “A CONTRUÇÃO DO MÉTODO DE LEVANTAMENTO SÓCIO-ESPACIAL E PADRÕES EMERGENTES”	Articular as teorias estudadas anteriormente com técnicas e procedimentos de pesquisa para sistematização de um método de levantamento sócio-espacial capaz de materializar a compreensão dos processos de produção sócio-espacial nas ocupações urbanas.
<b>SEÇÃO 04</b> “APLICAÇÃO DO MÉTODO NO ESTUDO DE CASO”	Aplicar o método proposto, caracterizar a dinâmica sócio-espacial da Portelinha e definir diretrizes para o projeto de urbanização da área.
<b>SEÇÃO 05</b> “RESULTADOS OBTIDOS COM O ESTUDO DE CASO”	Apresentar a compilação dos resultados obtidos durante a aplicação do método no estudo de caso
<b>SEÇÃO 06</b> “CONCLUSÃO”	Elencar as conclusões do trabalho, confirmar ou refutar hipótese da pesquisa, verificar se o método proposto foi capaz de alcançar os objetivos esperados e definir possíveis desdobramentos da pesquisa.

Fonte: Elaborado pela autora.

## 1.8 Diagrama da seção 1

A problemática principal da pesquisa se resume à crise urbana enfrentada pelas cidades, que resulta na luta constante por direitos (à moradia, à cidade e tantos outros) por parte dos grupos socialmente vulneráveis. Nesse contexto surgem as ocupações urbanas que são reconhecidas como parte integrante da cidade através da sua definição como ZEIS, da regularização fundiária e dos projetos de urbanização. A atuação nestes territórios é marcada por um embate entre o conhecimento técnico e o conhecimento vivido, o que resulta na necessidade de conhecer o processo de produção sócio-espacial das ocupações para que as intervenções sejam pautadas em legitimar as lógicas e práticas existentes. O diagrama abaixo (Quadro 4) traz uma esquematização da ideia principal desta seção do trabalho.

Quadro 4: Diagrama da seção 01.



Fonte: Elaborado pela autora.

**PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL  
DAS OCUPAÇÕES URBANAS**



## 2 PRODUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DAS OCUPAÇÕES URBANAS

Considerando-se que o objetivo geral do trabalho é construir e sistematizar um método de levantamento sócio-espacial que permita compreender e caracterizar a produção sócio-espacial de ocupações urbanas através de duas escalas, a “visão de sobrevoos” realizada “de longe” permitindo uma análise do conjunto e o “olhar de perto” realizado “de perto” através da inserção no território para possibilitar análise mais local e detalhada, faz-se necessário primeiramente entender como se dá esse processo de produção para, posteriormente, articular teorias, procedimentos e técnicas para construção do método.

Para compreender o processo de produção do espaço é importante definir a sua conceituação, bem como a de arquitetura. Durante muito tempo o espaço foi resumido à uma mera superfície (MASSEY, 2008) ou mesmo uma abstração, um meio vazio, um receptáculo sem conteúdo, passivo e sem significado (LEFEBVRE, 2013 [1974]). A noção dominante era de “organização do espaço”, o que corroborava com uma abordagem pautada na localização das atividades e dos grupos humanos no espaço, ou seja, o espaço visto apenas como o palco da ação do homem (CARLOS, 2011). Tais reducionismos e simplificações criaram um ideário tão arraigado acerca do seu conceito que se deixou de refletir ou questionar o seu real significado, o que em algumas situações, acabou privando o espaço dos seus atributos mais desafiadores (MASSEY, 2008).

Nos anos 1970, aconteceu o que Carlos (2011) aponta como “um salto expressivo em direção à compreensão do mundo através da Geografia”: o conceito de espaço apenas como superfície evoluiu para o conceito de espaço produzido socialmente. Segundo a autora, nesse período houve uma nítida inflexão (ou mesmo ruptura) na Geografia brasileira (embasada pelas transformações ocorridas na Geografia americana e europeia), onde passou-se a questionar a capacidade da Geografia de explicar o mundo, contestando o conhecimento até então concebido. Essa fase de problematização do pensamento constituído pela Geografia “[...] permitiu construir os fundamentos da noção de ‘produção do espaço’ sob a orientação do materialismo histórico<sup>23</sup> e, com isso, favoreceu o movimento de passagem da noção de ‘organização do espaço’ para a de ‘produção do espaço’” (CARLOS, 2011, p. 60).

O espaço passou a ser concebido como um produto social, produzido por relações que se estabelecem entre indivíduos e entre indivíduos e o espaço material (seja ele construído

---

<sup>23</sup> Teoria marxista que defende a ideia de que a sociedade se organiza, ao longo da história, de acordo com a sua produção material e suas relações sociais de produtividade.

ou natural), se legitimou que o espaço “[...] é o resultado da ação social, das práticas, relações, experiências sociais, mas por sua vez faz parte delas. É suporte, mas também é campo de ação. Não há relações sociais sem espaço, da mesma forma que não há espaço sem relações sociais.”<sup>24</sup> (LOREA, 2013, p. 14, tradução nossa).

Firmou-se a ideia de espaço como “*condição, meio e produto*, da reprodução da sociedade” (CARLOS, 2011, p. 62, grifo do autor). Mas o espaço não é um produto como outro qualquer. Segundo Lefebvre (2013 [1974]), ele não pode ser consumido da mesma forma que um objeto, por se tratar de um conjunto de relações. O autor evidencia que por interferir na sua própria produção, essa dinâmica produto-produtor dialetiza o espaço, que vai ser permeado por relações de produção e forças produtivas. Uma vez que intervém nos modos de produção, o espaço vai sendo produzido por cada sociedade, ele deixa de ser entendido como um feito da natureza ou da cultura para ser entendido como o efeito da ação das sociedades sobre a natureza.

A produção do espaço, neste sentido, é anterior ao capitalismo e se perde numa história de longa duração iniciada no momento em que o homem deixou de ser coletor e caçador e criou condições de, através de seu trabalho, transformar efetivamente a natureza (dominando-a) em algo que é próprio do humano. Deste modo, o espaço como produção emerge da história da relação do homem com a natureza [...] (CARLOS, 2011, p. 63)

Tendo em vista, então, que cada sociedade “[...] ao produzir-se o faz num espaço determinado, como condição de sua existência, mas através dessa ação, ela também produz, conseqüentemente, um espaço que lhe é próprio e que, portanto, tem uma dimensão histórica [...]” (CARLOS, 2011, p. 53), a abordagem proposta pela cientista social e geógrafa Doreen Massey, acrescenta alguns outros aspectos sobre o espaço e sua produção:

Primeiro, reconhecemos o espaço como o produto de inter-relações, como sendo constituído através de interações, desde a imensidão do global até o intimamente pequeno. [...] Segundo, compreendemos o espaço como a esfera da possibilidade da existência da multiplicidade, no sentido da pluralidade contemporânea, como a esfera na qual distintas trajetórias coexistem; como a esfera, portanto, da coexistência da heterogeneidade. Sem espaço, não há multiplicidade; sem multiplicidade, não há espaço. Se espaço é, sem dúvida, o produto de inter-relações, então deve estar baseado na existência da pluralidade. Multiplicidade e espaço são co-constitutivos. Terceiro, reconhecemos o espaço como estando sempre em construção. Precisamente porque o espaço, nesta interpretação, é um produto de relações-entre, relações que estão, necessariamente, embutidas em práticas materiais que devem ser efetivadas, ele está sempre no processo de fazer-se. Jamais está

---

<sup>24</sup> No original: “[...] *el resultado de la acción social, de las prácticas, las relaciones, las experiencias sociales, pero a su vez es parte de ellas. Es soporte, pero también es campo de acción. No hay relaciones sociales sin espacio, de igual modo que no hay espacio sin relaciones sociales.*”

acabado, nunca está fechado. Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de histórias-até-agora<sup>25</sup> (MASSEY, 2008, p. 29).

Esse conceito de espaço como produto de relações sociais, pautado na existência da pluralidade e em constante construção vai de encontro ao conceito relacional de arquitetura, que a enxerga como qualquer espaço socialmente utilizado. “Esse alargamento conceitual [da arquitetura] desloca o foco em determinado espaço ou lugar, para a relação entre estes e as pessoas que neles estão.” (KOHLSDORF e KOHLSDORF, 2017, p. 41). De acordo com Holanda (2007, 2015), a arquitetura é ao mesmo tempo uma variável dependente e uma variável independente. Como variável dependente, ela é determinada tanto pelo ambiente natural (clima, relevo, geologia etc.) quanto pelo ambiente social (conhecimento científico-tecnológico, interesses econômico-político-ideológicos etc.). Ela vai resultar disto. Como variável independente, a arquitetura tem efeitos, ela impacta as pessoas e o meio natural. Ela vai resultar nisto.

Mas este não é o único conceito de arquitetura existente. Através da revisitação à obra de diversos autores, Kohlsdorf e Kohlsdorf (2017) encontram mais de 50 conceitos de arquitetura que passeiam entre arte, beleza, emoção, música, poesia, símbolo, funcionalidade, tecnologia, construção, história, cultura e sociedade. Os autores apontam que “A arquitetura se caracteriza como um campo pré-paradigmático no qual convivem diferentes opiniões sobre a natureza e finalidade de seu objeto, mas onde existe certo consenso quanto à sua tarefa principal: o projeto de espaços socialmente utilizados (ou seja, de lugares).” (KOHLSDORF e KOHLSDORF, 2017, p. 28)

Ao estender o conceito de arquitetura para além do âmbito edilício, a configuração espacial ganha protagonismo. Essa condição, que já aparecia em Vitruvio no século I a.C., aparece de modo explícito na obra de Bill Hillier (1972, 1974, 1989) e na abundante reflexão ocorrida entre 1960 e 1980. Desse modo, ao assumir a configuração física da arquitetura, passa-se a associar espaços e indivíduos, o que desloca a abordagem do objeto da arquitetura – o espaço arquitetônico – para a relação entre o espaço arquitetônico e quem nele se insere. (KOHLSDORF e KOHLSDORF, 2017, p. 39).

Por mais que possamos preferir discutir a arquitetura em termos de estilos visuais, seus efeitos práticos de maior alcance não estão no nível de aparência em geral, mas no nível do espaço. Dando forma ao nosso mundo material, a arquitetura estrutura o sistema de espaço no qual se vive e se move. Na medida em que o faz, tem uma relação direta - ao invés de meramente simbólica – com a vida social, uma vez que

---

<sup>25</sup> No original “*stories-so-far*”, na tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert “*estórias-até-agora*”.

fornece as pré-condições materiais para os padrões de movimento, encontros e esquivanças que são a realização material - bem como às vezes a geração - de relações sociais. Nesse sentido, a arquitetura permeia nossa experiência cotidiana muito mais do que uma preocupação com suas propriedades visuais poderia sugerir.<sup>26</sup> (HILLIER e HANSON, 1984, p. ix)

Nesse sentido, entendendo o espaço como um produto social e a arquitetura como qualquer espaço socialmente utilizado, fica claro que “[...] existem arquiteturas sem arquiteto” (KOHLSDORF e KOHLSDORF, 2017, p. 41). Para compreender o processo de produção destes espaços, mais especificamente das ocupações urbanas, serão analisados (1) os agentes sociais envolvidos, (2) os conflitos existentes, (3) a regulação destes territórios, (4) sua morfologia e configuração sócio-espacial e (5) os momentos da sua produção. Estes tópicos foram definidos com base nas obras de Corrêa (1989), Carlos (2011), Lefebvre (2013 [1974]), Maricato (2015), Loureiro (2017), Alexander et al. (2013 [1977]), Andrade (2014), Barros (2008), Costa (2020) e Vianna (2020).

Corrêa (1989) ao tratar da produção do espaço urbano capitalista analisa o que é o espaço, quem o produz, os processos envolvidos nesta produção (marcados por alianças e conflitos) e as formas espaciais resultantes. Carlos (2011) ao discorrer sobre a mudança do conceito de “organização” para o de “produção” do espaço, aborda o conceito de produção espacial, o que é o espaço, os sujeitos em torno da sua produção, os momentos em que esse processo ocorre e os desafios que se estabelecem. Lefebvre (2013 [1974]) ao desenvolver a sua teoria sobre a produção do espaço foca nos momentos da produção, que ele também vai chamar de formantes do espaço, para explicar como acontece a produção espacial e o que é o espaço produzido socialmente. Maricato (2015) ao tratar da crise urbana, discorre sobre os conflitos decorrentes da oposição entre o valor de uso e o valor de troca das cidades. Loureiro (2017) decodifica o sistema espacial da favela através do estudo da sua configuração. Alexander et al. (2013 [1977]), desenvolve uma linguagem onde, através da observação de lugares apreciados pelos seus usuários, o autor identifica padrões espaciais. Andrade (2014) e Barros (2008) mostram a aplicabilidade dos padrões de Alexander et al. (2013 [1977]) e a capacidade de ampliação da linguagem através da criação de novos padrões. Costa (2020) e

---

<sup>26</sup> No original: “*However much we may prefer to discuss architecture in terms of visual styles, its most far-reaching practical effects are not at the level of appearances at all, but at the level of space. By giving shape and form to our material world, architecture structures the system of space in which we live and move. In that it does so, it has a direct relation - rather than a merely symbolic one - to social life, since it provides the material preconditions for the patterns of movement, encounter and avoidance which are the material realisation - as well as sometimes the generator - of social relations. In this sense, architecture pervades our everyday experience far more than a preoccupation with its visual properties would suggest.*”

Vianna (2020), por sua vez, tratam da regulação desses territórios, ou seja, tratam da regularização fundiária e seus procedimentos.

Fundamentando-se nestes autores e articulando suas abordagens, foi explicado acima o conceito de espaço e arquitetura para agora tratar dos demais aspectos que permeiam essa produção sócio-espacial das ocupações urbanas, como pode ser visto a seguir:

## 2.1 Os agentes

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. (CORRÊA, 1989, p. 11)

Trata-se, portanto, do espaço socialmente produzido por agentes “[...] com papéis não rigidamente definidos, portadores de interesses, contradições e práticas espaciais que ora são próprios de cada um, ora são comuns.” (CORRÊA, 2011, p. 41). De acordo com a classificação proposta por Corrêa (1989), estes agentes são, no nível macro, os (1) proprietários dos meios de produção, (2) os proprietários fundiários, (3) os promotores imobiliários, (4) o Estado e (5) os grupos sociais excluídos.

O papel destes agentes não é fixo, na verdade é bastante fluído: o Estado assume o papel de proprietário fundiário quando se trata de terras públicas e se torna um promotor imobiliário quando constrói conjuntos habitacionais ou mesmo edifícios governamentais, já um proprietário industrial ao lotear um antigo terreno fabril assume o papel de proprietário fundiário e quiçá até de promotor imobiliário. Estes são só alguns, entre tantos outros exemplos de agentes assumindo diversos papéis, o que é cada vez mais comum visto que com o capitalismo, “[...] os grandes capitais industrial, financeiro e imobiliário podem estar integrados indireta e diretamente, neste caso em grandes corporações que, além de outras atividades, compram, especulam, financiam, administram e produzem espaço urbano.” (CORRÊA, 1989, p. 13).

Cada espaço é produzido de maneira em que um ou outro agente exerça um papel de maior destaque, mas apesar de cada situação ter um agente modelador principal, outros agentes fazem parte do processo. No caso de um conjunto habitacional, por exemplo, onde o Estado é o principal agente modelador, há também a ação dos proprietários dos meios de produção, cuja atuação modela o espaço e contribui para a espacialização dos demais usos, o que acaba definindo onde este conjunto vai ser implantado; caso o local escolhido não seja uma terra pública, entra em cena o proprietário fundiário do qual o Estado vai comprar o

terreno; o Estado atua como promotor imobiliário fazendo a incorporação, financiamento e estudo técnico deste conjunto, cuja construção fica por conta de algum outro promotor imobiliário, no caso as construtoras, que em parceria com o Estado fazem também a comercialização dos imóveis para os moradores que, ao ocuparem estes espaços, muito provavelmente farão reformas e ampliações, autoconstruindo seus espaços e remodelando o que foi pensado em termos arquitetônicos para o local. A produção sócio-espacial é resultante de processos envolvendo diversos agentes concomitantemente.

Corrêa (1989) chama a atenção para o fato de que a atuação dos agentes sociais é regulamentada por um marco jurídico. “Este marco não é neutro, refletindo o interesse dominante de um dos agentes e, constituindo-se, em muitos casos, em uma retórica ambígua, que permite que haja transgressões de acordo com os interesses do agente dominante.” (CORRÊA, 1989, p. 12). Por estarmos em uma sociedade capitalista, o interesse dos agentes dominantes se pauta no propósito desse sistema social, econômico e político, “[...] que é o da reprodução das relações de produção, implicando a continuidade do processo de acumulação e a tentativa de minimizar os conflitos de classe [...]” (CORRÊA, 1989, p. 12). Assim, os agentes dominantes agem buscando a acumulação de capital, a posse de terras, a maximização de lucros e a maior rentabilidade (seja ela imobiliária, fundiária etc.).

Mas não só de agentes dominantes é feita sociedade, diversos grupos sociais, principalmente a população de baixa renda, que vende sua força de trabalho e ainda assim fica de fora do mercado formal de habitação, apenas lida com as consequências da atuação de quem tem vez e voz nas decisões. As ocupações urbanas e os demais tipos de assentamentos informais, surgem desse processo. Para compreender, então, a atuação de cada um dos agentes envolvidos na produção sócio-espacial das ocupações urbanas, é necessário ter em mente que se trata de agentes sociais concretos, com papéis fluídos, visando alcançar seus interesses e sempre estabelecendo relações interpares, permeadas por alianças ou conflitos.

### 2.1.1 Proprietários dos meios de produção

Os proprietários dos meios de produção, ou seja, os proprietários de indústrias e grandes empresas comerciais “[...] são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locais pertinentes às atividades de suas empresas [...]” (CORRÊA, 1989, p. 13). Para estes agentes a especulação da terra urbana não é vantagem, na medida em que o crescimento do valor da terra resulta por um lado na elevação dos gastos de expansão e por outro, na

pressão por parte dos trabalhadores que precisam de aumento de salário para conseguir arcar com a alta no preço dos imóveis. (CORRÊA, 1989, p. 14). Quando os trabalhadores não conseguem arcar com os altos custos da moradia, surgem os assentamentos informais, em especial as ocupações urbanas, cuja localização é definida, em parte, pela própria atuação dos proprietários dos meios de produção uma vez que “a ação deles modela a cidade, produzindo seu próprio espaço e interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra.” (CORRÊA, 1989, p. 15).

Esta ação se dá de diversas formas, Corrêa (1989) aponta alguns exemplos: “Nas grandes cidades onde a atividade fabril é expressiva, a ação espacial dos proprietários industriais leva à criação de amplas áreas fabris em setores distintos das áreas residenciais nobres onde mora a elite, porém próximas às áreas proletárias.” (CORRÊA, 1989, p. 15). Nestas áreas proletárias, há uma produção formal de moradias por meio do Estado e seus conjuntos habitacionais, mas também há os assentamentos informais, que se localizam próximo aos locais com oferta de trabalho para evitar custos com deslocamentos. Outra situação que acontece é

[...] quando uma indústria, localizada em razão de fatores do passado, se vê envolvida fisicamente por usos residenciais de *status*, verifica-se que a realocação industrial constitui ótimo negócio. Desloca-se para áreas mais amplas e baratas, com infra-estrutura [*sic*] produzida, em muitos casos pelo Estado. Ganha assim uma nova localização onde pode se expandir. Adicionalmente extrai elevada renda fundiária ao realizar o loteamento do antigo terreno fabril altamente valorizado pelo novo uso. (CORRÊA, 1989, p. 15-16).

Fica nítido como a atuação deste agente visa o benefício próprio e interfere tanto nos usos do entorno como nas demais áreas das cidades. Na tentativa de aproveitar as oportunidades que surgem e fazer bons negócios, os proprietários dos meios de produção se utilizam da sua grande influência sobre o Estado e fazem pressões “[...] para realizar desapropriações de terras, instalação de infra-estrutura [*sic*] necessária às suas atividades e para a criação de facilidades com a construção de casa baratas para a força de trabalho.” (CORRÊA, 1989, p. 14). De acordo com o autor, no sistema de produção capitalista onde estamos inseridos, os proprietários dos meios de produção “[...] comandam a vida econômica e política.”. (CORRÊA, 1989, p. 14).

### 2.1.2 Proprietários fundiários

Os proprietários fundiários “atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador

possível, especialmente uso comercial ou residencial de *status*.” (CORRÊA, 1989, p. 16). Enquanto para os proprietários dos meios de produção a especulação da terra não é vantajosa, para os proprietários fundiários é, pois quanto mais se especula, mais se ganha em cima da terra. Em algumas situações é quando as terras estão paradas “especulando” que as populações de baixa renda, vivendo a urgência da falta de moradia, ocupam estas áreas e surgem as ocupações urbanas em áreas privadas.

Mas os proprietários fundiários não contribuem somente para este tipo de produção de assentamentos informais. Corrêa (1989, p. 16) ressalta que este agente “têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural.” Com a propriedade fundiária das periferias urbanas em foco, a sua utilização pode acontecer de duas formas: “urbanização de *status* e urbanização popular”. Segundo o autor, a primeira acontece quando as terras têm uma boa localização e são valorizadas por aspectos físicos atrativos, que bem trabalhados em campanhas publicitárias conseguem encher os olhos das populações de alta renda. Por ser extremamente rentável, nestes casos, os proprietários fundiários desempenham também o papel de promotores imobiliários que loteiam, vendem e constroem casas de alto padrão. Apesar de localizados em uma periferia urbana, a ideia vendida não é essa, “pois afinal de contas os bairros de *status* não são socialmente periféricos!” (CORRÊA, 1989, p. 18).

Quando as terras não têm uma boa localização e nenhum outro atrativo que justifique sua urbanização voltada para a alta renda, resta outra alternativa aos proprietários fundiários: extrair a renda da terra por meio de loteamentos populares com o mínimo de infraestrutura possível. Nesse tipo de atuação, não há interesse desses agentes de se tornarem promotores imobiliários, os loteamentos são realizados, as casas são construídas pelo Estado, através dos conjuntos habitacionais, ou autoconstruídas pela população. Apesar de inicialmente ilegais perante a legislação urbanística, a longo prazo a pressão por parte dos moradores resulta na legalização das áreas, com posterior implementação de melhoramentos urbanos e serviços de infraestrutura realizados pelo Estado. Isso gera uma nova valorização fundiária que também atinge terrenos “reservados” pelos antigos proprietários fundiários (CORRÊA, 1989).

Nota-se que em qualquer situação, estes agentes da produção sócio-espacial tentam sempre a maneira de extrair a maior renda possível da terra e para isso “podem então exercer pressões junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e do zoneamento urbano. Esta pressão não é

feita uniformemente nem beneficia a todos os proprietários fundiários.” (CORRÊA, 1989, p. 16).

### 2.1.3 Promotores imobiliários

Os promotores imobiliários são os agentes que realizam parcial ou totalmente as seguintes ações: incorporação, financiamento, estudo técnico, construção e comercialização de imóveis. Estas operações originam diferentes tipos de agentes que vão desde o “proprietário construtor do terreno” que produz pequenas quantidades de imóveis até as empresas que concentram todas as operações e produzem em larga escala, perpassando pelos agentes que eram inicialmente proprietários fundiários que expandiram sua atuação ou mesmo pelos comerciantes que resolvem diversificar e entram para este ramo, ou até os grandes bancos, empresas industriais e o Estado que acabam por atuar como promotores imobiliários também (CORRÊA, 1989).

Conforme explica Corrêa (1989), na sociedade capitalista não há interesse por parte do capital imobiliário de produzir habitação para as classes mais pobres. Entretanto, com uma atuação pautada em suprir as necessidades de quem dispõe de recursos, chega um momento em que a produção imobiliária de alto padrão fica saturada, o que somado a insatisfação da população de baixa renda que vivencia o problema habitacional na prática, leva os promotores imobiliários a tornarem rentável a produção habitacional para camadas populares. Para isso, procuram ajuda do Estado, o agente capaz de conceder créditos aos promotores imobiliários e aos futuros moradores, facilitar a desapropriação de terras, criar órgãos como o Banco Nacional de Habitação (BNH) e as Cooperativas de Habitação (COHAB's) e desenvolver mecanismos jurídicos e financeiros como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). (CORRÊA, 1989, p. 22-23). Além do citado por Corrêa (1989), o Estado também cria programas como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Essa estratégia de atuação soma-se a qualidade das construções, que ao ser reduzida é capaz de diminuir custos e potencializar lucros. A intenção é sempre maximizar os ganhos, o que isto gera em termos sócio-espaciais para a cidade e para a população, não é levado muito em conta. Vale ressaltar o que aponta Corrêa (1989, p. 23) de que no sistema capitalista, a produção de habitações cumpre “um papel fundamental, que é o de amortecer as crises cíclicas da economia através do investimento de capital e da criação de numerosos empregos: daí ter o apoio do Estado capitalista, que por sua vez está fortemente repleto, através de seus componentes, de interesses imobiliários.”. Entretanto, apesar de importante

para a manutenção do sistema, a forma como esses agentes atuam apenas privilegiam e valorizam certas áreas das cidades em detrimento de outras. “A atuação espacial dos promotores imobiliários se faz de modo desigual, criando e reforçando a segregação residencial que caracteriza a cidade capitalista.” (CORRÊA, 1989, p. 24). A materialização dessa segregação são os assentamentos informais, em especial as ocupações urbanas, que a cada dia que passam estão mais visíveis no território, resultando em cidades marcadas por fortes contrastes.

#### 2.1.4 Estado

O Estado é um agente cuja atuação é “[...] complexa e variável tanto no tempo como no espaço, refletindo a dinâmica da sociedade da qual é parte constituinte.” (CORRÊA, 1989, p. 24). Visto isso, será abordado aqui o Estado capitalista da cidade latino-americana, mais especificamente a brasileira. Corrêa (1989, p. 24) mostra como a atuação deste agente é diversa: o Estado atua “[...] diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos.”. O autor reforça que

Esta complexa e variada gama de possibilidades de ação do Estado capitalista não se efetiva ao acaso. Nem se processa de modo socialmente neutro, como se o Estado fosse uma instituição que governasse de acordo com uma racionalidade fundamentada nos princípios de equilíbrio social, econômico e espacial, pairando acima das classes sociais e de seus conflitos. Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder. (CORRÊA, 1989, p 25-26).

Isso é perceptível ao tratar dos demais agentes envolvidos na produção sócio-espacial das cidades, todos eles estabelecem alguma relação com o Estado, geralmente no sentido de pressioná-lo para obter algum benefício. Mas é claro que esses benefícios não são distribuídos igualmente. A ação do Estado acontece em três níveis distintos: municipal, estadual e federal. Cada um deles com suas particularidades, mas sempre buscando “criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações.” (CORRÊA, 1989, p. 26). Conforme explica Corrêa (1989), na tentativa de alcançar isso, o Estado acaba privilegiando certos grupos sociais através de obras de infraestrutura que resultam na valorização fundiária, através da política de renovação urbana que expulsa a

população mais pobre dos centros das cidades e gera lucro para os promotores imobiliários, através da taxa de IPTU que afeta o valor da terra e dos imóveis, através da criação de áreas passíveis de ocupação, entre tantas outras maneiras através das quais “o Estado capitalista cria mecanismos que levam à segregação residencial e à sua ratificação.” (CORRÊA, 1989, p. 26).

Essa segregação que marca as cidades, as vezes está “escondida” a olho nu e por vezes está bastante clara. Para os grupos sociais que estão sendo privilegiados, a situação é bastante cômoda, mas a imensa maioria da população não é beneficiada por este sistema. Nesse sentido, as pessoas constantemente lesadas passam a reivindicar seu direito à moradia e à cidade.

### 2.1.5 Grupos sociais excluídos

Na sociedade de classes verificam-se diferenças sociais no que se refere ao acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. [...] A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado [*sic*]. (CORRÊA, 1989, p. 29)

À essa parcela da população que não possui acesso à moradia digna, resta a informalidade. Como já dito anteriormente, cada tipo de assentamento informal é resultante de um processo de produção diferente, Corrêa (1989) mostra que no caso dos cortiços, o principal agente modelador do espaço urbano são os proprietários de imóveis, em relação aos loteamentos irregulares ou clandestinos são os proprietários fundiários da periferia (não só a periferia em termos geográficos, mas em termos sociais principalmente), e nos conjuntos habitacionais o agente modelador principal é o Estado, entretanto, “É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço [...]” (CORRÊA, 1989, p. 30).

Por se tratar de uma produção sócio-espacial que obedece a uma lógica diferente, os processos envolvidos também o são. Ao invés de processos *top-down*, onde os moradores e usuários interferem na produção do espaço em um nível micro, restrito a escala do edifício, nas ocupações urbanas, os utilizadores do espaço através de processos *bottom-up*, autoconstróem e auto urbanizam seus próprios espaços domésticos e urbanos. Vale ressaltar que, apesar de produzirem seu espaço num nível bem mais amplo do que as pessoas que

moram em lugares produzidos por meio de processos *top-down*, outros agentes também contribuem para a produção sócio-espacial destes espaços, seja o proprietário fundiário que não atendeu a função social da sua propriedade e a deixou “especulando”, o que acabou resultando na ocupação dessa terra por parte dos grupos sociais que não tem acesso ao mercado formal de habitação; seja o proprietário dos meios de produção, que acaba definindo o local onde o proletariado precisa morar pra ficar perto do trabalho e não perder muitas horas no percurso casa-trabalho; seja o Estado que não consegue assegurar o direito à moradia a toda população. Sendo assim,

A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. Resistência e sobrevivência às adversidades impostas aos grupos sociais recém-expulsos do campo ou provenientes de áreas urbanas submetidas às operações de renovação, que lutam pelo direito à cidade. (CORRÊA, 1989, p. 30)

Estes espaços, socialmente produzidos por estes grupos sociais, podem ser exemplos exímios de diferentes modos de governança, pautados em redes de solidariedade, na autonomia e autogestão, que resultam espacialmente em lugares marcados pela urbanidade e vitalidade urbana, pelo convívio social ativo, pelo uso e apropriação dos espaços públicos, pela tênue diferenciação entre público e privado, entre tantas outras qualidades.

## 2.2 Os conflitos

No sistema capitalista, o espaço é visto como mercadoria, ou seja, seu valor de troca sobrepõe o seu valor de uso, o que gera diversos conflitos entre os agentes produtores do espaço. Como aponta Corrêa (2011, P. 47), “A terra urbana e a habitação são objetos de interesse generalizado, envolvendo agentes com ou sem capital, formal ou informalmente organizados. Estabelece-se uma tensão, ora mais, ora menos intensa, porém permanente, em torno da terra urbana e da habitação.”. Soma-se a terra rural - visto que é cada vez mais interessante e lucrativo para alguns agentes a transformação de áreas rurais em urbanas - e a terra, no geral (urbana e rural), junto com a habitação passam a ser a causa de diversos conflitos e disputas que se materializam no território através da segregação sócio-espacial e da degradação ambiental.

As fissuras urbanas, as contradições, as disputas, os contrastes e a segregação existem e se tornam cada vez mais evidentes porque “A produção do espaço da cidade e a luta por sua apropriação são uma guerra permanente entre interesses historicamente afirmados e outros historicamente reprimidos.” (HOLANDA, 2015, p.139). De um lado a afirmação do

capital, do valor de troca e da cidade mercadoria e do outro a repressão das classes sociais vulneráveis, do valor de uso e da cidade socialmente e ambientalmente justa.

De acordo com Maricato (2015, p. 20), “as favelas ou moradias ilegais, de um modo geral, são parte estrutural das nossas cidades, não constituem exceção, mas regra.”. Isso se dá devido ao fato de que “A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu motor central.” (MARICATO, 2015, p.23). Então, enquanto de um lado temos agentes que ganham com a produção e reprodução do espaço, agindo sempre em função do valor de troca, do outro temos agentes (a classe trabalhadora, os grupos sociais excluídos) que almejam da cidade o seu valor de uso, querem moradia e serviços públicos de qualidade. (MARICATO, 2015). O conflito fica claro quando há um grupo de agentes que lucra sobre a terra e a habitação e outro grupo que não é capaz de se inserir no mercado fundiário e habitacional. Essa capacidade de inserção vem do modo como a sociedade e o sistema capitalista se estruturam. Nesse contexto, para além dos conflitos socioeconômicos, surgem os conflitos ambientais:

As áreas ambientalmente frágeis – beiras de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale -, que, por essa condição, merecem legislação específica e não interessam ao mercado legal, são as que “sobram” para a moradia de grande parte da população. As consequências dessas gigantescas invasões são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias etc. (MARICATO, 2015, p. 82).

É perceptível que todos os conflitos (fundiários, sociais, econômicos e ambientais) são decorrentes da busca incessante pela acumulação de renda, de terras, de imóveis e pela sua constante valorização. O sistema capitalista se organiza de forma onde quem é privilegiado, só tende a ter mais e mais privilégios, enquanto quem está excluído, seja do mercado formal de moradia, seja do mercado de trabalho, seja do acesso à serviços essenciais, seja dos seus direitos fundamentais enquanto cidadão, precisa lutar constantemente para assegurar seus direitos.

O Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001), ao regulamentar a política urbana do Brasil, garante “[...] o direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura [*sic*] urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 2001). Entretanto há uma enorme distância entre o que está no papel e o que se vê na prática: a mercantilização das cidades, onde o capital é mais valorizado que as pessoas e os grupos sociais vulneráveis arcam com todas as consequências disso. Como apontou David Harvey, em conferência sobre o direito à cidade no Fórum Nacional de

Reforma Urbana de 2009, “a luta pelo direito à cidade, é uma luta contra o capital”. Um embate duro, visto que os agentes a favor do capital são os mais poderosos.

### 2.3 A regulação

Na luta pelo direito à cidade, a irregularidade fundiária é uma grande constante. Os assentamentos informais “[...] foram a única forma que muitas famílias de baixa renda encontraram para solucionar a sua necessidade de moradia, uma vez que o Estado não se fez presente para garantir esse direito essencial.” (COSTA, 2020, p. 13). Nestes casos,

Quando a irregularidade fundiária se deu como única forma de acesso à moradia, há o caso de regularização fundiária de interesse social, que pressupõe a adoção de flexibilizações das exigências das legislações urbanísticas e ambientais, a fim de trazer, para a regularidade, um enorme parque habitacional construído à revelia da legislação para suprir uma demanda habitacional da população de menor renda que não foi atendida pelo Estado. (COSTA, 2020, p. 18)

Mas o que seria a regularidade fundiária de um imóvel? “A regularidade fundiária corresponde ao atributo de determinado imóvel que possua registro imobiliário de acordo com exigências da legislação, em especial, a legislação urbanística ou agrária e legislação ambiental.” (COSTA, 2020, p. 11). Compreender que a regularidade fundiária diz respeito ao atendimento de aspectos jurídicos e físicos é basilar para o entendimento de que os processos de regularização fundiária não dizem respeito somente à regularização jurídica do imóvel (registro imobiliário de títulos), mas também ao provimento de infraestrutura urbana, prestação de serviços públicos, além do desenvolvimento de ações de geração de emprego e renda, que garantam a permanência dos moradores em condições dignas.

Quanto as flexibilizações adotadas nos processos de regularização, Costa (2020) destaca que mesmo reconhecendo três aspectos fundamentais (a dívida social existente, a incapacidade do Estado de atender à demanda por moradia e a impossibilidade de reversão de situações já consolidadas), elas têm caráter de excepcionalidade. “As legislações de regularização fundiária não podem permitir tudo e qualquer coisa, e nem promover uma anistia irrestrita. As legislações urbanísticas editadas por União, estados e municípios permanecem vigorando e devem ser observadas.” (COSTA, 2020, p. 18).

As primeiras iniciativas municipais de regularização fundiária surgem na década de 1980 (Lei Municipal 14.947/1987 de Recife-PE, por exemplo), mas é somente no ano de 2009 que a política nacional de regularização fundiária é instituída através da edição da Lei 11.977/2009, decorrente da MP 459/2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha

Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, além de dar outras providências. No ano de 2016, foi editada a MP 759, que em 2017 resultou na aprovação na Lei nº 13.465/2017 que revogou o Capítulo III da Lei nº 11.977/2009 e passou a regular a política nacional de regularização fundiária no seu Título II. Em 2018, é feito o decreto nº 9.310/2018, que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União. No mesmo ano, o decreto nº 9.597/2018 é instituído para alterar alguns aspectos do decreto nº 9.310/2018.

O Art. 13 da Lei nº 13.465/2017 vai definir as duas modalidades de regularização fundiária urbana (Reurb):

- I - Reurb de Interesse Social (Reurb-S) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e
- II - Reurb de Interesse Específico (Reurb-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo. (BRASIL, 2017)

A referida lei não condiciona a Reurb-S à demarcação das áreas em questão como ZEIS. Entretanto, o próprio Estatuto da Cidade prevê, no seu Art.2º, inciso XIV, a “regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda mediante o estabelecimento de normas especiais de urbanização, uso e ocupação do solo e edificação, consideradas a situação socioeconômica da população e as normas ambientais” (BRASIL, 2001). Delimitar as áreas como ZEIS é estabelecer normas especiais de uso e ocupação do solo e como aponta Vianna (2020, p. 17), se considerarmos “[...] a regularização fundiária como um instrumento da política de desenvolvimento urbano e habitacional, destinado a desenvolver as funções sociais da cidade, a demarcação das ZEIS, constitui-se como importante ferramenta para promover o ordenamento territorial no município.”

As ZEIS foram definidas como instrumento da política urbana no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) e

No processo de construção de uma nova ordem urbanística, fundada no princípio da função social da propriedade, as ZEIS se consolidaram como um tipo especial de zoneamento, cujo principal objetivo é a inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infra-estrutura [*sic.*], tanto por meio da delimitação de áreas previamente ocupadas por assentamentos precários, quanto por meio da delimitação de vazios urbanos e de imóveis subutilizados, destinados à produção de novas moradias populares. (BRASIL, 2009, p.17)

Delimitada ou não como ZEIS, toda área objeto de Reurb requer um projeto de regularização fundiária “[...] com a função de levantar e de sistematizar informações sobre a comunidade e, também, de indicar ações e instrumentos de intervenção.” (COSTA, 2020, p. 36). O Quadro 5 traz o conteúdo mínimo dos projetos de regularização fundiária definido no Art. 35 da Lei nº 13.465/2017.

Quadro 5: Conteúdo mínimo do projeto de regularização fundiária.

→	LEVANTAMENTO PLANIALTIMÉTRICO E CADASTRAL, COM GEORREFERENCIAMENTO, QUE DEMONSTRARÁ AS UNIDADES, AS CONSTRUÇÕES, O SISTEMA VIÁRIO, AS ÁREAS PÚBLICAS, OS ACIDENTES GEOGRÁFICOS E OS DEMAIS ELEMENTOS CARACTERIZADORES DO NÚCLEO A SER REGULARIZADO;
→	PLANTA DO PERÍMETRO DO NÚCLEO URBANO INFORMAL COM DEMONSTRAÇÃO DAS MATRÍCULAS OU TRANSCRIÇÕES ATINGIDAS, QUANDO FOR POSSÍVEL;
→	ESTUDO PRELIMINAR DAS DESCONFORMIDADES E DA SITUAÇÃO JURÍDICA, URBANÍSTICA E AMBIENTAL;
→	PROJETO URBANÍSTICO;
→	MEMORIAIS DESCRITIVOS;
→	PROPOSTA DE SOLUÇÕES PARA QUESTÕES AMBIENTAIS, URBANÍSTICAS E DE REASSENTAMENTO DOS OCUPANTES, QUANDO FOR O CASO;
→	ESTUDO TÉCNICO PARA SITUAÇÃO DE RISCO, QUANDO FOR O CASO;
→	ESTUDO TÉCNICO AMBIENTAL, PARA OS FINS PREVISTOS NESTA LEI, QUANDO FOR O CASO;
→	CRONOGRAMA FÍSICO DE SERVIÇOS E IMPLANTAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA ESSENCIAL, COMPENSAÇÕES URBANÍSTICAS, AMBIENTAIS E OUTRAS, QUANDO HOUEVER, DEFINIDAS POR OCASIÃO DA APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA; E
→	TERMO DE COMPROMISSO A SER ASSINADO PELOS RESPONSÁVEIS, PÚBLICOS OU PRIVADOS, PELO CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA FÍSICO.

Fonte: Adaptado de Brasil (2017).

Costa (2020, p. 36) chama a atenção para o processo de elaboração dos projetos de regularização uma vez que

[...] é necessário considerar as características da ocupação (o diagnóstico) – para se definirem as intervenções urbanísticas e ambientais necessárias – (o prognóstico). Esse projeto também deverá propor e regularizar um partido urbanístico para o assentamento. A caracterização inicial dos aspectos sociais, físicos (urbanísticos e ambientais) e dominiais do assentamento é de vital importância para a construção e para a definição de prioridades por parte da municipalidade.

Esse diagnóstico inicial, de acordo com a autora, deve levantar as seguintes informações: identificação da população beneficiária (aspectos sociais); delimitação espacial do assentamento, identificação da forma de ocupação e das limitações impostas pela legislação urbanística e ambiental (aspectos físicos); e levantamento feito em cartórios para identificar os titulares/proprietários do terreno a ser regularizado (aspectos dominiais).

Além de Costa (2020), Vianna (2020, p. 28) também vai tratar da necessidade da elaboração de um diagnóstico inicial, “Apesar da Lei nº 13.465/2017 e o Decreto nº 9.310/2018 não preverem expressamente a necessidade da realização de documento que traga um diagnóstico integrado do núcleo urbano [...]”. A autora reforça que

A elaboração do diagnóstico deverá compor ações e estudos que viabilizarão uma Reurb pautada nos princípios da sustentabilidade econômica, social, ambiental e ordenação territorial, sobretudo na observância do cumprimento da função social da propriedade e da cidade. O diagnóstico integrado trará os dados gerais do núcleo, tais como o histórico de ocupação, a caracterização do parcelamento do solo implantado e o estudo fundiário com os títulos de propriedades incidentes na área. Estudos acerca do licenciamento urbanístico e ambiental do parcelamento do solo, dados sobre os serviços públicos e infraestrutura existente, sobretudo em relação à existência de saneamento básico, são informações que devem instruir a caracterização do núcleo. (VIANNA, 2020, p. 28).

É nesta etapa do processo de regularização fundiária que o levantamento sócio-espacial proposto neste trabalho se insere, pois além de caracterizar a dinâmica do assentamento em questão, vai embasar e dar diretrizes para o projeto urbanístico.

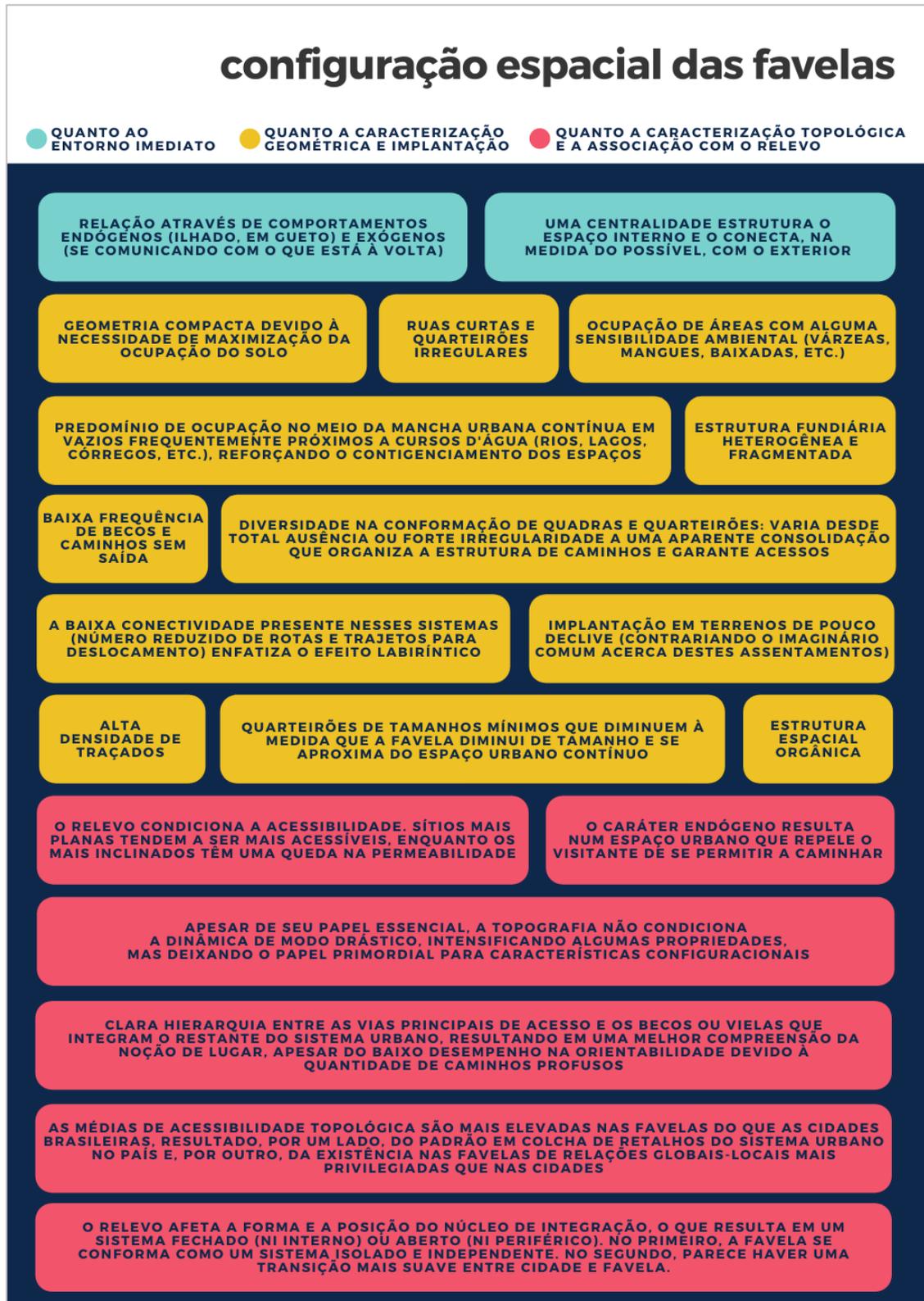
#### **2.4 A morfologia e configuração sócio-espacial**

Uma vez que a produção sócio-espacial de ocupações urbanas se dá por meio de processos *bottom-up*, elas ordenam-se de formas diferentes das tradicionalmente encontradas na cidade formal e essa subseção será dedicada a entender o que é, então, produzido em termos de morfologia e configuração sócio-espacial nestes assentamentos, adotando sempre a combinação de escalas para melhor compreensão do todo.

No que diz respeito a uma escala global, o trabalho desenvolvido por Loureiro (2017) caracterizou estes territórios, visto que buscou “perceber no espaço [das ocupações urbanas] padrões de organização que explicassem a noção de espaço complexo e auto-organizado”. A autora adotou a Sintaxe Espacial ou Teoria da Lógica Social do Espaço - desenvolvida por Hillier e Hanson (1984) - como abordagem teórica, metodológica e ferramental para realizar uma leitura sistêmica das ocupações urbanas, lá chamadas de favelas. Foram comparados “120 assentamentos localizados ao redor do mundo, explorados segundo um conjunto de 26 variáveis configuracionais (entre qualitativas e quantitativas, geométricas e topológicas).” (LOUREIRO, 2017, p. 09). Além disso, os resultados obtidos foram “balizados por amostra de 45 cidades portuguesas de origem medieval (exemplares da cidade orgânica) e pela pesquisa de Medeiros (2013) para 44 cidades brasileiras (ilustrativas de estruturas urbanas contemporâneas).” (LOUREIRO, 2017, p. 09).

A pesquisa obteve resultados que apontam para as ocupações urbanas com a seguinte configuração espacial (Quadro 6):

Quadro 6: Configuração espacial das favelas de acordo com Loureiro (2017).



Fonte: Adaptado de Loureiro (2017).

Vale ressaltar que as ocupações urbanas resultam “do processo de consolidação sobre o território a partir dos agentes de contingenciamento e restrição de ocupação” (LOUREIRO, 2017, 242). Assim, cada caso sempre será um caso, apresentando diversas particularidades, mas de um modo geral,

Os achados apontam a favela como sistema espacial: (a) compacto e adensado, devido à necessidade de maximização do uso do solo, principalmente quando localizados na mancha urbana contínua; (b) que apresenta ruas curtas e quarteirões irregulares; (c) o que resulta numa significativa fragmentação e descontinuidade, (d) cujo principal efeito para a percepção é o caráter labiríntico. Sua (e) hierarquia espacial mais acentuada garante que o (f) desempenho topológico é melhor do que nas cidades brasileiras, revelando a importância de (g) compreender melhor as relações que existem na favela e que poderiam ser adotadas para refinar o desempenho configuracional nas cidades no país. A (h) questão topográfica impacta em sua estrutura acentuando o caráter endógeno, mas por não ser condição frequente na amostra, não parece ser responsável pela sua lógica espacial como um todo. (LOUREIRO, 2017, p. 244-245)

O item “(g) compreender melhor as relações que existem na favela” é fundamental quando se trabalha nestes espaços, seja em projetos de urbanização, seja na regularização fundiária, ou qualquer outro tipo de intervenção. É necessário conhecer as relações e dinâmicas sócio-espaciais, entender como o espaço molda as relações sociais que lá se estabelecem, assim como estas relações moldam a forma como o espaço vai se constituir, pois só “Conhecendo a ordem por meio da qual estes espaços se organizam é possível intervir respeitando suas lógicas e regras, que claramente se desenvolvem no sentido de costura e busca por consolidação.” (LOUREIRO, 2017, p. 249).

Tendo em vista a caracterização espacial feita, Loureiro (2017, p. 250) chama a atenção para a necessidade da “observação local desses mesmos padrões buscando o reconhecimento dessa leitura espacial na vida social local – observar a favela a partir de dentro e confrontar a escala global comparativa e genérica com aquela local e detalhada”. Nesse sentido, buscando confirmar a caracterização feita a nível global pela autora e fazer a “observação local” apontada, será utilizada a linguagem de padrões desenvolvida por Christopher Alexander e seus colaboradores (2013[1977], 1979). Utilizar a teoria do autor justifica-se no fato de que a relação entre o espaço material e o comportamento humano é um processo interativo e fluído, que o autor se dedicou a analisar, refletir e compreender. Seus estudos acerca dessas relações têm como motivação que o desempenho arquitetônico e morfológico seja capaz de atender às expectativas dos usuários, o que teria como resultado cidades mais vivas, sustentáveis, democráticas e justas. Assim, a utilização da sua linguagem

para identificar práticas espaciais e a forma como elas se consolidam, se mostra como uma alternativa para compreender os desdobramentos que escolhas projetuais geram nos espaços.

Em 1974, baseado na necessidade de conciliação de termos dispersos pelas ideologias e tendências dominantes que justificavam as práticas espaciais existentes, Lefebvre alertava sobre a imediata tarefa de restituir um código do espaço, ou seja, “[...] uma linguagem comum à prática e à teoria, aos habitantes, aos arquitetos e aos cientistas [...]” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 121, tradução nossa)<sup>27</sup>. Em 1977, Christopher Alexander e seus colaboradores publicam “Uma Linguagem de Padrões”, uma compilação de 253 padrões identificados no espaço edificado a partir do pressuposto de que

“[...] o ambiente construído não terá como ganhar vida a menos que seja feito por todas as pessoas da sociedade, que estes usuários compartilhem uma linguagem de padrões em comum sobre como fazer estes espaços e que esta linguagem de padrões comum entre nós tenha vida própria.” (ALEXANDER et al., 2013 [1977]).

Compreender a linguagem de padrões desenvolvida por Alexander et al. (2013 [1977]) pressupõe o entendimento de dois conceitos fundamentais desenvolvidos pelo autor: o “modo intemporal de construir”<sup>28</sup> e a “qualidade sem nome”<sup>29</sup>. De acordo com Alexander (1979), um edifício ou uma cidade só estarão vivos na medida em que forem governados por este “modo intemporal”, pois “não é possível fazer grandes edifícios, ou grandes cidades, lugares bonitos, lugares onde você se sente bem consigo mesmo, lugares onde você se sente vivo, exceto seguindo este caminho.” (ALEXANDER, 1979, p. 07, tradução nossa)<sup>30</sup>.

O autor defende a ideia de que por trás de todos os processos de construção existentes, há um único processo comum que existe há milhares de anos e é o mesmo até hoje. Ele afirma que a capacidade de construir cidades e edifícios vibrantes e cheios de vida está em cada um de nós e é possível de ser identificada através da análise do que é invariante em cada versão desse processo. Esta análise nos leva a entender a verdadeira relação entre nós mesmos e o meio onde vivemos. Segundo o autor, temos nos afligido com regras, ideias e conceitos do que deve ser feito para tornar edifícios e cidades vivas e ficado com receio do que acontecerá se construirmos “naturalmente”. A compreensão da relação entre nós e o nosso meio, permite abandonar esses medos e agir de modo natural. (ALEXANDER, 1979).

---

<sup>27</sup> No original: “[...]un lenguaje común a la práctica y a la teoría, a los habitantes, a los arquitectos y a los científicos [...]”

<sup>28</sup> No original: “*the timeless way of building*”

<sup>29</sup> No original: “*quality without a name*”

<sup>30</sup> No original: “*It is not possible to make great buildings, or great towns, beautiful places, places where you feel yourself, places where you feel alive, except by following this way.*”

Para alcançar o “modo intemporal de construir” se faz necessário conhecer a “qualidade sem nome”, uma vez que ele a incorpora fisicamente no espaço. De acordo com Alexander (1979, p. 19, tradução nossa), “há uma qualidade central que é o critério fundamental da vida e do espírito em um homem, uma cidade, um edifício ou um deserto. Essa qualidade é objetiva e precisa, mas não pode ser nomeada.”<sup>31</sup> Compreender tal qualidade perpassa a ideia de que o caráter de um lugar é definido por uma série de padrões de eventos que acontecem lá.

[...] essa qualidade só pode surgir em nós quando existe dentro do mundo do qual fazemos parte. Podemos nos tornar vivos apenas na medida em que os prédios e cidades em que vivemos estiverem vivos. A qualidade sem nome é circular: existe em nós, quando existe nos nossos edifícios; e só existe em nossos edifícios, quando a temos em nós mesmos. Para entender isso claramente, devemos - primeiro reconhecer que o que uma cidade ou edifício é, é governado, acima de tudo, pelo que está acontecendo lá. (ALEXANDER, 1979, p. 62, tradução nossa)<sup>32</sup>

Segundo o autor, os padrões de eventos sempre estão ligados à padrões geométricos do espaço. A análise do ambiente construído permite correlacionar padrões de eventos com elementos físicos, além de possibilitar a identificação dos padrões de relacionamento que se estabelecem entre os elementos. Foi assim que surgiu a linguagem de padrões, derivada “[...] das observações de atributos espaciais de lugares apreciados por seus usuários e que incorporam profundo conteúdo humanizador.” (PEIXE; TAVARES, 2018). A linguagem é, portanto, “[...] uma compilação de parâmetros projetuais estabelecidos pelo arquiteto e sua equipe, com o intuito principal de auxiliar a interlocução entre profissionais e usuários de edificações e empreendimentos urbanísticos, em processos participativos.” (BATTAUS, 2013, p. 145). Vale destacar que

Considerando o caráter prescritivo associado ao termo padrão na língua portuguesa bem como em arquitetura ressalta-se que, muito embora a tradução literal como padrões, o conteúdo e o caráter propositivo dos *patterns* indicam sua interpretação enquanto parâmetros de projeto, no sentido de serem elementos cuja variação de valor contribui e orienta a solução de um problema no todo sem lhe modificar a natureza. (BARROS; KOWALTOWSKI, 2013)

<sup>31</sup> No original: “*There is a central quality which is the root criterion of life and spirit in a man, a town, a building, or a wilderness. This quality is objective and precise, but it cannot be named.*”

<sup>32</sup> No original: “[...] *this quality can only come to life in us when it exists within the world that we are part of. We can come alive only to the extent the buildings and towns we live in area alive. The quality without a name is circular: it exists in us when it exists in our buildings; and it only exists in our buildings, when we have it in ourselves. To understand this clearly, we must first recognize that what a town or building is, is governed, above all, by what is happening there.*”

A equipe de pesquisadores ao observar a vida cotidiana se desenvolvendo no espaço material – o espaço percebido de Lefebvre (2013 [1974]) - identificou e analisou uma série de problemas, através dos quais foi possível definir as propriedades invariantes contidas no meio encontrado para solucioná-los. Esta invariante nada mais é do que o aspecto comum a todos os lugares observados em que se conseguiu resolver o problema. Os padrões, então, “descreve[m] um problema que ocorre repetidas vezes em nosso meio ambiente e então descreve[m] o ponto central da solução do problema, de modo que você possa usar a mesma solução milhares de vezes, mas sem jamais ter de repeti-la.” (ALEXANDER et al., 2013 [1977], p. xiv). A linguagem proposta é composta de situações e contextos em que se identificou um problema e as diretrizes projetuais para se chegar a uma solução, a qual deve ser geral o suficiente para ser aplicada de diversas maneiras (que serão definidas de acordo com a realidade, o contexto e as condições locais, os recursos, as preferências etc.), mas ao mesmo tempo, deve ser específica o bastante para orientar decisões projetuais.

Alguns pontos devem ser frisados: primeiro, os autores reconhecem seu êxito ou não em definir a invariante, assim os padrões tem uma identificação que permite saber em quais os autores acham que conseguiram captar de fato a propriedade comum a todas as formas existentes de solucionar o problema e nos quais eles não conseguiram identificar uma invariante e sabem que existem diversas formas de se solucionar o problema para além do que foi proposto, o que deixa abertura para a constante construção da linguagem. O que leva ao segundo ponto: a linguagem não é determinista, os autores fazem questão de deixar claro que os padrões correspondem ao que eles supunham naquele momento ser o melhor arranjo do meio físico para solucionar o problema em questão, o que não significa que os padrões devem ser seguidos tão à risca. Até porque eles “variam de cultura para cultura; às vezes são muito diferentes, às vezes há versões do mesmo padrão, ligeiramente diferentes, em diferentes culturas.” (ALEXANDER, 1979, tradução nossa).

A linguagem foi desenvolvida e estruturada de forma que “cada padrão está conectado a certos padrões ‘maiores’ (ou mais abrangentes), que estão acima dele, e a certos padrões ‘menores’ (ou mais específicos) que estão abaixo, na linguagem.” (ALEXANDER et al, 2013 [1977], p. xv). Os padrões existem em diversas escalas e a riqueza da linguagem está nas infinitas conexões que podem ser criadas entre os padrões, o que significa que os resultados projetuais apesar de terem a mesma essência, serão diferentes uma vez que os padrões não são deterministas e apresentam infinitas possibilidades de se consumarem no meio físico. Na tentativa de elucidar melhor os padrões, no Quadro 7 consta uma compilação

do padrão nº 107 – alas para luz natural, contendo informações principais sobre o problema enfrentado e a solução encontrada, além do diagrama que representa o padrão.

Quadro 7: Padrão nº 107 – alas para luz natural.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 107 alas para a luz natural	As edificações modernas são frequentemente projetadas sem qualquer preocupação com a luz natural – elas dependem quase que exclusivamente da luz elétrica. No entanto, edificações que não aproveitam a luz natural como a principal fonte de iluminação não são locais adequados para passar o dia.	Projete as edificações de maneira que elas estejam divididas em alas que correspondam, aproximadamente, aos grupos sociais naturais mais importantes acomodados por elas. Faça as alas longas e estreitas – evite que elas tenham mais de 7,5 metros de profundidade.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Como percebe-se, os padrões apresentam diretrizes, mas não um modelo específico de como essas instruções irão se materializar. Apesar de terem um fim projetual, neste trabalho os padrões não serão usados com essa intenção, mas sim com o intento de identificar seus desdobramentos sócio-espaciais. Por se relacionarem com a morfologia serão utilizados para compreender como a configuração espacial e as dinâmicas sociais se relacionam, se definem e interferem uma na outra. Um exemplo hipotético: em determinado espaço identifica-se o padrão nº 140 – terraço privativo junto a rua, de que forma a construção de um edifício levando em conta essa solução projetual impactou a vida das pessoas e sua forma de se relacionar?

É nesse sentido que os padrões serão utilizados, para compreender as práticas sócio-espaciais, a forma como as relações sociais moldaram o espaço e vice-versa, para posteriormente caracterizar a dinâmica sócio-espacial de uma ocupação urbana. O trabalho de outros autores apoiam, embasam e dão suporte ao desenvolvimento desta etapa da pesquisa. Barros (2008), por exemplo, trata da inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto de habitações coletivas, seleciona previamente os padrões que se adequam ao tema, os fundamenta enquanto fatores de projeto e constrói uma base que vai permitir a “avaliação [da qualidade espacial] quanto ao melhor atendimento de necessidades psicossociais e ambientais.” (BARROS, 2008, p. 66). A autora constrói “[...] conceitos humanizadores [que] combinam parâmetros projetuais e possuem caráter propositivo e abrangente. Estruturados em estratégia de apoio ao processo projetual, constituem os elementos que podem contribuir para o atendimento das necessidades psicossociais e ambientais [...]” (BARROS, 2008, p. 170).

Já Andrade (2014) utiliza os padrões espaciais dos ecossistemas urbanos para criar conexões transdisciplinares, entre o campo da arquitetura, do urbanismo e demais áreas do conhecimento relacionadas à produção das cidades, com a intenção de melhorar o desempenho dos fluxos de água na cidade. A autora sistematiza um método pautado na conexão entre padrões que possibilita um desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem. Então, apesar de se inserirem em contextos diferentes: Barros (2008) com foco no processo de projeto de habitações coletivas, Andrade (2014) com foco nos ecossistemas urbanos, ambas identificam padrões no ambiente construído, cada um com uma finalidade, mas que demonstram ser possível a utilização dos padrões para caracterizar a dinâmica sócio-espacial de um lugar, entendendo as decisões arquitetônicas tomadas, o que elas geraram em termos de forma, como influíram no modo como as relações sociais se estabeleceram e principalmente, como a articulação de determinados padrões legitima uma outra lógica de produção sócio-espacial.

A linguagem de padrões desenvolvida por Alexander et al. (2013[1977]) é constituída de padrões globais e locais. Os primeiros são responsáveis por definir cidades ou comunidades, logo não podem ser construídos ou projetados de uma vez só. Uma cidade ou comunidade formada por estes padrões é fruto de uma série de ações que os geraram (através de um crescimento lento e gradual). Já os padrões locais dão forma aos edifícios e definem os espaços residuais. Se trata de padrões exequíveis de uma vez só, que podem ser projetados e estão sob controle das pessoas.

A classificação dos padrões em globais e locais é uma das bases fundamentais da linguagem, que se estrutura como uma rede: “[...] sempre passando dos padrões maiores para os menores, partindo daqueles que criam as estruturas para aqueles que as refinam e então aos que refinam ainda mais...”. (ALEXANDER et al., 2013 [1977], p. xxi). Esta pesquisa também estrutura-se em duas escalas, aqui chamadas de “visão de sobrevo” - que trata da noção global e de conjunto - e “olhar de perto” - que trata do nível local e específico -, entretanto, nem todos os padrões globais de Alexander são identificáveis do alto e de longe, assim como alguns padrões locais não precisam de inserção no território para serem identificados. Desse modo, para além da divisão dos padrões em globais e locais, foi feito um agrupamento dos padrões de acordo com a “visão de sobrevo” e o “olhar de perto”.

Para definir os padrões identificáveis através da “visão de sobrevo” foi utilizado como critério que a identificação deveria se dar “de longe”, ou seja, todos os padrões que puderam ser identificados através de mapas ou imagens de satélite, entraram nesse grupo,

ainda que seus desdobramentos na vida cotidiana precisassem de inserção no território para serem analisados. Já os padrões identificáveis através do “olhar de perto” foram definidos partindo do preceito de que sua identificação só poderia ser feita após a inserção no território e com a realização de visitas *in loco*. O padrão nº 37 – agrupamento de moradias e o padrão nº 50 – entroncamento em T são exemplos de padrões que podem ser identificados “de longe”, enquanto padrões como nº 35 – diversidade de domicílios e nº 88 – café com mesas na calçada só podem ser identificados “de perto”.

Como a linguagem desenvolvida por Alexander et al. (2013 [1977]) conta com 253 padrões espaciais, anterior a esse agrupamento foi feita uma pré-seleção dos que são pertinentes às ocupações urbanas. Nesta seleção, foram excluídos os padrões que dizem respeito ao interior do edifício e não se relacionam ou interferem na dinâmica com o exterior por serem específicos demais. Padrões como o nº 182 – ambiência para as refeições, o nº 187 – cama de casal, o nº 198 – armários embutidos entre dormitórios, o nº 212 – pilares nas quinas e o nº 227 conexões pilar-viga, exemplificam os padrões excluídos seguindo este preceito. Outro critério utilizado foi a exclusão dos padrões relacionados à demarcação dos limites das cidades e às zonas rurais como o padrão nº 2 – a distribuição das cidades, o padrão nº 4 – vales agrícolas, o padrão nº 5 - pequenas cidades rurais, entre outros. Também não entraram na seleção os padrões que de algum modo não teriam como ser inseridos em ocupações urbanas, como por exemplo, o padrão nº 10 – a mágica da cidade grande, o padrão nº 43 – universidade como feira pública, o padrão nº 82 – conexões entre escritórios, entre diversos outros.

No Quadro 8 é possível ver a relação e classificação dos 126 padrões espaciais pré-selecionados, que serão posteriormente utilizados para caracterização sócio-espacial do território estudado.

Quadro 8: Padrões espaciais pertinentes às ocupações urbanas.

<b>PADRÕES ESPACIAS DESENVOLVIDOS POR ALEXANDER ET AL. (2013 [1977])</b>		
	<b>PADRÕES GLOBAIS</b>	<b>PADRÕES LOCAIS</b>
<b>VISÃO DE SOBREVOO</b>	11. Áreas de transporte local 12. Comunidades de 7000 habitantes 14. Bairro identificável 15. Limites entre bairro 21. Limite de 4 pavimentos 23. Vias paralelas 28. Núcleos excêntricos 29. Anéis de densidade 34. Terminais intermodais (estações) 37. Agrupamento de moradias 38. Moradias em fita 39. Moradias escalonadas 42. Cinturão industrial 44. Subprefeitura	104. Edificação melhorando o sítio 106. Espaço externo positivo 108. Edificações conectadas entre si 109. Casa longa e estreita 114. Hierarquia de espaços abertos 121. Forma dos passeios 122. Fachadas frontais

	<p>47. Centros de saúde 49. Vias locais em "loops" 50. Entroncamento em T 60. Praças acessíveis 61. Praças públicas pequenas 62. Lugares elevados (altos) 70. Cemitérios pequenos distribuídos</p>	
<b>OLHAR DE PERTO</b>	<p>8. Mosaico de subculturas 9. Locais de trabalho bem distribuído 18. Redes de aprendizado 19. Rede de comércio e serviços 20. Micro-ônibus 22. 9% em estacionamentos 24. Sítios sagrados 26. Ciclo da vida 27. Homens e mulheres 30. Nós de atividade 31. Promenade 32. Rua de comércio para pedestre 33. Vida noturna 35. Diversidade de domicílios 36. Gradiente de privacidade no arranjo do conjunto 40. Mescla de faixas etárias 41. Conjunto de locais de trabalho 45. Corrente de projetos comunitários 46. Mercados de diversas lojas 51. Ruas verdes 52. Rede harmônica de vias de veículos e de pedestres 53. Demarcação de entradas 54. Faixa de pedestres em vias movimentadas 55. Calçadas elevadas 56. Ciclovias, ciclofaixas e bicicletários 57. Crianças na cidade 58. Carnaval 63. Dança na rua 64. Espelhos d'água e riachos 65. Locais de nascimento 66. Solo sagrado 67. Área externa coletiva 68. Espaço para brincar conectados 69. Ambiente externo e público 71. Espelhos d'água - piscinas 72. Esportes comunitários 73. Parques infantis rústicos e dinâmicos 75. A família 80. Escritórios e oficinas com autoadministração 81. Pequenos centros serviços sem burocracia 84. Grupo de adolescentes 85. Miniescolas 86. Lares infantis 87. Lojas de propriedade individual 88. Café com mesas na calçada 89. A mercearia de esquina 90. Cervejaria 91. Pousada (ou hospedaria) para viajantes 92. Ponto de ônibus 93. Quiosque de vendas de alimentos 94. Dormir em público</p>	<p>95. Edificação como complexo 98. Níveis legíveis de circulação 100. Rua de pedestres 101. Ruas internas 102. Família de entradas 103. Estacionamentos pequenos 110. Entrada principal 111. Jardim parcialmente oculto 112. Espaço de transição 113. Conexão entre a casa e o automóvel 116. Cobertura congruente aos espaços 117. Cobertura envolvente 118. Terraço jardim 119. Arcadas 120. Passeios e destinos 123. Densidade de pedestres 124. Bolsões de atividade 125. Escada para sentar 126. Algo mais ou menos no centro 130. Ambiente de entrada 133. Escada com papel social 140. Terraço privativo junto a rua 153. Cômodos para alugar 158. Escadas abertas 160. Bordas da edificação 164. Janelas para a rua 165. Abertura para a rua 166. Varandas e galerias 167. Terraço utilizável 168. Conexão com o chão 169. Terrenos com terraços sucessivos 170. Árvores frutíferas 171. Lugares configurados por árvores 172. Jardim espontâneo 173. Jardim Protegido 174. Passeio com pérgola e verde 176. Banco de jardim protegido 177. A horta 192. Janelas voltadas para a vida lá for 222. Peitoril baixo 226. Lugar configurado por pilar 241. Posicionamento dos bancos externos 242. Banco do lado de fora da parte principal 243. Mureta para sentar 245. Floreiras elevadas 246. Trepadeiras 247. Pisos internos com juntas largas</p>

Fonte: Adaptado de Alexander et al.

Levando em conta que Alexander et al. (2013 [1977]) propõe “uma” linguagem e não a única possível e incentiva a criação de linguagens próprias, baseadas nos contextos locais e na cultura, além da utilização dos padrões pré-selecionados, caso seja necessário, serão criados novos padrões que mostrem o cerne das soluções criadas no local do estudo de caso, ao exemplo do trabalho de Andrade (2014) que elaborou 38 padrões espaciais para o

desenho urbano sensível à água e Barros (2008) que identificou 07 novos padrões espaciais em projetos de habitações coletivas. Assim como as autoras supracitadas fizeram, os novos padrões espaciais devem estabelecer a relação “se-então-faça”, que traduz o problema existente e a forma utilizada para resolvê-lo.

## 2.5 Os momentos

Sobre os momentos da produção sócio-espacial, Lefebvre (2013 [1974]) propõe que ela se dá por meio de três formantes que se apresentam em duas séries paralelas: práticas espaciais/representações do espaço/espacos de representação e espaço percebido/espaço concebido/espaço vivido. A tríade se justifica na compreensão do autor de que a binariedade se reduz a uma contraposição e o que acontece na produção do espaço são processos interconectados dialeticamente. Diferente da dialética hegeliana onde a contraposição de ideias leva a outras ideias que surgem com mais clareza através da reflexão, a dialética lefebvriana “liga três momentos, que permanecem distintos entre si, sem reconciliá-los numa síntese – três momentos que existem em interação, em conflito ou em aliança entre si” (LEFEBVRE, 2004, p. 12 apud SCHMID, 2012, p. 95).

O autor defende que a relação entre os três formantes nunca é simples ou estável e que cada um deles intervém de forma diferente na produção do espaço, uma vez que vão se estabelecer conforme suas características próprias, conforme a época, conforme a sociedade em questão e seu modo de produção. Tendo isso em vista, a tríade conceitual é estabelecida por Lefebvre (2013 [1974]) da seguinte forma:

### 2.5.1 Práticas espaciais ou espaço percebido

As práticas espaciais “[...] consiste[m] em uma projeção ‘no terreno’ de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, [...]” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 69, tradução nossa)<sup>33</sup>, logo, “Na prática espacial, a reprodução das relações sociais predomina” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 69, tradução nossa)<sup>34</sup>. Se trata do momento da produção do espaço que se refere à dimensão física/material e as atividades e interações sociais que nela se desenvolvem. É o momento no qual o espaço é produzido através das práticas, atividades e

---

<sup>33</sup> No original: “[...] consiste en una proyección «sobre el terreno» de todos los aspectos, elementos y momentos de la práctica social, [...]”

<sup>34</sup> No original: “En la práctica espacial, la reproducción de las relaciones sociales predomina.”

interações e relaciona-se com a materialidade dos elementos que formam e estruturam o espaço e sua percepção por meio dos sentidos.

### 2.5.2 Representações do espaço ou espaço concebido

“As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, o espaço de cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas fragmentadores, engenheiros sociais [...]. É o espaço dominante em qualquer sociedade (o modo de produção).” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 97, tradução nossa)<sup>35</sup>. Diz respeito ao imaginário do espaço criado por profissionais tecnocratas responsáveis pela sua produção. Nesta dimensão, o espaço é produzido por meio de ideias e pensamentos, uma vez que não se pode perceber um espaço sem ao menos tê-lo imaginado previamente. Trata-se, portanto, de um espaço criado, idealizado e conceituado pelos técnicos, que carrega consigo questões políticas e reflete as ideologias dominantes. Engloba planos, projetos, mapas, definições etc.

### 2.5.3 Espaços de representação ou espaço vivido

“Os espaços de representação, isto é, o espaço vivido pelas imagens e símbolos que o acompanham, e a partir daí, então, o espaço dos ‘habitantes’, dos ‘usuários’, [...]. É o espaço dominado, isto é, passivamente experimentado, que a imaginação deseja modificar e tomar.” (LEFEBVRE, 2013 [1974], p. 98, tradução nossa)<sup>36</sup>. Trata-se da dimensão onde o espaço é produzido por meio da significação dada pelos usuários através de suas experiências sociais e sentidos. É o espaço imaginado, sonhado, repleto de significados e simbolismos. É a formante do espaço que o trata tal qual ele é experimentado através das práticas cotidianas. Carrega consigo experiências, vivências e sentimentos ora muito particulares ora muito comuns que estruturam o espaço e a forma como ele é visto.

Em resumo, o autor identifica na produção do espaço os seguintes momentos de produção: “primeiro, a produção material; segundo, a produção de conhecimento; e, terceiro, a produção de significados.” (SCHMID, 2012, p. 104). Lorea (2013, p. 15-16, tradução nossa) sintetiza os três espaços resultantes da tríade conceitual práticas espaciais/representações do

<sup>35</sup> No original: “*Las representaciones del espacio, es decir, el espacio concebido, el espacio de los científicos, planificadores, urbanistas, tecnócratas fragmentadores, ingenieros sociales [...]. Es el espacio dominante en cualquier sociedad (o modo de producción).*”

<sup>36</sup> No original: “*Los espacios de representación, es decir, el espacio vivido a través de las imágenes y los símbolos que lo acompañan, y de ahí, pues, el espacio de los «habitantes», de los «usuarios», [...]. Se trata del espacio dominado, esto es, pasivamente experimentado, que la imaginación desea modificar y tomar.*”

espaço/espacos de representação: o primeiro (espaço percebido) é “[...] o espaço da experiência material, que liga a realidade cotidiana (uso do tempo) à realidade urbana (redes e fluxos de pessoas, bens ou dinheiro [...]), abrangendo tanto a produção quanto a reprodução social”<sup>37</sup>; o segundo (espaço concebido) é “[...] o espaço dos especialistas, cientistas, planejadores. O espaço dos signos, dos códigos de organização, fragmentação e restrição”<sup>38</sup>; e o terceiro (espaço vivido) é “[...] o espaço da imaginação e o simbólico dentro de uma existência material. É o espaço de usuários e habitantes, onde a busca de novas possibilidades da realidade espacial é aprofundada.”<sup>39</sup>

Quando tratamos dos processos *bottom-up*, as representações do espaço, o espaço concebido, deixa de se restringir aos técnicos, planejadores e especialistas, e passa a englobar também as pessoas que produzem o espaço por meio de um saber implícito e por vezes irreflexivo. Através da autogestão, pessoas consideradas leigas, autoproduzem seus espaços domésticos e urbanos e o fazem pautados nas suas experiências e vivências.

## 2.6 Diagrama da seção 2

Buscando um entendimento das ocupações urbanas e tudo que envolve a sua produção sócio-espacial, na segunda seção do trabalho se tratou basicamente dos aspectos a serem considerados e analisados para compreender esse processo. Com base nas obras de Corrêa (1989), Carlos (2011), Lefebvre (2013 [1974]), Maricato (2015), Loureiro (2017), Alexander et al. (2013 [1977]), Andrade (2014), Barros (2008), Costa (2020) e Vianna (2020), foram elencados os aspectos que devem ser explorados: (1) os agentes sociais envolvidos, (2) os conflitos existentes, (3) a regulação destes territórios, (4) sua morfologia e configuração sócio-espacial e (5) os momentos da sua produção.

Os agente sociais a nível macro são os grupos sociais excluídos, o Estado, os proprietários fundiários, proprietários dos meios de produção e promotores imobiliários; os conflitos existentes permeiam a disputa por terra urbana e rural, por moradia e pelo valor de uso em detrimento do valor de troca das cidades; a regulação destes territórios é feita através

---

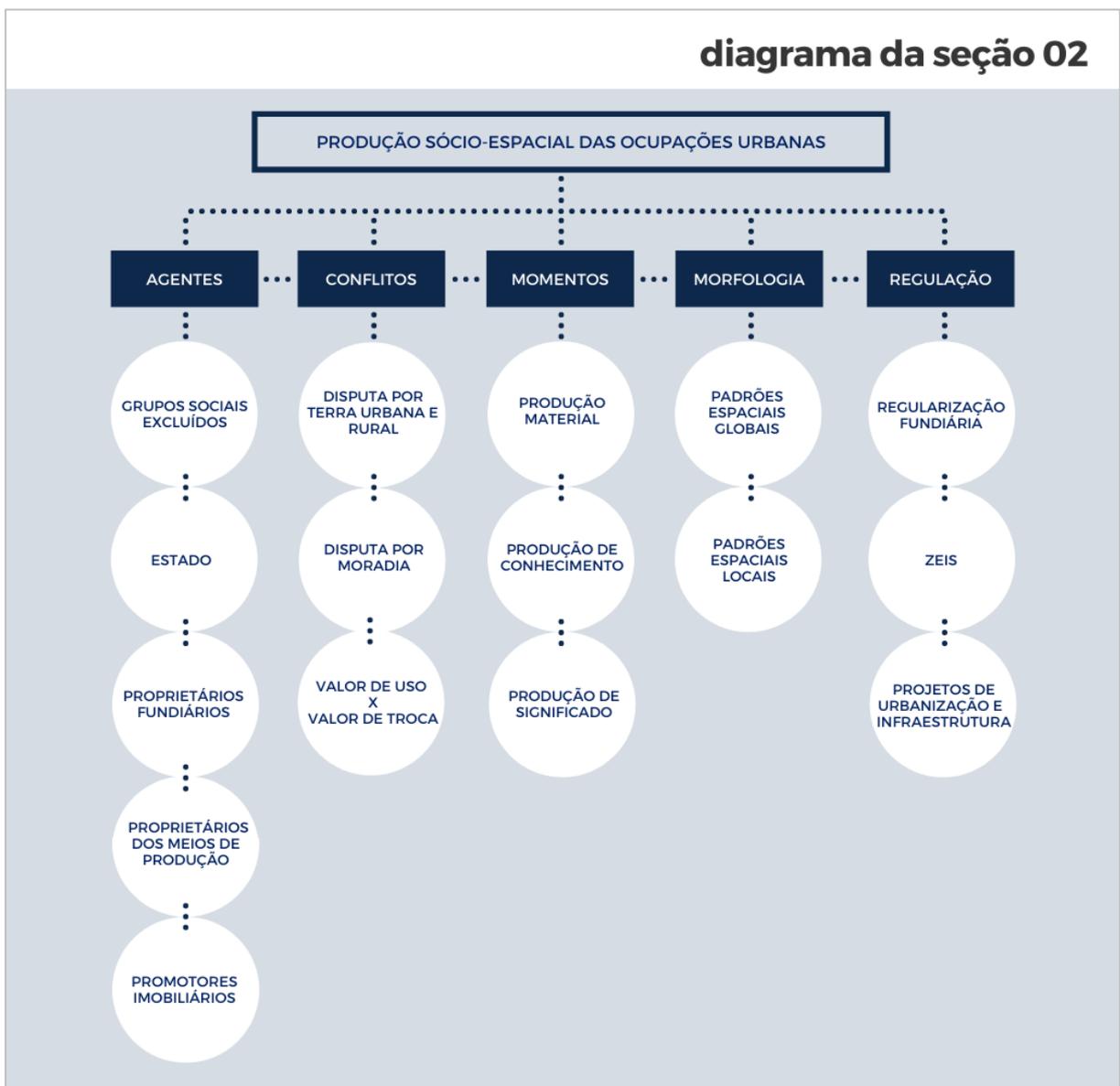
<sup>37</sup> No original: “*el espacio de la experiencia material, que vincula realidad cotidiana (uso del tiempo) y realidad urbana (redes y flujos de personas, mercancías o dinero [...]), englobando tanto la producción como la reproducción social.*”

<sup>38</sup> No original: “[...] *el espacio de los expertos, los científicos, los planificadores. El espacio de los signos, de los códigos de ordenación, fragmentación y restricción.*”

<sup>39</sup> No original: “[...] *el espacio de la imaginación y de lo simbólico dentro de una existencia material. Es el espacio de usuarios y habitantes, donde se profundiza en la búsqueda de nuevas posibilidades de la realidad espacial.*”

da regularização fundiária, da definição de ZEIS e dos projetos de urbanização e infraestrutura; a morfologia, no geral, é marcada pelo caráter compacto e adensado, com ruas curtas e quadras irregulares, elevada organicidade, alta densidade de traçados e ocupação de terrenos de baixa declividade, entre outros aspectos que se apresentam através de padrões espaciais globais e locais; os momentos da produção sócio-espacial dizem respeito a produção material, a produção de conhecimento e a produção de significado. O Quadro 9, abaixo, é um diagrama que simplifica e esquematiza o que foi abordado nesta seção do trabalho.

Quadro 9: Diagrama da seção 02.



Fonte: Elaborado pela autora.

**A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO DE LEVANTAMENTO  
SÓCIO-ESPACIAL E OS PADRÕES EMERGENTES DA  
AUTOURBANIZAÇÃO**

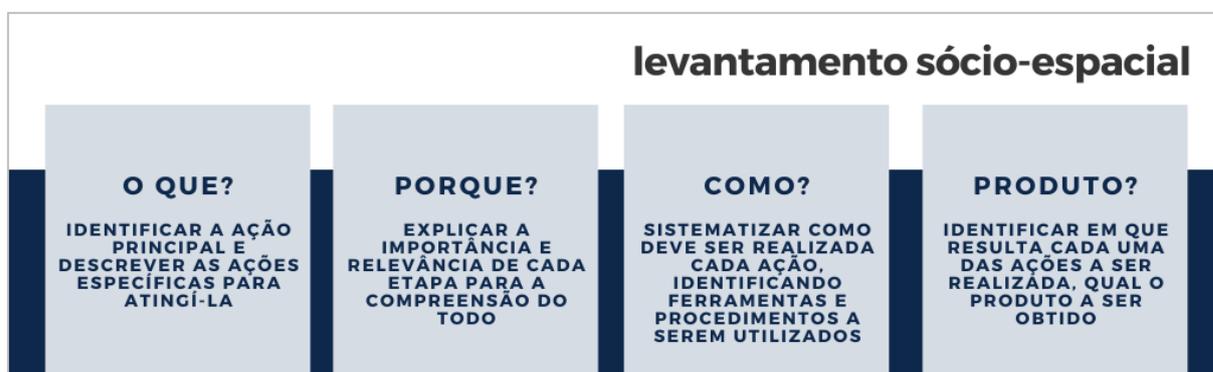


### 3. A CONSTRUÇÃO DO MÉTODO DE LEVANTAMENTO SÓCIO-ESPACIAL E OS PADRÕES EMERGENTES DA AUTOURBANIZAÇÃO

As teorias estudadas até aqui permitiram a compreensão da produção sócio-espacial das ocupações urbanas em linhas gerais. Tendo em vista que cada caso é um caso, com suas próprias particularidades e características, será proposto um método de levantamento sócio-espacial pautado em escalas que permita essa compreensão a nível local e a nível global, caracterizando a dinâmica sócio-espacial do território estudado e contribuindo em alguma medida na luta pelo direito à moradia e à cidade, principalmente no processo de regularização fundiária. No caso deste trabalho, o método será aplicado e testado na ocupação urbana Portelinha, localizada em São Luís do Maranhão.

Construir e sistematizar um método é um processo fluído, assim, ferramentas e questões foram pré-definidas, mas sua aplicação no estudo de caso pode resultar em novas indagações e olhares, alterando, suprimindo ou mesmo acrescentando novos procedimentos e etapas. O método proposto será apresentado conforme o esquema mostrado no Quadro 10, onde será definido **o que** será feito, **porque** será feito, **como** será feito e os **produtos** obtidos.

Quadro 10: Esquema levantamento sócio-espacial.



Fonte: Elaborado pela autora.

A construção do método não parte do zero: perpassa, permeia, incorpora, estrutura, vincula, sistematiza e articula diversas teorias e procedimentos desenvolvidos anteriormente por diferentes autores. Através da fundamentação teórica nas obras de Corrêa (1989), Carlos (2011), Lefebvre (2013 [1974]), Maricato (2015), Loureiro (2017), Alexander et al. (2013 [1977]), Andrade (2014), Barros (2008), Costa (2020) e Vianna (2020), foi possível articular abordagens e estabelecer ações gerais e específicas que somadas dão um panorama completo da produção sócio-espacial de ocupações urbanas.

### 3.1 Sobre o “o quê” e o “porquê”

As ações foram definidas através da premissa de que a combinação de escalas de análise são fundamentais para uma compreensão do todo, assim, o método será pautado na articulação da “visão de sobrevoos” e do “olhar de perto”, de modo a permitir a identificação e análise dos agentes sociais envolvidos na produção sócio-espacial da ocupação em questão, os conflitos existentes, a regulação destes territórios, o que é produzido em termos de morfologia e configuração sócio-espacial e os momentos da sua produção.

A primeira delas, a “visão de sobrevoos” é a etapa e escala da pesquisa que é realizada “de longe”, pois esse olhar “[...] permite que se ganhe uma perspectiva que é imprescindível e insubstituível: aquela que faculta uma ‘noção de conjunto’ – e que permite trabalhar com as escalas da estratégia.” (SOUZA, 2007, p. 101). Já o segundo momento da pesquisa diz respeito à escala do “olhar de perto”, realizada através de uma aproximação no nível da vida cotidiana, onde se adentra nos territórios para ter uma visão baseada em quem vivencia na prática o lugar. Esta perspectiva a nível local somada a noção de conjunto adquirida possibilita um entendimento mais completo da dinâmica sócio-espacial.

Por se tratar de um processo de produção complexo, cada ação definida permite identificar mais de um dos itens supracitados, uma vez que todos eles se interconectam e ora um ora outro vai se sobressair de acordo com o tipo de análise realizada. Os momentos da produção sócio-espacial, por exemplo, perpassam todo o processo de produção e só podem ser compreendidos ao se analisar o panorama geral, o todo. O Quadro 11 abaixo mostra as ações que foram definidas, elas serão explicadas a seguir:

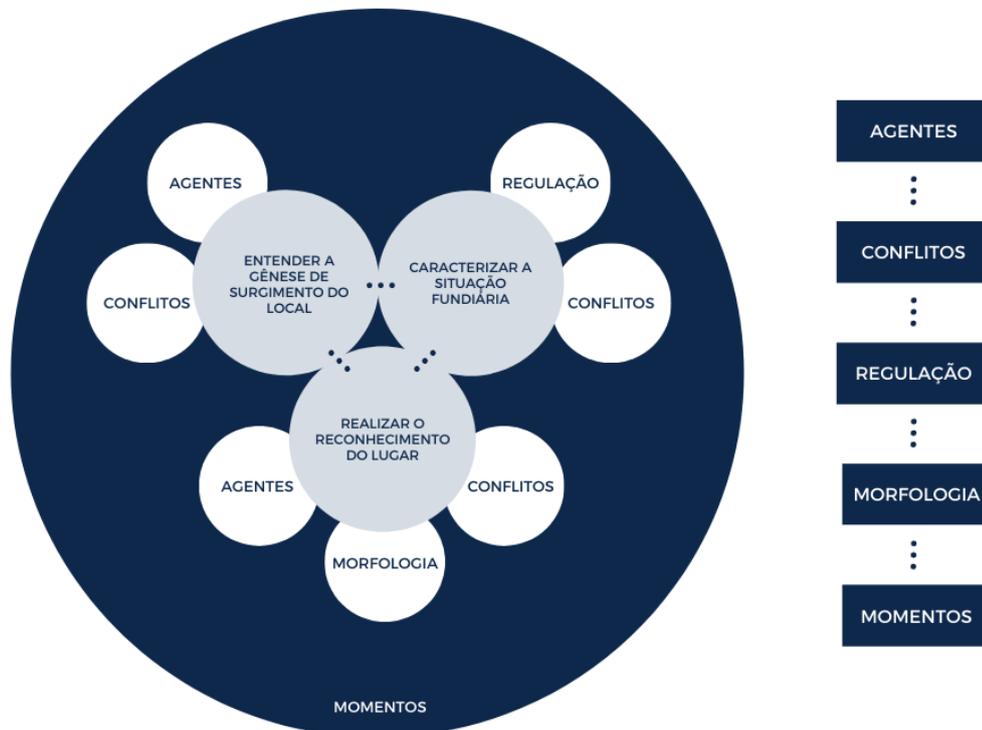
Quadro 11: Método de levantamento sócio-espacial proposto.



Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 12 correlaciona teoria e prática, mostrando cada uma das ações definidas e o que elas permitem identificar e entender. Através da compreensão da gênese de surgimento do local, identificamos os agentes sociais envolvidos na sua produção sócio-espacial e possíveis conflitos das relações entre eles, já a análise da situação fundiária permite verificar o estado da regulação do território, quais conflitos permeiam esse processo e os agentes sociais envolvidos. O reconhecimento do lugar permite verificar o que foi produzido em termos de morfologia e configuração sócio-espacial, além de caracterizar os agentes envolvidos e identificar conflitos (sociais, econômicos e ambientais). O somatório de todas essas ações permite compreender os momentos da produção sócio-espacial.

Quadro 12: Correlação entre teoria e prática.



Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.1.1 Entender a gênese de surgimento do local

Tendo em vista que cada espaço é construído à sua maneira, se mostra apropriado compreender a gênese de surgimento do local em questão uma vez que isto permitirá a identificação dos agentes sociais envolvidos na sua produção e os possíveis conflitos existentes. Como dito anteriormente, cada agente possui seus próprios interesses e assume um papel baseado nisto, o que leva a relação entre agentes a ser pautada em alianças ou em conflitos, visto que os interesses podem estar alinhados ou divergir total ou parcialmente.

Partindo da ação geral de entender a gênese de surgimento do local, ações específicas são necessárias para atingi-la. A nível global, ou seja, através da “visão de sobrevoos” é oportuno compreender primeiramente como se deu a urbanização da cidade, ou seja, traçar um panorama histórico que permita assimilar de que forma o surgimento dos assentamentos informais se insere nesse processo, onde costumam se localizar, se políticas públicas ou legislações urbanísticas foram responsáveis pela sua localização e quais agentes sociais contribuíram para esse processo. Pesquisas bibliográficas e documentais somadas a elaboração de mapas e análise de imagens de satélite permitem a compreensão desse processo e vão resultar no panorama histórico do processo de urbanização da cidade, mapa da evolução urbana, mapa dos assentamentos informais da cidade e mapa de sobreposição da evolução urbana com os assentamentos informais.

Após a elaboração do referido panorama, se mostra pertinente caracterizar os assentamentos informais da cidade. Apesar do trabalho tratar especificamente das ocupações urbanas, é muito difícil obter informações a nível de cidade apenas destes territórios, por isso o levantamento abordará os assentamentos informais de modo geral, uma vez que o IBGE realiza pesquisas e levantamentos sobre estes assentamentos (lá tratados como aglomerados subnormais). Dentre as informações disponibilizadas pelo IBGE, estão o quantitativo dos AGSN na cidade, o número de domicílios em AGSN, a população residente, a área, a densidade demográfica, as características topográficas predominantes, as características e localização predominantes do sítio urbano, as classes de predominância de arramento regular, as classes de predominância dos lotes de tamanho e forma regular, o tipo de via de circulação interna predominante, a acessibilidade possível na maior parte das vias internas, o número de pavimentos predominante nas construções e o espaçamento predominante entre as construções. Além dessas informações, é pertinente calcular a média de moradores por domicílio e a porcentagem que a população de aglomerados subnormais representa em relação a população do município. Desse modo se obterá uma caracterização bem completa dos assentamentos informais da cidade.

A nível local, através do “olhar de perto”, é pertinente entender o contexto específico do assentamento em questão, através da compreensão do processo de surgimento da ocupação. Estes territórios não costumam ter sua história documentada, sendo necessário realizar entrevistas com os primeiros ocupantes para obter informações sobre como se deu esse processo. A elaboração do mapa de localização do local é fundamental para esta etapa, na qual também é relevante analisar imagens históricas de satélite para traçar a evolução

urbana da ocupação. As entrevistas, que vão resultar no panorama do surgimento da ocupação, devem responder às questões listadas no Quadro 13:

Quadro 13: Questionamentos sobre o surgimento da ocupação.

→ COMO ACONTECEU A OCUPAÇÃO? ELA EXISTE HÁ QUANTO TEMPO?
→ QUAIS OS AGENTES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO? QUAIS PAPÉIS ELES DESEMPENHARAM?
→ QUAL A ORIGEM DOS OCUPANTES? O QUE MOTIVOU SUA SAÍDA?
→ O QUE MOTIVOU A ESCOLHA DO LOCAL DA OCUPAÇÃO?
→ O GRUPO ESTAVA ORGANIZADO? SE SIM, DE QUE MODO?
→ A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL FOI PENSADA EM ALGUM NÍVEL?

Fonte: Elaborado pela autora.

A importância de entender a gênese de surgimento do local reside no fato de que isso permite localizar como a ocupação se insere no contexto geral da cidade, ao mesmo tempo que caracteriza a ocupação a nível local, permitindo conhecer os agentes que fizeram parte do seu surgimento e os papéis assumidos por cada um deles, além de identificar possíveis conflitos. Segue abaixo o Quadro 14 com um compilado do que foi pensado para esta primeira etapa do método de levantamento sócio-espacial:

Quadro 14: Versão inicial da etapa 01 do método proposto.

<b>entender a gênese de surgimento do local</b>		
	<b>A VISÃO DE SOBREVOO</b>	<b>O OLHAR DE PERTO</b>
<b>O QUE?</b>	COMPREENDER O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE	COMPREENDER O PROCESSO DE SURGIMENTO DA OCUPAÇÃO
<b>PORQUE?</b>	É FUNDAMENTAL CONHECER O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE PARA ASSIMILAR EM QUE CONTEXTO O SURGIMENTO DAS OCUPAÇÕES URBANAS VAI SE INSERIR	PERMITE A IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES E GRUPOS SOCIAIS QUE ATUAM/ATUARAM NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA ÁREA, SUAS MOTIVAÇÕES, COMO SE ORGANIZARAM, ETC.
<b>COMO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL</li> <li>• ELABORAÇÃO DE MAPAS</li> <li>• ANÁLISE DE IMAGENS DE SATÉLITE</li> <li>• ANÁLISE DE DADOS CENSITÁRIOS SOBRE OS AGSN DA CIDADE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTREVISTAS COM OS PRIMEIROS OCUPANTES</li> <li>• ELABORAÇÃO DE MAPAS</li> <li>• ANÁLISE DE IMAGENS DE SATÉLITE</li> </ul>
<b>PRODUTO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• HISTÓRICO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE</li> <li>• MAPA EVOLUÇÃO URBANA</li> <li>• MAPA AGSN DA CIDADE</li> <li>• MAPA SOBREPOSIÇÃO EVOLUÇÃO URBANA + AGSN</li> <li>• CARACTERIZAÇÃO DOS AGSN DA CIDADE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PANORAMA DO SURGIMENTO DA OCUPAÇÃO</li> <li>• MAPA DE LOCALIZAÇÃO</li> <li>• SÉRIE HISTÓRICA DE IMAGENS DE SATÉLITE COM A EVOLUÇÃO URBANA DA ÁREA</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.1.2 Caracterizar a situação fundiária

A análise da situação fundiária vai definir em que momento a ocupação se encontra na luta pelo direito à moradia e à cidade, além de identificar conflitos entre o marco jurídico e o que está posto na prática. A nível global, através da “visão de sobrevoos”, será analisada a legislação urbanística vigente, o que permitirá identificar possíveis restrições ambientais, além de visualizar o que foi pensado para a área através da zona em que se localiza, os usos permitidos e os índices urbanísticos previstos. Essa identificação do que está no marco jurídico permitirá a comparação com a realidade local, o que levará a reconhecer conflitos, caso eles existam. A análise da realidade será feita através da análise de mapas e imagens de satélite.

A nível local, através do “olhar de perto” é imprescindível obter informações sobre a situação fundiária: saber se há algum processo de regularização em andamento, caso haja, em que etapa ele está, os agentes envolvidos no processo e os conflitos que o permeiam. Para a obtenção destas informações, entrevistar as lideranças locais se mostra o meio mais pertinente visto que estes são agentes que costumam estar na linha de frente dos processos de regularização, até mesmo por serem porta-voz dos moradores e grandes mobilizadores locais. O Quadro 15 reúne o que foi planejado para esta fase do levantamento sócio-espacial:

Quadro 15: Versão inicial da etapa 02 do método proposto.

<b>caracterizar a situação fundiária</b>		
	<b>A VISÃO DE SOBREVOO</b>	<b>O OLHAR DE PERTO</b>
<b>O QUE?</b>	<b>ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA EXISTENTE</b>	<b>IDENTIFICAR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA OCUPAÇÃO</b>
<b>PORQUE?</b>	<b>CONHECER O QUE A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA PREVÊ PARA O ESPAÇO LEVA A IDENTIFICAR CONFLITOS ENTRE O MARCO JURÍDICO E O QUE ESTÁ POSTO NA PRÁTICA</b>	<b>A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA VAI DEFINIR EM QUE MOMENTO A OCUPAÇÃO SE ENCONTRA NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA E À CIDADE</b>
<b>COMO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• LEVANTAMENTO E ESTUDO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL VIGENTE</li> <li>• COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS PREVISTOS E EXISTENTES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS</li> </ul>
<b>PRODUTO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• DEFINIÇÕES DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL VIGENTE PARA A ÁREA</li> <li>• TABELA COMPARATIVA (ZONA X OCUPAÇÃO)</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS CONFLITOS EXISTENTES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IDENTIFICAÇÃO DO ESTÁGIO ATUAL DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS CONFLITOS EXISTENTES</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.1.3 Realizar o reconhecimento do lugar

Para trabalhar com qualquer território é necessário conhecer tanto a população quanto o sítio físico e as relações que se estabelecem entre ambos, saber quem é esta população, como é este território e a maneira como essa população desenvolve suas atividades e interações sobre o plano material. A nível global, através da “visão de sobrevoo”, o reconhecimento do lugar trata de caracterizar a população e obter informações sobre o território por meio da análise de dados censitários sobre a população e a infraestrutura do local, da análise de dados geográficos, da análise de mapas e imagens de satélite e da identificação de padrões espaciais.

A análise de dados censitários sobre a população (quantitativo populacional, cor ou raça, sexo, idade, renda e alfabetização) vai permitir traçar o perfil socioeconômico da população. A análise de dados censitários sobre domicílios e infraestrutura (quantidade de domicílios, tipos de domicílios, média de moradores por domicílio, condição de ocupação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino de lixo e energia elétrica) vai permitir a descrição da infraestrutura local. Por se tratar de espaços que surgem por meio de uma lógica diferente da tradicionalmente encontrada na cidade formal, não costumam existir dados ou documentações sobre as ocupações, ou seja, se o assentamento em questão não for considerado um aglomerado subnormal pelo IBGE, não haverá dados censitários sobre ele, o que dificultará a obtenção das informações sobre população e infraestrutura. Nesse caso, diversas informações só conseguirão ser obtidas *in loco*.

A análise de dados geográficos diz respeito a caracterização das seguintes informações sobre o território: solo, relevo, vegetação, índice pluviométrico e cursos d'água. A identificação e cruzamento destes dados permitirá identificar possíveis vulnerabilidades ambientais, suscetibilidade a deslizamentos, inundações e erosão do solo. Os produtos desta etapa serão: mapa de solo, mapa hipsométrico, mapa de declividade, imagens de satélite do território antes e depois da antropização (para caracterização da vegetação), informações sobre precipitação e mapa de cursos d'água.

A análise de mapas e imagens de satélite é fundamental para uma primeira aproximação com o território que vai permitir a identificação da sua configuração espacial através do mapa de macro parcelas, mapa de micro parcelas e mapa do traçado viário. A elaboração destes mapas e a análise de imagens de satélite possibilitarão responder as seguintes questões, elencadas no Quadro 16, sobre a configuração espacial do local:

Quadro 16: Informações a se analisar através de mapas e imagens de satélite.

→ COMO SE ESTRUTURA O TRAÇADO VIÁRIO? ELE É MAIS REGULAR OU ORGÂNICO?
→ HÁ PRESENÇA DE BECOS SEM SAÍDA? SE SIM, ELAS SÃO FREQUENTES?
→ HÁ PRESENÇA DE CURSOS D'ÁGUA? SE SIM, QUAL SUA INFLUÊNCIA NA DEFINIÇÃO DO TRAÇADO?
→ AS MACROPARCELAS SÃO BEM DEFINIDAS? SE SIM, QUAL SEU TAMANHO MÉDIO?
→ QUAL O TAMANHO MÉDIO DAS MICROPARCELAS?
→ QUAL O TAMANHO MÉDIO DAS VIAS?
→ QUAL O GABARITO MÉDIO DAS EDIFICAÇÕES?

Fonte: Elaborado pela autora.

A caracterização da configuração espacial vai permitir a identificação de padrões espaciais. Como explicado anteriormente, a linguagem de padrões desenvolvida por Alexander et al. (2013 [1977]) é estruturada em padrões globais e locais. A pesquisa se estrutura da mesma forma, mas nem todos os padrões globais definidos pelo autor e seus colaboradores são identificáveis de longe (“visão de sobrevoo”), assim como nem todos os padrões locais precisam de inserção no território (“olhar de perto”) para serem identificados. Desse modo, nesta etapa serão identificados os padrões globais e locais que podem ser identificados à distância, através dos mapas e imagens de satélites produzidos, o que reforçará a caracterização da configuração espacial feita.

A nível local, através do “olhar de perto”, será possível identificar as atividades que costumam ser desenvolvidas, o modo como elas se desenvolvem e as interações sociais que resultam disso, além de associar as decisões arquitetônicas e urbanísticas com o desempenho dos lugares e identificar o ideário existente acerca do espaço, ou seja, as percepções dos moradores e usuários sobre o local, a maneira como eles o veem, o caracterizam e se suas vivências e experiências formam algum discurso predominante sobre o espaço. Isso será feito através da inserção no território, da realização de visitas *in loco*, da observação participante, da realização de entrevistas individuais e coletivas e da identificação de padrões espaciais.

Tendo em vista tudo que foi pensado para esta etapa do trabalho, o Quadro 17 abaixo traz uma compilação:

Quadro 17: Versão inicial da etapa 03 do método proposto.

<b>realizar o reconhecimento do lugar</b>		
	<b>A VISÃO DE SOBREVOO</b>	<b>O OLHAR DE PERTO</b>
<b>O QUE?</b>	<b>CARACTERIZAR A POPULAÇÃO E O TERRITÓRIO</b>	<b>CARACTERIZAR AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO LUGAR</b>
<b>PORQUE?</b>	<b>É IMPORTANTE OBTER INFORMAÇÕES SOBRE O LOCAL E SUA POPULAÇÃO PARA QUE A INSERÇÃO NO TERRITÓRIO SEJA DE FORMA CONSCIENTE EM RELAÇÃO A REALIDADE</b>	<b>DESSE MODO É POSSÍVEL RELACIONAR A MORFOLOGIA COM O MODO DE VIDA E A MANEIRA COMO AS RELAÇÕES SOCIAIS SE ESTABELECEM, ALÉM DE ASSOCIAR DECISÕES ARQUITETÔNICAS COM O DESEMPENHO DOS LUGARES</b>
<b>COMO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ANÁLISE DE DADOS CENSITÁRIOS (POPULAÇÃO E INFRAESTRUTURA)</li> <li>• ELABORAÇÃO DE MAPAS</li> <li>• ANÁLISE DE IMAGENS DE SATÉLITE</li> <li>• ANÁLISE DE DADOS GEOGRÁFICOS</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE PADRÕES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• INSERÇÃO NO TERRITÓRIO</li> <li>• VISITAS IN LOCO</li> <li>• OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE</li> <li>• ENTREVISTAS COM MORADORES E USUÁRIOS DO LOCAL</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE PADRÕES</li> </ul>
<b>PRODUTO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA POPULAÇÃO</li> <li>• DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA LOCAL</li> <li>• MAPAS DE MACRO PARCELA, MICRO PARCELA E TRAÇADO VIÁRIO</li> <li>• MAPAS DE SOLO, HIPSOMETRIA, DECLIVIDADE E CURSOS D'ÁGUA</li> <li>• SÉRIE HISTÓRICA DE IMAGENS (ANTES E DEPOIS DA ANTROPIZAÇÃO)</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS VULNERABILIDADES AMBIENTAIS</li> <li>• DESCRIÇÃO DOS PADRÕES IDENTIFICADOS E DA MANEIRA COMO SE APRESENTAM NO MEIO CONSTRUÍDO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM A POPULAÇÃO</li> <li>• DESCRIÇÃO DOS PADRÕES IDENTIFICADOS E DA MANEIRA COMO SE APRESENTAM NO MEIO CONSTRUÍDO, ILUSTRADAS ATRAVÉS DE IMAGENS</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.2 Sobre o “como” e os “produtos”

Uma vez que já foram definidas as ações e sua importância, é hora de detalhar os procedimentos que permitirão atingi-las, além de determinar como se dará a sistematização de dados, quais ferramentas de análise serão utilizadas e quais produtos serão obtidos. Como a pesquisa se pauta na articulação de escalas, os procedimentos estão organizados seguindo esse modelo.

#### 3.2.1 Visão de sobrevoos

No que diz respeito à “visão de sobrevoos”, como pode ser visto no Quadro 18, os procedimentos se resumem a pesquisas bibliográficas e documentais, análises de mapas e imagens de satélite, análises de dados censitários, análises de dados geográficos, análise da legislação urbanística vigente, além da identificação de padrões espaciais.

Quadro 18: Procedimentos da "visão de sobrevoo".



Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.2.1.1 Pesquisa bibliográfica e documental

No método que está sendo proposto, poderão ser articuladas a pesquisa bibliográfica e documental. “Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, [...]” (GIL, 2008 [1987], p. 51). Em outras palavras a pesquisa documental utiliza fontes primárias enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias.

No caso deste trabalho, como estas técnicas de coletas de dados serão utilizadas para compreender o processo de urbanização da cidade, trata-se de um estudo histórico onde acaba sendo inevitável o uso de fontes secundárias, visto que não existe outro modo de conhecer, estudar e se inteirar de fatos passados. A pesquisa documental, onde as fontes são primárias, pode ser usada para tratar dos fatos mais recentes e atuais. A definição do tipo de pesquisa a ser utilizado, ou a combinação de ambos, dependerá dos dados disponíveis e o acesso a eles.

Quanto a pesquisa bibliográfica, Gil (2008 [1987], p. 50-51) alerta para um fato que pode comprometer a qualidade da pesquisa:

Muitas vezes as fontes secundárias apresentam dados coletados ou processados de forma equivocada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar seus erros. Para reduzir esta possibilidade, convém aos pesquisadores assegurarem-se das condições em que os dados foram obtidos, analisar em profundidade cada informação para descobrir possíveis incoerências ou contradições e utilizar fontes diversas, cotejando-se cuidadosamente.

Tendo em vista os cuidados que devem ser tomados com as fontes escolhidas, como proceder na análise dos dados? Será utilizada a técnica de análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (1977). Como se trata de um estudo histórico, algumas etapas da técnica foram suprimidas ou ajustadas:

1) a pré-análise: consiste na definição do objetivo que se deseja alcançar (no caso, compreender o processo de urbanização da cidade), o levantamento das obras e documentos que serão analisados, a leitura flutuante dos documentos, a escolha do material capaz de fornecer as informações necessárias e, por fim, sua organização;

2) a exploração do material: etapa onde as informações obtidas por meio de análise das obras e documentos serão sistematizadas, por exemplo, por meio de fichamentos e mapeamento dos temas abordados (categorização);

3) o tratamento dos dados, inferência e interpretação: momento de tratar os dados obtidos de modo a se tornarem significativos e válidos.

### 3.2.1.2 Elaboração e análise de mapas e imagens de satélite

A elaboração e análise de mapas, assim como a análise de imagens de satélite, será utilizada em várias etapas do trabalho: para ilustrar o processo de urbanização da cidade, traçar a evolução urbana da ocupação, caracterizar o sítio físico geograficamente e analisar a configuração espacial do território.

Além dos arquivos *shapefiles* obtidos em bancos de dados e que permitirão a elaboração de mapas através de *softwares* de geoprocessamento, o *Google Earth* e o *Google Maps* serão as outras ferramentas utilizadas. A seguir, alguns dos recursos destas ferramentas que serão necessários para realização do trabalho: o recurso “Construções em 3D”, encontrado no *Google Earth*, permite visualizar o perfil aéreo das áreas e verificar o gabarito predominante; o recurso “Imagens Históricas” disponível no aplicativo do *Google Earth* possibilita a visualização de imagens de satélite de diversos anos, o que permite traçar a evolução urbana dos locais e analisar a vegetação antes e depois da antropização; a função “*Street View*” encontrada tanto no *Google Earth* quanto no *Google Maps*, apesar de nem sempre estar disponível em todas as ruas das ocupações, permite percorrer o território e identificar padrões espaciais ligados a tipologia habitacional e ao traçado urbano.

Ao todo, serão produzidos os seguintes mapas no trabalho: mapa da evolução urbana da cidade ou série histórica de imagens sobre a evolução urbana da cidade, mapa dos assentamentos informais da cidade, mapa de sobreposição da evolução urbana com os

assentamentos informais, mapa de localização, série histórica de imagens sobre a evolução urbana da ocupação, mapa de solo, mapa hipsométrico, mapa de declividade, imagens de satélite do território antes e depois da antropização (para caracterização da vegetação), mapa de cursos d'água, mapa de macro parcelas, mapa de micro parcelas e mapa do traçado viário. Lembrando que cada estudo de caso possui suas próprias particulares, o que pode resultar na elaboração de mais alguns mapas para além dos definidos no método.

### 3.2.1.3 Análise de dados geográficos

A análise de dados geográficos será utilizada para caracterizar as seguintes informações sobre o território: solo, relevo, vegetação, índice pluviométrico e cursos d'água. Estas informações irão permitir uma caracterização do sítio físico e a identificação de conflitos ambientais. A seguir uma descrição de onde se obtém essas informações a nível nacional, lembrando que a nível local, as Prefeituras Municipais podem ter um banco de dados consolidado, com tais informações mais atualizadas ou mesmo mais precisas.

- Solo: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) utiliza a plataforma GeoInfo para compartilhar seu acervo de dados espaciais. Será utilizada a base “Mapa de solos do Brasil” que apresenta a distribuição geográfica dos solos do Brasil, de acordo com Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS). O arquivo é disponibilizado em diversos formatos (KML, GeoJSON, *shapefile*, PNG, PDF etc.), na escala 1:5.000.000. Em São Luís, o Núcleo Geoambiental da Universidade Estadual do Maranhão (NUGEO/UEMA) elaborou em 2013 um relatório técnico dos solos da Ilha do Maranhão, este estudo por ter sido feito na escala 1:10.000 e ser mais detalhado, será utilizado neste trabalho.

- Relevo: as informações para elaboração do mapa hipsométrico podem ser obtidas no Topodata, o banco de dados geomorfométricos do Brasil, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Os dados lá disponibilizados foram elaborados a partir dos dados SRTM<sup>40</sup> e contam com resolução espacial de 30 metros. Os arquivos são disponibilizados em formato GeoTiff (.tif) e se estruturam em quadrículas compatíveis com a escala 1:250.000 (folhas de 1° de latitude por 1,5° de longitude). A quadrícula que engloba São Luís do Maranhão é a de código “02S45\_”.

---

<sup>40</sup> Abreviação de *Shuttle Radar Topography Mission* (Missão Topográfica de Radar Embarcado), uma missão espacial realizada em fevereiro de 2000 cujo propósito foi produzir um banco de dados digitais para todo o planeta, necessários na elaboração de um Modelo Digital de Elevação (MDE) das terras continentais. Os dados foram produzidos para a região do planeta posicionada entre os paralelos 56°S e 60°N.

- Declividade: para análise da declividade do local, será feito o perfil de elevação da área através do *Google Earth* que possui o recurso “Régua”, que além de medir a distância entre dois ou mais pontos, permite gerar o perfil de elevação do percurso marcado. O ideal é elaborar no mínimo dois perfis de elevação: um no sentido norte-sul e outro no sentido leste-oeste. A definição do percurso a ser analisado deve ser feita com base nas vias existentes.

- Vegetação: para caracterização da cobertura vegetal, será feita a análise visual de imagens de satélite e sua classificação de acordo com as seguintes associações: cobertura arbórea<sup>41</sup>, cobertura arbustiva<sup>42</sup>, cobertura herbácea<sup>43</sup> e solo exposto<sup>44</sup>. O recurso séries históricas do *Google Earth* será utilizado para caracterizar a vegetação do meio antes e depois da antropização.

- Índice pluviométrico: no portal Tempo do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET) é possível obter informações sobre a precipitação, basta selecionar o produto “Gráficos Diários de Estações” e aparecerá, além de informações como temperatura, umidade e insolação, a quantidade de chuva acumulada nas últimas 24h e a chuva acumulada mensal. As informações acerca da precipitação são balizadas pelas normais climatológicas<sup>45</sup> e são disponibilizadas por estação (automática ou convencional), sugere-se o uso das estações convencionais e a análise dos dados dos dois últimos anos. O código da estação convencional referente à São Luís é 82280.

- Hidrografia: para elaboração do mapa de hidrografia, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) disponibiliza no seu Catálogo de Metadados diversas bases hidrográficas. Para o interesse deste trabalho, sugere-se a utilização da “Base Hidrográfica Ottocodificada Multiescalas 2013” que contém diversas informações disponibilizadas em formato *shapefile* (.shp): trechos de drenagem, áreas de contribuição hidrográfica, pontos de drenagem, cursos d’água e rios. A utilização do *shapefile* cursos d’água é suficiente uma vez que traz as informações que se deseja analisar. No caso de São Luís, será utilizada a base de dados do último levantamento aerofotogramétrico realizado na cidade, em 2015 pelo Consórcio AMBETC/AEROCONSULT/CAEMA e disponibilizada pelo Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (INCID) que contém a hidrografia da cidade mais detalhada que a disponibilizada pela ANA.

---

<sup>41</sup> Cobertura vegetal marcada por árvores de grande porte.

<sup>42</sup> Cobertura vegetal marcada por arbustos de médio porte.

<sup>43</sup> Cobertura vegetal marcada por plantas de pequeno porte e rasteiras (principalmente ervas e gramíneas)

<sup>44</sup> Áreas sem nenhum tipo de cobertura vegetal.

<sup>45</sup> De acordo com critérios estabelecidos pela Organização Meteorológica Mundial (OMM) é feito o cálculo das médias de parâmetros meteorológicos, as chamadas normais climatológicas.

### 3.2.1.4 Análise de dados censitários

A análise de dados censitários vai permitir caracterizar os aglomerados subnormais da cidade, traçar o perfil socioeconômico da população e caracterizar os domicílios e a infraestrutura do local. Os Censos Demográficos são realizados decenalmente pelo IBGE e “[...] permitem à sociedade conhecer melhor a evolução da distribuição territorial da população do País e as principais características socioeconômicas das pessoas e dos seus domicílios.” (IBGE, 2011). Como já foi dito anteriormente, se a ocupação urbana em questão não for considerada um aglomerado subnormal pelo IBGE, não haverá dados censitários sobre ela. O Censo Demográfico mais recente foi realizado em 2010, por isso as variáveis e tabelas aqui apresentadas são com base no referido Censo.

No Quadro 19 estão definidas variáveis e tabelas do Censo Demográfico (IBGE, 2010b) que serão utilizadas para caracterizar os aglomerados subnormais da cidade estudada, na etapa de entender a gênese de surgimento do local. Dentro das informações básicas, além do número de domicílios, a população residente, a área, densidade demográfica e densidade de domicílios ocupados, é pertinente calcular a média de moradores por domicílio (divisão da população pela quantidade de domicílios) e calcular a porcentagem que a população de aglomerados subnormais representa em relação a população do município (regra de três simples<sup>46</sup>, que resulta na seguinte fórmula matemática:  $\text{PorcentagemAGSN} = \frac{\text{PopulaçãoAGSN} \times 100}{\text{PopulaçãoTotal}}$ ). A quantidade de aglomerados subnormais na cidade é obtido no portal Cidades do IBGE.

Quadro 19: Variáveis do Censo Demográfico que caracterizam os aglomerados subnormais.

INFORMAÇÃO OBTIDA		NOME DA TABELA	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL
Características dos setores censitários de aglomerados subnormais	Número de domicílios particulares ocupados	tab01	Algumas características dos setores censitários de aglomerados subnormais - Número de domicílios particulares ocupados
	População residente em domicílios particulares	tab01	Algumas características dos setores censitários de aglomerados subnormais - População residente em domicílios particulares
	Área (ha)	tab01	Algumas características dos setores censitários de aglomerados subnormais - Área (ha)
	Densidade demográfica (hab/ha)	tab01	Algumas características dos setores censitários de aglomerados subnormais - Densidade demográfica (hab/ha)
	Densidade de domicílios particulares ocupados (dom/ha)	tab01	Algumas características dos setores censitários de aglomerados subnormais - Densidade de domicílios particulares ocupados (dom/ha)

<sup>46</sup> Regra de três simples: método matemático que permite encontrar um valor até então desconhecido, por meio da proporcionalidade entre variáveis já conhecidas.

Características topográficas predominantes	Plano	tab02	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características topográficas predominantes - Plano
	Aclive/declive moderado	tab02	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características topográficas predominantes - Aclive/declive moderado
	Aclive/declive acentuado	tab02	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características topográficas predominantes - Aclive/declive acentuado
Características e localização predominantes do sítio urbano	Margem de córregos, rios ou lagos/lagoas	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Margem de córregos, rios ou lagos/lagoas
	Sobre rios, córregos, lagos ou mar (palafitas)	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Sobre rios, córregos, lagos ou mar (palafitas)
	Praia/dunas	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Praia/dunas
	Manguezal	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Manguezal
	Unidade de conservação	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Unidade de conservação
	Aterros sanitários, lixões e outras áreas contaminadas	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Aterros sanitários, lixões e outras áreas contaminadas
	Faixa de domínio de rodovias	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Faixa de domínio de rodovias
	Faixa de domínio de ferrovia	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Faixa de domínio de ferrovia
	Faixa de domínio de gasodutos e oleodutos	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Faixa de domínio de gasodutos e oleodutos
	Faixa de domínio de linhas de transmissão de alta tensão	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Faixa de domínio de linhas de transmissão de alta tensão
	Encosta	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Encosta
	Colina Suave	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Colina Suave
	Plano	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Plano
	Outras	tab03	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por características e localização predominantes do sítio urbano - Outras

Classes de predominância de arruamento regular	Em todo setor (95% ou mais)	tab04	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por classes de predominância de arruamento regular - Em todo setor (95% ou mais)
	Na maior parte do setor (entre 60% e 94,99%)	tab04	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por classes de predominância de arruamento regular - Na maior parte do setor (entre 60% e 94,99%)
	Em metade do setor (entre 40% e 59,99%)	tab04	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por classes de predominância de arruamento regular - Em metade do setor (entre 40% e 59,99%)
	Na menor parte do setor (entre 5% e 39,99%)	tab04	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por classes de predominância de arruamento regular - Na menor parte do setor (entre 5% e 39,99%)
	Em nenhuma parte do setor (menos de 5%)	tab04	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por classes de predominância de arruamento regular - Em nenhuma parte do setor (menos de 5%)
Classes de predominância dos lotes de tamanho e forma regular	Em todo setor (95% ou mais)	tab05	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por classes de predominância dos lotes de tamanho e forma regular - Em todo setor (95% ou mais)
	Na maior parte do setor (entre 60% e 94,99%)	tab05	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por classes de predominância dos lotes de tamanho e forma regular - Na maior parte do setor (entre 60% e 94,99%)
	Em metade do setor (entre 40% e 59,99%)	tab05	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por classes de predominância dos lotes de tamanho e forma regular - Em metade do setor (entre 40% e 59,99%)
	Na menor parte do setor (entre 5% e 39,99%)	tab05	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por classes de predominância dos lotes de tamanho e forma regular - Na menor parte do setor (entre 5% e 39,99%)
	Em nenhuma parte do setor (menos de 5%)	tab05	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por classes de predominância dos lotes de tamanho e forma regular - Em nenhuma parte do setor (menos de 5%)
Tipo de via de circulação interna predominante	Rua	tab06	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por tipo de via de circulação interna predominante - Rua
	Beco/Travessa	tab06	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por tipo de via de circulação interna predominante - Beco/Travessa
	Escadaria	tab06	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por tipo de via de circulação interna predominante - Escadaria
	Rampa	tab06	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por tipo de via de circulação interna predominante - Rampa
	Passarela/pinguela	tab06	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por tipo de via de circulação interna predominante - Passarela/pinguela
	Caminho/trilha	tab06	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por tipo de via de circulação interna predominante - Caminho/trilha

	Não existe via de circulação interna	tab06	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por tipo de via de circulação interna predominante - Não existe via de circulação interna
Acessibilidade possível na maior parte das vias internas	Caminhão	tab07	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por acessibilidade possível na maior parte das vias internas - Caminhão
	Carro	tab07	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por acessibilidade possível na maior parte das vias internas - Carro
	Motocicleta	tab07	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por acessibilidade possível na maior parte das vias internas - Motocicleta
	A pé/bicicleta	tab07	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por acessibilidade possível na maior parte das vias internas - A pé/bicicleta
	Não existem vias internas	tab07	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por acessibilidade possível na maior parte das vias internas - Não existem vias internas
Número de pavimentos predominante nas construções	Um pavimento	tab08	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por número de pavimentos predominante nas construções - Um pavimento
	Dois pavimentos	tab08	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por número de pavimentos predominante nas construções - Dois pavimentos
	Três pavimentos ou mais	tab08	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por número de pavimentos predominante nas construções - Três pavimentos ou mais
Espaçamento predominante entre as construções	Sem espaçamento	tab09	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por espaçamento predominante entre as construções - Sem espaçamento
	Espaçamento médio	tab09	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por espaçamento predominante entre as construções - Espaçamento médio
	Espaçamento grande	tab09	Número de domicílios particulares ocupados em setores censitários de aglomerados subnormais, por espaçamento predominante entre as construções - Espaçamento grande

Fonte: Adaptado de IBGE (2010b).

Quanto a etapa de reconhecimento do lugar, no Quadro 20 estão compiladas as variáveis e tabelas do Censo Demográfico (IBGE, 2010c) utilizadas para traçar o perfil socioeconômico da população, que conta com os seguintes dados: população total, cor ou raça, sexo, idade, alfabetização e renda. Essas informações serão representadas por gráficos e os tipos que se mostram mais adequados para apresentá-las são os de barras e linhas, visto que a intenção é confrontar dados em diversas categorias. O gráfico pizza pode ser utilizado para representar cor ou raça, uma vez que vai mostrar a composição de um todo.

Quanto a idade, alguns esclarecimentos fazem-se necessários. O IBGE disponibiliza as idades da seguinte forma: homens com “x” anos, mulheres com “x” anos ou pessoas com “x” anos. Para representar a estrutura da população local por sexo e idade, será

construída uma pirâmide etária, por isso serão utilizadas as variáveis com a idade por sexo. Nos micro dados do Censo Demográfico, essas informações são disponibilizadas por meio de uma idade por vez: homens com 1 ano de idade, homens com 2 anos de idade, homens com 3 anos de idade e assim por diante. Com base nestas informações, as idades foram agrupadas nas seguintes faixas etárias: 0 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 34 anos, 35 a 39 anos, 40 a 44 anos, 45 a 49 anos, 50 a 54 anos, 55 a 59 anos, 60 a 64 anos, 65 a 69 anos, 70 a 74 anos, 75 a 79 anos e mais de 80 anos. Para o cálculo destes intervalos, foi feita a soma de várias variáveis, então para calcular a quantidade de homens entre 50 e 54 anos de idade, por exemplo, foram somadas as variáveis homens com 50 anos, homens com 51 anos, homens com 52 anos, homens com 53 anos e homens com 54 anos.

Essa mesma lógica foi aplicada para o cálculo da alfabetização das pessoas, mas neste caso, se mostrou mais pertinente analisar a quantidade de pessoas alfabetizadas por fase da vida, as quais foram organizadas da seguinte forma: crianças (05 a 11 anos), adolescentes (12 a 20 anos), adultos (21 a 64) e idosos (mais de 65 anos). O gráfico resultante dessa análise é um gráfico de barras horizontais onde é interessante comparar a quantidade das pessoas alfabetizadas com a quantidade da população por fase de vida.

A obtenção destas informações é feita através do número do setor censitário, que é a unidade territorial adotada pelo IBGE para fins de controle cadastral. Uma ocupação pode abranger um ou mais setores censitários, cada setor possui um código de “15 dígitos divididos da seguinte forma: UFMMDSDSDSSSS, onde: UF – Unidade da Federação, MMDSD – Município, DD – Distrito, SD – Subdistrito, SSSS – Setor” (IBGE, 2010c, p.34). O código da Portelinha, é 211130005001102. Para saber qual o código do(s) setor(es) censitário(s) em questão, a maneira mais fácil é baixar a *shapefile* que contém a Malha de Setores Censitários e obter essa informação na tabela de atributos. Com o código em mãos é possível filtrar as informações das tabelas.

Quadro 20: Variáveis do Censo Demográfico que traçam o perfil socioeconômico da população.

INFORMAÇÃO OBTIDA	NOME DA TABELA	NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL
População Total	Pessoa03_UF.xls	V001	Pessoas Residentes
Pessoas brancas	Pessoa03_UF.xls	V002	Pessoas Residentes e cor ou raça - branca
Pessoas pretas	Pessoa03_UF.xls	V003	Pessoas Residentes e cor ou raça - preta
Pessoas amarelas	Pessoa03_UF.xls	V004	Pessoas Residentes e cor ou raça - amarela
Pessoas pardas	Pessoa03_UF.xls	V005	Pessoas Residentes e cor ou raça - parda
Pessoas indígenas	Pessoa03_UF.xls	V006	Pessoas Residentes e cor ou raça - indígena
Homens	Pessoa11_UF.xls	V001	Homens residentes em domicílios particulares e domicílios coletivos
Mulheres	Pessoa12_UF.xls	V001	Mulheres em domicílios particulares e domicílios coletivos

Homens de 0 a 4 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V022 até V038	Homens entre menos de 1 ano de idade e 4 anos de idade
Homens de 5 a 9 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V039 até V043	Homens entre 5 e 9 anos de idade
Homens de 10 a 14 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V044 até V048	Homens entre 10 e 14 anos de idade
Homens de 15 a 19 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V049 até V053	Homens entre 15 e 19 anos de idade
Homens de 20 a 24 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V054 até V058	Homens entre 20 e 24 anos de idade
Homens de 25 a 29 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V059 até V063	Homens entre 25 e 29 anos de idade
Homens de 30 a 34 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V064 até V068	Homens entre 30 e 34 anos de idade
Homens de 35 a 39 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V069 até V073	Homens entre 35 e 39 anos de idade
Homens de 40 a 44 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V074 até V078	Homens entre 40 e 44 anos de idade
Homens de 45 a 49 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V079 até V083	Homens entre 45 e 49 anos de idade
Homens de 50 a 54 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V084 até V088	Homens entre 50 e 54 anos de idade
Homens de 55 a 59 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V089 até V093	Homens entre 55 e 59 anos de idade
Homens de 60 a 64 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V094 até V098	Homens entre 60 e 64 anos de idade
Homens de 65 a 69 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V099 até V103	Homens entre 65 e 69 anos de idade
Homens de 70 a 74 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V104 até V108	Homens entre 70 e 74 anos de idade
Homens de 75 a 79 anos	Pessoa11_UF.xls	Soma de V109 até V113	Homens entre 75 e 79 anos de idade
Homens de 80 anos ou mais	Pessoa11_UF.xls	Soma de V114 até V134	Homens com 80 anos de idade ou mais
Mulheres de 0 a 4 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V022 até V038	Mulheres entre menos de 1 ano de idade e 4 anos de idade
Mulheres de 5 a 9 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V039 até V043	Mulheres entre 5 e 9 anos de idade
Mulheres de 10 a 14 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V044 até V048	Mulheres entre 10 e 14 anos de idade
Mulheres de 15 a 19 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V049 até V053	Mulheres entre 15 e 19 anos de idade
Mulheres de 20 a 24 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V054 até V058	Mulheres entre 20 e 24 anos de idade
Mulheres de 25 a 29 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V059 até V063	Mulheres entre 25 e 29 anos de idade
Mulheres de 30 a 34 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V064 até V068	Mulheres entre 30 e 34 anos de idade
Mulheres de 35 a 39 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V069 até V073	Mulheres entre 35 e 39 anos de idade
Mulheres de 40 a 44 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V074 até V078	Mulheres entre 40 e 44 anos de idade
Mulheres de 45 a 49 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V079 até V083	Mulheres entre 45 e 49 anos de idade
Mulheres de 50 a 54 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V084 até V088	Mulheres entre 50 e 54 anos de idade
Mulheres de 55 a 59 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V089 até V093	Mulheres entre 55 e 59 anos de idade
Mulheres de 60 a 64 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V094 até V098	Mulheres entre 60 e 64 anos de idade
Mulheres de 65 a 69 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V099 até V103	Mulheres entre 65 e 69 anos de idade
Mulheres de 70 a 74 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V104 até V108	Mulheres entre 70 e 74 anos de idade
Mulheres de 75 a 79 anos	Pessoa12_UF.xls	Soma de V109 até V113	Mulheres entre 75 e 79 anos de idade
Mulheres de 80 anos ou mais	Pessoa12_UF.xls	Soma de V114 até V134	Mulheres com 80 anos de idade ou mais
Pessoas com renda de até 1/2 salário mínimo	PessoaRenda_UF.xls	V001	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de até ½ salário mínimo
Pessoas com renda de até ½ a 1 salário	PessoaRenda_UF.xls	V002	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de mais de ½ a 1

mínimo			salário mínimo
Pessoas com renda de até 1 a 2 salários mínimos	PessoaRenda_UF.xls	V003	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de mais de 1 a 2 salários mínimos
Pessoas com renda de até 2 a 3 salários mínimos	PessoaRenda_UF.xls	V004	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de mais de 2 a 3 salários mínimos
Pessoas com renda de até 3 a 5 salários mínimos	PessoaRenda_UF.xls	V005	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de mais de 3 a 5 salários mínimos
Pessoas com renda de até 5 a 10 salários mínimos	PessoaRenda_UF.xls	V006	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de mais de 5 a 10 salários mínimos
Pessoas com renda de até 10 a 15 salários mínimos	PessoaRenda_UF.xls	V007	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de mais de 10 a 15 salários mínimos
Pessoas com renda de até 15 a 20 salários mínimos	PessoaRenda_UF.xls	V008	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de mais de 15 a 20 salários mínimos
Pessoas com renda de mais de 20 salários mínimos	PessoaRenda_UF.xls	V009	Pessoas de 10 anos ou mais de idade com rendimento nominal mensal de mais de 20 salários mínimos
Pessoas sem rendimento nominal mensal	PessoaRenda_UF.xls	V010	Pessoas de 10 anos ou mais de idade sem rendimento nominal mensal
População alfabetizada	Pessoa01_UF.xls	V001	Pessoas alfabetizadas com 5 anos de idade ou mais
Crianças alfabetizadas (05 a 11 anos)	Pessoa01_UF.xls	Soma de V002 até V008	Pessoas alfabetizadas com 5 a 11 anos de idade
Adolescentes alfabetizados (12 a 20 anos)	Pessoa01_UF.xls	Soma de V009 até V017	Pessoas alfabetizadas com 12 a 20 anos de idade
Adultos alfabetizados (21 a 64 anos)	Pessoa01_UF.xls	Soma de V018 até V061	Pessoas alfabetizadas com 21 a 64 anos de idade
Idosos alfabetizados (a partir de 65 anos)	Pessoa01_UF.xls	Soma de V062 até V077	Pessoas alfabetizadas com 65 anos de idade ou mais
Crianças (05 a 11 anos)	Pessoa13_UF.xls	Soma de V039 até V045	Pessoas entre 05 e 11 anos de idade
Adolescentes (12 a 20 anos)	Pessoa13_UF.xls	Soma de V046 até V054	Pessoas entre 12 e 20 anos de idade
Adultos (21 a 64 anos)	Pessoa13_UF.xls	Soma de V055 até V098	Pessoas entre 21 e 64 anos de idade
Idosos (a partir de 65 anos)	Pessoa13_UF.xls	Soma de V099 até V134	Pessoas com 65 anos de idade ou mais

Fonte: Adaptado de IBGE (2010c).

O Quadro 21 traz as variáveis (IBGE, 2010c) utilizadas para a caracterização dos domicílios e da infraestrutura do local. Serão analisados os seguintes dados: quantidade de domicílios, tipos de domicílios, média de moradores por domicílio, condição de ocupação, abastecimento de água, esgotamento sanitário, destino de lixo e energia elétrica. O cálculo da média de moradores por domicílio é feito através da divisão da população total pela quantidade de domicílios. A representação destas informações deve ser feita por gráficos de barras ou pizza, uma vez que a intenção é mostrar a composição de um todo. Os gráficos de pizza só devem ser utilizados quando houver menos de 4 categorias, mais que isso torna o gráfico ilegível e confuso.

Quadro 21: Variáveis do Censo Demográfico que caracterizam os domicílios e a infraestrutura do local.

INFORMAÇÃO OBTIDA	NOME DA TABELA	NOME DA VARIÁVEL	DESCRIÇÃO DA VARIÁVEL
Total de domicílios	Domicilio01_UF.xls	V001	Domicílios particulares e domicílios coletivos
Casas	Domicilio01_UF.xls	V003	Domicílios particulares permanentes do tipo casa
Casas de vila ou em condomínio	Domicilio01_UF.xls	V004	Domicílios particulares permanentes do tipo casa de vila ou em condomínio
Apartamentos	Domicilio01_UF.xls	V005	Domicílios particulares permanentes do tipo apartamento
Domicílios próprios já quitado	Domicilio01_UF.xls	V006	Domicílios particulares permanentes próprios e quitados
Domicílios próprios em aquisição	Domicilio01_UF.xls	V007	Domicílios particulares permanentes próprios em aquisição
Domicílios alugados	Domicilio01_UF.xls	V008	Domicílios particulares permanentes alugados
Domicílios cedidos por empregador	Domicilio01_UF.xls	V009	Domicílios particulares permanentes cedidos por empregador
Domicílios cedidos de outra forma	Domicilio01_UF.xls	V010	Domicílios particulares permanentes cedidos de outra forma
Domicílios com outra condição de ocupação	Domicilio01_UF.xls	V011	Domicílios particulares permanentes em outra condição de ocupação (não são próprios, alugados, nem cedidos)
Abastecimento de água pela rede geral	Domicilio01_UF.xls	V012	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da rede geral
Abastecimento de água por poço ou nascente na propriedade	Domicilio01_UF.xls	V013	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água de poço ou nascente na propriedade
Abastecimento de água por água da chuva armazenada em cisterna	Domicilio01_UF.xls	V014	Domicílios particulares permanentes com abastecimento de água da chuva armazenada em cisterna
Abastecimento de água por outra forma	Domicilio01_UF.xls	V015	Domicílios particulares permanentes com outra forma de abastecimento de água
Com banheiro ou sanitário de uso exclusivo	Domicilio01_UF.xls	V016	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário
Sem banheiro ou sanitário de uso exclusivo	Domicilio01_UF.xls	V023	Domicílios particulares permanentes sem banheiro de uso exclusivo dos moradores e nem sanitário
Esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial	Domicilio01_UF.xls	V017	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rede geral de esgoto ou pluvial
Esgotamento sanitário via fossa séptica	Domicilio01_UF.xls	V018	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa séptica
Esgotamento sanitário via fossa rudimentar	Domicilio01_UF.xls	V019	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via fossa rudimentar
Esgotamento sanitário via vala	Domicilio01_UF.xls	V020	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via vala
Esgotamento sanitário via rio, lago ou mar	Domicilio01_UF.xls	V021	Domicílios particulares permanentes, com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via rio, lago ou mar
Esgotamento sanitário via outro escoadouro	Domicilio01_UF.xls	V022	Domicílios particulares permanentes com banheiro de uso exclusivo dos moradores ou sanitário e esgotamento sanitário via outro escoadouro
Lixo coletado	Domicilio01_UF.xls	V035	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado
Lixo coletado por serviço de limpeza	Domicilio01_UF.xls	V036	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado por serviço de limpeza
Lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza	Domicilio01_UF.xls	V037	Domicílios particulares permanentes com lixo coletado em caçamba de serviço de limpeza
Lixo queimado na propriedade	Domicilio01_UF.xls	V038	Domicílios particulares permanentes com lixo queimado na propriedade

Lixo enterrado na propriedade	Domicilio01_UF.xls	V039	Domicílios particulares permanentes com lixo enterrado na propriedade
Lixo jogado em terreno baldio ou logradouro	Domicilio01_UF.xls	V040	Domicílios particulares permanentes com lixo jogado em terreno baldio ou logradouro
Lixo jogado em rio, lago ou mar	Domicilio01_UF.xls	V041	Domicílios particulares permanentes com lixo jogado em rio, lago ou mar
Outro destino do lixo	Domicilio01_UF.xls	V042	Domicílios particulares permanentes com outro destino do lixo
Com energia elétrica	Domicilio01_UF.xls	V043	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica
Energia elétrica de companhia distribuidora	Domicilio01_UF.xls	V044	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora
Energia elétrica de outras fontes	Domicilio01_UF.xls	V045	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de outras fontes
Energia elétrica	Domicilio01_UF.xls	V046	Domicílios particulares permanentes sem energia elétrica
Energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo	Domicilio01_UF.xls	V047	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo
Energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor comum a mais de um domicílio	Domicilio01_UF.xls	V048	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora e com medidor comum a mais de um domicílio
Energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor	Domicilio01_UF.xls	V049	Domicílios particulares permanentes com energia elétrica de companhia distribuidora e sem medidor

Fonte: Adaptado de IBGE (2010c).

### 3.2.1.5 Análise de legislação urbanística

Com o intuito de identificar o que está previsto para a área na legislação urbanística, o primeiro passo é fazer um levantamento das leis vigentes na cidade onde se localiza a ocupação estudada. O Plano Diretor é o principal mecanismo legal sobre política urbana municipal sendo o instrumento básico de orientação da expansão e do desenvolvimento da cidade. Ele possui diversas leis complementares, que vão variar de acordo com a realidade local, mas as principais para o estudo em questão é a Lei de Zoneamento e a Lei de Zonas Especiais de Interesse Social.

O Plano Diretor é exigido para municípios com mais de 20 mil habitantes e traz, para além de outras informações, o macrozoneamento ambiental (identificação de áreas ambientalmente sensíveis onde a preservação é prioridade), macrozoneamento urbano e macrozoneamento rural. Através da caracterização de cada macrozona e definição de diretrizes de ocupação, o macrozoneamento permite identificar o que se incentiva e o que se desestimula em cada área da cidade.

A Lei de Zoneamento vai detalhar as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor quanto ao uso e ocupação do solo, dividindo o município em zonas e definindo usos permitidos e proibidos para a zona, além dos seus índices urbanísticos: coeficiente de

aproveitamento<sup>47</sup>, taxa de ocupação<sup>48</sup>, taxa de permeabilidade<sup>49</sup>, afastamentos<sup>50</sup>, gabarito máximo<sup>51</sup>, testada mínima<sup>52</sup> e área mínima do lote. Todas essas definições permitirão identificar em qual zona a área em questão está localizada e o que está previsto para a zona, se há incentivo à verticalização, para qual a população e renda a área se destina, dentre outras informações.

A Lei de Zonas Especiais de Interesse Social vai regulamentar, classificar e caracterizar as ZEIS. Apesar de sua demarcação não ser requisito para os processos de regularização fundiária, se trata de uma importante ferramenta para o ordenamento territorial do município. Analisar essa legislação perpassa por saber em que tipo de ZEIS a área em questão se enquadra ou pode se enquadrar. Caso se trate do último caso, a legislação vai regulamentar quem pode solicitar a demarcação de novas ZEIS e em que situações estas não poderão ser delimitadas.

Após o levantamento das legislações vigentes no local, o próximo passo é fazer um compilado das definições das leis para a área de estudo. Essa etapa diz respeito a identificação da macrozona e zona em que a área se enquadra, identificação dos índices urbanísticos, análise dos usos permitidos e proibidos e enquadramento do local na classificação de ZEIS. Após a análise destas definições será feita uma análise da legislação ambiental, através do macrozoneamento ambiental, para averiguar se há algum conflito referente a essa questão. A próxima etapa é a elaboração de uma tabela com a comparação do que está posto e previsto na legislação com o que de fato está materializado no ambiente construído (tabela comparativa zona x ocupação). Ao final destas análises, ficarão claros os conflitos da área, caso eles existam.

#### 3.2.1.6 Identificação de padrões espaciais

A identificação de padrões será realizada com base na caracterização da configuração espacial feita por meio da elaboração de mapas e análise de imagens de satélite. Dentre os 253 padrões espaciais desenvolvidos por Alexander et al. (2013 [1977]), foram selecionados os que podem ser identificados de longe, através da “visão de sobrevoo”, como pode ser visto no Quadro 22:

---

<sup>47</sup> O coeficiente de aproveitamento a relação entre a área construída e a área do terreno.

<sup>48</sup> A taxa de ocupação é a porcentagem do terreno sobre o qual há edificação.

<sup>49</sup> A taxa de permeabilidade é a relação entre a área permeável e a área total do lote.

<sup>50</sup> Recuo entre a edificação e o limite do lote. Os afastamentos são frontais, laterais e de fundo.

<sup>51</sup> Número máximo de pavimentos permitidos para uma edificação.

<sup>52</sup> Testada é a largura do lote. A testada mínima é a largura mínima do lote.

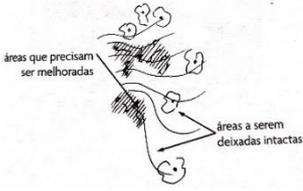
Quadro 22: Padrões espaciais identificáveis em ocupações urbanas através da "visão de sobrevo".

PADRÕES ESPACIAIS DESENVOLVIDOS POR ALEXANDER ET AL. (2013 [1977])		
	PADRÕES GLOBAIS	PADRÕES LOCAIS
<b>VISÃO DE SOBREVOO</b>	11. Áreas de transporte local 12. Comunidades de 7000 habitantes 14. Bairro identificável 15. Limites entre bairro 21. Limite de 4 pavimentos 23. Vias paralelas 28. Núcleos excêntricos 29. Anéis de densidade 34. Terminais intermodais (estações) 37. Agrupamento de moradias 38. Moradias em fita 39. Moradias escalonadas 42. Cinturão industrial 44. Subprefeitura 47. Centros de saúde 49. Vias locais em "loops" 50. Entroncamento em T 60. Praças acessíveis 61. Praças públicas pequenas 62. Lugares elevados (altos) 70. Cemitérios pequenos distribuídos	104. Edificação melhorando o sítio 106. Espaço externo positivo 108. Edificações conectadas entre si 109. Casa longa e estreita 114. Hierarquia de espaços abertos 121. Forma dos passeios 122. Fachadas frontais

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Após a identificação dos padrões, será feita uma tabela contendo as informações de cada padrão identificado (número, nome, contextualização do problema e da solução e seu diagrama) (ver exemplo do padrão nº 104 – edificação melhorando o sítio, no Quadro 23) seguida da análise da materialização do padrão no meio físico e sua demonstração através de imagens ilustrativas. Os desdobramentos sócio-espaciais destes padrões ligados a morfologia, serão identificados através do “olhar de perto”, com a inserção no território e realização de visitas *in loco* e observação participante.

Quadro 23: Padrão nº 104 – edificação melhorando o sítio.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 104 edificações melhorando o sítio	As edificações sempre devem ser construídas naquelas partes do sítio que estão nas piores condições, e não nas melhores partes.	Jamais implante as edificações nos locais mais bonitos. Na verdade, faça exatamente o contrário. Considere o terreno e suas edificações como um ecossistema vivo e unitário. Deixe as áreas mais preciosas, bonitas, confortáveis e saudáveis da maneira como estão, e edifique naquelas partes do terreno que hoje são as mais desagradáveis.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

### 3.2.2 Olhar de perto

Dentre os procedimentos definidos para análise a nível local, ou seja, através do “olhar de perto” o processo se inicia com o diálogo com as lideranças, que permitirá a inserção no território, visitas de campo, observação participante e realização de entrevistas com moradores e usuários, conforme estabelecido no Quadro 24:

Quadro 24: Procedimentos do "olhar de perto".

<b>levantamento sócio-espacial</b>	
<b>O OLHAR DE PERTO</b>	
<b>1. DIÁLOGO COM LIDERANÇAS/INSERÇÃO NA COMUNIDADE</b>	
◦ CAMINHADA - JANE'S WALK	
<b>2. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTES/VISITAS DE CAMPO</b>	
◦ REALIZAR VISITAS EM DIAS E HORÁRIOS DISTINTOS PARA CAPTAR O MÁXIMO DE INFORMAÇÃO POSSÍVEL SOBRE AS DINÂMICAS LOCAIS	
◦ IDENTIFICAR GRUPOS SOCIAIS EXISTENTES	
◦ IDENTIFICAR PRIMEIROS OCUPANTES	
◦ IDENTIFICAR PADRÕES ESPACIAIS	
<b>3. ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE INDIVIDUAIS</b>	
◦ ENTREVISTAR LIDERANÇAS - SITUAÇÃO FUNDIÁRIA	
◦ ENTREVISTAR PRIMEIROS OCUPANTES - SURGIMENTO DA OCUPAÇÃO	
◦ ENTREVISTAR GRUPOS SOCIAIS EXISTENTES - RECONHECIMENTO DO LUGAR	
◦ ENTREVISTAS POR INDICAÇÃO   TÉCNICA DE AMOSTRAGEM NÃO PROBABILÍSTICA BOLA DE NEVE	
◦ ENTREVISTAS ABERTAS, SEMIABERTAS E QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	
◦ CRIAR FICHAS COM PADRÕES PRÉ-SELECIONADOS E MOSTRAR PARA OS ENTREVISTADOS IDENTIFICAREM PADRÕES EXISTENTES NA OCUPAÇÃO	
<b>4. ENTREVISTAS COLETIVAS (JOGO DOS PADRÕES COM A DINÂMICA DE CAFÉ MUNDIAL)</b>	
◦ LEVAR MAPA DO LOCAL IMPRESSO EM ESCALA PEQUENA E COM DEMARCAÇÃO DE PONTOS IMPORTANTES QUE FACILITEM A LOCALIZAÇÃO	
◦ LEVAR FICHAS DOS PADRÕES, ALÉM DE PAPÉIS E CANETAS COLORIDAS PARA A CRIAÇÃO DE NOVOS PADRÕES	

Fonte: Elaborado pela autora.

### 3.2.2.1 Inserção na comunidade/Diálogo com lideranças

O modo como é feita a inserção no território vai influenciar diretamente no tipo de relação que vai ser estabelecida. O ideal é dialogar primeiro com as lideranças ou pelo menos alguma liderança local, além de ir “chegando devagar”, movimentações bruscas demais podem despertar desconfiança por parte dos moradores e usuários do espaço e prejudicar o desenvolvimento do trabalho.

William Foote-Whyte (2005 [1943]), em um dos trechos do livro *Sociedade de Esquina*, relata a dificuldade enfrentada para adentrar no distrito de Cornerville<sup>53</sup>. Após tentativas frustradas de se aproximar sozinho da comunidade, resolveu tentar nos centros comunitários locais, onde após conversar com diversos assistentes sociais sobre o trabalho que pretendia desenvolver, conseguiu ser apresentado para um rapaz local, que logo se tornaria seu principal informante-chave. Somente através do estabelecimento desta relação é que Foote-Whyte consegue adentrar de fato em Cornerville. O autor deixa claro que “[...] os

<sup>53</sup> Nome fictício dado ao distrito *North End* localizado em Boston, onde o autor William Foote-Whyte desenvolveu um trabalho pioneiro no campo das ciências sociais. O autor morou durante quatro anos no local de estudo, com a intenção de compreender a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.

primeiros passos para conhecer uma comunidade são os mais difíceis” (FOOTE-WHYTE, 2005 [1943], p. 294) e reforça o fato de que ter o auxílio de uma liderança local, permite enxergar coisas que só seriam vistas depois de um longo período de tempo.

Durante meu período em Cornerville, aprendi bem rapidamente a importância crucial de ter o apoio dos indivíduos-chave de qualquer grupo ou organização que eu estudasse. Em vez de tentar me explicar a todos, descobri que as informações sobre mim e meu estudo que eu dava a líderes [...] eram muito mais detalhadas que as que oferecia ao rapaz comum [...] (FOOTE-WHYTE, 2005 [1943], p. 301).

Isso mostra que o apoio das lideranças é fundamental para uma inserção no território exitosa e para o desenvolvimento do trabalho de modo geral. O primeiro contato com as lideranças, será também um primeiro contato com o território através da realização de uma caminhada ao estilo *Jane's Walk*<sup>54</sup>. Na reunião com as lideranças, além de explicar o objetivo do trabalho que se pretende desenvolver na área, é bom estabelecer o que aquelas pessoas ganharão em troca. Tendo em vista que a extensão universitária é um dos pilares do tripé universitário<sup>55</sup> e deve ser pautada na troca de saberes, sua prática se trata de estender, para além dos muros da Universidade, o conhecimento produzido. É um modo de “devolver” para a sociedade o que só é produzido graças a ela, que através do pagamento de impostos mantém a educação pública. A extensão universitária, para além de pagar esta dívida com a sociedade, diz respeito também a construção coletiva do saber através das trocas de experiências entre o conhecimento científico e o popular.

No caso dessa pesquisa, como a intenção é contribuir para o processo de regularização fundiária, ao final do trabalho, as Seções 04 e 05 serão adaptadas para o formato de caderno ilustrado com a caracterização sócio-espacial da Portelinha e será entregue em versão digital e em três vias impressas para as lideranças locais. A entrega do caderno técnico ilustrado é uma etapa da metodologia desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, trabalhos emergentes”, onde “O produto de cada projeto, em formato de caderno ilustrado de todo o processo ou artigo científico é disponibilizado para fortalecer a luta comunitária frente aos órgãos do governo, [...]” (Andrade et al., 2019, p. 210).

Vale destacar o trabalho desenvolvido na Ocupação Dorothy Stang pelo Grupo de Pesquisa e Extensão Periférico em parceria com o Centro de Ação Social em Arquitetura

---

<sup>54</sup> Jane Jacobs (1916-2006) foi uma escritora, urbanista e ativista que defendeu as vozes das pessoas comuns no planejamento de bairros e na construção de cidades, as *Jane's Walks* se tratam de passeios a pé liderados por voluntários para dar espaço para as pessoas observarem, refletirem, compartilharem, questionarem e repensarem os lugares em que vivem, trabalham e se divertem.

<sup>55</sup> A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, no seu artigo 207, define que as universidades “obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Sustentável (CASAS), o Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) da FAU/UnB, que contribuiu para a inclusão da ocupação como uma das oito novas Áreas de Regularização de Interesse Social (ARIS)<sup>56</sup> a ser contemplada no Projeto de Lei Complementar (PLC) que dispõe sobre a Regularização Fundiária Urbana no Distrito Federal.

Com o desenvolvimento de uma disciplina de Prática em Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo<sup>57</sup> (PEMAU)<sup>58</sup>, de um trabalho final de graduação<sup>59</sup> e uma dissertação de mestrado<sup>60</sup> foi possível contribuir de diversas formas para o início do processo de regularização fundiária da ocupação uma vez que foram desenvolvidos estudos, levantamentos, análises e propostas de urbanismo sustentável e até mesmo tipologias habitacionais pautadas nas necessidades e modo de vida dos moradores da ocupação. A informações geradas foram organizadas em um caderno ilustrado e entregues à comunidade, como pode ser visto na Figura 2.

Figura 2: Evento de entrega do PLC e dos estudos desenvolvidos (caderno ilustrado) pelos pesquisadores da FAU/UnB (Periférico e CASAS).



Fonte: SEDUH/DF (2020).

56 Sinônimo de ZEIS.

57 Na FAU/UnB a disciplina Prática em Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (PEMAU) compõe a grade curricular como disciplina eletiva e é ofertada com o intuito de desenvolver os projetos do CASAS.

58 “O cantinho de todos: o desenho urbano socioecológico do Dorothy Stang à mão de seus ocupantes” desenvolvido por Fernanda Campos, Lara Bossaerts, Mateus Marques, Matheus Oliveira, Matheus Rudo, Sacha Quintino e Samuel Prates sob orientação das professoras da disciplina PEMAU: Profª Drª Liza Andrade, Profª Drª Vânia Loureiro e Profª Msc. Natália Lemos.

59 “Dorothy Stang de baixo pra cima: modelo participativo e sustentável para uma quadra da ocupação” desenvolvido por Mateus Marques sob orientação da Profª Drª Liza Andrade.

60 “Urbanismo participativo, regularização fundiária e práxis popular diante da lei nº 13.465/2017: o caso da ocupação Dorothy Stang” desenvolvido por Artemis Costa sob orientação da Profª Drª Liza Andrade.

### 3.2.2.2 Observação participante/Visitas de campo

Com o auxílio das lideranças para se inserir na comunidade, inicia-se a etapa das visitas de campo, onde através da observação serão identificados os grupos sociais locais, os primeiros ocupantes, além dos padrões espaciais desenvolvidos por Alexander et al. (1977). Dentre os tipos de observação existentes, foi escolhida a observação participante onde através da vivência e imersão na dinâmica local, o observador se relaciona com o grupo pesquisado, participa das suas atividades e, assim, poderá compreender a lógica que move a comunidade, diferentemente da observação simples, em que o pesquisador fica alheio ao grupo pesquisado, sendo um mero espectador.

Esta técnica de coleta de dados “[...] permite captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas. Os fenômenos são observados diretamente na própria realidade. A observação participante apreende o que há de mais imponderável e evasivo na vida real” (GERHARDT et al., 2009, p. 75). Essa capacidade de apreender fenômenos, situações, relações e dinâmicas que nem mesmo se teria a ideia de perguntar/investigar, reforçam e justificam a escolha desta técnica.

A observação permite descrever o que vemos, mas também faz emergir questões (que serão exploradas nas entrevistas) sobre o que procuramos compreender das representações, do simbólico, das relações sociais, das interações lógicas, etc. Essas questões não podem ser coletadas como, por exemplo, um conjunto (ou uma amostra) de pedras que reunimos e colocamos numa caixa e enviamos para um laboratório para análise. A compreensão dessas questões (subjetivas) se constrói, não está dada. (GERHARDT, 2009, p.101)

Mas o que observar? Ainda que não exista nenhuma definição fixa a respeito do que observar, Gil (2008 [1987], p. 102) elenca itens que, “em virtude de serem significativos, costumam ser considerados pelos pesquisadores” e que são bastante pertinentes para a captar a dinâmica sócio-espacial de um local:

- a) Os sujeitos. Quem são os participantes? Quantos são? A que sexo pertencem? Quais as suas idades? Como se vestem? Que adornos utilizam? O que os movimentos de seu corpo expressam?
- b) O cenário. Onde as pessoas se situam? Quais as características desse local? Com que sistema social pode ser identificado?
- c) O comportamento social. O que realmente ocorre em termos sociais? Como as pessoas se relacionam? De que modo o fazer? Que linguagem utilizam? (GIL, 2008 [1987], p.102)

Para o registro de todos estes dados observados será utilizada a técnica notas de campo/diário de campo que segundo Falkembach (1987) apud Gerhardt e Silveira (2009)

[...] é um instrumento de anotações, um caderno com espaço suficiente para anotações, comentários e reflexão, para uso individual do investigador em seu dia a dia. Nele se anotam todas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do investigador, suas reflexões e comentários. Ele facilita criar o hábito de escrever e observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 152), o diário de campo é composto por dois materiais: “O primeiro é descritivo, em que a preocupação é a de captar uma imagem por palavras do local, pessoas, acções e conversas observadas. O outro é reflexivo - a parte que apreende mais o ponto de vista do observador, as suas ideias e preocupações.”

O enfoque descritivo “[...] representa o melhor esforço do investigador para registar objectivamente os detalhes do que ocorreu no campo.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 152) e vai perpassar os seguintes aspectos:

1. *Retratos dos sujeitos.* Inclui a sua aparência física, maneira de vestir, maneirismo, estilo de falar e de agir. [...]
2. *Reconstrução do diálogo.* Tanto as conversas que decorrem entre os sujeitos como aquilo que os sujeitos lhe dizem em privado são registradas. [...] Gestos, pronúncias e expressões faciais também devem ser anotados. [...]
3. *Descrição do espaço físico.* Desenhos a lápis do espaço e do arranjo da mobília são úteis nas notas. [...] Também deve tentar apreender a sensação do edifício ou local que está a observar. [...]
4. *Relatos de acontecimentos particulares.* As notas incluem uma listagem de quem esteve envolvido no acontecimento, de que maneira e qual a natureza da acção.
5. *Descrição de actividades.* Para esta categoria você incluirá descrições detalhadas do comportamento, tentando reproduzir a sequência tanto dos comportamentos como de actos particulares.
6. *O comportamento do observador.* Em investigação qualitativa os sujeitos são as pessoas entrevistadas e que se encontram no meio em que decorre a investigação, mas você deve também considerar-se a si próprio como objecto de escrutínio. Porque você é o instrumento da recolha de dados é muito importante que esteja atento ao seu comportamento, suposições e tudo o que possa afectar os dados que são recolhidos e analisados. [...] a parte descritiva das notas deve conter materiais acerca do seu modo de vestir, acções e conversas com os sujeitos. Embora você tente minimizar o seu efeito no meio, espere sempre que exista algum impacto. Mantendo um registo cuidadoso do seu comportamento pode ajudar a avaliar as influências indirectas.

O conteúdo reflexivo, por sua vez, regista “[...] a parte mais subjectiva da sua jornada. A ênfase na especulação, sentimentos, problemas, ideias, palpites, impressões e preconceitos.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 165). Vai tratar de

1. *Reflexões sobre a análise.* Nesta altura especule a cerca daquilo que está a aprender, os temas que estão a emergir, padrões que podem estar presentes, conexões entre pedaços de dados, adição de ideias e de pensamentos que lhe ocorrem. [...]
2. *Reflexões sobre o método.* [...] As suas reflexões sobre o método podem ajudá-lo a pensar os problemas metodológicos e a tomar decisões acerca deles.

Quando tiver terminado a sua experiência de investigação, estas discussões metodológicas permitir-lhe-ão fazer um relato escrito daquilo que fez.

3. *Reflexões sobre conflitos e dilemas éticos.* Dado que o trabalho de campo o envolve com a vida dos seus sujeitos, surgem constantemente preocupações relacionais entre os seus valores e responsabilidades para com eles bem como para com a sua profissão. [...]
4. *Reflexões sobre o ponto de vista do observador.* Como qualquer pessoa, os investigadores qualitativos têm opiniões, crenças, atitudes e preconceitos, e tentam revelá-los reflectindo sobre a sua maneira de pensar expressa nas notas.
5. *Pontos de clarificação.* Para esta categoria você incluirá descrições detalhadas do comportamento, tentando reproduzir a sequência tanto dos comportamentos como de actos particulares.

Para desenvolver o diário de campo na fase de coleta de dados, Beaud e Weber (1998) apud Gerhardt e Silveira (2009), sugerem que

Em um caderno: na página da direita, anotam-se datas, nomes de pessoas, de lugares; na página da esquerda, anotam-se questões, hipóteses, leituras, tudo o que faz parte da vida intelectual do pesquisador. Essas análises são úteis e podem servir como os primeiros embriões de seu plano de redação definitivo. Requisitos: precisão, senso de detalhes e honestidade escrupulosa.

Abaixo, no Quadro 25, uma exemplificação deste modelo:

Quadro 25: Modelo de diário de campo.

<b>Exemplificando um modelo de diário de campo</b>	
Título	
Data	
Horário	
Local da observação	
<b>Descritivo:</b> aparência, fala, gestos, desenho do espaço, pessoas envolvidas, comportamento do pesquisador...	
C. O. (comentários):	
<b>Reflexivo:</b> especulações, pensamentos, reflexões, metodologia, pressupostos...	
C. O. (comentários):	
<p><b>Página da esquerda do caderno</b>  <b>Diário da pesquisa (reflexivo)</b></p> <p>⇒ questionamentos levantados a partir da observação e desenvolvimento de análises que servirão para orientar a observação (decidir quem ou o que será observado posteriormente) e, sobretudo, início do plano de redação do relatório da pesquisa;</p> <p>⇒ questões, hipóteses, dúvidas, leituras...</p>	<p><b>Página da direita do caderno</b>  <b>Diário da observação (descritivo)</b></p> <p>⇒ anotações breves, datadas e localizadas;</p> <p>⇒ anotações de impressões e descrições; a quem, onde, como, quando, o que aconteceu.</p>

Gil (2008 [1987]) chama atenção para a circunstância em que é feito o registro das informações no diário de campo, pois

O momento mais adequado para o registro é, indiscutivelmente, o da própria ocorrência do fenômeno. Entretanto, em muitas situações é inconveniente tomar notas no local, pois com isso elementos significativos da situação podem ser perdidos pelo pesquisador, e a naturalidade da observação pode ser perturbada pela desconfiança das pessoas observadas.

O pesquisador deve estar atento a esses detalhes e quando não for possível fazer anotações síncronas, elas devem ser feitas o mais breve possível para que não sejam perdidos detalhes importantes do que foi observado.

Deve-se ter em mente que as atividades rotineiras dos moradores e usuários do espaço constituem os dados básico da pesquisa, por isso se propõe que as visitas de campo sejam realizadas de maneira constante, mas variando sempre os dias e horários, para que se possa apreender as diferentes nuances do espaço. A dinâmica em uma segunda-feira de manhã certamente não é a mesma de um sábado à noite, o que justifica a alternância de dias e horários nas visitas de campo. De acordo com Foote-Whyte (2005 [1943], p. 321), “o estudo de uma comunidade ou organização não tem um ponto final lógico. Quanto mais você aprende, mais coisas vê para aprender.” O momento de parar, dependerá dos dados obtidos, se eles são suficientes para elaborar o produto que se almeja. Quando se trata de trabalho com comunidades, o levantamento deve prover informações suficientes para elaboração de um produto que seja capaz de atender às demandas existentes.

### 3.2.2.3 Identificação de padrões espaciais

Com a realização de visitas *in loco* e a observação participante, será possível identificar padrões espaciais de perto, percebendo o modo como eles se materializam no ambiente construído e que tipo de interações sociais são resultantes das escolhas arquitetônicas. A apresentação dos padrões identificados seguirá o mesmo esquema explicado anteriormente: tabela contendo as informações de cada padrão identificado (número, nome, contextualização do problema e da solução e seu diagrama) seguida da análise da materialização do padrão no meio físico e sua demonstração através de imagens ilustrativas. Dentre os 253 padrões espaciais desenvolvidos por Alexander et al. (2013 [1977]), os que podem ser identificados de perto, através do “olhar de perto”, estão elencados no Quadro 26:

Quadro 26: Padrões espaciais identificáveis em ocupações urbanas através do “olhar de perto”.

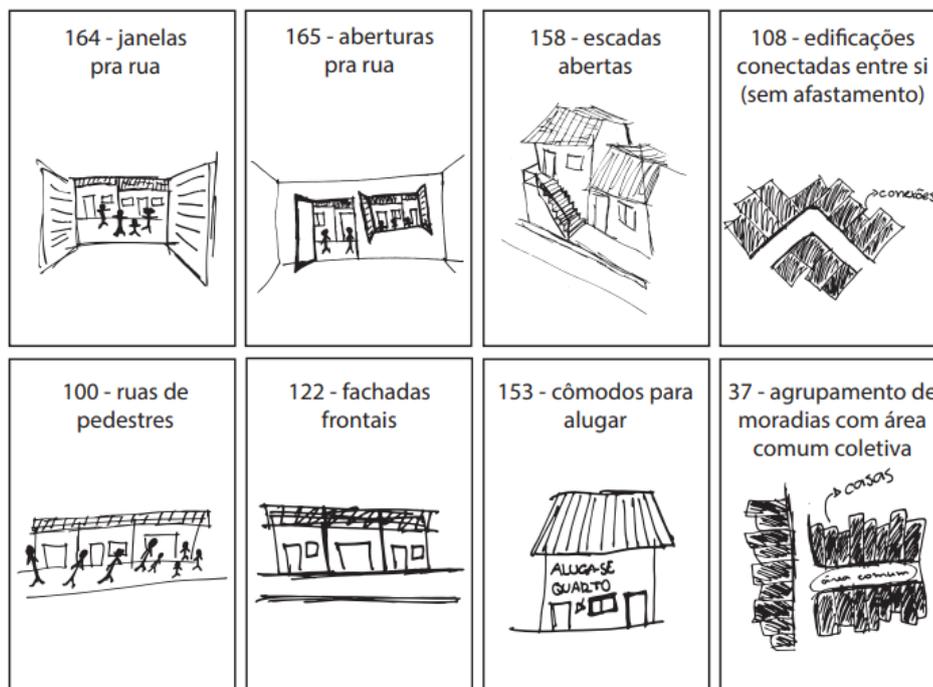
<b>PADRÕES ESPACIAS DESENVOLVIDOS POR ALEXANDER ET AL. (2013 [1977])</b>		
	<b>PADRÕES GLOBAIS</b>	<b>PADRÕES LOCAIS</b>
<b>OLHAR DE PERTO</b>	8. Mosaico de subculturas	95. Edificação como complexo
	9. Locais de trabalho bem distribuído	98. Níveis legíveis de circulação
	18. Redes de aprendizado	100. Rua de pedestres
	19. Rede de comércio e serviços	101. Ruas internas
	20. Micro-ônibus	102. Família de entradas
	22. 9% em estacionamentos	103. Estacionamentos pequenos
	24. Sítios sagrados	110. Entrada principal
	26. Ciclo da vida	111. Jardim parcialmente oculto
	27. Homens e mulheres	112. Espaço de transição
	30. Nós de atividade	113. Conexão entre a casa e o automóvel
	31. Promenade	116. Cobertura congruente aos espaços
	32. Rua de comércio para pedestre	117. Cobertura envolvente
	33. Vida noturna	118. Terraço jardim
	35. Diversidade de domicílios	119. Arcadas
	36. Gradiente de privacidade no arranjo do conjunto	120. Passeios e destinos
	40. Mescla de faixas etárias	123. Densidade de pedestres
	41. Conjunto de locais de trabalho	124. Bolsões de atividade
	45. Corrente de projetos comunitários	125. Escada para sentar
	46. Mercados de diversas lojas	126. Algo mais ou menos no centro
	51. Ruas verdes	130. Ambiente de entrada
	52. Rede harmônica de vias de veículos e de pedestres	133. Escada com papel social
	53. Demarcação de entradas	140. Terraço privativo junto a rua
	54. Faixa de pedestres em vias movimentadas	153. Cômodos para alugar
	55. Calçadas elevadas	158. Escadas abertas
	56. Ciclovias, ciclofaixas e bicicletários	160. Bordas da edificação
	57. Crianças na cidade	164. Janelas para a rua
	58. Carnaval	165. Abertura para a rua
	63. Dança na rua	166. Varandas e galerias
	64. Espelhos d'água e riachos	167. Terraço utilizável
	65. Locais de nascimento	168. Conexão com o chão
	66. Solo sagrado	169. Terrenos com terraços sucessivos
	67. Área externa coletiva	170. Árvores frutíferas
	68. Espaço para brincar conectados	171. Lugares configurados por árvores
	69. Ambiente externo e público	172. Jardim espontâneo
	71. Espelhos d'água – piscinas	173. Jardim Protegido
	72. Esportes comunitários	174. Passeio com pérgola e verde
	73. Parques infantis rústicos e dinâmicos	176. Banco de jardim protegido
	75. A família	177. A horta
	80. Escritórios e oficinas com autoadministração	192. Janelas voltadas para a vida lá for
	81. Pequenos centros serviços sem burocracia	222. Peitoril baixo
	84. Grupo de adolescentes	226. Lugar configurado por pilar
	85. Miniescolas	241. Posicionamento dos bancos externos
	86. Lares infantis	242. Banco do lado de fora da parte principal
	87. Lojas de propriedade individual	243. Mureta para sentar
	88. Café com mesas na calçada	245. Flores elevadas
	89. A mercearia de esquina	246. Trepadeiras
90. Cervejaria	247. Pisos internos com juntas largas	
91. Pousada (ou hospedaria) para viajantes		
92. Ponto de ônibus		
93. Quiosque de vendas de alimentos		
94. Dormir em público		

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Com a identificação de padrões feita, eles serão organizados no formato de fichas, que deverão ser impressas e apresentadas aos entrevistados para que eles mesmos possam selecionar os padrões que identificam no local. As fichas irão conter o nome do padrão e seu diagrama desenhado a mão. A importância de desenhar à mão o padrão reside no fato de que não são todos os diagramas desenvolvidos por Alexander et al. (2013 [1977]) que são facilmente apreendidos sem a leitura do padrão, ao desenhar a forma como o padrão se

materializa naquele ambiente, facilita o entendimento. A Figura 3 traz como exemplo as fichas de oito padrões desenvolvidos por Alexander et al. (2013 [1977]), com o diagrama desenhado a mão. A Figura 4 traz estas fichas impressas.

Figura 3: Fichas dos padrões desenvolvidos por Alexander et al. (2013 [1977]) e identificados no local.



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 4: Fichas impressas dos padrões desenvolvidos por Alexander et al. (2013 [1977]) e identificados no local.



Fonte: Arquivo pessoal

### 3.2.2.4 Entrevistas em profundidade individuais

Uma das melhores maneiras de compreender a dinâmica de um lugar é conversar e escutar quem o vivencia na prática. Como se trata de uma análise sócio-espacial, é importante captar a essência da percepção das pessoas sobre o espaço onde estão inseridas, o que justifica a escolha de realizar entrevistas individuais em profundidade, uma “[...] técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada.” (DUARTE, 2005, p. 62).

Como aponta Duarte (2005), este é um tipo de entrevista flexível que busca intensidade nas respostas ao possibilitar que o entrevistador adeque as perguntas a medida em que o informante vai respondendo às questões, na tentativa de explorar o tema ao máximo. Não é um modo de entrevista que busca a quantificação ou representação estatística, se trata de “[...] um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer.” (DUARTE, 2005, p. 62).

O autor propõe um modelo de tipologia de entrevistas (Quadro 27), de acordo com o qual elas podem ser classificadas como abertas, semiabertas e fechadas. A escolha de cada um desses tipos depende da pesquisa que está sendo realizada e dos dados que se deseja obter, é possível que em uma mesma pesquisa ou em uma mesma entrevista sejam articuladas mais de uma abordagem. As entrevistas abertas e semiabertas possuem uma abordagem em profundidade e se diferenciam pelo modelo de aplicação: a primeira parte de uma questão central enquanto a segunda utiliza um roteiro base. Ambas se diferenciam das fechadas por serem qualitativas e não quantitativas.

Quadro 27: Modelo de tipologia em entrevistas proposto por Duarte (2005).

Pesquisa	Questões	Entrevista	Modelo	Abordagem	Respostas
Qualitativa	Não-estruturadas	Aberta	Questão central	Em profundidade	Indeterminadas
	Semi-estruturadas	Semi-aberta	Roteiro		
Quantitativa	Estruturadas	Fechada	Questionário	Linear	Previstas

Fonte: Duarte (2005).

Para a realização do levantamento sócio-espacial tal qual está sendo proposto, serão articuladas mais de uma abordagem, uma vez que serão realizadas entrevistas com três grupos diferentes: lideranças locais, primeiros ocupantes e grupos sociais locais. Todas as entrevistas iniciarão com um pequeno questionário sobre dados básicos do entrevistado, que serão importantes para contextualizar as informações obtidas na entrevista em profundidade e permitir uma análise mais embasada. Para este pequeno questionário, sugere-se a realização das seguintes perguntas elencadas no Quadro 28. Lembrando que cada caso é um caso e as perguntas aqui estabelecidas servem de norte, podendo ter questões acrescentadas ou suprimidas.

Quadro 28: Questionário base proposto.

→	NOME?
→	IDADE?
→	PROFISSÃO?
→	ONDE MORAVA ANTES DE VIR PARA A PORTELINHA?
→	VOCÊ MORA NA PORTELINHA A QUANTO TEMPO?
→	SUA CASA É PRÓPRIA, ALUGADA OU CEDIDA?
→	EM CASO DE CASA PRÓPRIA, FOI CONSTRUÍDO PELA PRÓPRIA FAMÍLIA?

Fonte: Elaborado pela autora.

Para as entrevistas com as lideranças locais, que irão tratar da situação fundiária da ocupação, as entrevistas abertas mostram-se como as mais adequadas, visto que partem de um tema central que é: qual a situação da ocupação quanto a posse da terra? A partir dessa questão aberta, serão explorados os temas e informações que surgirem no decorrer da resposta dos entrevistados.

Já nas entrevistas com os primeiros ocupantes para entender o surgimento do local e com os diversos grupos sociais existentes para caracterizar a dinâmica sócio-espacial do território, o modelo de entrevistas semiabertas é o que mais se adequa, visto que a utilização de questionários fechados e estruturados além de facilmente deixarem passar questões fundamentais de serem exploradas, ficariam extensos devido as diversas informações que se deseja obter. As entrevistas abertas, por sua vez, partem de uma única pergunta, o que nesse caso não é muito adequado visto que há vários temas que se deseja abordar. Tendo em vista que as entrevistas semiabertas “conjugam a flexibilidade da questão não estruturada com um roteiro de controle”, ela se mostra mais apropriada.

As questões, sua ordem, profundidade, forma de apresentação, dependem do entrevistador, mas a partir do conhecimento e disposição do entrevistado, da qualidade das respostas, das circunstâncias da entrevista. Uma entrevista semi-aberta [*sic*] geralmente tem algo entre quatro e sete questões, tratadas individualmente como perguntas abertas. O pesquisador faz a primeira pergunta e explora ao máximo cada resposta até esgotar a questão. Somente então passa para a segunda pergunta. Cada questão é aprofundada a partir da resposta do entrevistado, como um funil, no qual perguntas gerais vão dando origem a específicas. O roteiro exige poucas questões, mas suficientemente amplas para serem discutidas em profundidade sem que haja interferências entre elas ou redundâncias. (DUARTE, 2005, p. 66)

As questões-guia que compõem o roteiro das entrevistas semiabertas também podem sofrer alterações de acordo com realidade do local estudado, mas se propõem as seguintes perguntas-chave de acordo com as informações que se deseja obter sobre a ocupação do local (Quadro 29) e a dinâmica sócio-espacial (Quadro 30).

Quadro 29: Roteiro de entrevista semiaberta com primeiros ocupantes.

→ COMO FOI A OCUPAÇÃO DA PORTELINHA?
→ EM QUE BAIRRO VOCÊ MORAVA ANTERIORMENTE? PORQUE SAIU DE LÁ?
→ O QUE DETERMINOU A ESCOLHA DESSE TERRENO PARA OCUPAÇÃO?
→ VOCÊS (OS PRIMEIRO MORADORES) ESTAVAM ORGANIZADOS ENQUANTO GRUPO?
→ COMO FOI FEITA A ORGANIZAÇÃO DAS RUAS E LOTES?

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 30: Roteiro de entrevista semiaberta com primeiros os grupos sociais locais.

→ COMO É MORAR NA PORTELINHA? COMO É SEU DIA-A-DIA AQUI?
→ COMO SÃO UTILIZADOS OS ESPAÇOS PÚBLICOS DA PORTELINHA?
→ QUAIS OS TIPOS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS EXISTENTES? ELES ATENDEM AS SUAS NECESSIDADES?
→ COMO SÃO AS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA?
→ QUAIS OPÇÕES DE DIVERSÃO EXISTEM DENTRO DA PORTELINHA?
→ COMO É O ACESSO A SERVIÇOS DE TRANSPORTE, EDUCAÇÃO E SAÚDE?
→ VOCÊ GOSTA DE MORAR AQUI? SE VOCÊ PUDESSE MELHORAR ALGO, O QUE SERIA?

Fonte: Elaborado pela autora.

Kapp (2020, p. 8) elenca os diversos argumentos contra a realização de entrevistas: “atomização; artificialidade da situação; distância entre pensar, dizer e agir; adesão acrítica à encenação de personagens.”. Mas a autora aponta que apesar disso, “[...] entrevistas são oportunidades de uma interação com pessoas e mundos que não existiria por outros meios. Esse é o argumento principal e suficiente a seu favor.” (KAPP, 2020, p. 9). Mas não se pode deixar de lado a importância de “[...] observar suas limitações, acirrar a vigilância

ética e epistemológica, e ter alguma clareza sobre o que se procura, quem são os potenciais entrevistados, como abordá-los e o que suas expressões significam no processo de pesquisa.” (KAPP, 2020, p. 9)

É necessário ter em mente que as entrevistas como técnica de pesquisa “Só farão sentido se forem precedidas de uma preparação crítica, e analisadas e interpretadas em conjunto com outros dados e com (ou contra) as teorias.” (KAPP, 2020, p. 6). Como aponta Duarte (2005, p. 67), “[...] não basta ouvir [as] fontes e fazer um relato para considerar realizada uma pesquisa válida e confiável.” É necessário refletir sobre os dados encontrados, pois “Apenas a reflexão do trabalho empírico – que é teórica – permite corrigir rumos e ir além do que já foi constatado centenas de vezes em centenas de lugares” (KAPP, 2020, p. 5).

Ao levar todos esses aspectos em conta, se garante a validade e confiabilidade do uso de entrevistas em profundidade, o que Duarte (2005, P. 68) resume a três questões fundamentais:

(1) seleção de informantes capazes de responder às questões da pesquisa; 2. uso de procedimentos que garantam a obtenção de respostas confiáveis; 3. descrição dos resultados obtidos que articule consistentemente as informações obtidas com o conhecimento teórico disponível. (DUARTE, 2005, p. 68)

No que diz respeito à seleção dos informantes, “A amostra, em entrevistas em profundidade, não tem seu significado mais usual, o de representatividade estatística de determinado universo. Está mais ligada à significação e à capacidade que as fontes têm de dar informações confiáveis e relevantes sobre o tema de pesquisa.” (DUARTE, 2005, p. 68). Por este motivo, será utilizada a técnica de amostragem não probabilística bola de neve<sup>61</sup>, onde a escolha dos entrevistados é feita por indicação, ou seja, um indivíduo indica outro(s) que, por sua vez, indica outro(s) e assim por diante.

Quando cada indivíduo indica apenas uma pessoa, a amostra é linear. Quando é feita a indicação de duas ou mais pessoas, a amostra é exponencial. Para o método proposto, será utilizada a amostra linear. As entrevistas acontecerão até que se encontre o ponto de saturação, ou seja, quando os conteúdos mapeados nas respostas dos entrevistados começarem a se repetir, é hora de parar as entrevistas. Mas como identificar os primeiros entrevistados?

Entendendo que as entrevistas podem acabar captando os pensamentos de apenas um grupo social e como se trata de uma análise sócio-espacial onde se quer compreender a dinâmica do espaço como um todo, torna-se necessário primeiramente identificar os grupos

---

<sup>61</sup> Originalmente chamada de *snowball sampling*.

sociais existentes na área, o que será feito através da observação. Feito isso, será escolhido um informante-chave de cada um dos grupos. Não há uma regra fixa para escolha do informante-chave, esta pode ser baseada nas oportunidades de conhecer ou ser apresentado para alguém do grupo, mas se possível, o informante-chave deve ser alguém que se destaque de alguma forma dentro do grupo. A Figura 5 ilustra a técnica proposta:

Figura 5: Técnica de amostragem não probabilística bola de neve.



Fonte: Elaborado pela autora.

Durante a realização das entrevistas é importante ter em mente que

[...] “não é simplesmente um trabalho de coleta de informações, mas, sempre, uma situação de interação, ou mesmo de influência entre dois indivíduos e que as ‘informações’ dadas pelo sujeito (o ‘material’ que ele fornece) podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador”. (KANDEL, 1982, p.178 apud DUARTE, 2005, p. 71).

Como aponta Gil (2008 [1987], p. 111), “[...] o sucesso desta técnica depende fundamentalmente do nível da relação pessoal estabelecido entre entrevistador e entrevistado.” Observando-se que há a possibilidade de distorções produzidas por essa relação, pelo próprio entrevistador, pelo entrevistado ou mesmo pelo contexto de realização da entrevista, Duarte (2005) e Gil (2008 [1987]) elencam e sintetizam algumas orientações

sobre a técnica de entrevista, contribuições baseadas nas suas próprias experiências e na literatura especializada. (Quadro 31).

Quadro 31: Orientações sobre o ato de entrevistar baseadas em Duarte (2005) e Gil (2008 [1987]).

→	CRIAR UM AMBIENTE DE NATURALIDADE, CORDIALIDADE, CONFIANÇA, SIMPATIA E INTERESSE, DEIXANDO O ENTREVISTADO A VONTADE PARA RELATAR LIVREMENTE O QUE PENSA, O PESQUISADOR DEVE ASSUMIR UM PAPEL DE OUVINTE CURIOSO, QUE FALA POUCO MAS ESTIMULA A CONVERSA RELEVANTE;
→	O ENTREVISTADO DEVE PERCEBER O INTERESSE DO PESQUISADOR E NÃO A SUA OPINIÃO, A INTENÇÃO DA ENTREVISTA É OBTER INFORMAÇÕES E NÃO CONVENCER, PERSUADIR OU INDUZIR;
→	SEGUIR O TEMPO DA FONTE E NÃO TER PRESSA, AS VEZES O ENTREVISTADO PRECISA DE UM TEMPO PARA REFLETIR SOBRE DETERMINADA QUESTÃO, LOGO, SILÊNCIOS E PAUSAS PODEM SER PROVEITOSOS;
→	SANAR DÚVIDAS SOBRE CONCEITOS E VOCÁBULOS PARA EVITAR INTERPRETAÇÕES EQUIVOCADAS;
→	FAZER UMA PERGUNTA DE CADA VEZ, TENDO O CUIDADO DE SER OBJETIVO
→	TER EM MENTE QUE NÃO TER UMA RESPOSTA, JÁ É POR SI SÓ UMA RESPOSTA, O ENTREVISTADO NÃO PRECISA TER CONHECIMENTO SOBRE TUDO;
→	EVITAR PERGUNTAS QUE POSSAM INDUZIR RESPOSTAS (POR EXEMPLO "VOCÊ NÃO ACHA QUE...?" E PRIORIZAR INDAGAÇÕES NEUTRAS (POR EXEMPLO "COMO VOCÊ PERCEBE...?", "VOCÊ PODERIA DETALHAR...?", "NO SEU ENTENDER, QUAL A CAUSA...?", "QUAL SUA OPINIÃO EM RELAÇÃO A...?");
→	AO RECEBER RESPOSTAS INCOMPLETAS, VAGAS OU QUE FUJAM DO TEMA, O PESQUISADOR DEVE TENTAR ESTIMULAR O ENTREVISTADO A FORNECER RESPOSTAS MAIS COMPLETAS;
→	CASO ALGUM TEMA SEJA DESCONFORTÁVEL PARA O ENTREVISTADO, NÃO APROFUNDÁ-LO;
→	SEMPRE QUE POSSÍVEL, SOLICITAR EXEMPLOS QUE QUALIFIQUEM OS RELATOS;
→	NÃO PERDER TEMPO COM DETALHES OU INFORMAÇÕES QUE SÃO CURIOSAS, MAS NÃO ACRESCEM NADA EM RELAÇÃO À QUESTÃO DE PESQUISA;
→	TER EM MENTE O MARCO TEÓRICO DO TRABALHO E EVITAR ENFATIZAR SOMENTE OS DADOS QUE CONFIRMEM PRESSUPOSTOS DA PESQUISA, O IDEAL É TESTAR E QUESTIONAR PARA, POR FIM, VALIDAR.

Fonte: Adaptado de Duarte (2005) e Gil (2008 [1987]).

Sobre os instrumentos de coleta e registro das respostas, os que se adequam ao modelo que está sendo proposto são as anotações e gravações. Duarte (2005, p. 76) fala da importância de realizar anotações “[...] sobre questões centrais, dúvidas, aspectos relevantes, detalhes que não tenham sido verbalizados ou mesmo idéias [*sic*] que surjam e possam ser esquecidas [...]”, mas também chama atenção ao fato de que as anotações podem limitar o detalhamento das informações, além de prejudicar a fluidez da entrevista ao distrair o entrevistado. Gil (2008 [1987]) reforça esse fato e acrescenta que

[...] o registro das informações só deve ocorrer após os entrevistados terem tido oportunidade de responder completamente às indagações e de eventualmente corrigirem alguma informação que tenha sido dada durante a resposta. Mesmo autorizando a tomada de notas, algumas pessoas demonstram irritação quando o entrevistador deixa de prestar atenção no relato para tomar notas. Outras ficam relutantes em falar quando sabem ou percebem que estão sendo tomadas notas. Quando isto ocorrer, o melhor é deixar para tomar notas logo após a conclusão da entrevista. (GIL, 2008 [1987], p. 119)

Isso reforça a importância da gravação das entrevistas, que além de permitir o registro integral e literal dos dados, preserva o conteúdo discutido, evita perdas de informação, minimiza possíveis distorções e facilita a condução da entrevista (DUARTE, 2005; GIL, 2008 [1987]). Vale ressaltar que a gravação e as anotações síncronas, só podem ser feitas com o consentimento do entrevistado. Caso não haja permissão, a tomada de notas só pode ser feita após a conclusão da entrevista.

É fortemente recomendada a transcrição das informações obtidas o mais rápido possível “[...] para aproveitar o conteúdo, pois o ambiente e as respostas estão mais vivos na memória e as interferências, contextualização e análise são imediatas.” (Duarte, 2005, p. 77). A transcrição imediata também ajuda a “[...] registrar comentários, observações, de maneira a não esquecer pontos essenciais ou perder os registros.” (Duarte, 2005, p. 76).

No que tange a organização dos dados obtidos, Berger (1998, p. 57) apud Duarte (2005, p. 78) chama a atenção para o fato de que “pode ser muito difícil lidar com a enorme quantidade de material que as entrevistas em profundidade geram”. Por este motivo, é recomendado que se inicie a sistematização dos dados à medida em que as entrevistas começam a ser realizadas. Mas como sistematizar as informações?

De acordo com a experiência de Foote-Whyte (2005 [1943]) em Corneville, organizar as anotações por ordem cronológica não se mostrou adequado, o que levou a duas possibilidades: a criação de categorias de análise ou a organização por grupos sociais. O autor iniciou a sistematização do material com base nos grupos, mas tendo em mente que havia a chance de uma redivisão dos dados por tópicos. A medida em que foi crescendo a quantidade de informações, a organização por grupos foi se mostrando realmente a mais adequada ao modo como ele desenvolvia seu estudo.

Para o método que está sendo proposto, mostra-se apropriada a combinação das duas possibilidades: uma primeira divisão pautada nos grupos sociais identificados e posteriormente, um mapeamento dos assuntos abordados dentro de cada grupo. Essa combinação parece capaz de identificar os principais temas tratados, de verificar a existência de um discurso dominante dentro do grupo, além de apontar possíveis divergências de opinião sobre determinado tema nos grupos ou entre os grupos.

Em Cornerville, quando a quantidade de informações cresceu de modo que a memória de Foote-Whyte não o permitia localizar com facilidade determinado dado, ele desenvolveu o que caracterizou como um “sistema rudimentar de indexação”:

[...] uma página de três colunas contendo, para cada entrevista ou relato de observação, a data, a pessoa ou as pessoas entrevistadas ou observadas, e um breve resumo da entrevista ou observação. Esse índice tinha de três a oito páginas. Quando chegou o momento de rever as notas ou de escrever a partir delas, uma busca de cinco a dez minutos no índice era suficiente para me dar um quadro razoavelmente completo do que eu tinha e de onde qualquer item podia ser localizado. (FOOTE-WHYTE, 2005 [1943], p. 308)

Será utilizado esse sistema, com um único adendo: no breve resumo da entrevista, deve constar todas as categorias de assunto que foram mapeadas. Isso, além de permitir a identificação imediata dos temas tratados, facilitará a identificação do ponto de saturação das entrevistas. Ao definir as categorias é bom ter em mente o que aponta Richardson (1999, p. 240) apud Duarte (2005, p. 79):

As categorias devem (a) ser exaustivas, permitindo a inclusão de todos os elementos de determinado tema; (b) ser exclusivas, pois nenhum elemento pode ser classificado em mais de uma categoria; (c) ter concretude, na medida em que evitam a complexidade de classificar termos abstratos; (d) ser homogêneas, com categorias sendo construídas a partir do mesmo princípio de classificação e (e) objetivas e fiéis, com a definição de variáveis e indicadores que determinam a classificação em cada categoria.

Com a sistematização das informações feita, chega o momento de analisar os resultados obtidos, este é o momento em que o pesquisador, de posse de diversas informações vai fazer “A triangulação de dados com o acréscimo de fontes diversificadas de evidências, como documentos, observação e literatura [...]” (DUARTE, 2005, p. 68). A articulação consistente de informações na etapa de análise é fundamental para garantir a validade dos resultados obtidos através das entrevistas.

Como aponta Kapp (2020), uma pesquisa é estruturada por uma lacuna teórica, cujo preenchimento requer a criação de caminhos que fomentem dados relevantes. Nesse sentido, a realização de entrevistas é um desses meios, mas não o único. Para além das entrevistas, nessa pesquisa a identificação de padrões também é uma alternativa. A identificação será feita através da observação, mas tendo em vista que ninguém de fora é capaz de conhecer e compreender a totalidade de um determinado espaço, devemos enfatizar e valorizar o conhecimento dos “de dentro”. Nesse sentido, ao final da realização das entrevistas, sugere-se aproveitar o momento para que os próprios moradores e usuários daquele espaço, possam identificar padrões com base nas fichas elaboradas dos padrões previamente identificados.

### 3.2.2.5 Entrevistas coletivas

Além das entrevistas em profundidade individuais, onde serão apresentadas fichas com padrões pré-selecionados, serão realizadas entrevistas coletivas, onde moradores e usuários do espaço poderão identifica-los no ambiente em que estão inseridos, ao exemplo do “jogo dos padrões com a dinâmica de café mundial ou comunitário” desenvolvido pelo grupo de pesquisa e extensão “Periférico, Trabalhos Emergentes” que utiliza a elaboração e identificação de padrões espaciais baseados em Alexander et al. (2013 [1977]) e padrões dos ecossistemas urbanos desenvolvidos por Andrade (2014) como etapa do processo metodológico adotado pelo grupo.

Para o sucesso desta etapa é fundamental a divulgação da reunião com antecedência, moradores e usuários devem ser convidados. Se possível espalhar cartazes informando a data e horário do encontro (Figura 6). É bom que a reunião tenha algum atrativo para a população, um café da manhã ou um lanche da tarde, funcionam como uma ótima opção.

Figura 6 : Cartaz colado em poste da Ocupação Mercado Sul divulgando reunião realizada pelo CASAS (à esq.) e Faixa com o cronograma de oficinas realizadas na Ocupação Dorothy Stang (à dir.).



Fonte: Arquivo Pessoal (à esq.) e Acervo Periférico (2017) (à dir.).

A impressão de um mapa grande da área é de suma importância para que as pessoas possam local espacialmente onde identificam os padrões. Como a apreensão de um mapa não é fácil para quem não tem o costume de utilizá-lo, é importante marcar locais importantes, que facilitem a identificação por parte das pessoas. Além das fichas de padrões, é bom levar papéis e canetas coloridas para possibilitar que as pessoas se expressem, possam criar novos padrões, fazer considerações, anotações e desenhos. A Figura 7 mostra a realização do Jogo dos padrões na Ocupação Dorothy Stang.

Figura 7: Jogo dos padrões na Ocupação Dorothy Stang.



Fonte: Acervo Periférico (2017).

### 3.2.2.6 Adaptações para a pandemia de COVID-19

Os procedimentos, ferramentas e técnicas descritas acima foram pensados para aplicação na “vida normal”. A pandemia de COVID-19 que até o momento assola o mundo inteiro, tem se agravado cada vez mais no Brasil. O país enfrenta desde 2020 a maior crise sanitária e hospitalar da sua história, o que faz com que as medidas de distanciamento social sejam extremamente necessárias enquanto não há uma aceleração da vacinação em massa. Dito isto, foi feita uma reformulação dos procedimentos utilizados para análise do “olhar de perto”, o tornando aplicável no contexto da pandemia, como pode ser visto no Quadro 32:

Quadro 32: Adaptação dos procedimentos do "olhar de perto" para pandemia.

<b>levantamento sócio-espacial</b>	
<b>adaptação pandemia covid-19</b>	<b>O OLHAR DE PERTO</b>
<p><b>1. DIÁLOGO COM LIDERANÇAS/INSERÇÃO NA COMUNIDADE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ RODA DE CONVERSA COM LIDERANÇAS PARA IDENTIFICAR GRUPOS SOCIAIS EXISTENTES, OS PRIMEIROS OCUPANTES E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA   PESSOALMENTE RESPEITANDO O DISTANCIAMENTO OU ONLINE</li> <li>◦ CAMINHADA - JANE'S WALK</li> </ul> <p><b>2. OBSERVAÇÃO SIMPLES/VISITAS DE CAMPO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ REALIZAR O MÍNIMO DE VISITAS POSSÍVEL</li> <li>◦ IDENTIFICAR PADRÕES ESPACIAIS</li> </ul> <p><b>3. ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE INDIVIDUAIS   PRESENCIAL OU ONLINE</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>◦ ENTREVISTAR PRIMEIROS OCUPANTES - SURGIMENTO DA OCUPAÇÃO</li> <li>◦ ENTREVISTAR GRUPOS SOCIAIS EXISTENTES - RECONHECIMENTO DO LUGAR</li> <li>◦ ENTREVISTAS POR INDICAÇÃO   REALIZAR O MÍNIMO NECESSÁRIO PARA OBTER OS DADOS NECESSÁRIOS</li> <li>◦ ENTREVISTAS SEMIABERTAS E QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS</li> <li>◦ CRIAR FICHAS COM PADRÕES PRÉ-SELECIONADOS E MOSTRAR PARA OS ENTREVISTADOS IDENTIFICAREM PADRÕES EXISTENTES NA OCUPAÇÃO</li> </ul>	

Fonte: Elaborado pela autora.

A primeira etapa do método proposto ganha mais destaque no contexto da pandemia uma vez que o diálogo com as lideranças terá a intenção não apenas de inserção no

local, mas também de identificar os grupos sociais existentes, os primeiros ocupantes e a situação fundiária, ou seja, será realizada uma roda de conversa com as lideranças (é ideal que seja mais de uma pessoa, justamente para que as informações obtidas não venham da percepção de apenas uma pessoa). Caso a roda de conversa seja realizada pessoalmente, é bom que ela encerre com a realização de uma caminhada aos modos *Jane's Walk*, o que será bastante útil para uma primeira aproximação com o local e que já permitirá apreender diversos aspectos sócio-espaciais do local. No caso desta primeira reunião ser realizada *online*, a caminhada deve acontecer na primeira visita de campo.

A observação participante será substituída pela observação simples, definida por Gil (2008 [1987], p. 101) como

[...] aquela em que o pesquisador, permanecendo alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa de maneira espontânea os fatos que aí ocorrem. Neste procedimento, o pesquisador é muito mais um espectador que um ator. [...]. Embora a observação simples possa ser caracterizada como espontânea, informal, não planejada, coloca-se num plano científico, pois vai além da simples constatação dos fatos. Em qualquer circunstância, exige um mínimo de controle na obtenção dos dados. Além disso, a coleta de dados por observação é seguida de um processo de análise e interpretação, o que lhe confere a sistematização e o controle requeridos dos procedimentos científicos.

Então apesar de o nível de participação e envolvimento com a comunidade ser menor, a validade dos dados está garantida pelas demais técnicas que serão utilizadas. Com as medidas de distanciamento social necessárias para o enfrentamento da pandemia, as visitas de campo que antes seriam realizadas em todos os dias e horários possíveis, agora serão realizadas o mínimo de vezes necessário para garantir a obtenção dos dados.

As entrevistas seguem basicamente os mesmos parâmetros estabelecidos anteriormente, a diferença será apenas na quantidade de entrevistas a ser realizada. A técnica de amostragem não probabilística será adaptada e ao invés das entrevistas e indicações acontecerem até se chegar no ponto de saturação das respostas, a sua quantidade será definida de acordo com a quantidade de grupos sociais identificados.

A pandemia de COVID-19 mostrou que chamadas de vídeo e reuniões *online*, podem ser um instrumento bastante útil. Na disciplina de Projeto de Urbanismo 1 (PU1), ministrada na FAU/UnB pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liza Andrade, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vânia Loureiro e Prof<sup>a</sup> MSc. Natália Lemos, foram realizadas *lives* (Figura 8) entre os estudantes e lideranças do Recanto das Emas, Região Administrativa XV do Distrito Federal, para embasar os projetos de urbanismo desenvolvidos pela turma para a área.

Figura 8: Imagem de divulgação de *lives* da disciplina de PU1 da FAU/UnB.



Fonte: Elaborado pela monitora da disciplina de PU1, Luana Carraza.

Apesar das experiências de sucesso na realização de *lives*, é bom ter em mente que nem todos os entrevistados terão acesso à internet de qualidade. Essa é uma opção que se mostra possível, mas deve ser analisada de acordo com cada caso.

Quanto as entrevistas coletivas para identificação de padrões, esta etapa do trabalho será suprimida para evitar aglomerações.

### 3.3 Diagrama da seção 3

Com o intuito de analisar (1) os agentes sociais envolvidos na produção sócio-espacial das ocupações urbanas, (2) os conflitos existentes, (3) a regulação destes territórios, (4) a sua morfologia e configuração sócio-espacial e (5) os momentos da sua produção, foi construído e sistematizado um método que através da (1) compreensão da gênese de surgimento do local, (2) análise da situação fundiária e o (3) reconhecimento do lugar, permitirá identificar todos os aspectos que permeiam essa produção sócio-espacial. Cada uma destas ações gerais é composta por ações específicas, as quais foram estabelecidas por escalas, ou seja, o método é pautado na articulação da “visão de sobrevoos”, realizada “de longe” e que permite uma análise do conjunto, com o “olhar de perto”, realizado através da inserção no território e que permite uma análise local, capaz de identificar particularidades. A análise conjunta nas duas escalas permite uma visão do todo e a compreensão deste processo de produção. O Quadro 33 mostra a compilação do método proposto e suas ações principais,

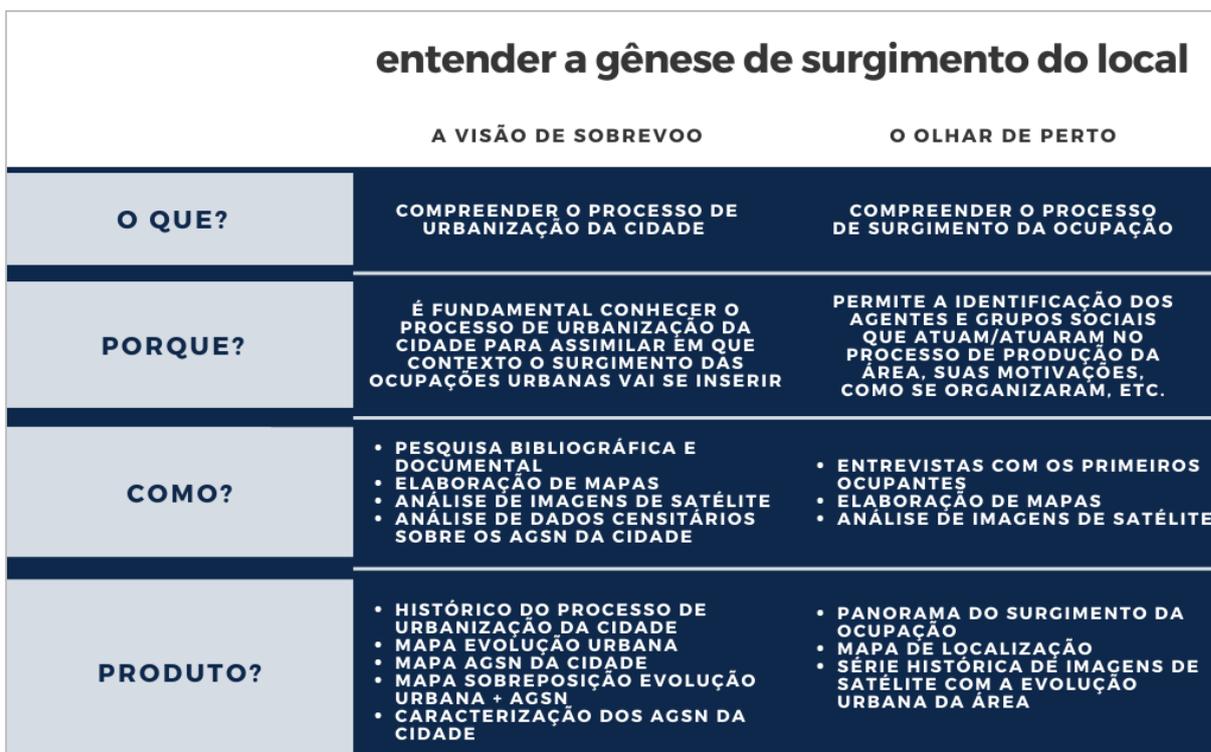
enquanto os Quadro 34, Quadro 35 e Quadro 36 destringem o desenvolvimento de cada uma destas ações.

Quadro 33: Diagrama da seção 03.



Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 34: Versão inicial da etapa 01 do método proposto.



Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 35: Versão inicial da etapa 02 do método proposto.

<b>caracterizar a situação fundiária</b>		
	<b>A VISÃO DE SOBREVOO</b>	<b>O OLHAR DE PERTO</b>
<b>O QUE?</b>	<b>ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA EXISTENTE</b>	<b>IDENTIFICAR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA OCUPAÇÃO</b>
<b>PORQUE?</b>	<b>CONHECER O QUE A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA PREVÊ PARA O ESPAÇO LEVA A IDENTIFICAR CONFLITOS ENTRE O MARCO JURÍDICO E O QUE ESTÁ POSTO NA PRÁTICA</b>	<b>A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA VAI DEFINIR EM QUE MOMENTO A OCUPAÇÃO SE ENCONTRA NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA E À CIDADE</b>
<b>COMO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• LEVANTAMENTO E ESTUDO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL VIGENTE</li> <li>• COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS PREVISTOS E EXISTENTES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS</li> </ul>
<b>PRODUTO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• DEFINIÇÕES DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL VIGENTE PARA A ÁREA</li> <li>• TABELA COMPARATIVA (ZONA X OCUPAÇÃO)</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS CONFLITOS EXISTENTES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IDENTIFICAÇÃO DO ESTÁGIO ATUAL DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS CONFLITOS EXISTENTES</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 36: Versão inicial da etapa 03 do método proposto.

<b>realizar o reconhecimento do lugar</b>		
	<b>A VISÃO DE SOBREVOO</b>	<b>O OLHAR DE PERTO</b>
<b>O QUE?</b>	<b>CARACTERIZAR A POPULAÇÃO E O TERRITÓRIO</b>	<b>CARACTERIZAR AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO LUGAR</b>
<b>PORQUE?</b>	<b>É IMPORTANTE OBTER INFORMAÇÕES SOBRE O LOCAL E SUA POPULAÇÃO PARA QUE A INSERÇÃO NO TERRITÓRIO SEJA DE FORMA CONSCIENTE EM RELAÇÃO A REALIDADE</b>	<b>DESSE MODO É POSSÍVEL RELACIONAR A MORFOLOGIA COM O MODO DE VIDA E A MANEIRA COMO AS RELAÇÕES SOCIAIS SE ESTABELECEM, ALÉM DE ASSOCIAR DECISÕES ARQUITETÔNICAS COM O DESEMPENHO DOS LUGARES</b>
<b>COMO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ANÁLISE DE DADOS CENSITÁRIOS (POPULAÇÃO E INFRAESTRUTURA)</li> <li>• ELABORAÇÃO DE MAPAS</li> <li>• ANÁLISE DE IMAGENS DE SATÉLITE</li> <li>• ANÁLISE DE DADOS GEOGRÁFICOS</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE PADRÕES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• INSERÇÃO NO TERRITÓRIO</li> <li>• VISITAS IN LOCO</li> <li>• OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE</li> <li>• ENTREVISTAS COM MORADORES E USUÁRIOS DO LOCAL</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE PADRÕES</li> </ul>
<b>PRODUTO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA POPULAÇÃO</li> <li>• DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA LOCAL</li> <li>• MAPAS DE MACRO PARCELA, MICRO PARCELA E TRAÇADO VIÁRIO</li> <li>• MAPAS DE SOLO, HIPSOMETRIA, DECLIVIDADE E CURSOS D'ÁGUA</li> <li>• SÉRIE HISTÓRICA DE IMAGENS (ANTES E DEPOIS DA ANTROPIZAÇÃO)</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS VULNERABILIDADES AMBIENTAIS</li> <li>• DESCRIÇÃO DOS PADRÕES IDENTIFICADOS E DA MANEIRA COMO SE APRESENTAM NO MEIO CONSTRUÍDO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM A POPULAÇÃO</li> <li>• DESCRIÇÃO DOS PADRÕES IDENTIFICADOS E DA MANEIRA COMO SE APRESENTAM NO MEIO CONSTRUÍDO, ILUSTRADAS ATRAVÉS DE IMAGENS</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

# APLICAÇÃO DO MÉTODO NO ESTUDO DE CASO



#### 4. APLICACÃO DO MÉTODO NO ESTUDO DE CASO

A escolha do local do estudo de caso considerou os territórios que surgem por meio de processos *bottom-up*, pautados na auto-organização, autogestão, autoconstrução e autourbanização. Além de se encaixar nos parâmetros estabelecidos, a escolha da Portelinha – ocupação urbana que surge no contexto da luta pelo direito à moradia na cidade de São Luís do Maranhão – se pautou em motivações pessoais, por apresentar características que motivam a realização da pesquisa.

A Portelinha foi sede do Mambembe<sup>62</sup> São Luís 2017, evento que teve como temática “Por trás dos azulejos: a cidade invisível”, onde se abordou a cidade de São Luís para além do ideário de cidade turística vendida pela grande mídia, na intenção de vivenciar o que foi chamado de cidade invisível e debater o direito à cidade, a luta por moradia e compreender a realidade de quem é diariamente silenciado nesta cidade tão fragmentada e marcada por abismos sociais. Como membro da Comissão Organizadora, durante a organização e realização do evento pude perceber como a realidade da Portelinha é diferente: apesar da precariedade e carência de serviços e infraestrutura, a ocupação é cheia de vida, as pessoas utilizam os espaços públicos (que no caso se resumem as ruas), a diferenciação entre público e privado é tênue, há convívio social e urbanidade. Compreender então a produção social, não só deste espaço, mas das ocupações urbanas no geral, se tornou a grande motivação deste trabalho.

A seguir, a aplicação do método de levantamento sócio-espacial proposto que vai permitir caracterizar a produção sócio-espacial da Portelinha. Apesar do método ter sido desenvolvido de acordo com as escalas, ou seja, primeiramente foi feita toda a etapa de “visão de sobrevoos” para posteriormente adentrar na comunidade e desenvolver a parte do “olhar de perto”, as informações obtidas serão apresentadas de acordo com a ordem em que foram estabelecidas no método: primeiro a compreensão da gênese de surgimento do local, depois a análise da situação fundiária e por fim o reconhecimento do lugar.

No que diz respeito ao “olhar de perto”, alguns apontamentos sobre o processo são necessários. O primeiro contato com os líderes comunitários da Portelinha aconteceu no ano de 2016 através do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo Solar (EMAU Solar). (Figura 9). A ponte entre o EMAU Solar e a Associação dos Moradores da Comunidade

---

<sup>62</sup> Oficina itinerante fomentada pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA) que tem como intuito promover a maior integração entre as Faculdades de Arquitetura e Urbanismo da Regional Nordeste através da vivência de diferentes realidades.

Portelinha Alto do Calhau foi feita pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marluce Wall, que desenvolvia um projeto de pesquisa sobre a área. Na época havia uma demanda de projeto da sede da Associação. No ano de 2017, com a realização do Mambembe São Luís 2017 na Portelinha (Figura 10), os laços com os líderes comunitários e alguns moradores foram estreitados.

Figura 9: Primeiro contato com a Portelinha em 2016.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 10: Mambembe São Luís 2017.



Fonte: Acervo Comissão Organizadora Mambembe São Luís 2017.

A vivência com os membros da Associação nesses dois momentos permitiu, em agosto de 2019, a retomada do contato (com a realização de uma visita) para sondar a possibilidade de desenvolver o trabalho na área, o que foi recebido de braços abertos. A realização do estudo de caso estava prevista para ser realizada em 2020, logo após a qualificação do trabalho, mas a pandemia de COVID-19 alterou todos os cronogramas feitos e postergou tanto a banca de qualificação quanto a realização do estudo de caso. A segunda onda da doença gerou muitas incertezas no que dizia respeito à realização de atividades *in loco*, visto que pressupunha contato direto com pessoas em um momento onde o distanciamento social era fundamental. Devido a presença da variante Delta em São Luís, o

Município conseguiu doses extras da vacina, o que acelerou a vacinação em massa na cidade, que foi a primeira capital brasileira a vacinar toda a população maior de 12 anos de idade.

Isso possibilitou que fossem desenvolvidas atividades *in loco*: duas visitas, uma reunião com os membros da Associação e sete entrevistas. A forma como as atividades foram desenvolvidas estão longe de ser o que se tinha pensado para a pesquisa no início, mas elas foram feitas do jeito que a situação permitiu. Apesar do processo bastante reduzido, ele foi capaz de fornecer as informações necessárias. A pandemia ainda não acabou e apesar de vacinados, a necessidade de tomar precauções é latente, por isso um kit contendo máscara descartável e álcool em gel foi distribuído para as pessoas (Figura 11).

Figura 11: Kit #XôCorona.



Fonte: Arquivo pessoal.

A primeira visita começou com uma reunião com a diretoria da Associação de Moradores (Figura 12), onde o trabalho foi apresentado e se obteve aval para sua realização. Logo após esse primeiro momento, foi feita uma entrevista coletiva com eles para obtenção de informações sobre a história da ocupação e a situação fundiária do local.

Figura 12: Reunião com os membros da Associação de Moradores.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Em um segundo momento, no mesmo dia, foi feita uma caminhada ao estilo *Jane's Walk*, onde eles apresentaram a Portelinha (Figura 13).

Figura 13: *Jane's Walk* na Portelinha.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Na segunda visita, foram realizadas entrevistas com alguns moradores, durante as quais foram apresentadas fichas com os padrões que haviam sido pré-selecionados. Na fala de um dos entrevistados surgiu o nome do Bruque, uma área alagável da ocupação onde se localizam algumas palafitas, então foi feita uma outra caminhada ao estilo *Jane's Walk*, dessa vez para conhecer o Bruque. A Figura 14 mostra os momentos dessa visita.

Figura 14: Segunda visita à Portelinha.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Estes apontamentos se fizeram necessários para apresentar um pouco do processo realizado. Segue abaixo a sistematização dos dados obtidos com a aplicação do método de levantamento sócio-espacial proposto.

## 4.1 Entender a gênese de surgimento do local

Entender a gênese de surgimento do local diz respeito a (1) compreender o processo de urbanização da cidade, ou seja, traçar um panorama histórico que permita assimilar o surgimento das ocupações urbanas na cidade, para posteriormente (2) compreender como se deu a ocupação da área de estudo, respondendo a questões sobre os agentes envolvidos e suas motivações, a origem dos ocupantes, a organização do grupo, a escolha do local e a organização do espaço.

### 4.1.1 O processo de urbanização da cidade

São Luís do Maranhão é a única cidade brasileira habitada por índios tupinambás, fundada por franceses, invadida por holandeses e colonizada por portugueses. A história da cidade, localizada na Ilha de Upaon-Açu, começa a ser escrita (sob a perspectiva da colonização) em 1535, mas é a partir de 1615, três anos após sua fundação em 1612, que a região passa a ser efetivamente povoada. Com a posse do território consolidada pelos portugueses, a economia e o comércio começam a se desenvolver.

Durante menos de 1 século, a população da cidade cresceu cerca de 825% a mais do que tinha crescido nos primeiros três séculos desde a fundação, como pode ser visto no Quadro 37 abaixo. A rápida urbanização da cidade de São Luís resultou em um espaço marcado por disputas, onde “fragmentos de territórios estão cada vez mais próximos, e os grupos sociais que os compõem cada vez mais separados.” (LOPES, 2008).

Quadro 37: Evolução do quantitativo populacional de São Luís.

	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2020 <sup>63</sup>
POPULAÇÃO	119.785	159.628	270.651	460.320	695.199	868.047	1.014.837	1.108.975

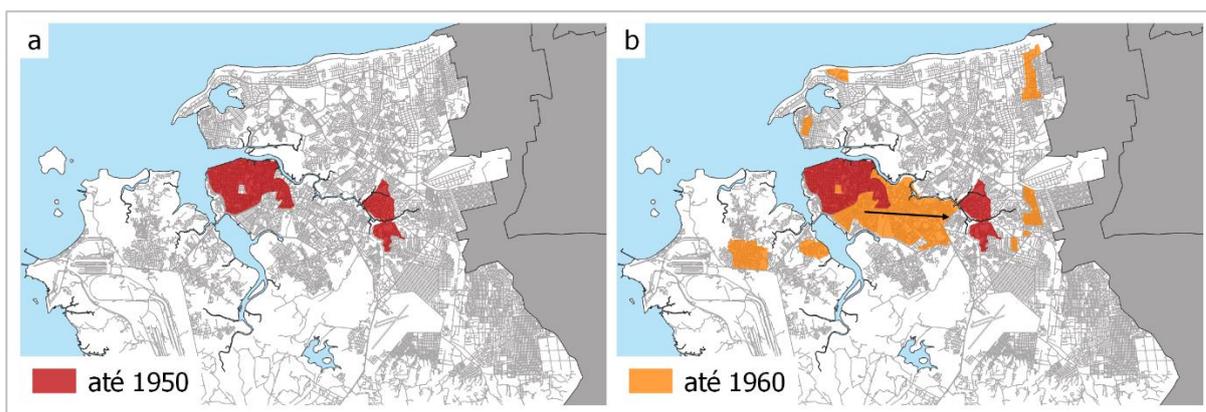
Fonte: Adaptado de IBGE (2010d).

O núcleo fundacional da cidade é o atual bairro da Praia Grande, ao redor do qual a cidade começou a se estabelecer e formou o que hoje é o Centro (mancha vermelha à esquerda na Figura 15a). O bairro do Anil (mancha vermelha à direita na Figura 15a), devido sua privilegiada localização (acesso terrestre e fluvial), ganha destaque na cidade e passa a

<sup>63</sup> Os dados de 2020 são estimativas realizadas pelo IBGE.

abrigar diversos empreendimentos importantes<sup>64</sup>. Durante mais de três séculos, a cidade cresceu seguindo o Caminho Grande (ligação entre Centro e Anil, como mostra a Figura 15b). Esse primeiro momento de urbanização que ocorre do início do século XVII até o ano de 1965, é caracterizado por Burnett (2008) como urbanização tradicional e o segundo momento, que se inicia em 1965 e vai até os anos 2000, é definido pelo autor como urbanização modernista.

Figura 15: Evolução urbana de São Luís (até 1950 e até 1960).



Fonte: Adaptado de INCID (2006).

Durante a urbanização tradicional, percebe-se a miscigenação social como característica. O núcleo urbano não era tão extenso e todos os grupos sociais coexistiam. No bairro do Monte Castelo, por exemplo, encontra-se ao mesmo tempo bangalôs da elite, conjuntos populares da classe média e casebres em áreas alagadiças da população mais pobre. Já a urbanização modernista, que vai expandir a ocupação de terras para além dos rios Anil e Bacanga, vai “marcar o ponto de partida para um processo de dispersão e segregação espacial totalmente novo, já que antes, toda a população habitava o núcleo original da cidade, formada pelo centro e seus bairros adjacentes.” (VASCONCELOS, 2014, p. 18).

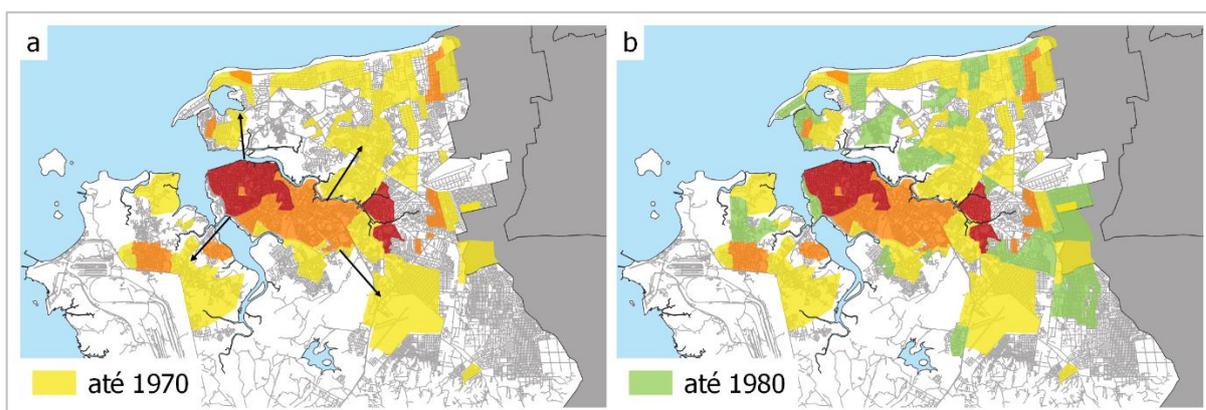
Se estabelecem na cidade, a partir de meados da década de 1960, três novos eixos de expansão para além do eixo sudeste que deu uma certa continuidade ao Caminho Grande (Figura 16a). Os novos eixos são marcados principalmente pela construção de pontes e da barragem: a construção da Ponte Governador Newton Bello, também conhecida como Ponte do Caratatiua, em 1968, foi a primeira iniciativa para a concretização do desejo de encurtar a distância entre o Centro e as faixas litorâneas (até então acessíveis apenas por vias marítimas

<sup>64</sup> “uma fábrica para obtenção do anil (1765), uma indústria de beneficiamento de arroz, patrocinada pela Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, e a Companhia de Fiação e Tecidos Rio Anil [1893], em torno da qual o bairro se estrutura.” (LOPES; SILVA, 2008, p.263-264).

ou por estradas precárias) e possibilitou a construção de grandes conjuntos habitacionais na porção nordeste da ilha; a construção da Ponte José Sarney, também chamada de Ponte do São Francisco, em 1970, e a construção da Ponte Bandeira Tribuzzi, em 1980, vão possibilitar a expansão rumo ao norte da ilha e concretizar a ocupação da faixa litorânea, num eixo de expansão marcado pela construção de edifícios em altura; a construção da Barragem do Bacanga, cuja obra acontece quase simultaneamente a do Porto do Itaqui e do campus da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), cria, em 1973, o eixo de expansão que liga a área central da cidade à zona industrial e que se caracteriza por loteamentos populares feito pelos trabalhadores das referidas obras.

A expansão se resume da seguinte maneira: ao norte, rumo à faixa litorânea, surgem as áreas mais nobres da cidade, destinadas a população de alta renda; à nordeste da ilha o crescimento se dá pela construção de conjuntos habitacionais para a população de classe média; à sudoeste e sudeste a expansão é feita pela parcela de baixa renda da cidade. A consolidação destes grandes eixos e o Plano Diretor de 1977, que vai zonear o território e estabelecer um perfil de renda para cada região, resultam na decadência e abandono das áreas até então urbanizadas da cidade. As novas áreas passam a ser ocupadas de maneira dispersa, como pode ser visto na Figura 16b, o que reforça “a permanência de vazios urbanos infra-estruturados [sic], com a retenção especulativa do solo e, por outro lado, o aumento da situação de informalidade da ocupação do solo urbano, com a favelização.” (LOPES, 2008, p. 38).

Figura 16: Evolução urbana de São Luís (até 1970 e até 1980).

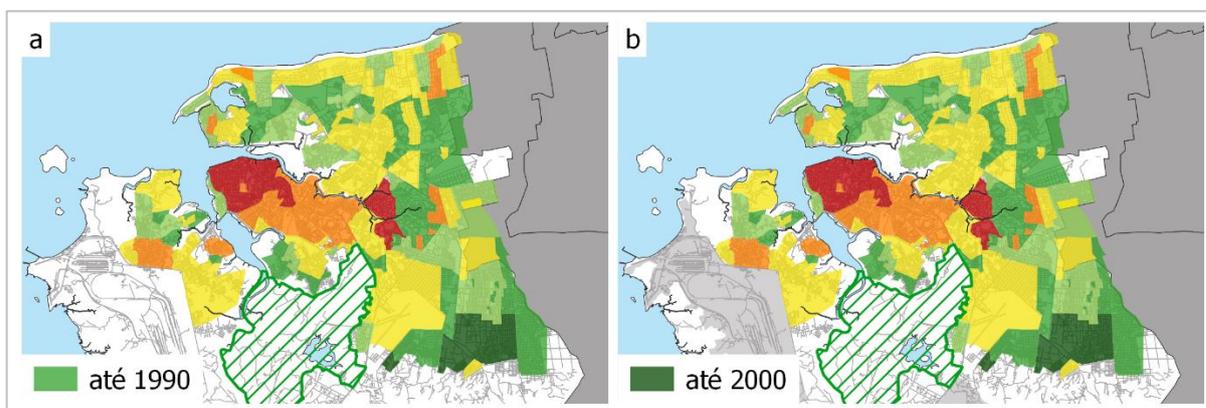


Fonte: Adaptado de INCID (2006).

A ocupação ocorrida entre 1980 e 1990 é feita no sentido de ocupar os vazios infra-estruturados da cidade, como pode ser visto na Figura 17a. Em março de 1980 é criado o Parque Estadual do Bacanga por meio do Decreto nº 7.545/1980, o que contribui para a

preservação da área central da ilha. Em 1992 a Lei de Zoneamento (Lei nº 3.253/1992) instituiu a Zona Industrial. A expansão entre 1990 e 2000 se resume a poucos bairros (Figura 17b).

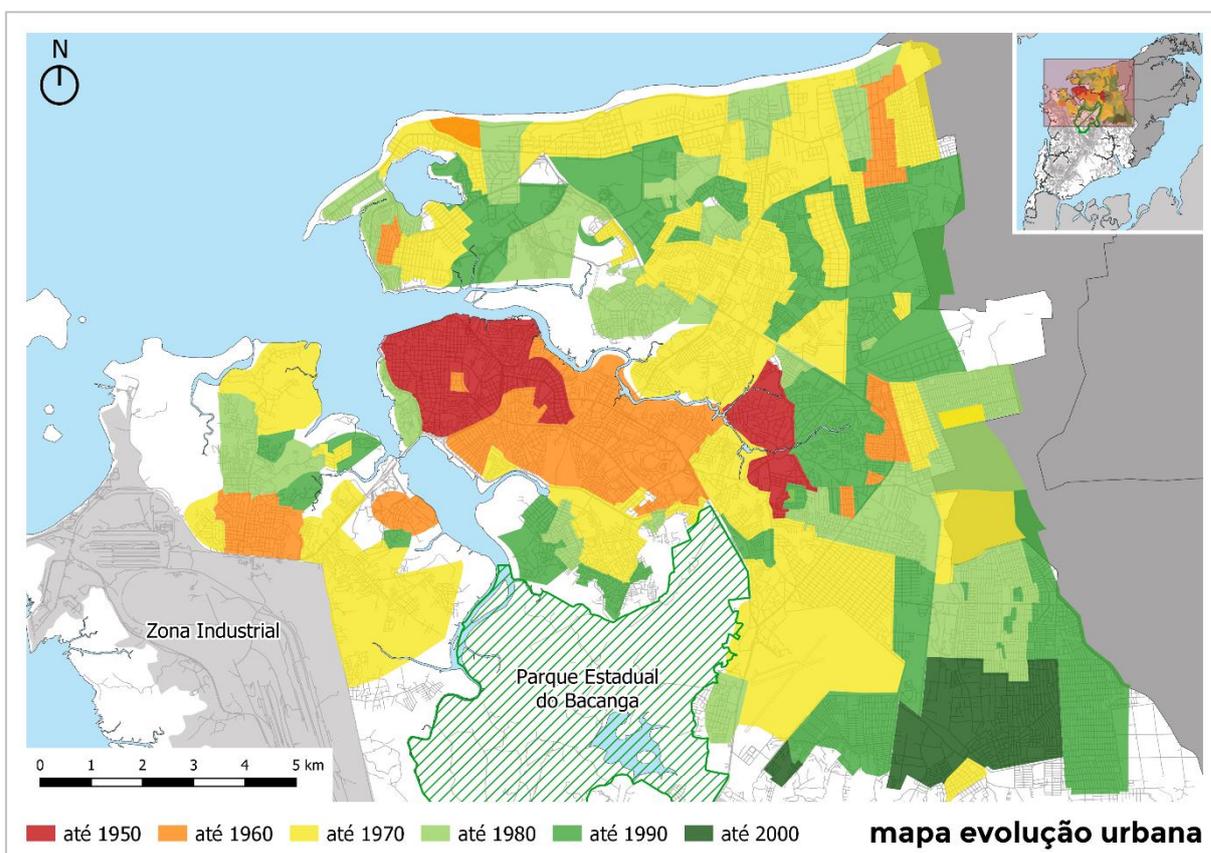
Figura 17: Evolução urbana de São Luís (até 1990 e até 2000).



Fonte: Adaptado de INCID (2006).

Na Figura 18 abaixo é possível visualizar a evolução urbana da cidade de São Luís até os anos 2000 com um detalhamento maior que nas figuras anteriores. Vale ressaltar que a área da ilha que não aparece no mapa é predominantemente rural.

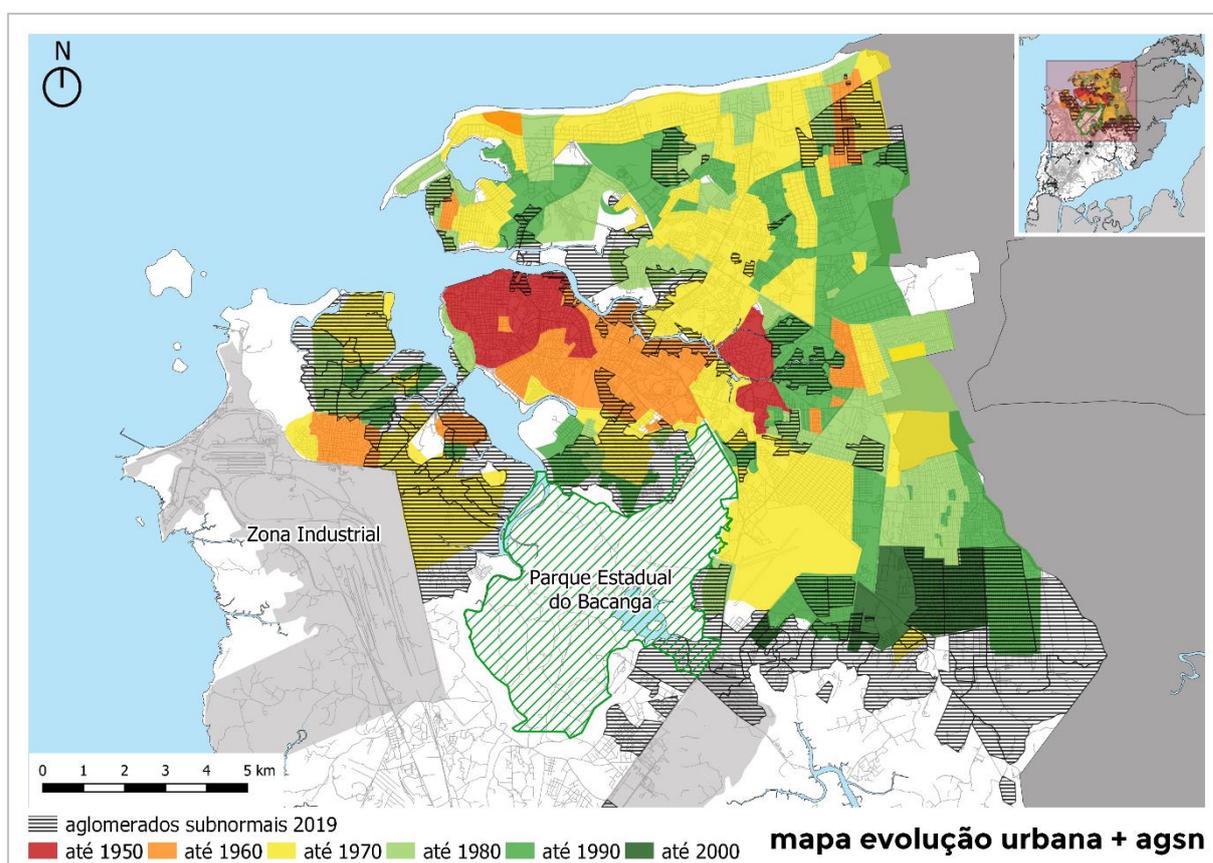
Figura 18: Evolução urbana de São Luís.



Fonte: Adaptado de INCID (2006).

Apesar da destinação de determinados grupos para cada área da cidade, a fragmentação da ocupação somada às grandes avenidas e aos vazios urbanos infra estruturados, faz com que o modelo de segregação centro-periferia divida espaço com “o padrão dos enclaves fortificados, intensificando as tensões entre ‘incluídos’ e ‘excluídos’ que próximos, mas separados por muros, tendem a não circular ou utilizar áreas comuns” (LOPES; SILVA, 2008, p. 294). Há um retorno dessa miscigenação social característica da cidade desde o início da sua ocupação, que deixam claras e evidentes no território as disputas por terra, poder e moradia, como pode ser visto na Figura 19, que mostra a localização dos aglomerados subnormais na cidade.

Figura 19: Evolução urbana e aglomerados subnormais

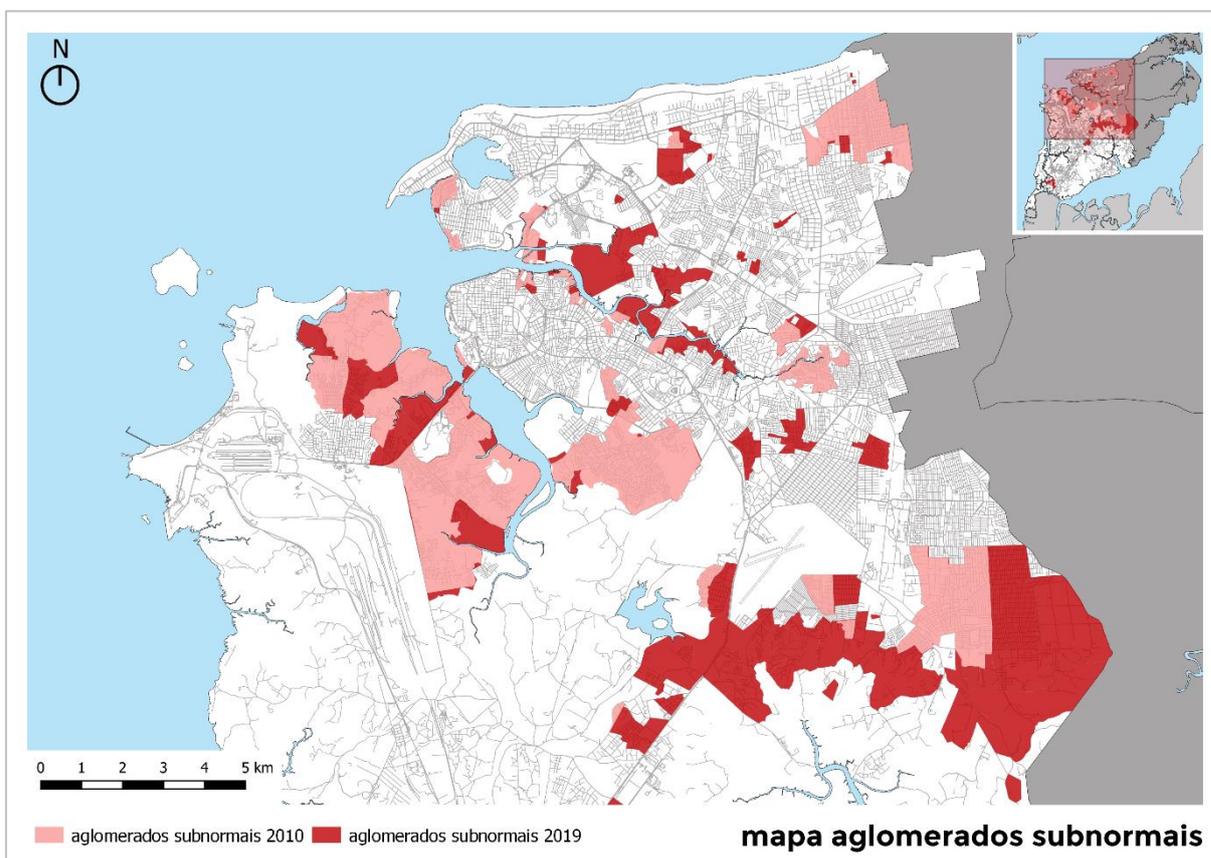


Fonte: Adaptado de INCID (2006) e IBGE (2019).

Na Figura 20 é possível observar a localização dos assentamentos informais na cidade. Os dados mais recentes disponibilizados pelo IBGE, em 2019, mostram que devido a saturação do território até então ocupado (Figura 19), os assentamentos informais tem criado um novo eixo de expansão no sentido sul, rumo a atual zona rural da cidade. Percebe-se

também um conflito ambiental se formando com a ocupação das bordas do Parque Estadual do Bacanga.

Figura 20: Aglomerados subnormais em 2010 e 2019.



Fonte: Adaptado de IBGE (2010 e 2019).

Os dados do Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE, mostraram que naquele ano existiam 39 aglomerados subnormais na cidade que contavam com 61.845 domicílios onde residiam 232.912 pessoas, as quais representavam 22,95% da população total da cidade. Com uma média de quase 4 pessoas por domicílios (3,77), a densidade demográfica era de 63,2 hab/ha e a densidade de domicílios de 16,8 dom/ha. Os resultados preliminares do “Mapeamento dos Aglomerados Subnormais”, realizado pelo IBGE em 2019, apesar de não serem comparáveis aos dados oficiais do Censo por serem preliminares, já mostram uma tendência de agravamento desta situação. A estimativa é que a cidade possuía, em 2019, 96 aglomerados subnormais com 101.030 domicílios. Caso esses valores se confirmem no próximo Censo, o crescimento na taxa de domicílios em aglomerados subnormais na cidade será de cerca de 10% (22% em 2010 para 32% em 2019), ou seja, uma

parcela significativa da população vive sem condições dignas de habitabilidade e esses contrastes estão nítidos no território (Figura 21).

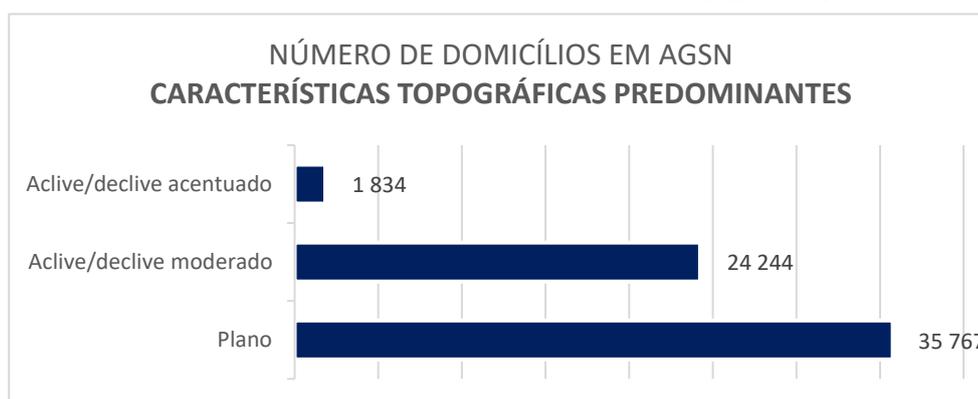
Figura 21: Fissuras urbanas em São Luís.



Foto: Honório Moreira/O Imparcial (à esq.) e Leandro Santos (à dir.).

Mas como se caracterizam os assentamentos informais na cidade? Quanto às características topográficas predominantes, a maioria dos domicílios localizados em aglomerados subnormais se encontram em terrenos planos ou de aclive/declive moderado (Gráfico 1). É muito pequena a parcela de domicílios em aclives/declives acentuados, o que reforça os resultados obtidos na pesquisa de Loureiro (2017) quanto a essa questão.

Gráfico 1: Número de domicílios em AGSN – Características topográficas predominantes.



Fonte: IBGE (2010b).

No que diz respeito à localização predominante do sítio urbano (Gráfico 2), a maior parte dos domicílios estão localizados em sítios planos ou com colinas suaves, mas também há a presença, apesar de bem menos expressiva, da ocupação de praias; dunas; mangues; sobre rios, córregos, lagos ou mar (palafitas); nas margens de cursos d'água; em aterros sanitários, lixões e outras áreas contaminadas. Não há a presença de assentamentos informais em faixas de domínio de gasodutos, oleodutos, ferroviários ou rodovias.

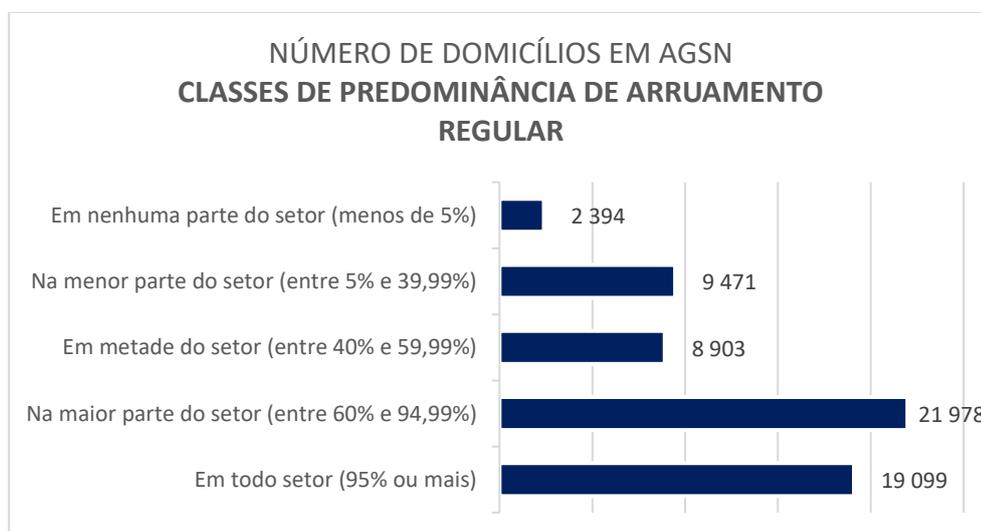
Gráfico 2: Número de domicílios em AGSN – Características e localização predominantes do sítio urbano.



Fonte: IBGE (2010b).

Dentre as classes de predominância de arruamento regular (Gráfico 3), dominam as classes onde o arruamento é regular na maior parte do setor ou em todo o setor.

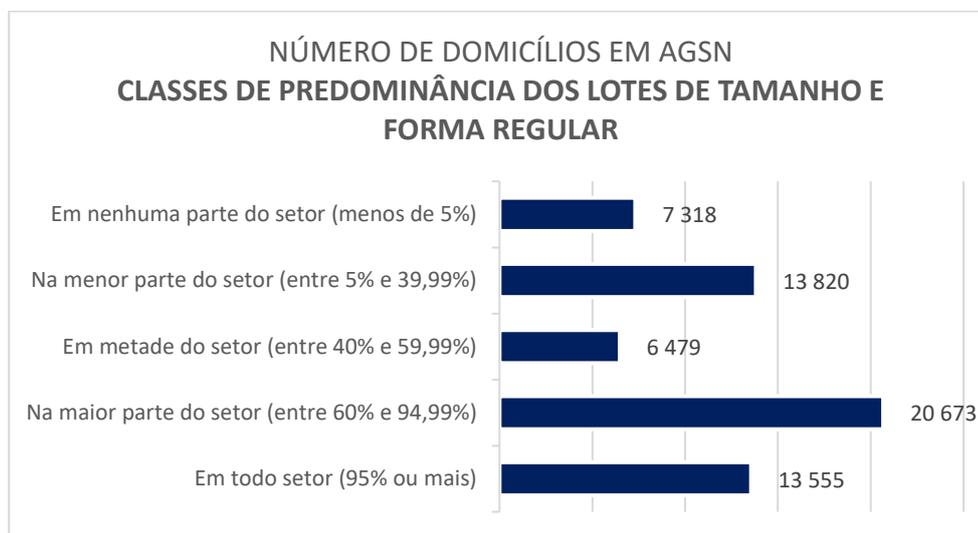
Gráfico 3: Número de domicílios em AGSN – Classes de predominância de arruamento regular.



Fonte: IBGE (2010b).

As classes de predominância dos lotes de tamanho e forma regular (Gráfico 4) seguem a mesma predominância do arruamento: dominam as classes onde o tamanho e a forma dos lotes são regulares na maior parte do setor ou em todo o setor.

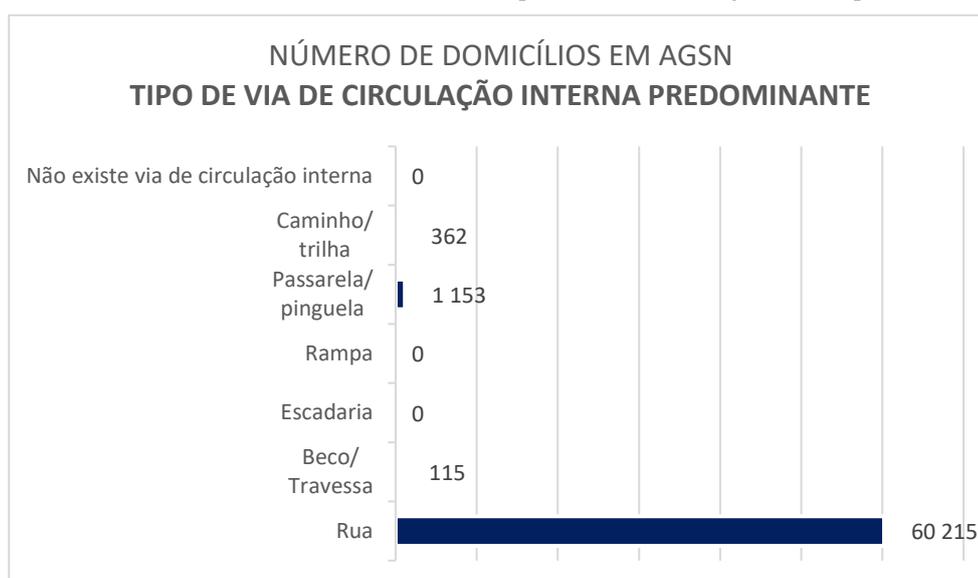
Gráfico 4: Número de domicílios em AGSN – Classes de predominância de arruamento regular.



Fonte: IBGE (2010b).

O tipo de via de circulação interna predominante (Gráfico 5) são as ruas, apesar de também haver a presença de caminhos, trilhas e passarelas. Devido ao predomínio de ocupação de áreas planas, não há registro de nenhuma rampa ou escadaria.

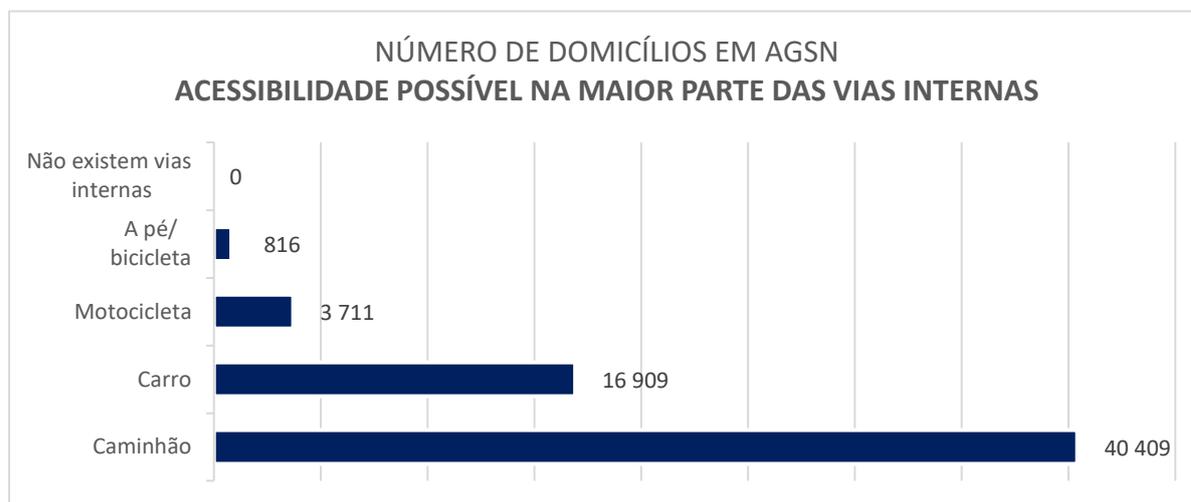
Gráfico 5: Número de domicílios em AGSN – Tipo de via de circulação interna predominante.



Fonte: IBGE (2010b).

Quanto a acessibilidade possível na maior parte das vias internas (Gráfico 6), cerca de 65% dos domicílios em AGSN estão em ruas acessíveis a passagem de caminhões. Os domicílios que só podem ser acessados a pé ou com motocicletas, somam menos de 10%.

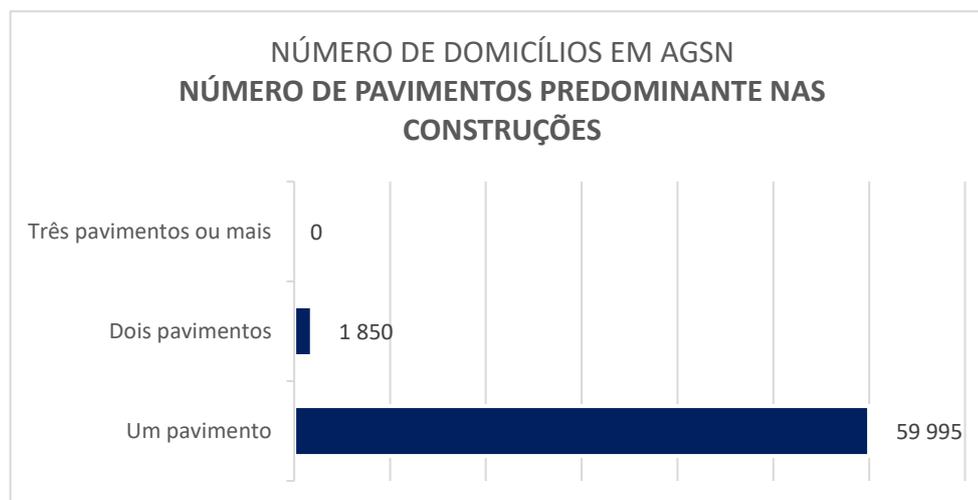
Gráfico 6: Número de domicílios em AGSN – Acessibilidade possível na maior parte das vias internas.



Fonte: IBGE (2010b).

No que diz respeito ao número de pavimentos predominante nas construções (Gráfico 7), de acordo com a pesquisa quase 100% dos domicílios possuem apenas um pavimento. Como os dados são de 2010, essa realidade hoje já se alterou um pouco. A necessidade de adensamento e os lotes pequenos resultam na construção de casas com mais de um pavimento e isso é nítido no território.

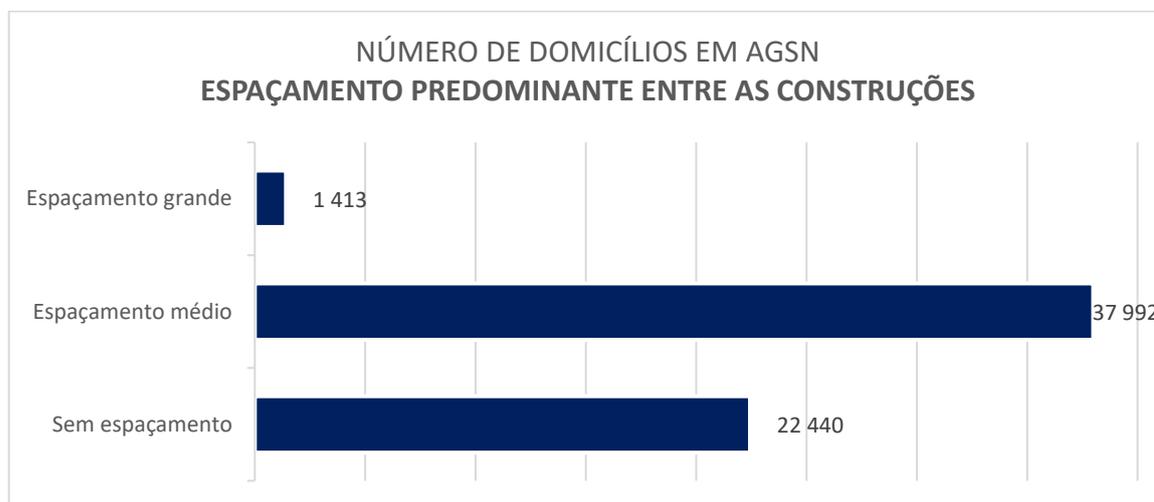
Gráfico 7: Número de domicílios em AGSN – Número de pavimentos predominante nas construções.



Fonte: IBGE (2010b).

Quanto ao espaçamento predominante entre as construções (Gráfico 8), a maior parte das edificações possui espaçamento médio ou sequer tem espaçamento. Isso se dá devido a necessidade de maximização do uso do solo, como apontado por Loureiro (2017).

Gráfico 8: Número de domicílios em AGSN – Espaçamento predominante entre as construções.



Fonte: IBGE (2010b).

No geral os assentamentos informais da cidade de São Luís se caracterizam, ou melhor, até 2010 se caracterizavam por ocupar terrenos planos, com arruamento regular e lotes de tamanho e forma regular na maior parte dos setores, com ruas acessíveis à carros e caminhões, com predomínio de edificações térreas com espaçamentos médios. Uma vez que os aglomerados subnormais abrangem todos os tipos de assentamentos informais, é possível apreender dessa caracterização que grande parte dos assentamentos informais da cidade são loteamentos clandestinos e irregulares, pois estes são os territórios informais marcados pelo traçado e lotes regulares. De todo modo, a maior ocorrência deste tipo de loteamento não exclui a presença dos outros tipos de assentamentos informais em São Luís.

#### 4.1.2 O surgimento da área de estudo

A Portelinha é uma ocupação urbana que representa muito bem os contrastes e as disputas existentes no território uma vez que está localizada em um bairro nobre da cidade de São Luís, o Alto do Calhau. Na Figura 22 é possível ver a diferença entre essas duas cidades: a formal e a informal. Tão próximas e ao mesmo tempo tão distantes.

Figura 22: Planos visuais de transição do Alto do Calhau para a Portelinha.



Fonte: Adaptado de *Google Street View* (2021).

A história do local, de acordo com as entrevistas realizadas com os primeiros ocupantes da área, teve início em fevereiro de 2008 por iniciativa de dois senhores que não tinham onde morar. A área, até então coberta por vegetação, começou a ser ocupada por eles, que abriam caminho com a utilização de facões. Inicialmente, eles iam construir apenas as próprias casas, mas logo a notícia da ocupação se espalhou e diversas pessoas, ou na mesma situação que a deles, ou que viram na Portelinha uma oportunidade de ter uma casa própria e sair do aluguel, se interessaram em também se estabelecer na área. A medida em que a notícia foi se espalhando e as pessoas foram chegando, os lotes passaram a ser comercializados pelos senhores que iniciaram a ocupação: há relato de lote vendido por 10 reais na primeira semana da ocupação e relato de lote vendido por 80 reais quando a ocupação já tinha cerca de um ano de existência. Havia também a prática de troca de terrenos, a entrevistada que comprou seu lote por 10 reais contou que não gostava muito da localização do seu terreno e o trocou com um outro morador.

No momento em que houve a ocupação, a polícia passou a monitorar a área. Os entrevistados relataram que nos primeiros dias houve muita correria e várias pessoas que estavam com facões abrindo caminho para ocupar foram levadas pela polícia. Todos foram liberados logo depois e os policiais começaram a fazer plantão na área, observando a movimentação das pessoas. Os primeiros barracos<sup>65</sup> foram construídos com materiais provisórios. Como a ocupação era recente e os ocupantes não sabiam se ela ia de fato vingar, eles foram aconselhados a não construir nada de alvenaria. Desse modo, os barracos eram construídos de taipa, tábuas de madeira (retiradas da própria área) ou até mesmo lona (colocavam estacas de madeira, faziam uma cobertura e cercavam o local com lona).

Em relação ao traçado da área, ele emergiu a medida em que as pessoas foram delimitando seus lotes. Chegou a ser discutido que se deixasse um lote para a Associação de Moradores ou para funcionar como espaço de lazer, mas devido ao porte do terreno - que é pequeno - e a vontade de cada um de obter um pedaço de terra, a área foi sendo ocupada e nenhum lote foi reservado para a futura implantação de algum espaço de lazer.

Quanto a origem dos ocupantes, ela é bastante diversa. Os entrevistados contam que na Portelinha tem muita gente do interior do estado (de cidades como Cururupu, Serrano, Peri Mirim, Barra do Corda etc.) e de outros assentamentos informais da cidade, em especial da Vila Conceição - que fica bem perto da Portelinha (a rua que liga os dois assentamentos tem cerca de 250m) e que já sofreu algumas tentativas de remoção, inclusive com a derrubada de imóveis.

Algumas informações obtidas durante as entrevistas chamaram a atenção e são importantes para caracterizar a área e as dificuldades enfrentadas no processo de ocupação. Quanto a área, no início tinha muita lama e várias espécies de animais. Era comum sentar-se na porta e ver cobras passando. Durante a noite ouvia-se o barulho de diversos animais, como raposas, por exemplo. Isso demonstra de certo modo os impactos sobre a natureza.

Quanto as dificuldades enfrentadas no processo, houve caso de gente que montou seu barraco de lona para guardar madeiras e telhas antes de iniciar a construção e quando voltou no outro dia tudo havia sido roubado, o que acabou fazendo com que a pessoa (uma mulher) tivesse que dormir sozinha, no escuro, basicamente no meio do mato, correndo diversos riscos, para poder vigiar seus materiais. Além de dificuldades deste tipo, em uma entrevista foi colocado um impasse enfrentado por um casal que ao se mudar para a Portelinha

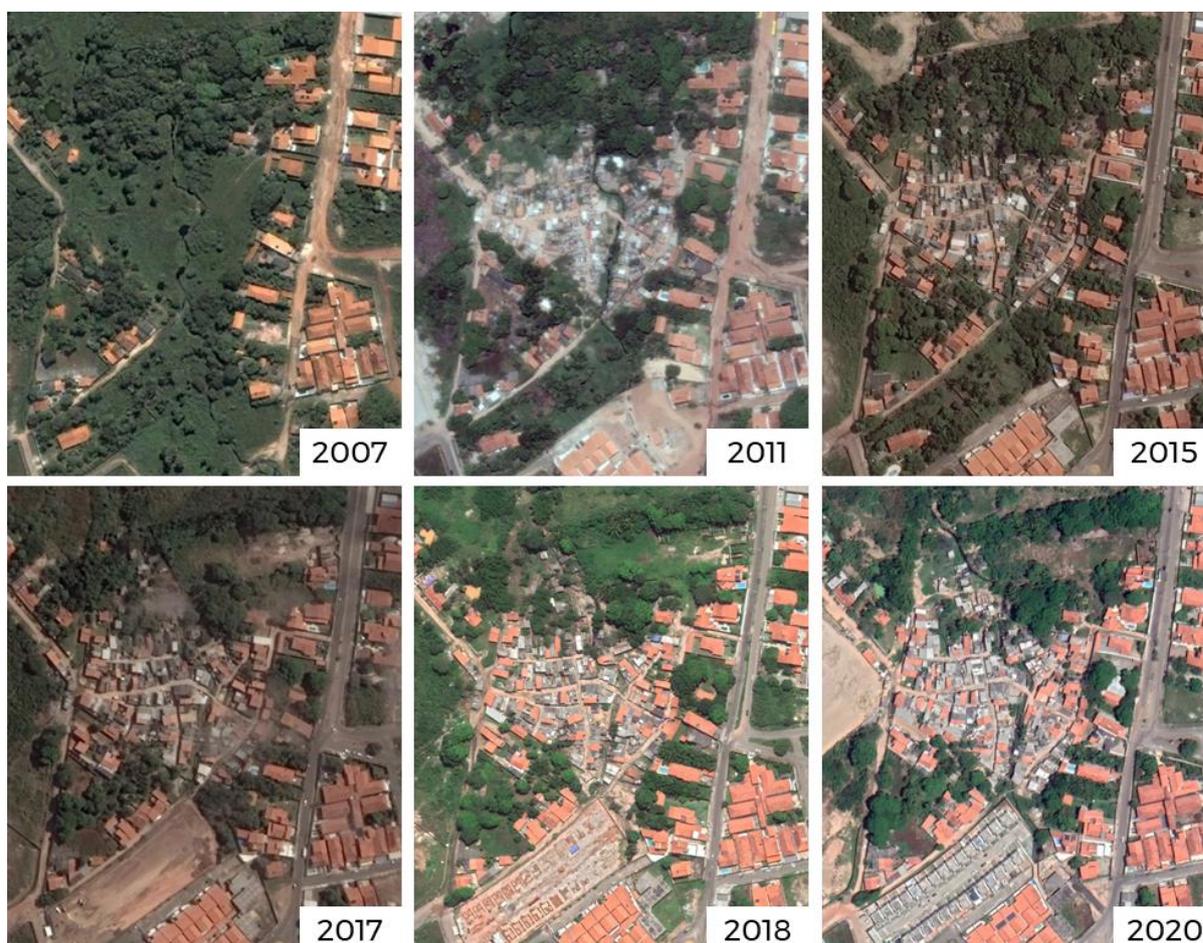
---

<sup>65</sup> Terminologia utilizada pelos próprios moradores entrevistados para se referir às edificações construídas no início da ocupação.

ficou na dúvida se construía de taipa ou alvenaria. Por um lado, eles não queriam construir de taipa pra não ter que gastar dinheiro duas vezes (ao ter que reconstruir de alvenaria), mas ponderavam a construção em alvenaria por medo dos moradores acharem que eles eram traficantes, por já chegarem na ocupação construindo sua casa de alvenaria. Isso mostra como a criminalidade é um assunto corriqueiro para estas populações e faz parte do seu cotidiano.

Os relatos mostram como os processos de ocupação não são fáceis. A presença da polícia reforça a questão da disputa pelo território. Os grupos socialmente vulneráveis precisam se submeter a situações de perigo na tentativa de assegurar seus direitos básicos. No caso da Portelinha, já são 13 anos de resistência e luta. Durante esse período a ocupação foi se consolidando e a Figura 23 mostra a evolução urbana do território.

Figura 23: Evolução urbana da Portelinha.



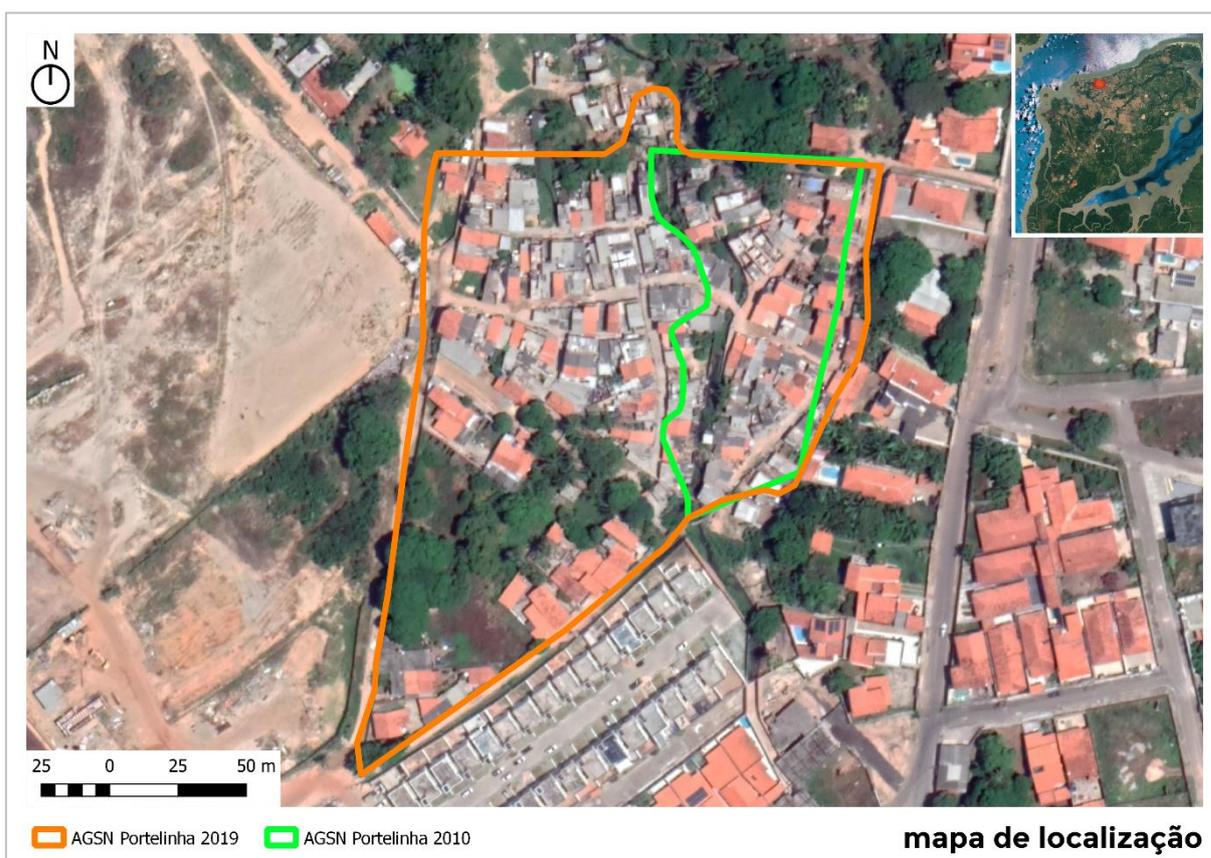
Fonte: Adaptado de *Google Earth* (2021).

A imagem de 2007 mostra a área antes da ocupação: marcada por vegetação e com a presença de um curso d'água (córrego). Fica claro que o entorno já estava consolidado, no decorrer do tempo alguns condomínios passam a surgir, mas as mansões continuam da

mesma forma. Dentre as imagens de satélite disponíveis no *Google Earth*, a primeira a mostrar a ocupação é de 2011, período no qual a Portelinha já possuía 3 anos de existência. Devido ao tamanho da área ocupada, não houve nenhuma expansão ao longo do tempo, mas fica nítido que há uma consolidação do traçado viário – principalmente ao se comparar as imagens de 2011 e 2015.

Com a análise das imagens de satélite, fica clara a delimitação da ocupação e o que já estava consolidado no entorno, entretanto, durante a elaboração do mapa de localização, ao buscar as delimitações do IBGE referente aos aglomerados subnormais, percebe-se algumas divergências entre o real e a definição do IBGE. Como pode ser visto na Figura 24, a delimitação da Portelinha em 2010 contempla uma área bem reduzida da ocupação enquanto a delimitação de 2019 já abrange uma área que estava consolidada antes mesmo da ocupação da Portelinha ser iniciada (toda a porção sul da delimitação).

Figura 24: Delimitações oficiais da Portelinha feitas pelo IBGE em 2010 e 2019.

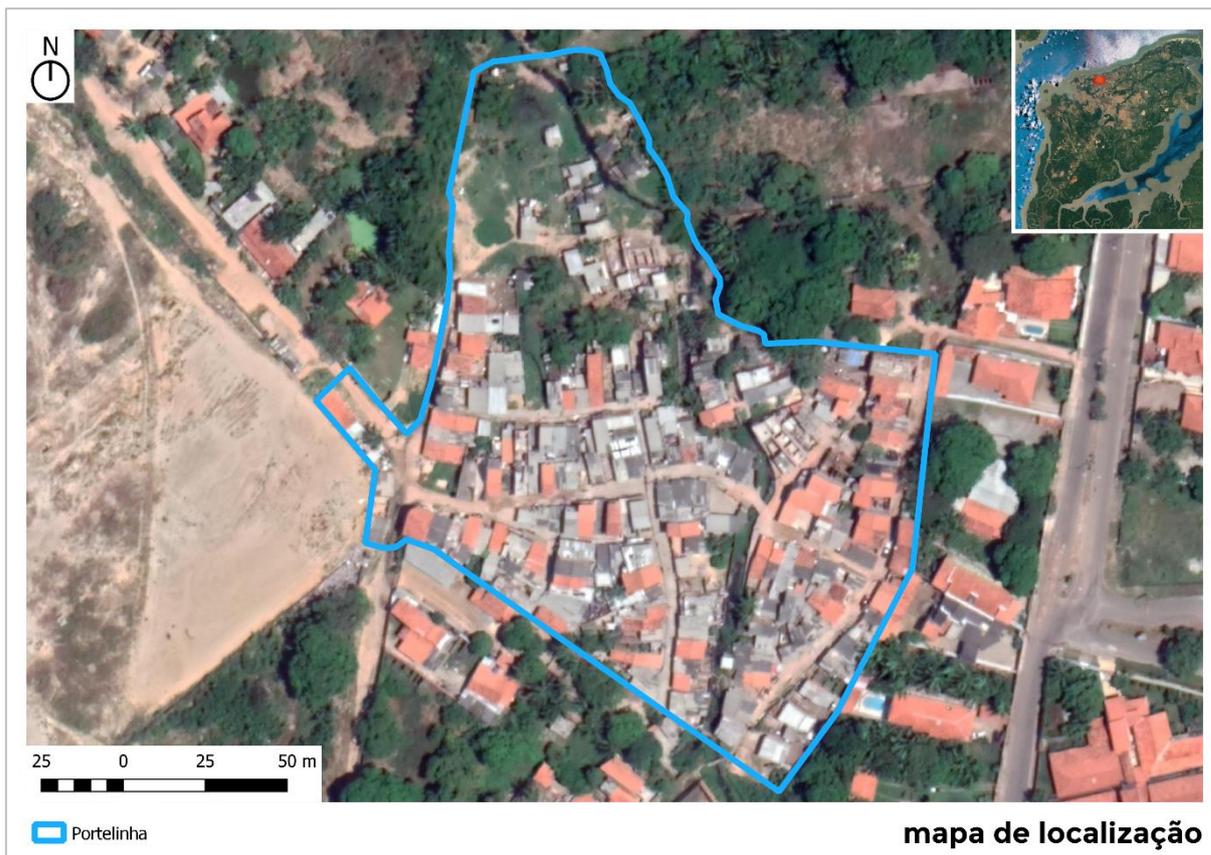


Fonte: Adaptado de Google Earth (2021) e IBGE (2010, 2019).

Todas essas discrepâncias reforçam a dificuldade de se obter dados realmente válidos sobre esses territórios. Como dito anteriormente, para aplicação deste método a

ocupação urbana precisa ser considerada aglomerado subnormal pelo IBGE, mas até que ponto os levantamentos de AGSN realmente retratam a realidade? Na Figura 25 consta a delimitação da Portelinha feita com base nas imagens de satélite e na apresentação da área pelos moradores.

Figura 25: Delimitação da Portelinha.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

## 4.2 Analisar a situação fundiária

A análise da situação fundiária se inicia com a (1) análise da legislação urbanística e ambiental vigente para depois (2) identificar a situação fundiária da área em questão.

### 4.2.1 Legislação urbanística e ambiental vigente

Para efeitos deste trabalho, serão analisados o Plano Diretor (Lei nº 4.669 de 11 de outubro de 2006), que é o “principal instrumento normativo e orientador da política de desenvolvimento urbano e rural com sustentabilidade sócio-ambiental [sic]” (SÃO LUÍS, 2006), a Lei de Zoneamento (Lei nº 3.253 de 29 de dezembro de 1992) que “[...] dispõe sobre

a divisão do Município em zonas, define normas de parcelamento e uso do solo do Município, bem como estabelece as intensidades de ocupação, utilização e as atividades adequadas, toleradas e proibidas [...]” (SÃO LUÍS, 1992a), e a Lei de ZIS (Lei nº 3.255 de 29 de dezembro de 1992) que “[...] dispõe sobre a criação de Zonas de Interesse Social - ZIS para as quais estabelece normas especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo e dá outras providências.” (SÃO LUÍS, 1992b).

O Plano Diretor vigente estabelece no Macrozoneamento Urbano cinco Macrozonas: (1) Macrozona de Requalificação Urbana, (2) Macrozona Consolidada, (3) Macrozona em Consolidação 1, (4) Macrozona em Consolidação 2 e a (5) Macrozona de Qualificação. A Portelinha está inserida na Macrozona em Consolidação 2, que se caracteriza como uma área propensa à expansão e ao adensamento, como define o Art. 37 da Lei:

Art. 37. A Macrozona em Consolidação - 2 é composta por áreas que apresentam vazios urbanos significativos propícios à expansão e ao adensamento, possuindo áreas em condições favoráveis à atração de investimentos imobiliários privados, mas que ainda necessitam de qualificação urbanística para complementação do tecido urbano e de um melhor aproveitamento do potencial paisagístico para efetivação da função social da propriedade. (SÃO LUÍS, 2006)

A Figura 26 mostra a comparação de uma imagem de satélite do ano de 2017 com outra de 2020. Nesse período houve um *boom* imobiliário e a grande área livre existente passou a ser ocupada e adensada como prevê a legislação. Em menos de quatro anos foram construídos e inaugurados dois condomínios horizontais de habitação multifamiliar (Condomínio Copenhaguen e Residencial Colorado) e um condomínio vertical de habitação multifamiliar (Space Calhau). Há um outro empreendimento de habitação multifamiliar vertical (Space Calhau 2), cuja construção já foi iniciada e tem previsão de entrega para 2023. As perspectivas são de que, em breve, toda essa área esteja ocupada com condomínios.

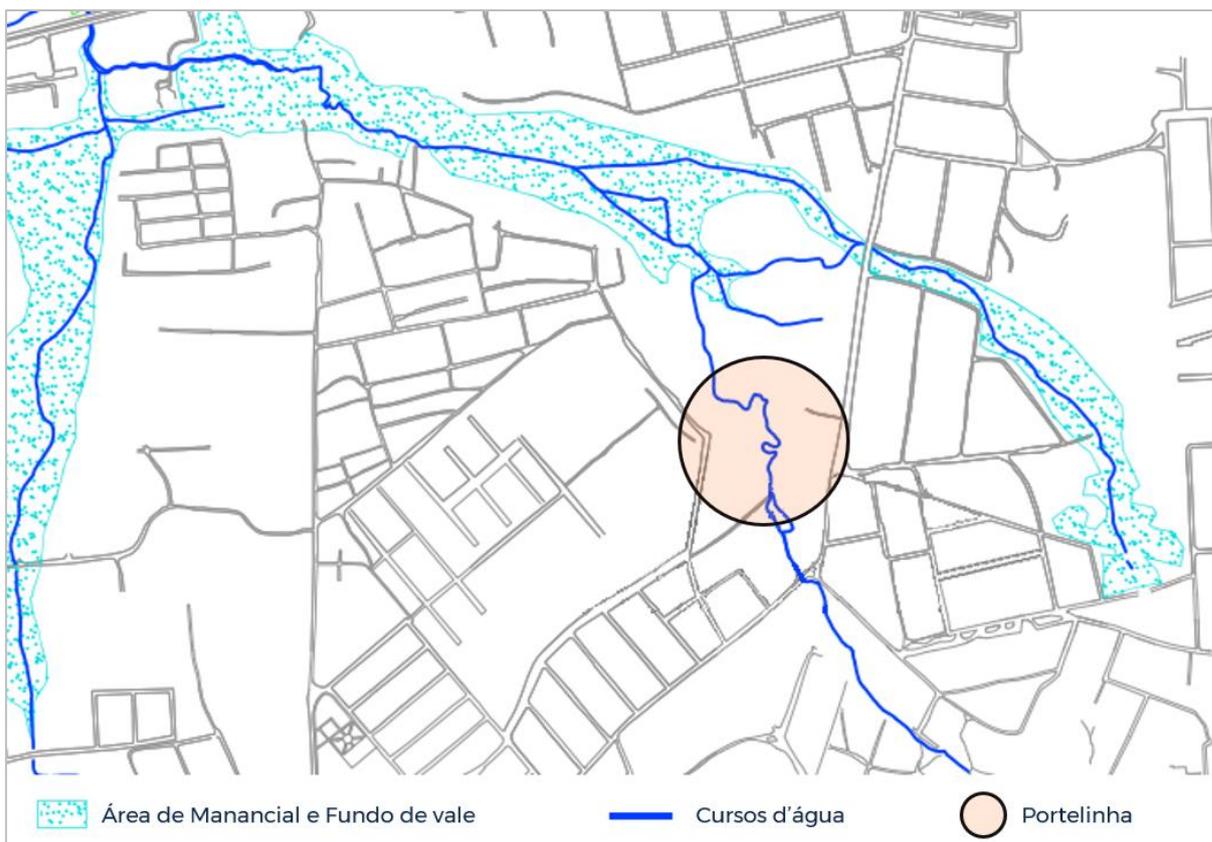
Figura 26: Incorporação imobiliária no entorno da Portelinha.



Fonte: Adaptado de *Google Earth* (2021).

Enquanto isso, o Macrozoneamento Ambiental demonstra que há uma região próxima à Portelinha que é sensível ambientalmente por conter diversos cursos d'água, áreas de mananciais e fundos de vale (Figura 27). A Portelinha não é área de manancial nem fundo de vale, mas fica próxima de uma dessas áreas e contém um córrego que percorre toda sua extensão.

Figura 27: Macrozoneamento ambiental na Portelinha e entorno.



Fonte: Adaptado de São Luís (2006).

De acordo com a Lei de Zoneamento vigente, a Portelinha situa-se na Zona Residencial 7 (ZR7). O Art. 222 da referida Lei reforça a sensibilidade ambiental da área ao definir que

Art. 222 - Nas Zonas Residenciais 7 e 11 (ZR7 e ZR 11), Zona Administrativa (ZAD), áreas que correspondem ao patrimônio público estadual ou federal, particulares e outras que a Prefeitura entender necessário, o parcelamento, uso e ocupação do solo, bem como as obras, deverão ser aprovadas após apresentação do plano urbanístico para a área, que deverá apresentar propostas de preservação e recuperação das bacias hidrográficas existentes. (SÃO LUÍS, 1992a)

Quanto aos índices urbanísticos vigentes para essa zona (Figura 28), é perceptível se tratar de uma área com grandes lotes, o que de certa forma determina a renda da população residente.

Figura 28: Índices urbanísticos Zona Residencial 7

SEÇÃO VII ZONA RESIDENCIAL 7 - ZR7	
Art. 32 - Os usos permitidos e proibidos na Zona Residencial 7 estão definidos na tabela anexa à presente Lei.	
Art. 33 - Os lotes resultantes de novos parcelamentos são fixados e disciplinados pelas seguintes normas:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Área mínima do lote igual a 800,00 m<sup>2</sup> (oitocentos metros quadrados);</li> <li>II. Testada mínima do lote igual a 20,00 m (vinte metros)</li> </ul>	
Art. 34 - Os novos parcelamentos nesta Zona deverão obedecer a tabela anexa à presente Lei.	
Parágrafo único - Os índices constantes na tabela referente ao artigo anterior não excluem a obrigatoriedade dos artigos citados nas disposições sobre o parcelamento do solo.	
Art. 35 - As ocupações dos lotes pelas edificações ficam disciplinados pelas seguintes normas:	
<ul style="list-style-type: none"> <li>I. Área Total Máxima de Edificação (ATME) igual a 240% (duzentos e quarenta por cento) da área do terreno;</li> <li>II. Área Livre Mínima do Lote (ALML) igual a 50% (cinquenta por cento) do terreno;</li> <li>III. Afastamento frontal igual a 5,00 m (cinco metros) para as edificações de até 04 (quatro) pavimentos e igual a 8,00 m (oito metros) para as demais;</li> <li>IV. Gabarito máximo permitido igual a 10 (dez) pavimentos.</li> </ul>	

Fonte: São Luís (1992a).

O anexo citado no Art. 34, segue abaixo no Quadro 38.

Quadro 38: Tabela de Afastamentos da Lei nº3.253/92

ANEXO II - TABELA 3 TABELA DE AFASTAMENTOS						
ESTA TABELA FAZ REFERÊNCIA À LEI QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, PARCELAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.						
AFASTAMENTO	NÚMERO DE PAVIMENTOS					
	1	2-3	4-5*	6-8*	9-12**	13-15**
LATERAL PRINCIPAL (m)	1,50	2,50	3,50	5,00	7,00	10,00
LATERAL SECUNDÁRIA (m)	1,50	2,00	3,00	4,00	6,00	9,00
FUNDOS (m)	1,50	2,00	3,00	5,00	7,00	1,00

\* Com até mais um pavimento de garagem  
\*\* Com até mai de dois pavimentos de garagem

Fonte: São Luís (1992a).

Quanto aos usos permitidos e proibidos para a área (Quadro 39), dentre os usos proibidos estão “vilas com mais de 50 unidades habitacionais”. A legislação não traz dentro das suas definições o conceito de vila, então dependendo da intenção, a Portelinha pode ser definida como um conjunto de edificações residenciais unifamiliares (R1) ou como uma vila com mais de 50 unidades habitacionais (R4).

Quadro 39: Usos permitidos e proibidos na ZR7.

USOS PERMITIDOS 	USOS PROIBIDOS 
R 1 - RESIDENCIAL UNIFAMILIAR - 1 UNIDADE HABITACIONAL	C 2.3 - COMÉRCIO LOCAL
R 2 - RESIDENCIAL MULTIFAMILIAR - MAIS DE 1 UNIDADE HABITACIONAL	C 2.4 - COMÉRCIO SETORIAL
C 1 - COMÉRCIO VAREJISTA	C 2.5 - COMÉRCIO URBANO
C 2.1 - COMÉRCIO DE CONSUMO EXCEPCIONAL	C 2.6 - COMÉRCIO REGIONAL
C 2.2 - COMÉRCIO DE CONSUMO NO LOCAL/DIVERSÕES	C 2.7 - POSTOS DE ABASTECIMENTO E COMBUSTÍVEIS
S 1 - SERVIÇOS DE ÂMBITO LOCAL	C 3 - COMÉRCIO ATACADISTA
S 2.1 - SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO E NEGÓCIOS	S 2.7 - SERVIÇOS DE ESTÚDIO, LABORATÓRIOS E OFICINAS TÉCNICAS
S 2.2 - SERVIÇOS PESSOAIS E DE SAÚDE	S 2.8 - OFICINAS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, LIMPEZA, REPAROS, RECONDICIONAMENTO DE SERVIÇOS
S 2.3 - SERVIÇO DE EDUCAÇÃO	S 2.9 - SERVIÇOS DE ALUGUEL, DISTRIBUIÇÃO E GUARDA DE BENS MÓVEIS
S 2.4 - SERVIÇOS SÓCIO-CULTURAIS	S 2.10 - MOTÉIS E SIMILARES E USO INSTITUCIONAL
S 2.5 - SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	E 3.3 - ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO
S 2.6 - SERVIÇOS DE DIVERSÕES	I - INDÚSTRIAS
E 1 - INSTITUCIONAL LOCAL	UE - USOS ESPECIAIS
E 2 - INSTITUIÇÕES DIVERSIFICADAS	R 3 - VILAS COM ATÉ 50 UNIDADES HABITACIONAIS
E 3.1 - INSTITUCIONAL - REGIONAL - EDUCAÇÃO	R 4 - VILAS COM MAIS DE 50 UNIDADES HABITACIONAIS
E 3.2 - LAZERE CULTURA	A - USO AGRÍCOLA E PECUÁRIO
E 3.4 - TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO	

Fonte: Adaptado de São Luís (1992a).

Tanto a Lei de Zoneamento quanto a Lei de ZIS foram promulgadas em 1992, 16 anos antes do surgimento da Portelinha, o que justifica o porquê da área não se enquadrar como ZIS. Entretanto, a ocupação se caracteriza como tal, como pode ser visto no Art. 4º da Lei de ZIS (SÃO LUÍS, 1992b):

Art. 4º - As Zonas de Interesse Social obedecerão à seguinte classificação, representada por siglas e com as respectivas características básicas:

ZIS I - Áreas ocupadas espontaneamente por assentamentos habitacionais da população de baixa renda, onde existe interesse social em se promover a regularização jurídica da posse da terra e a sua integração na estrutura urbana.

ZIS 2 - Terrenos não edificados, subutilizados ou não utilizados necessárias à implantação de programas habitacionais de interesse social.

O Quadro 40 abaixo traz um comparativo dos índices urbanísticos previstos na legislação para a área e o que de fato existe materializado na Portelinha. As áreas mínimas dos lotes, as testadas e o gabarito são bem menores do que o previsto na Lei. Os afastamentos são

quase inexistentes, bem como as áreas livres mínimas do lote, ou seja, as edificações costumam ocupar praticamente o lote todo, na tentativa de maximizar o uso do solo. Quanto aos afastamentos de fundo, nem sempre fica claro nas imagens de satélite a delimitação do fundo do lote, como pode ser visto na Figura 29. Uma vez que essas construções foram realizadas à revelia da legislação, isso reforça a necessidade do enquadramento do local como Zona de Interesse Social, para que através da flexibilização da legislação urbanística, possa se trazer para a regularidade esse conjunto edificado.

Quadro 40: Comparativo de índices urbanísticos – legislação x ocupação.

	LEGISLAÇÃO	PORTELINHA
Área mínima do lote	800m <sup>2</sup>	40m <sup>2</sup>
Área livre mínima do lote	50%	< 50%
Área total máxima de edificação	240%	< 240%
Testada mínima	20m	3m – 6m
Gabarito máximo	10 pav	2 pav
Afastamento frontal	5m	0
Afastamento Lateral Principal (1 pav.)	1,50m	< 1,50m ou zero
Afastamento Lateral Secundária (2-3 pav.)	2,50m	< 2,50m ou zero
Afastamento Fundos (1 pav.)	1,50m	?
Afastamento Fundos (2-3 pav.)	2m	?

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 29: Fundos de lotes na Portelinha.



Fonte: Adaptado de *Google Earth* (2021).

Percebe-se, então, que há um conflito se estabelecendo: enquanto os moradores da Portelinha seguem na luta pelo direito à moradia e à cidade, tentando regularizar a posse do terreno, os demais agentes envolvidos na produção sócio-espacial têm outros interesses para o bairro, que está sendo alvo da especulação e incorporação imobiliária, incentivadas pela legislação que regula o solo urbano da área. Com diversos agentes poderosos buscando extrair uma maior renda da terra dessa região, a ideia de regularizar uma ocupação no entorno imediato pode interferir negativamente nesta maximização dos lucros.

#### 4.2.2 Situação fundiária da ocupação

As informações acerca da situação fundiária da ocupação foram obtidas em entrevista com os membros da Associação dos Moradores e através do acesso ao site Jusbrasil, ao site do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ/MA) e ao Diário de Justiça do Estado do Maranhão. As entrevistas deixaram algumas dúvidas quanto à ordem cronológica dos fatos e ao que de fato estava sendo pleiteado no processo, por isso a necessidade de buscar o processo para compreender melhor a situação. Há alguns conflitos de informação entre o que consta nos autos do processo e o que foi relatado pelos membros da Associação, como será exposto a seguir.

A ocupação da Portelinha aconteceu em 03 de fevereiro de 2008 e de imediato o pretense proprietário da área deu entrada em uma liminar solicitando a reintegração de posse do local (processo nº 0003206-88.2008.8.10.0001). Em menos de dez dias da ocupação foi expedido o mandado de reintegração de posse que autorizava o uso de força policial em caso de resistência ao seu cumprimento. Em outubro do mesmo ano a liminar foi revogada devido ao dito proprietário não ter conseguido comprovar a posse do terreno.

Posterior a isso aconteceram algumas audiências públicas e em maio de 2011 é concedido o segundo mandado de reintegração de posse, o qual determina que as famílias desocupem os imóveis em um prazo de 30 dias após o trânsito em julgado<sup>66</sup> da decisão e autoriza a requisição de reforço policial para garantir o cumprimento da decisão. De acordo com os autos do processo, o requerente conseguiu comprovar tanto a propriedade quanto a posse do terreno. A Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA) entra então com uma petição de embargos de declaração<sup>67</sup>, que em 2012 é negado. O que leva a DPE/MA a protocolar uma petição de apelação cível<sup>68</sup>, o que leva ao encaminhamento do processo ao Tribunal de Justiça.

Apesar dos autos do processo serem remetidos ao TJ/MA em outubro de 2012, eles só são recebidos em fevereiro de 2014. No mês seguinte é protocolada uma petição de cumprimento de sentença por parte do proprietário da área, o que leva à expedição do terceiro mandado de reintegração de posse, que também autorizava o uso de força policial para

---

<sup>66</sup> Momento em que uma decisão - sentença ou acórdão - torna-se definitiva, não podendo mais ser objeto de recurso, seja porque já passou por todos os recursos possíveis, seja porque o prazo para recorrer terminou ou por acordo homologado por sentença entre as partes.

<sup>67</sup> Um tipo de recurso previsto no CPC que pode ser feito “[...] contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material.” (BRASIL, 2015)

<sup>68</sup> Um tipo de recurso previsto no CPC para ser interposto contra a sentença proferida por juiz de primeiro grau.

garantir seu cumprimento. O mandado não é cumprido e nesse meio tempo o Ministério Público do Estado do Maranhão (MP/MA) solicita vistas aos autos do processo. Em 2017, o juiz responsável pelo caso ao verificar que o processo se arrasta há mais de 8 anos e que não há qualquer motivo para o seu emperramento, solicita que se dê vistas ao MP/MA e que após esse procedimento o processo seja encaminhado para que seja proferida a sentença.

Em 2018, é protocolada uma petição de ação rescisória<sup>69</sup> e o juiz encaminha a apreciação do pedido. Em agosto de 2019 e depois em maio de 2021 é solicitado que o autor da ação (o proprietário do terreno) informe seu interesse em dar prosseguimento ao feito. A última movimentação do processo foi em julho de 2021, com a protocolização de petição de habilitação nos autos por parte do proprietário.

Paralelo ao processo de reintegração de posse movido pelo proprietário do terreno, corre uma ação civil pública (processo nº 0030761-80.2008.8.10.0001) movida, desde 2008, pela Defensoria Pública contra o Estado do Maranhão

[...] com a finalidade de condenar a Fazenda Pública Estadual ao “fornecimento de unidades habitacionais minimamente estruturadas, guarnecidas com equipamentos urbanos necessários, às famílias [...] ocupantes do imóvel objeto da mencionada lide possessória, e que se enquadrem no perfil dos programas de subsídio habitacional (custo zero)”. (MARANHÃO, 2015).

Em 2009, a liminar é concedida em desfavor do Estado, que logo contesta a decisão. Os autos do processo são enviados ao Ministério Público para emissão de parecer e depois à 10ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos do Cidadão, com o mesmo intuito. O processo se arrasta até 2014 com a realização de algumas audiências. Tendo em vista o grau de consolidação da ocupação e os transtornos que causaria um reassentamento, em outubro de 2014 a Defensoria Pública passou a pleitear que o Estado do Maranhão promovesse a regularização fundiária dos imóveis em favor dos atuais ocupantes e, em março de 2015, o Estado do Maranhão foi condenado

[...] a promover a regularização fundiária da área denominada PORTELINHA em São Luís-MA, em favor de seus atuais ocupantes, no prazo de um ano, a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em caso de descumprimento, a ser revertido ao Fundo de Direitos Difusos FDD (Decreto 1.306/94). (MARANHÃO 2015)

Entretanto, como a sentença foi proferida contra o Estado, o Art. 496 do Código de Processo Civil (CPC) (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), estabelece que a sentença

---

<sup>69</sup> A ação rescisória é uma ação autônoma, que tem como objetivo desfazer os efeitos de sentença já transitada em julgado, ou seja, da qual já não caiba mais qualquer recurso.

está “sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal”. Sendo assim, o processo foi encaminhado ao Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão para fins de remessa necessária (termo utilizado para tratar dessa necessidade de que determinadas sentenças sejam confirmadas pelo Tribunal).

Apesar do referido encaminhamento ao TJ/MA ter sido feito em julho de 2015, o processo só chegou ao gabinete do desembargador em agosto de 2019. Após esse lapso temporal de 4 anos, deu-se prosseguimento ao processo e em novembro de 2019 o Desembargador responsável pelo caso, pautado em diversas premissas jurídicas, julgou “ser inviável a remessa necessária”, o que faria com que o processo voltasse para a primeira instância para que a sentença fosse cumprida. Desde então o Estado do Maranhão tem recorrido da decisão (primeiro através de um agravo interno<sup>70</sup> em 2020 e depois com um embargo de declaração em 2021).

A narrativa acima foi construída através dos dados oficiais, disponibilizados pelo TJ/MA. As informações obtidas com os membros da Associação dos Moradores de início foram muito esclarecedoras, mas deixaram algumas dúvidas. Após a construção da linha temporal dos fatos, percebeu-se que algumas informações não são condizentes, além da dificuldade que os membros da Associação têm de reconstruir o trâmite jurídico do processo, o que é natural devido à complexidade do mesmo.

A principal divergência de informações é quanto à posse do terreno. De acordo com o atual Presidente da Associação, o proprietário da área onde se localiza a Portelinha, na verdade é proprietário apenas de um pequeno terreno nas proximidades, mas quis “dar uma de esperto” e reivindicou a posse de toda a área. Ele apresentou um documento que provava a posse da área, na mesma época em que estava havendo muita fraude de grileiros no Araçagy<sup>71</sup>. Ele relata que os documentos foram analisados, sendo constatado que não eram verídicos, eram forjados. Entretanto, de acordo com o processo, o requerente da reintegração de posse comprovou tanto a propriedade quanto a posse do terreno.

Para além das divergências, a fala das lideranças da Associação foi de extrema relevância para caracterizar o percurso da luta pelo direito à moradia sob a ótica de quem está na linha de frente da situação, correndo risco de perder seu teto a qualquer momento. Quando foi expedida a última liminar de reintegração de posse, todos estavam vivendo suas vidas

---

<sup>70</sup> Um tipo de recurso previsto no CPC que pode ser feito “Contra decisão proferida pelo relator [...] para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal. (BRASIL, 2015)

<sup>71</sup> Fato conhecido pela população como “grilo chique”, por ocorrer na Praia do Araçagy, em São Luís.

despreocupados quando o Defensor Público procurou os moradores para informar da necessidade de desocupar a área em até 15 dias e os aconselhou a se organizarem e buscarem apoio político visto que ele já havia realizado todos os procedimentos jurídicos cabíveis.

Nesse momento, no ano de 2014, surge a Associação dos Moradores da Comunidade Portelinha Alto do Calhau, e os moradores obtém apoio dos respectivos Presidentes da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores e da Assembleia Legislativa. Foi feita uma reunião entre os moradores, o Defensor Público, a Vereadora e o Deputado supracitados. Os políticos ali presentes declararam que só iriam interferir na situação e tentariam ajudar caso toda a comunidade aceitasse. Todos aceitaram e nessa mesma reunião foi criada a Associação, eleita a sua comissão, ou seja, foi feita toda uma organização para que pudessem correr atrás de seus direitos.

Para registrar a Associação as taxas de cartório eram de cerca de 300 reais e eles não tinham esse dinheiro, surgiu na comunidade uma pessoa X ligada a outra liderança política, que contratou um advogado para fazer o estatuto da Associação. A pessoa X cuidou de tudo, mas quando o Presidente da Associação foi buscar no cartório a documentação, foi informado que só seria entregue a documentação nas mãos da pessoa X, a qual por sua vez, começou a chantagear a comunidade: queria o título de eleitor de todos os moradores e eles deveriam votar no político indicado por ela, só assim ela entregaria a documentação da Associação. A comunidade realizou uma reunião de emergência para tratar da situação, alguém conseguiu o dinheiro emprestado e após o pagamento das taxas, o Presidente conseguiu retirar a documentação do cartório (ele relata que chegou lá bravo, já fazendo confusão, visto que da primeira vez o cartório se negou a entregar a documentação nas mãos dele, mesmo ele sendo o Presidente).

Durante esses 13 anos de ocupação, sempre teve gente querendo passar a perna neles. Esse foi só um, dos inúmeros casos que já aconteceram. São sucessivas as visitas de políticos e de candidatos a eleição, interessados em ajudar a comunidade em troca de votos. A vereadora e o deputado que presidiam a Comissão de Direitos Humanos da Câmara e da Assembleia nunca falaram de votos. As lideranças relatam que se essa é a principal diferença entre a relação estabelecida entres eles e a comunidade, pois se estabeleceu um vínculo de confiança e gratidão. É perceptível o carinho com o qual os moradores falam deles e também do Defensor.

Durante esse período de iminente despejo, os moradores foram inúmeras vezes à DPE/MA, chegavam cedo da manhã, por volta das 6h para garantir atendimento com o

Defensor Público. Como apontam as lideranças, sempre foi uma luta desigual, enquanto o proprietário tinha cerca de cinco advogados, eles podiam contar com apenas um Defensor e precisavam se submeter a diversas situações para conseguir atendimento visto que o agendamento formal pressupõe um tempo que eles não tinham disponível.

Eles relatam que a apreensão era grande demais entre todos da ocupação. Conforme protocolo, o Batalhão da Polícia Militar já havia sido avisado e a comunidade aguardava apenas o Coronel da Polícia que faz uma visita na área antes da derrubada. O alívio foi grande quando o despejo foi suspenso. Eles ressaltam que uma emissora de TV fez diversas reportagens na área, sempre falando a favor deles, o que contribuiu positivamente para sua permanência. A Figura 30 mostra uma das reportagens veiculadas nessa época.

Figura 30: Reportagem de jornal veiculada sobre a Portelinha.



Fonte: Acervo Associação de Moradores da Portelinhas (2014).

### 4.3 Realizar o reconhecimento do lugar

Realizar o reconhecimento do lugar será feito através da (1) caracterização da população e do território, para posterior (2) caracterização das práticas espaciais do lugar.

#### 4.3.1 A população e o território

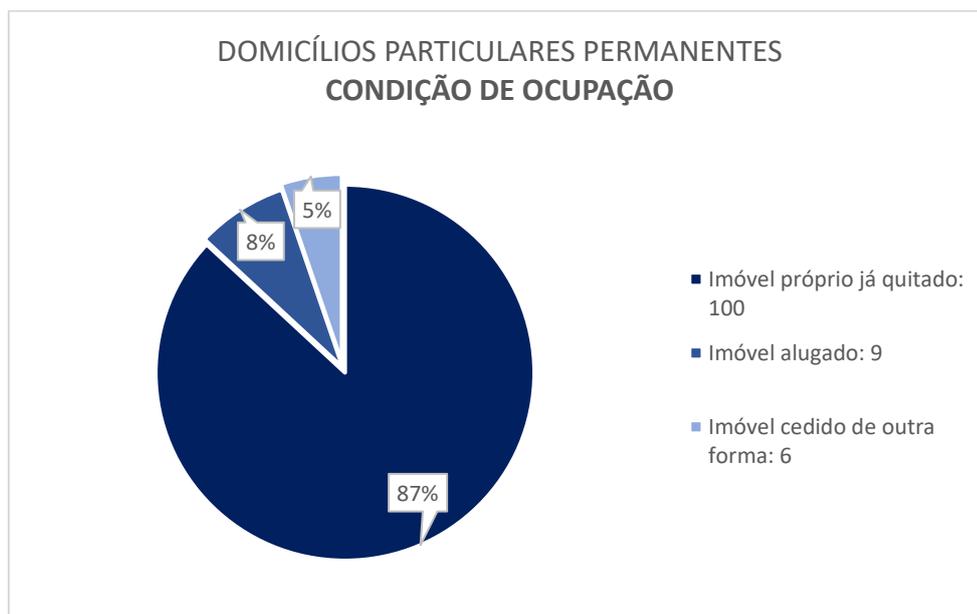
A caracterização da população e do território se inicia com a descrição do perfil socioeconômico da população que ocupa o local (quantidade de pessoas e domicílios, a média de moradores por domicílios, a condição de ocupação, raça, sexo, idade, renda e alfabetização). Após definir quem vive na Portelinha, será caracterizada as condições de vida em termos infra estruturais, no que diz respeito ao abastecimento de água, destinação do lixo, fornecimento de energia elétrica, tipo de esgotamento sanitário e existência de banheiro ou

sanitário. Por fim, a caracterização dos seus aspectos geográficos (solo, topografia, vegetação, hidrografia e índices de precipitação) e morfológicos (traçado viário, macro e micro parcela), que permitirão a identificação de padrões espaciais.

De acordo com os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano de 2010, a Portelinha contava nessa época com 115 domicílios particulares permanentes com 350 pessoas residentes, o que resultava em uma média de 3 moradores/domicílio. Vale lembrar que essa pesquisa foi realizada 11 anos após o Censo, logo, os dados devem servir de parâmetro, mas não é possível tratá-los como se retratassem fielmente a realidade atual, visto que em 11 anos muita coisa pode mudar.

No referido ano, a maioria dos imóveis era próprio e já quitado, apesar de haver registro de imóveis alugados e cedidos (Gráfico 9). Esse é um dado interessante visto que se trata de uma ocupação e as pessoas não possuem legalmente a posse da área, mas isso não impede se estabeleçam transações de compra, venda e aluguel de imóveis.

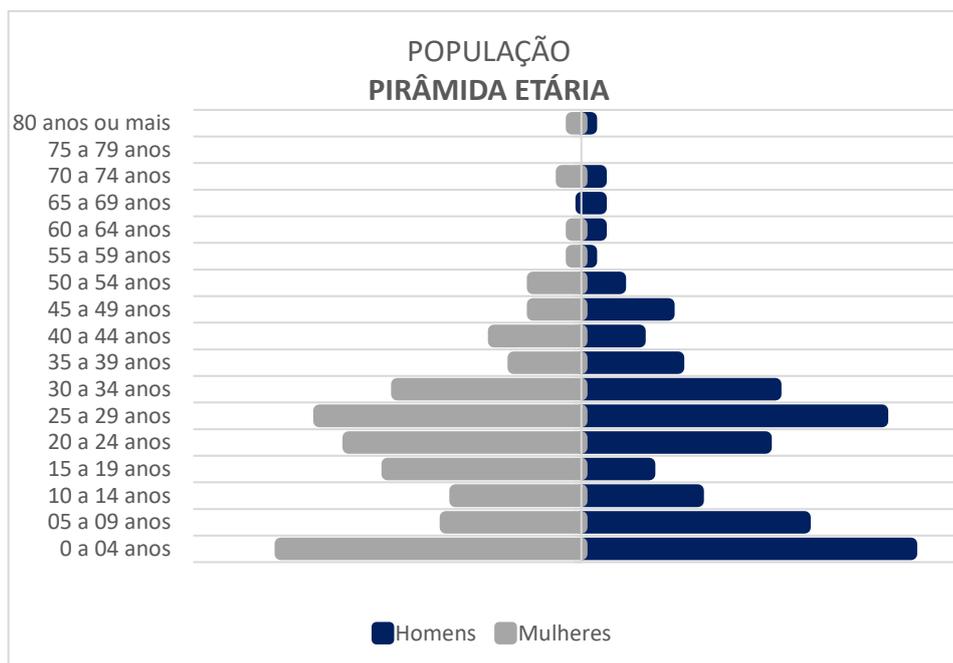
Gráfico 9: Domicílios particulares permanentes – Condição de ocupação.



Fonte: IBGE (2010c).

À época do Censo, a população era bem equilibrada no que diz respeito a quantidade de homens e mulheres e apesar de existir representantes de todas as faixas etárias, chama atenção a quantidade de crianças (Gráfico 10: População – Pirâmide Etária).

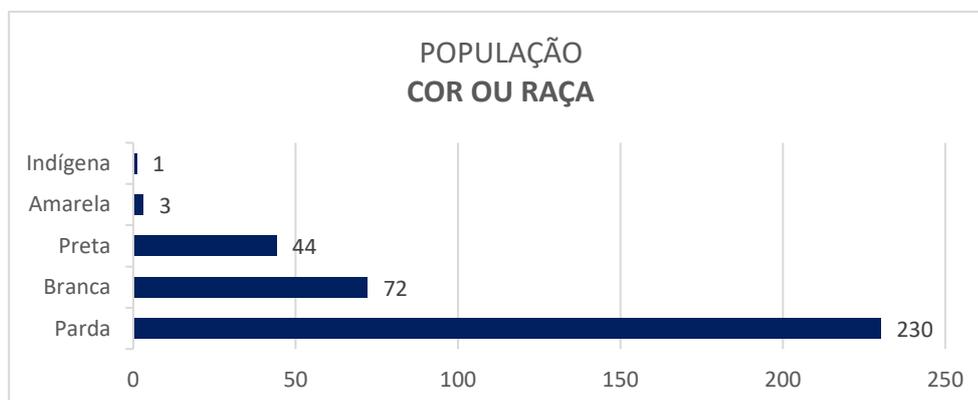
Gráfico 10: População – Pirâmide Etária.



Fonte: IBGE (2010c).

Quanto a cor ou raça, a população residente era majoritariamente parda, como mostra o Gráfico 11.

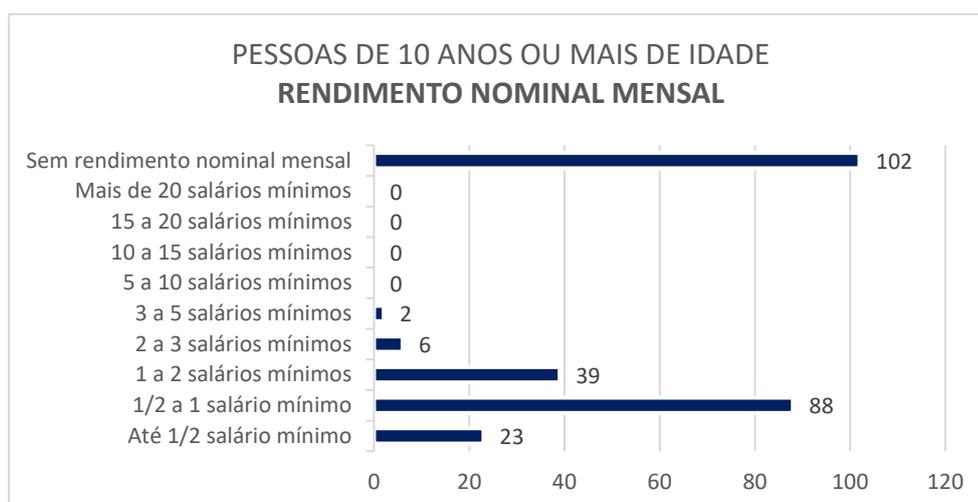
Gráfico 11: População – Cor ou raça.



Fonte: IBGE (2010c).

Em 2010, a maior parte da população não possuía nenhum rendimento nominal (Gráfico 12). Depois das pessoas sem rendimento, predominavam as pessoas que recebiam entre 1/2 e 1 salário-mínimo. A maior renda encontrada variava entre 3 e 5 salários-mínimos, mas este era o rendimento de apenas duas pessoas da ocupação, ou seja, uma exceção à regra. No geral, a população local se caracteriza pela falta de rendimento, e quando ele existe, é muito baixo.

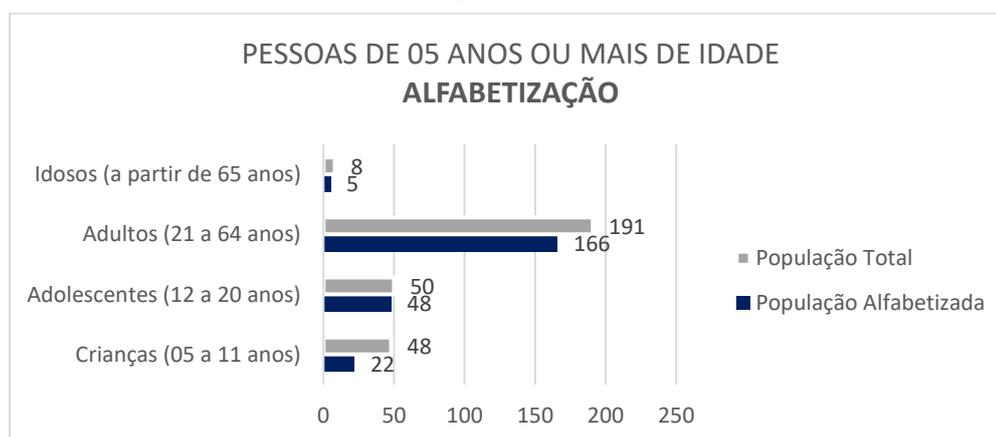
Gráfico 12: População – Rendimento nominal mensal.



Fonte: IBGE (2010c).

Quanto a alfabetização das pessoas, praticamente a totalidade dos adolescentes (12 a 20 anos) e idosos (a partir de 65 anos) são alfabetizados. Quando tratamos dos adultos (21 a 64 anos), a quantidade de alfabetizados em relação ao todo reduz um pouco, mas é na faixa das crianças (05 a 11 anos) onde apenas menos da metade são alfabetizadas. No Gráfico 13 é possível verificar essas informações.

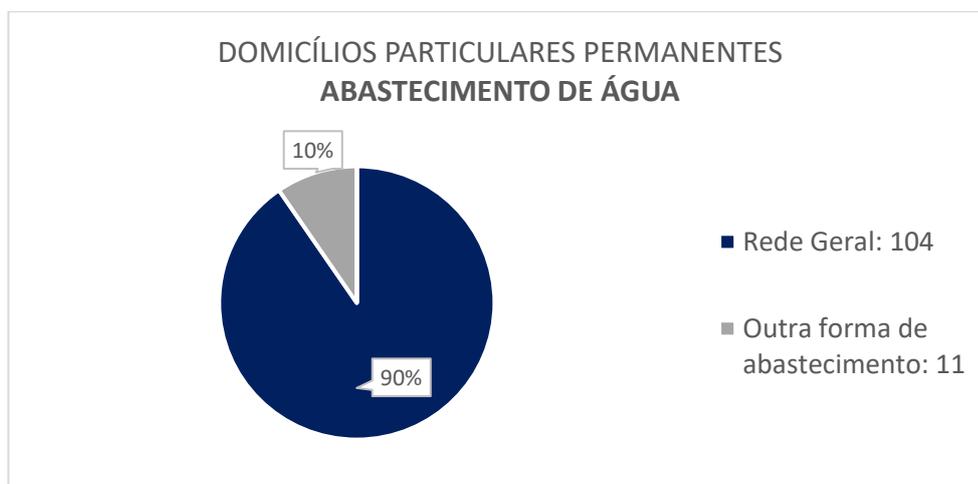
Gráfico 13: População – Alfabetização.



Fonte: IBGE (2010c).

Agora que a população foi caracterizada, é hora de tratar das condições infra estruturais as quais elas estão submetidas. Quanto ao abastecimento de água, os dados mostram que, em 2010, 90% dos domicílios eram abastecidos pela rede geral de água enquanto os 10% restantes utilizam outras formas de abastecimento (Gráfico 14).

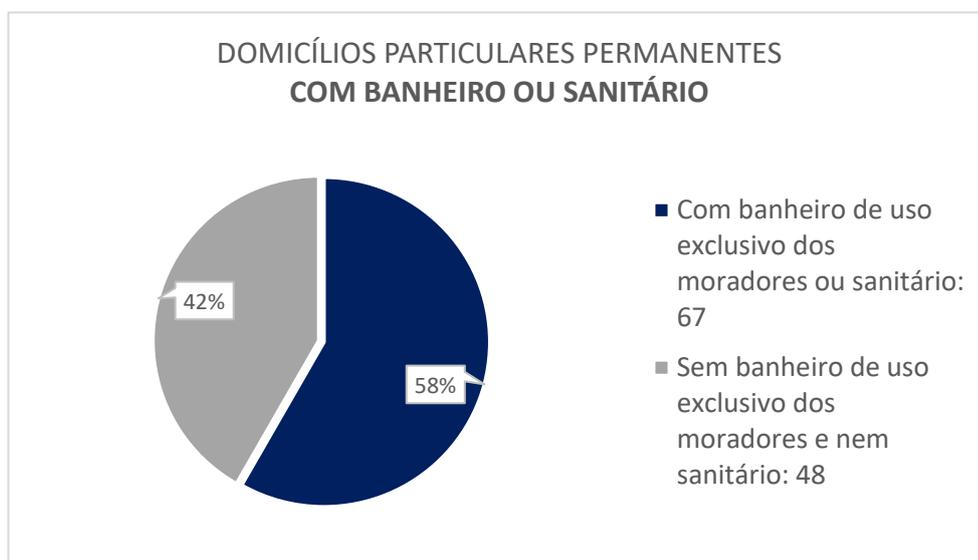
Gráfico 14: Domicílios particulares permanentes – Abastecimento de água.



Fonte: IBGE (2010c).

No que diz respeito a existência de banheiro ou sanitário de uso exclusivo (Gráfico 15), 48 domicílios, ou seja, 42% não possuía nem banheiro nem sanitário de uso exclusivo dos moradores.

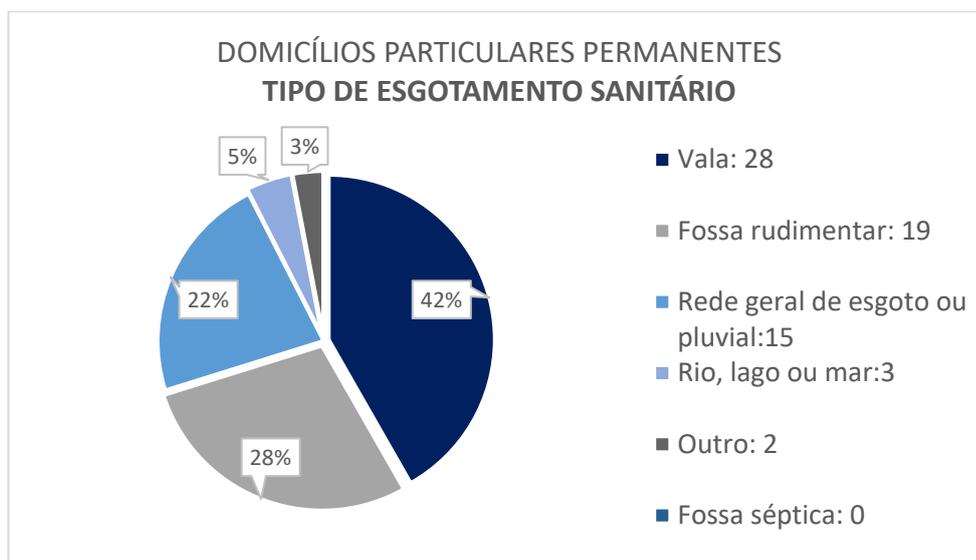
Gráfico 15: Domicílios particulares permanentes - Com banheiro ou sanitário.



Fonte: IBGE (2010c).

O esgotamento sanitário era majoritariamente feito por meio de valas (42%) ou fossa rudimentar (28%), mas vale destacar que uma parcela dos domicílios é atendida pela rede geral de esgoto (Gráfico 16).

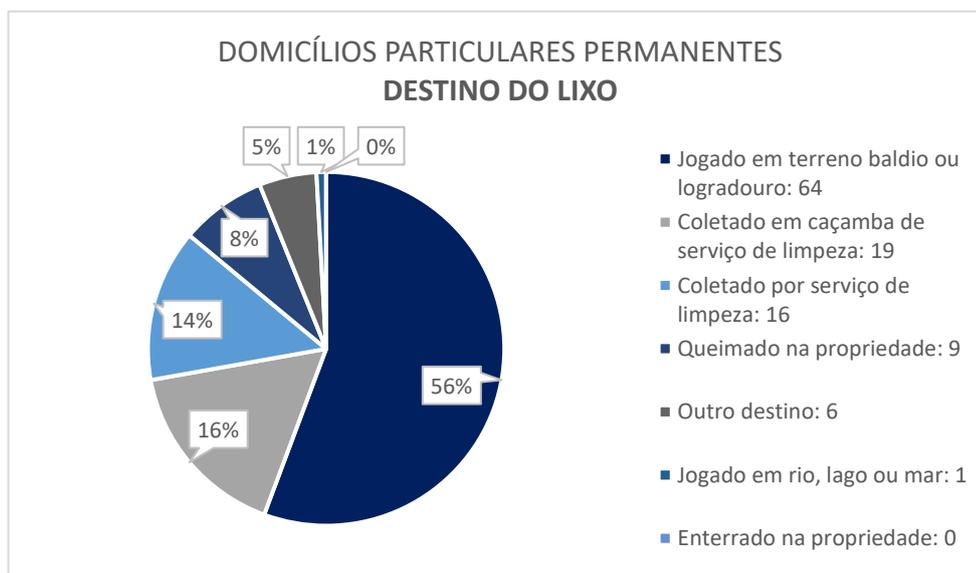
Gráfico 16: Domicílios particulares permanentes – Tipo de esgotamento sanitário.



Fonte: IBGE (2010c).

Já a destinação do lixo é bastante diversa. Como mostra o Gráfico 17, mais de metade dos domicílios (56%) tem seu lixo jogado em terrenos baldios ou em logradouros, 30% têm seu lixo coletado pelo serviço de limpeza, 14% queima o lixo na sua propriedade, 1% joga em rio, lago ou mar e 5% dá outra destinação diferente das citadas.

Gráfico 17: Domicílios particulares permanentes - Destino do lixo.

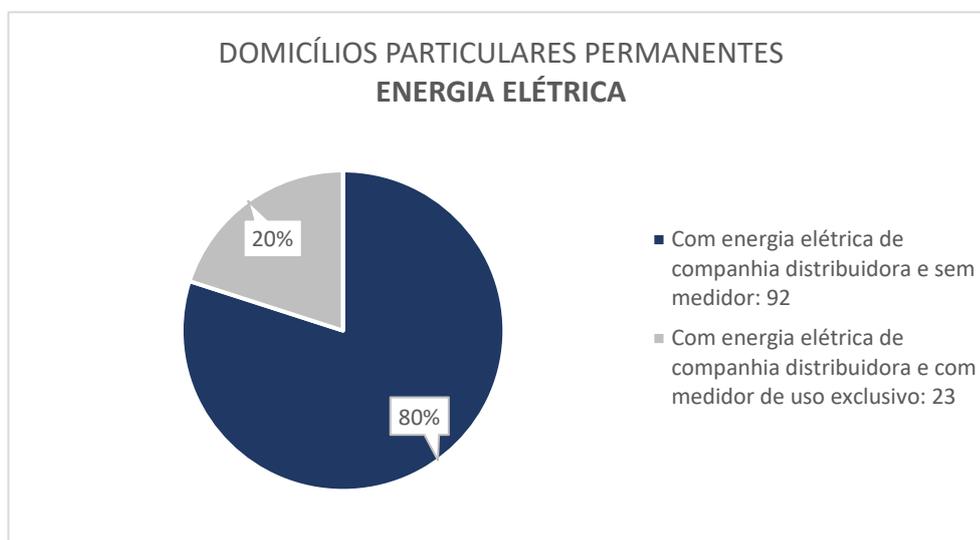


Fonte: IBGE (2010c).

Em relação a energia elétrica (Gráfico 18), todos os domicílios são atendidos, entretanto apenas 20% são servidos através da companhia distribuidora e com medidor de uso exclusivo. Os demais domicílios, apesar de receberem energia elétrica da companhia

distribuidora, não têm medidor, o que configura gato na rede elétrica. Não há nenhum caso de medidor compartilhado por mais de um domicílio.

Gráfico 18: Domicílios particulares permanentes - Energia elétrica.

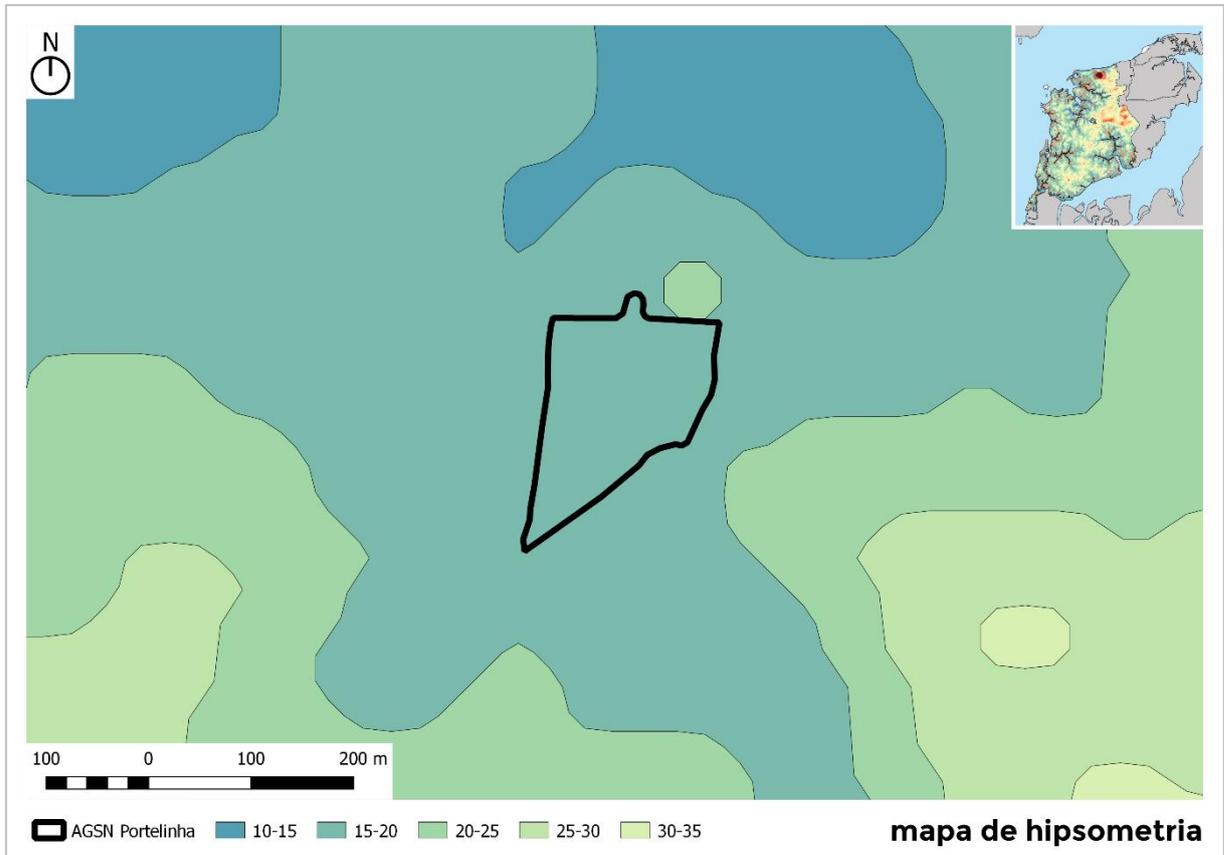


Fonte: IBGE (2010c).

Através dos dados do IBGE foi possível confirmar que a população da área é uma população de baixa renda que vivencia na prática diversos problemas relacionados a falta de infraestrutura adequada, principalmente no que diz respeito ao manejo de dejetos e resíduos sólidos. Mais de 40% da população da área lida com os dejetos através de valas. Apenas 30% da população é atendida por serviço de limpeza, o que significa que as demais pessoas lidam com esse problema de diversas maneiras: jogando em terrenos baldios, logradouros ou no córrego existente, o que resulta em inúmeras problemáticas para a própria população.

Com a caracterização da população e da infraestrutura do local feita, agora será feita a análise dos aspectos geográficos do sítio físico onde se localiza a Portelinha. No que diz respeito à topografia, a área toda está inserida na mesma cota altimétrica, que varia entre 15 e 20m (Figura 31). Isso mostra que se trata de um terreno plano, o que corrobora com os resultados encontrados por Loureiro (2017) na pesquisa sobre configuração espacial da favela e pelo IBGE (2010) na pesquisa de caracterização dos aglomerados subnormais em São Luís de que nestes territórios predominam os terrenos planos com aclives ou declives suaves.

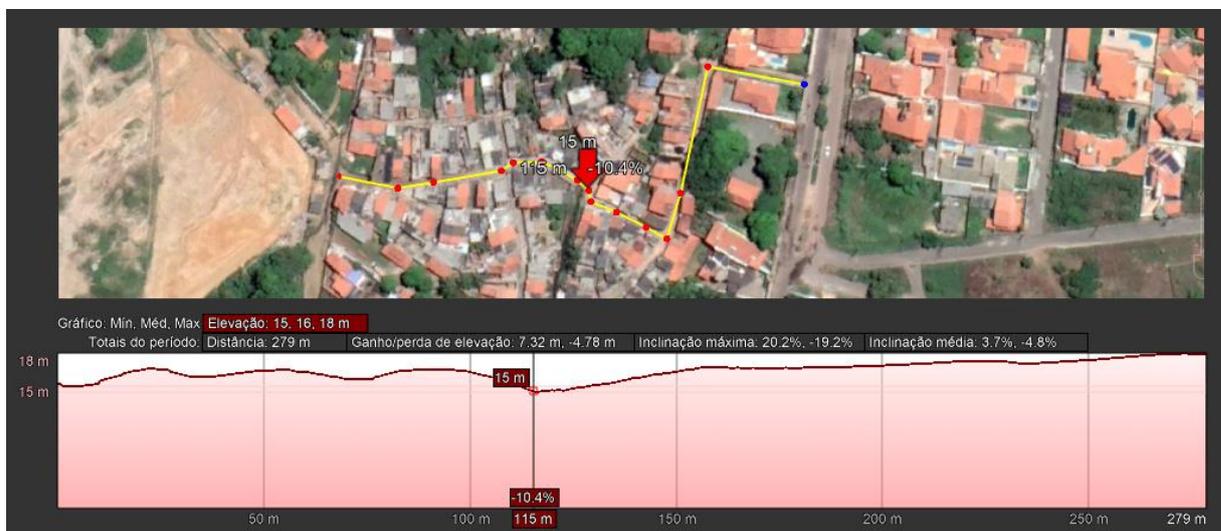
Figura 31: Mapa de hipsometria da Portelinha.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2021)

Essas informações se confirmam com o perfil de elevação da área. Foram traçados dois percursos, um no sentido oeste-leste (Figura 32) e outro no sentido sul-norte (Figura 33), ambos seguindo as vias existentes.

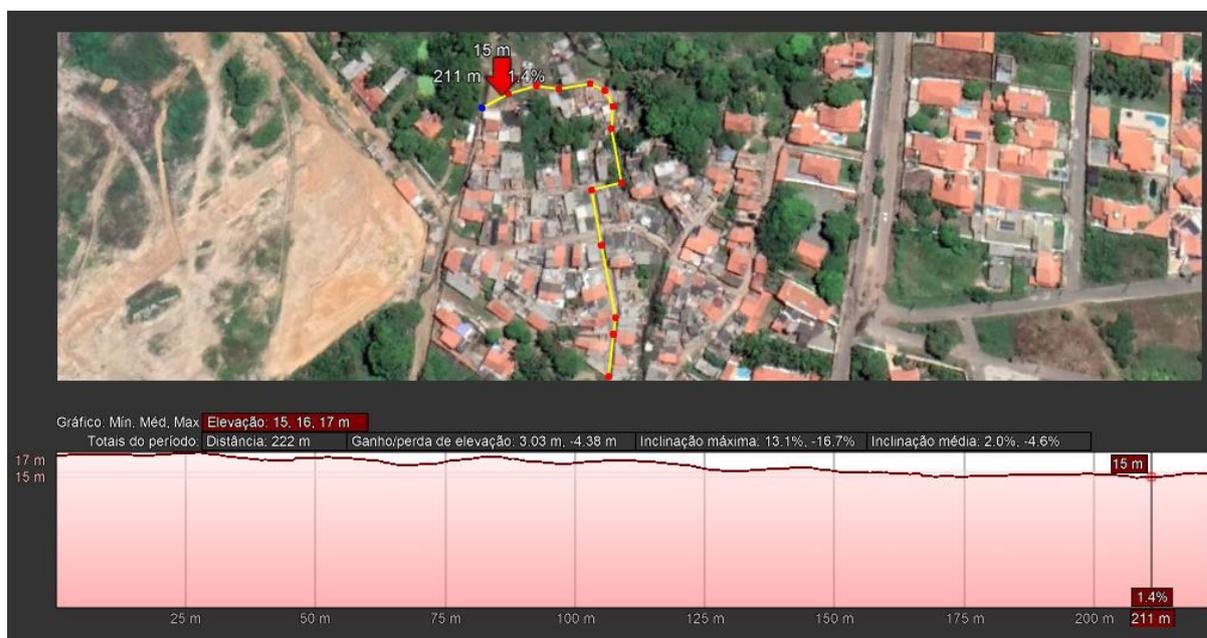
Figura 32: Perfil de elevação sentido oeste-leste.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

As cotas altimétricas mais baixas são nos pontos onde passa o córrego existente na área. Apesar de estar na cota entre 15 e 20m, os perfis elaborados variam entre 15 e 17m ou 15 e 18m, o que reforça a pequena variação altimétrica do local.

Figura 33: Perfil de elevação sentido sul-norte.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

Quanto ao solo, de acordo com a Embrapa (2020) e o NUGEO/UEMA (2013), na região há tanto latossolo amarelo quanto gleissolo háplico associado ao neossolo flúvico. De acordo com a Embrapa (2018), os Latossolos

[...] são típicos das regiões equatoriais e tropicais, ocorrendo também em zonas subtropicais, distribuídos, sobretudo, por amplas e antigas superfícies de erosão, pedimentos ou terraços fluviais antigos, normalmente em relevo plano e suave ondulado, embora possam ocorrer em áreas mais acidentadas, inclusive em relevo montanhoso. São originados a partir das mais diversas espécies de rochas e sedimentos sob condições de clima e tipos de vegetação os mais diversos. (EMBRAPA, 2018, p. 94).

Além disso, se caracterizam por serem

[...] solos profundos ou muito profundos, bem drenados a acentuadamente drenados, de textura variando de média a muito argilosa, são ácidos ou muito ácidos, porosos, friáveis, cores variando de vermelho até amarelo ou bruno forte. Distribuem-se em áreas de topos de chapadas, ora baixas e dissecadas, a pouco metros acima do nível das várzeas, ora altas e de extensões consideráveis, apresentando relevo plano com pequenas e suaves ondulações. (GEPLAN/UEMA, 2002, p. 20).

Já os Gleissolos Háplicos “Ocorrem nas planícies de inundação dos rios, são mal drenados, fortemente ácidos, pouco profundos e de textura argilosa.” (NUGEO/UEMA, 2013). São

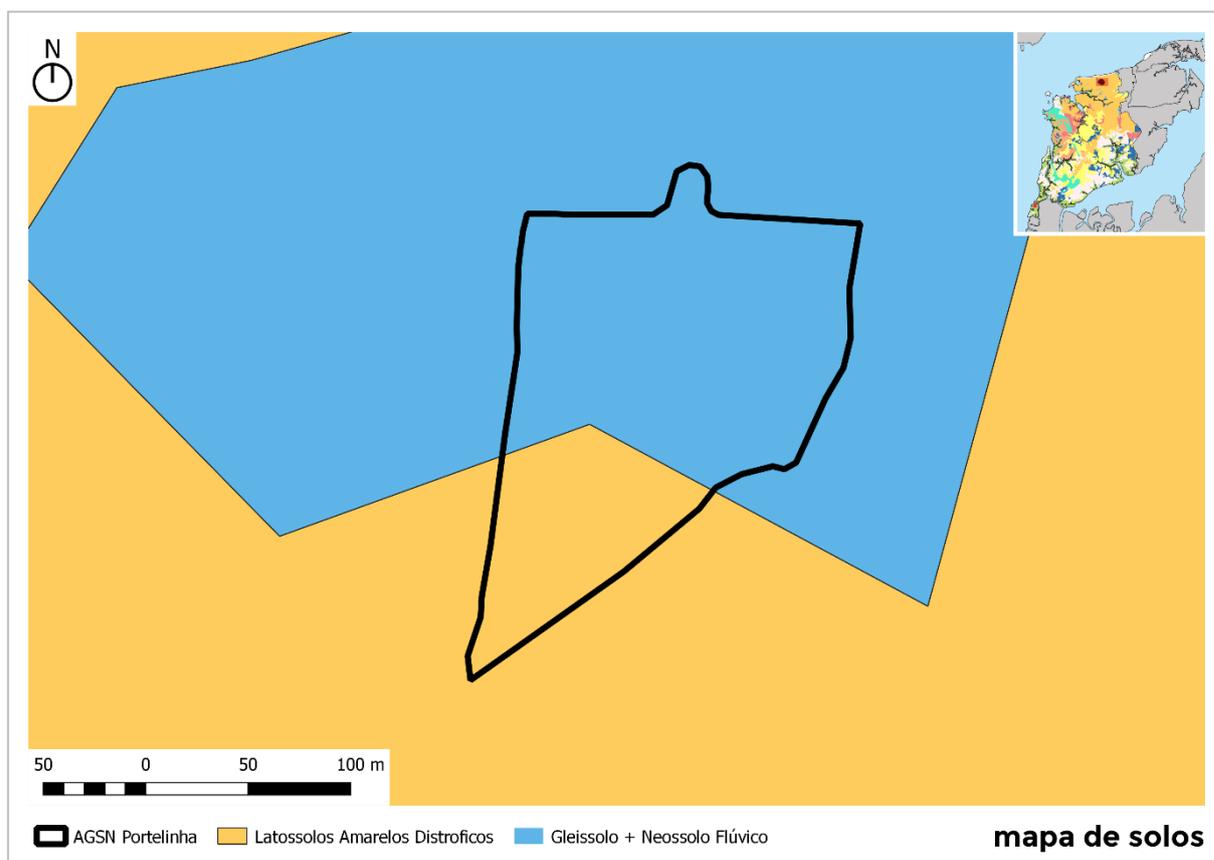
[...] solos argilosos e muito argilosos, raramente de textura média, e na sua maioria com argila de atividade alta, compreende os solos minerais hidromórficos sujeitos a alagamentos periódicos, e que possuem características resultantes da influência do excesso de umidade permanente ou temporário, em decorrência do elevado lençol freático próximo à superfície durante um longo período do ano. (GEPLAN/UEMA, 2002, p. 20).

De acordo com o NUGEO/UEMA (2013), no município de São Luís ele ocorre sempre em associação aos Neossolos Flúvicos, que por sua vez se caracterizam por serem

[...] pouco desenvolvidos, formados a partir de deposições fluviais recentes, [...] são moderadamente profundos, de drenagem imperfeita. Sua maior ocorrência está às margens dos rios, em posição de terraços, com relevo plano, desenvolvidos a partir de sedimentos fluviais não consolidados do Quaternário e em associação com os Gleissolos Háplicos.

A Figura 34 mostra a distribuição destes solos na Portelinha:

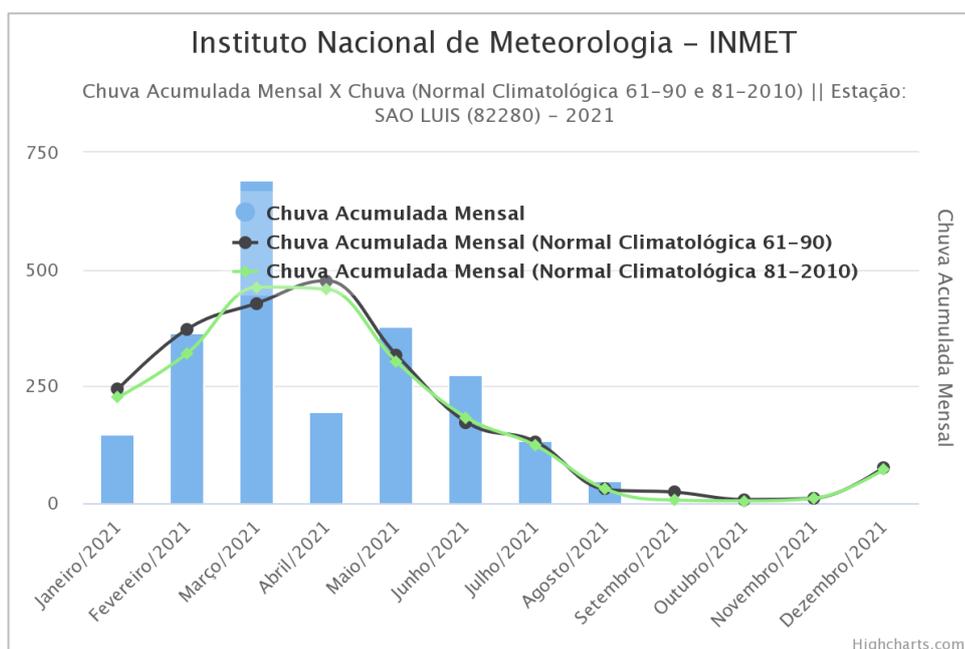
Figura 34: Mapa de solos da Portelinha.



Fonte: Adaptado de NUGEO/UEMA (2013).

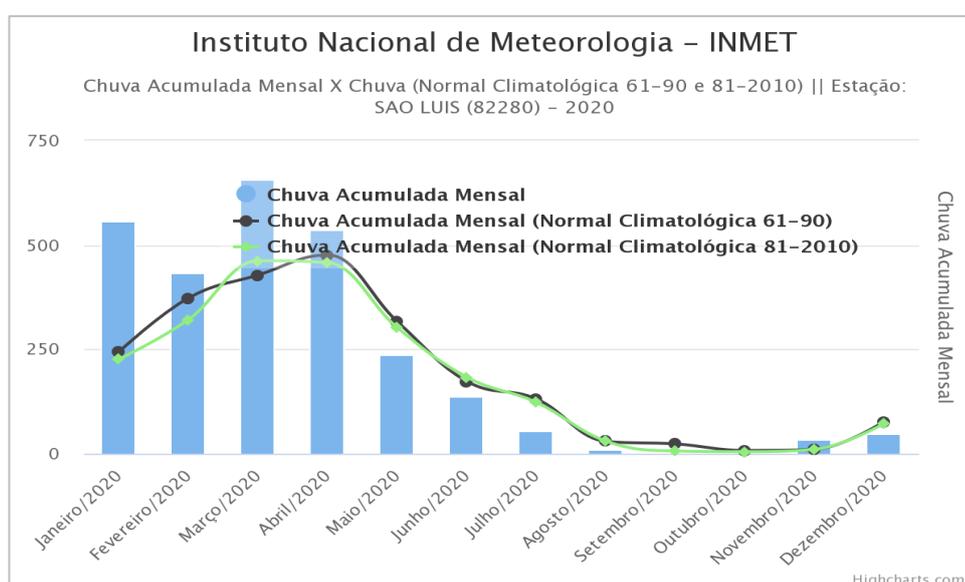
Através da comparação do acumulado de chuva mensal nos últimos dois anos com as normais climatológicas (Figura 35 e Figura 36), é possível perceber que em alguns meses tem chovido bem mais do que o costume e em outros bem menos. O perigo dessa “desregulação” é quando o nível de chuva é bem acima do esperado e os sistemas de drenagem não conseguem suportar. Como o solo da Portelinha se caracteriza por não possuir uma boa drenagem, a área acaba sendo propícia a alagamentos e inundações.

Figura 35: Chuva acumulada mensal em 2021.



Fonte: INMET (2021).

Figura 36: Chuva acumulada mensal em 2020.



Fonte: INMET (2020).

Quanto a classificação da cobertura vegetal, a Figura 37 mostra que, antes da ocupação, a área possuía predominantemente vegetação herbácea, a qual se associava tanto à vegetação arbustiva quanto arbórea. Também é perceptível a hidrografia do local, fica evidente o curso do córrego existente que corta o terreno da ocupação no sentido norte-sul. Após a ocupação, a vegetação nativa foi quase totalmente suprimida, restando apenas vegetação na porção inundável onde localizam-se as palafitas. Nesta área (Figura 38) a vegetação é majoritariamente herbácea, há presença de arbustos e árvores, mas pode-se dizer que eles estão em terrenos vizinhos à ocupação.

Figura 37: Imagens de satélite da área onde se localiza a ocupação Portelinha em 2007 e 2020.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

Figura 38: Tipos de vegetação encontrados na Portelinha.

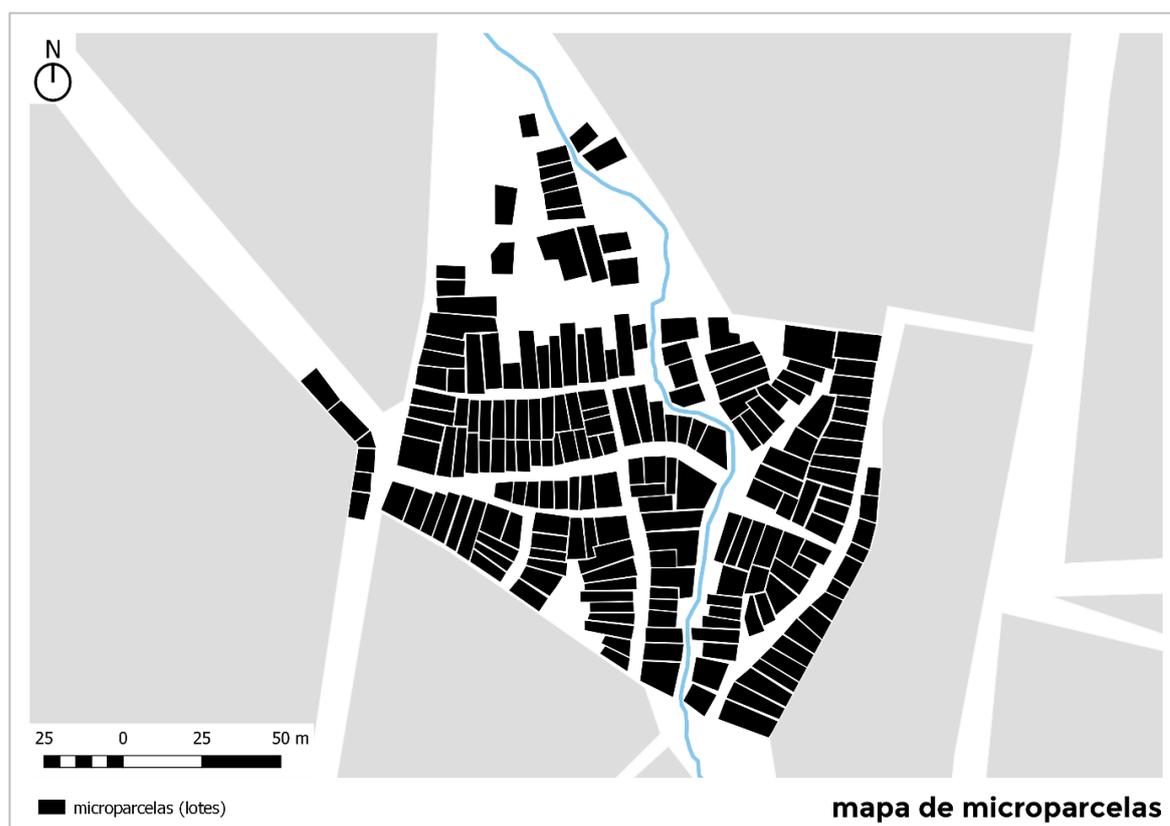


Fonte: Arquivo pessoal.

Antes de fazer a análise referente a morfologia da ocupação, um adendo é necessário. Os mapas utilizados para tratar dos aspectos geográficos da ocupação, foram feitos antes da inserção no território, por isso neles foi utilizada a delimitação oficial do IBGE para a área. Os mapas de traçado viário e macro e microparcels começaram ser feitos antes da primeira ida à ocupação, mas só foram terminados após as visitas *in loco*, aonde foram feitas caminhadas para apreensão do local que mostraram alguns caminhos que não haviam sido identificados anteriormente através da análise de imagens de satélite, o que permitiu refinar os mapas, além de trazer uma nova delimitação, diferente da utilizada pelo IBGE.

A configuração espacial do local, emergiu a medida em que a ocupação foi se consolidando. O córrego que corta a área influenciou na forma como foram definidas as microparcels do entorno imediato, é perceptível que a conformação dos lotes seguiu seu percurso. Através da delimitação das microparcels, emergiram as macroparcels e o traçado viário. Elas não possuem um tamanho padrão, como pode ser visto na Figura 39. Ao todo foram identificados, através das imagens de satélites, 202 lotes. O menor lote encontrado possui 22,65m<sup>2</sup>, com 20,15m de perímetro e testada de 6,4m. O maior lote, por sua vez, possui 184,69m<sup>2</sup>, com 57,17m de perímetro e testada de 2,80m.

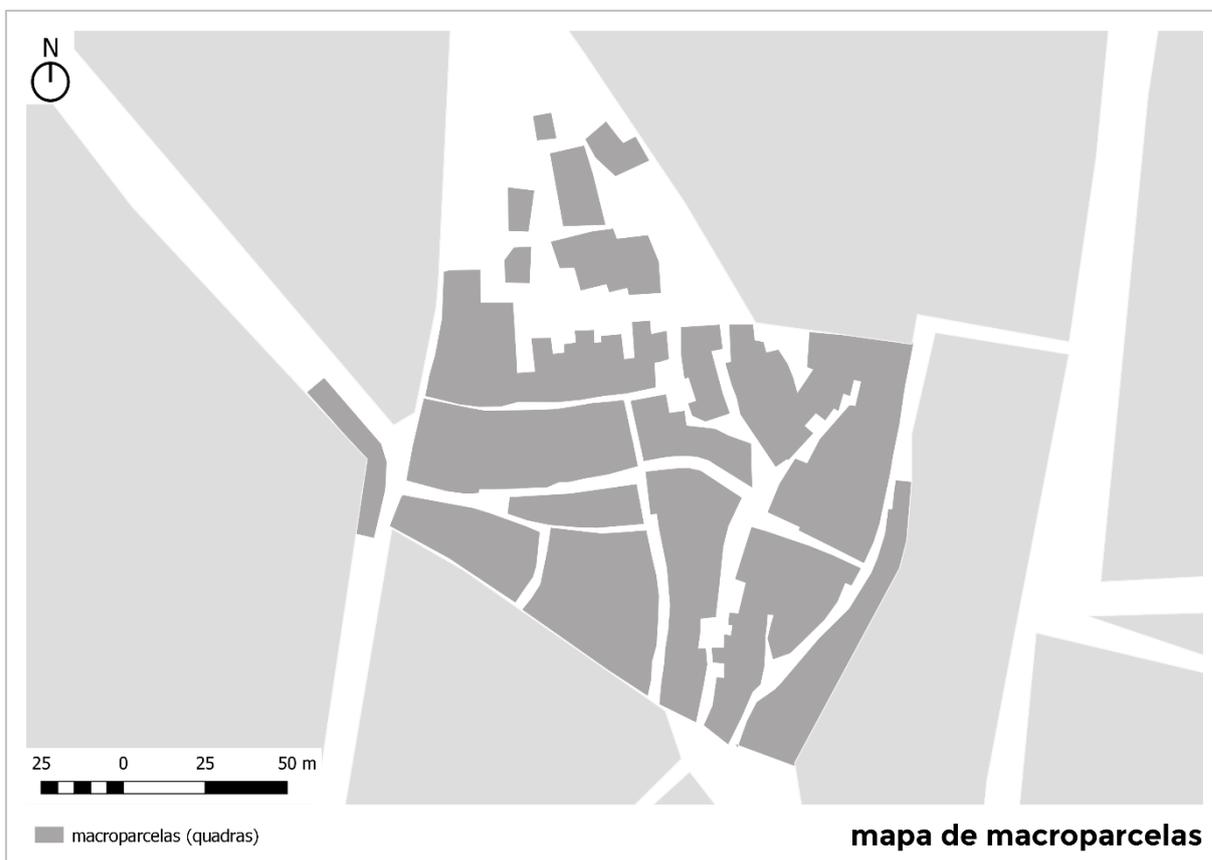
Figura 39: Micro parcelas na Portelinha.



Fonte: Elaborado pela autora.

As macro parcelas, como mostra a Figura 40, também não seguem um padrão. Elas surgiram a medida em que foi sendo feita a delimitação dos lotes, por isso seus tamanhos são muito variados. Em alguns locais o quarteirão não é bem definido, por possuir lotes apenas de um lado, com seu fundo coberto por vegetação. Na parte norte da ocupação, onde fica a região conhecida como Bruque, a área alagável onde se localizam algumas palafitas, há algumas edificações isoladas e as macro e micro parcelas passam a ser correspondentes. O comprimento dos quarteirões costuma variar entre 30 e 70m (com algumas exceções), o maior encontrado possui 97m e acaba se estendendo até 147 por se localizar rente a uma quadra do entorno (observar o lado leste da ocupação).

Figura 40: Macro parcelas na Portelinha.

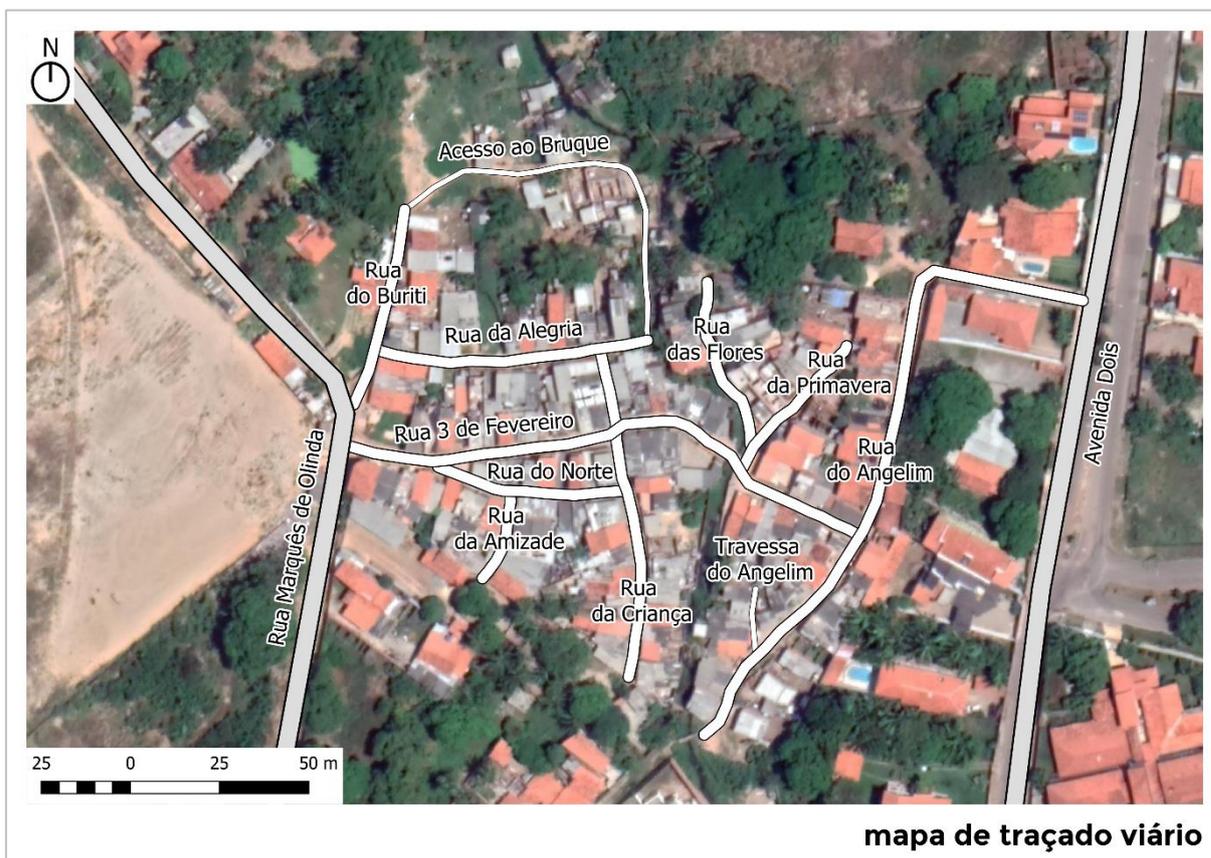


Fonte: Elaborado pela autora.

O traçado da área, por sua vez, é orgânico e com uma forte presença de becos sem saída. Das 10 vias existentes no local, 05 não possuem saída, ou seja, 50% do traçado é marcado por esta característica. No Bruque, as vias não são claramente definidas, há alguns caminhos demarcados no chão pela passagem de pedestres, mas por se tratar de uma área marcada por edificações isoladas, há diversas possibilidades de acesso. As 10 vias

supracitadas foram nomeadas pela população local como pode ser visto na Figura 41, na qual além das 10 vias, está demarcado também o principal caminho de acesso ao Bruque e as vias que conectam a ocupação ao exterior.

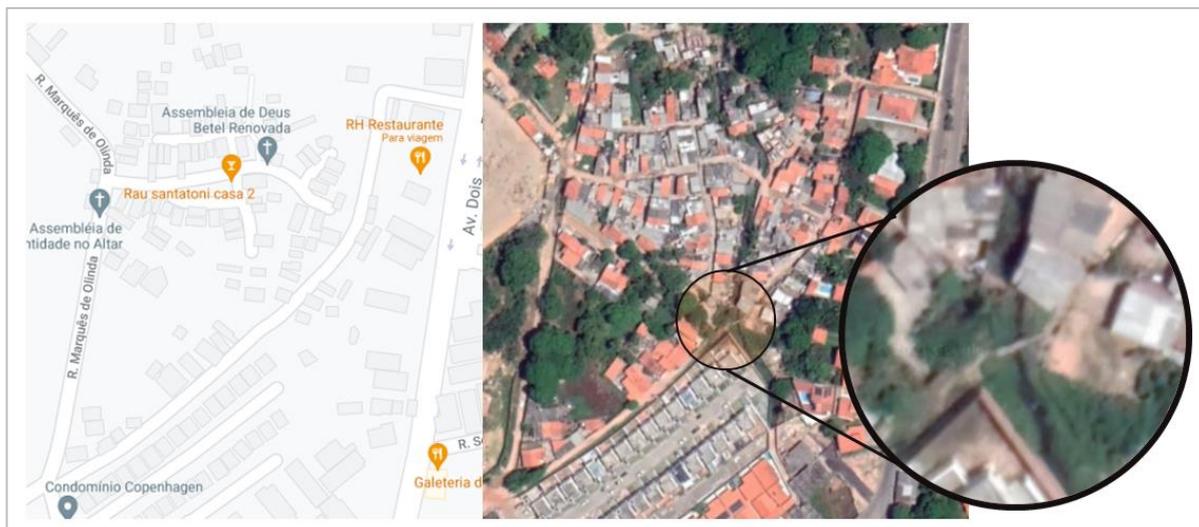
Figura 41: Traçado viário da Portelinha.



Fonte: Elaborado pela autora.

No geral, as vias da Portelinha são estreitas e costumam variar entre 2 e 4m, com algumas exceções. A via mais estreita encontrada possui 1,70m enquanto a mais larga possui 5,30m. Isso significa que em alguns trechos da ocupação o acesso se dá somente a pé, de bicicleta ou moto. Quanto a hierarquia viária, a rua que corta a ocupação de oeste a leste é a principal e de maior importância, uma vez que ela liga a ocupação às principais ruas/avenidas do entorno. No final da Rua do Angelim há uma ruptura do traçado causada pelo córrego existente, a ligação com o outro trecho da rua se dá apenas através de uma estreita ponte. Nos mapas a rua aparece de modo contínuo e nas imagens de satélite é preciso atenção para perceber a ruptura (Figura 42). Essas divergências entre o que consta nos bancos de dados oficiais e o que realmente está consolidado no território reforçam a necessidade da inserção no local. Na Figura 43 é possível visualizar uma imagem da área.

Figura 42: Detalhe da divergência entre mapa e realidade.



Fonte: Adaptado de *Google Earth* (2021).

Figura 43: Imagens da ruptura no final da Rua do Angelim causada pelo córrego.



Fonte: Arquivo pessoal (à esq.) e Acervo Comissão Organizadora Mambembe São Luís 2017 (à dir.).

Quanto ao gabarito predominante, as edificações variam entre 1 e 2 pavimentos. A Figura 44 mostra a primeira análise realizada a partir do *Google Street View* e do recurso “Construções em 3D” do *Google Earth*. As informações percebidas foram confirmadas após a ida ao local, como pode ser visto na Figura 45.

Figura 44: *Skyline* da Portelinha.

Fonte: *Google Earth* (2021).

Figura 45: Gabarito das edificações da Portelinha.



Fonte: Arquivo pessoal.

Através dos mapas produzidos, das imagens de satélite do local e das informações obtidas nesta etapa da pesquisa, foi possível identificar alguns padrões espaciais que emergem da forma urbana. Dentre os padrões definidos por Alexander et al. (2013 [1977]), 11 deles (07 globais e 04 locais) puderam ser identificados através da “visão de sobrevo”, como mostra o Quadro 41. Apesar destes padrões terem sido identificados “de longe”, as visitas *in loco* permitiram confirmar as análises feitas.

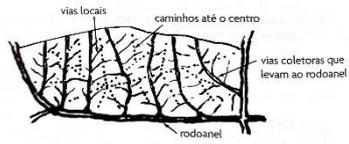
Quadro 41: Padrões espaciais identificados na Portelinha através da “visão de sobrevo”.

PADRÕES ESPACIAIS DESENVOLVIDOS POR ALEXANDER ET AL. (2013 [1977])		
	PADRÕES GLOBAIS	PADRÕES LOCAIS
VISÃO DE SOBREVÃO	11. Áreas de transporte local 14. Bairro identificável 15. Limites entre bairro 21. Limite de 4 pavimentos 37. Agrupamento de moradias 49. Vias locais em “loops” 50. Entroncamento em “T”	106. Espaço externo positivo 108. Edificações conectadas entre si 109. Casa longa e estreita 122.. Fachadas Frontais

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

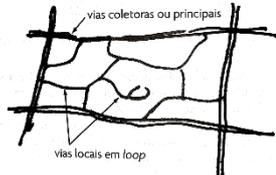
O traçado viário se caracteriza por ser composto de ruas estreitas, o que acaba criando áreas de transporte local (padrão nº 11, ver Quadro 42) onde os deslocamentos a pé, de bicicleta ou de moto são os únicos possíveis. O fato de carros não conseguirem acessar diversas ruas ou trechos de ruas, contribui para uma maior utilização e apropriação das mesmas (Alexander et al., 2013 [1977]). Além das vias estreitas, elas se conformam de modo que a presença de becos sem saída (padrão nº 49, ver Quadro 43) é bastante significativa e acaba fazendo com que a maioria das ruas sejam utilizadas por quem de fato se destina a elas. Não é comum que as pessoas “passem” pelas ruas, elas “vão” até as ruas. Com exceção da Rua 3 de Fevereiro e determinado trecho da Rua do Angelim, que são as principais vias de ligação com o entorno. A interseção das vias é marcada por entroncamentos em “T” (padrão nº 50, ver Quadro 44). A Figura 46 mostra a materialização destas características no traçado viário da ocupação.

Quadro 42: Padrão nº11 – áreas de transporte local.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 11 áreas de transporte local</i>	Os automóveis dão uma liberdade incrível e aumentam as oportunidades das pessoas. Mas eles também podem destruir o meio urbano, de maneira tão drástica que aniquilam qualquer forma de vida social.	Divida a zona urbana em áreas de transporte local, cada uma com entre 1,5 e 3,0 quilômetros de diâmetro e circundada por um rodoanel. Dentro de cada área de transporte local, construa pequenas vias locais e caminhos para deslocamentos internos a pé, de bicicleta, a cavalo e em veículos locais; construa grandes vias coletoras ou de distribuição que facilitem a entrada e saída de automóveis e caminhonetes dos rodoanéis, mas posicione-as de maneira a tornar lentos e inconvenientes os deslocamentos feitos com estes veículos particulares.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 43: Padrão nº49 – vias locais em loops.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 49 vias locais em loops</i>	Ninguém quer tráfego de veículos em alta velocidade passando por suas casas.	Lance as vias locais de maneira a formar loops. Um loop é definido como uma parcela qualquer de rua que impossibilita que os carros que não se destinam a ela a utilizem como um atalho. Não permita que um loop atenda a mais de 50 automóveis e mantenha a via bastante estreita – 5,1 a 6,0 metros são mais do que suficientes.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 44: Padrão nº50 – entroncamentos em “T”.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 50 entroncamentos em “T”</i>	Os acidentes de trânsito são muito mais frequentes onde duas ruas se cruzam do que nos entroncamentos em “T”.	Trace o sistema viário de maneira que sempre que duas vias se encontrem em nível elas formem entroncamentos em “T” os mais ortogonais possíveis. Evite interseções cruzadas e deslocamentos com cruzamentos.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Figura 46: Materialização dos padrões nº 11, 49 e 50.



Fonte: Elaborado pela autora.

A forma como estão dispostas as vias contribuem para tornar a Portelinha um bairro identificável (padrão nº 14, ver Quadro 45) que possui seus limites bem definidos (padrão nº 15, ver Quadro 46) pela avenida e ruas do entorno, como pode ser visto na Figura 47.

Quadro 45: Padrão nº14 – bairro identificável.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 14 bairro identificável</i>	As pessoas precisam fazer parte de uma unidade espacial identificável.	Ajude as pessoas a definir os bairros nos quais elas vivem, limitando-os a no máximo 300 metros de diâmetro e a 400 ou 500 habitantes. Em cidades preexistentes, encoraje grupos locais a se organizarem para formar bairros. Dê certo grau de autonomia às comunidades em termos de controle sobre os tributos e o solo. Mantenha as vias principais do traçado urbano fora destes bairros.	<p>Diagrama que mostra um círculo representando o limite de um bairro. Dentro do círculo, há uma grade de ruas. Um ponto no topo do círculo é rotulado 'mercearia' e um ponto no lado direito é rotulado 'esquina'. Abaixo do círculo, há o texto 'a cada mil moradores'.</p>

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 46: Padrão nº15 - limites entre bairro.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 15 limites entre bairros	A força do limite é necessária a um bairro. Se o limite for fraco demais, a vizinhança não terá condições de manter seu caráter próprio e distinto.	Encoraje a formação de uma zona limítrofe em torno de cada bairro, para separá-la dos bairros contíguos. Forme esta zona fechando ruas e limitando o acesso à vizinhança - corte o número normal de vias no mínimo pela metade. Coloque os portais naqueles pontos onde os caminhos de acesso restrito cruzam o limite, e torne a zona limítrofe suficientemente larga para incluir locais de encontro para as funções comuns compartilhadas por vários bairros.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

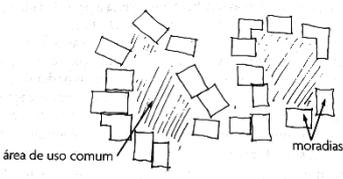
Figura 47: Materialização dos padrões nº 14 e 15.



Fonte: Adaptado de Google Earth (2021).

A configuração do traçado também gerou na comunidade agrupamentos de moradias (padrão nº 37, ver Quadro 47 e Figura 48) nas vias que não possuem saída. A transformação da rua em um espaço comum dos moradores, somado ao gabarito baixo, contribuem para um estreitamento dos laços de vizinhança. Quanto ao gabarito, muitas casas possuem 2 pavimentos, o que é reflexo da necessidade de maximização do uso do solo (Loureiro, 2017), mas ao mesmo tempo, não passa desse limite (padrão nº 21, ver Quadro 48). Edificações muito altas prejudicam a vida social (Alexander et al., 2013 [1977]), então o fato de as construções variarem entre 1 e 2 pavimentos, contribui para a manutenção do contato mais próximo à rua e conseqüentemente para uma vida social mais ativa.

Quadro 47: Padrão nº37 – agrupamento de moradias.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 37 agrupamento de moradias</i>	As pessoas não se sentirão confortáveis em suas casas a menos que um conjunto de moradias forme um agrupamento, com o solo público entre elas sendo de propriedade comum a todos os moradores.	Distribua as moradias de maneira a configurar conjuntos bastante informais, porém identificáveis, de oito a 12 unidades em torno de cias e áreas externas de uso comum. Distribua os grupos de moradia de modo que qualquer pessoa possa passar por entre eles sem se sentir uma invasora.	 O diagrama ilustra um grupo de aproximadamente 10-12 retângulos representando moradias, dispostos de forma irregular e informal em torno de uma área central hachurada rotulada como 'área de uso comum'. Uma seta aponta para um dos retângulos com o rótulo 'moradias'.

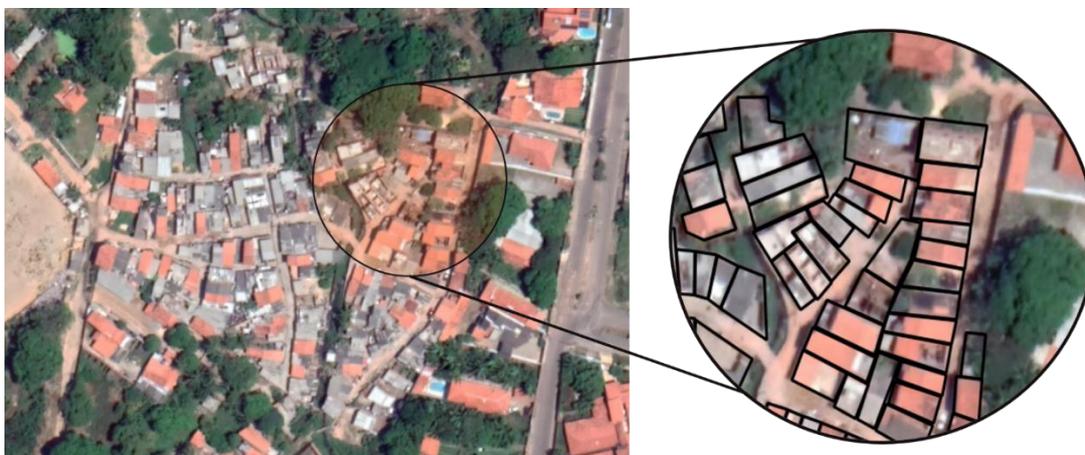
Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 48: Padrão nº 21 – limite de 4 pavimentos.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 21 limite de 4 pavimentos</i>	Há evidências abundantes mostrando que os edifícios altos enlouquecem as pessoas.	Em uma área urbana, não importa sua densidade populacional, mantenha a maior parte das edificações com quatro pavimentos ou menos. É possível permitir que algumas edificações excedam este limite, mas elas nunca devem ser utilizadas como moradias para as pessoas.	 O diagrama mostra uma linha de edifícios de diferentes alturas. Um rótulo 'quatro pavimentos' aponta para um dos edifícios, indicando o limite máximo de altura permitido para a maioria das construções.

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Figura 48: Materialização do padrão nº 37.

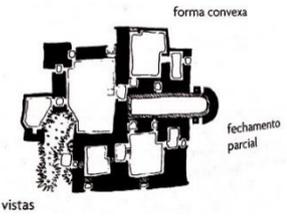


Fonte: Adaptado de *Google Earth* (2021).

Além disso, as ruas sem saída se conformam de modo a criar espaços externos positivos (padrão nº 106, ver Quadro 49), uma vez que os lotes dão uma sensação de fechamento da rua. O fato das edificações serem conectadas entre si (padrão nº 108, ver Quadro 50), com a testada pequena - ou seja, se tratam de casas longas e estreitas (padrão nº 109, ver Quadro 51) - e com as fachadas frontais e sem recuos (padrão nº 122, ver Quadro 52) contribui para essa sensação de fechamento e resultam na maior aproximação e apropriação dos moradores com a rua. Todas essas características, que podem ser vistas na Figura 49,

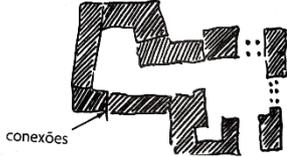
inibem o distanciamento que geralmente acontece nas cidades onde grandes muros aniquilam as relações com a rua.

Quadro 49: Padrão nº106 – espaço externo positivo.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 106 espaço externo positivo</i>	Espaços externos que são meros “espaços residuais” entre edificações, em geral, não serão utilizados.	Torne todos os espaços externos que circundam ou estejam entre suas edificações positivas. A cada um, dê certo grau de fechamento; circunde-o com blocos ou alas de edifícios, cercas-vivas, cercas, arcadas e passeios cobertos com pérgolas até que ele se torne uma entidade com características positivas e não se espalhe indefinidamente, passando pelas quinas das edificações.	

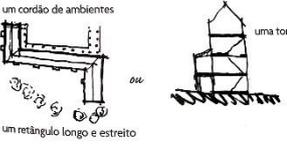
Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 50: Padrão nº108 – edificações conectadas entre si.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 108 edificações conectadas entre si</i>	As edificações isoladas são sintomas de uma sociedade doente e desconectada.	Sempre que possível, conecte sua edificação com as demais edificações que a circundam. Não faça afastamentos entre as edificações; em vez disso, tente configurar as novas edificações como continuação das preexistentes.	

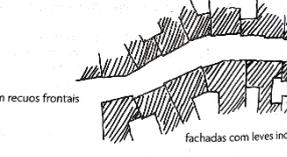
Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 51: Padrão nº109 – casa longa e estreita.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 109 casa longa e estreita</i>	A forma de uma edificação tem enorme efeito nos seus níveis relativos de privacidade e sensação de apinhamento e isso, por sua vez, tem efeito crítico sobre o conforto e o bem estar das pessoas.	Em edificações pequenas, não reúna todos os ambientes. Em vez disso, distribua-os longitudinalmente, de modo que a distância entre cada ambiente seja a maior possível. Isso pode ser feito horizontalmente – para que a planta se transforme em um longo retângulo estreito; ou verticalmente – para que a edificação se torne uma torre estreita e alta. Em ambos os casos, a edificação pode ser surpreendentemente estreita e ainda assim ser eficiente – é perfeitamente possível que sua largura seja de apenas 3,6, 3 ou 2,4 metros.	

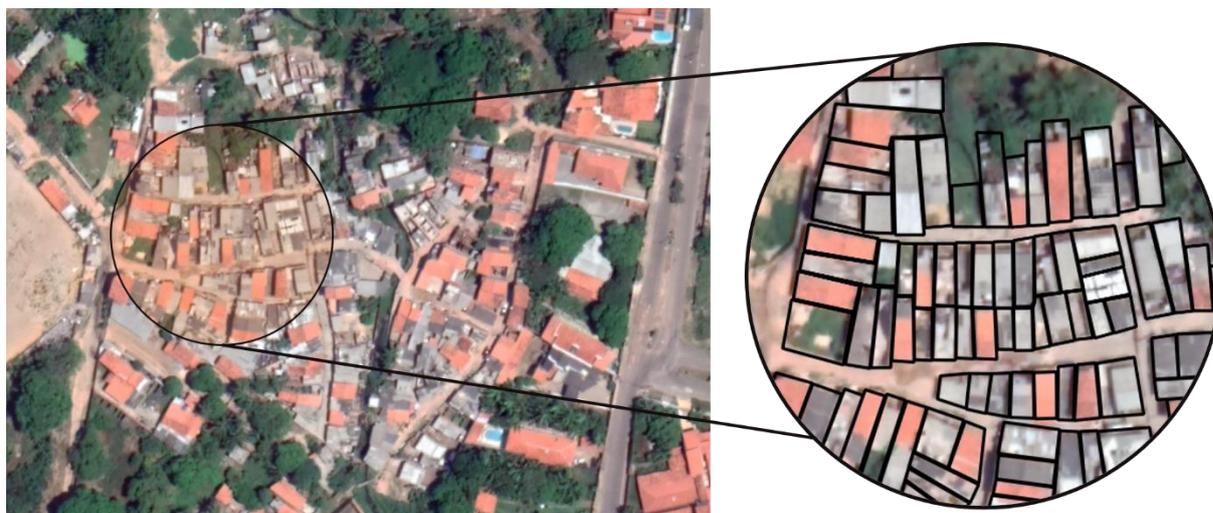
Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 52: Padrão nº122 – fachadas frontais.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 122 fachadas frontais</i>	Os recuos obrigatórios das edificações em relação à rua, que foram inventados para proteger o bem-estar público, dando a cada edificação luz e ar, na verdade têm contribuído bastante para a destruição da rua como um espaço de convívio social.	Jamais admita recuos entre as edificações e as ruas de pedestre, os passeios ou os espaços abertos públicos. Os recuos não têm serventia e quase sempre destroem o valor das áreas externas entre as edificações. Construa junto ao alinhamento; mude a legislação de todas as comunidades nas quais normas obsoletas impossibilitam isso. Além disso, deixe que as fachadas frontais das edificações assumam ângulos levemente distintos, se acomodando à forma da rua.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Figura 49: Materialização dos padrões 106, 108, 109 e 122.



Fonte: Adaptado de *Google Earth* (2021).

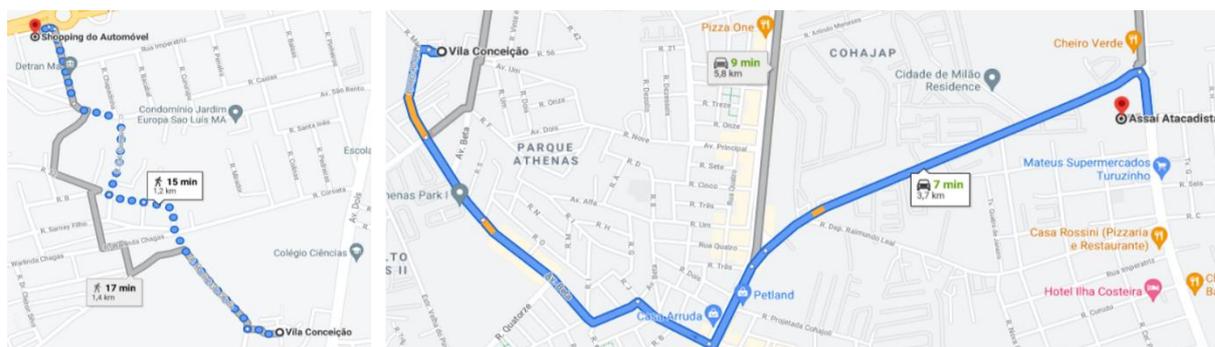
#### 4.3.2 Práticas espaciais do lugar

Entrevistas e a observação simples foram utilizadas para caracterizar as práticas espaciais do lugar. Através das entrevistas foi possível identificar diversas questões relacionadas ao modo de vida e dia a dia dos moradores. Dentre os temas mapeados nas entrevistas, ao mesmo tempo que eram levantadas questões sobre o córrego, a falta de infraestrutura, a distância dos serviços básicos (transporte, educação e saúde) e a violência, também relatavam como é bom morar na ocupação, como são apaixonados por lá e como não trocariam a Portelinha por nenhum outro lugar.

Com base nas informações obtidas nas entrevistas, foi mapeado virtualmente o trajeto aos principais lugares utilizados pela população para suprir necessidades básicas. É importante fazer uma observação: no *Google Maps* a Portelinha aparece com o nome de Vila Conceição, por isso nas imagens com as rotas, aparece esse nome e não Portelinha.

As compras de supermercado costumam ser feitas no Mateus Supermercado do Shopping do Automóvel, pois é possível ir e voltar andando. Um outro supermercado citado foi o Assaí, localizado no Turu. A distância para o Mateus é de 1,2km e para o Assaí é de 3,7km, como pode ser visto na Figura 50. Existem diversas mercearias na comunidade, onde são feitas compras complementares e do dia a dia.

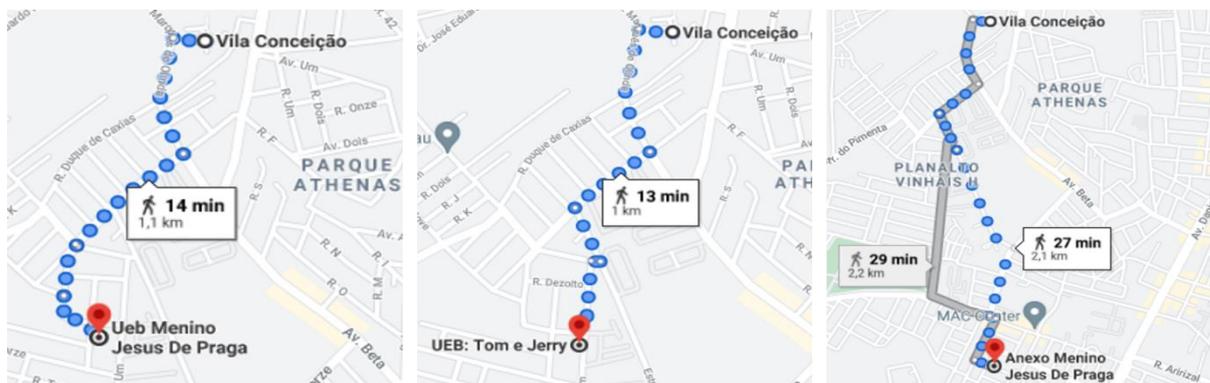
Figura 50: Trajeto para os supermercados mais utilizados pelos moradores: Mateus (à eq.) e Assaí (à dir.).



Fonte: Google Maps (2021).

As escolas públicas mais próximas estão localizadas no bairro do Vinhais. Muitas crianças estudam na mesma escola e se reúnem para irem todas juntas andando. A Unidade de Educação Básica (UEB) Tom e Jerry, a UEB Menino Jesus de Praga e o Anexo da UEB Menino Jesus de Praga foram as mais citadas nas entrevistas. Elas distam da ocupação entre cerca de 1 ou 2km (Figura 51), o que para uma criança, no sol quente, acaba sendo uma distância grande. Estas unidades atendem ensino infantil e fundamental. Quem faz ensino médio ou superior precisa se deslocar bem mais.

Figura 51: Trajeto para as escolas mais utilizadas pelos moradores: UEB Menino Jesus de Praga (à eq.), UEB Tom e Jerry (centro) e Anexo da UEB Menino Jesus de Praga (à dir.).

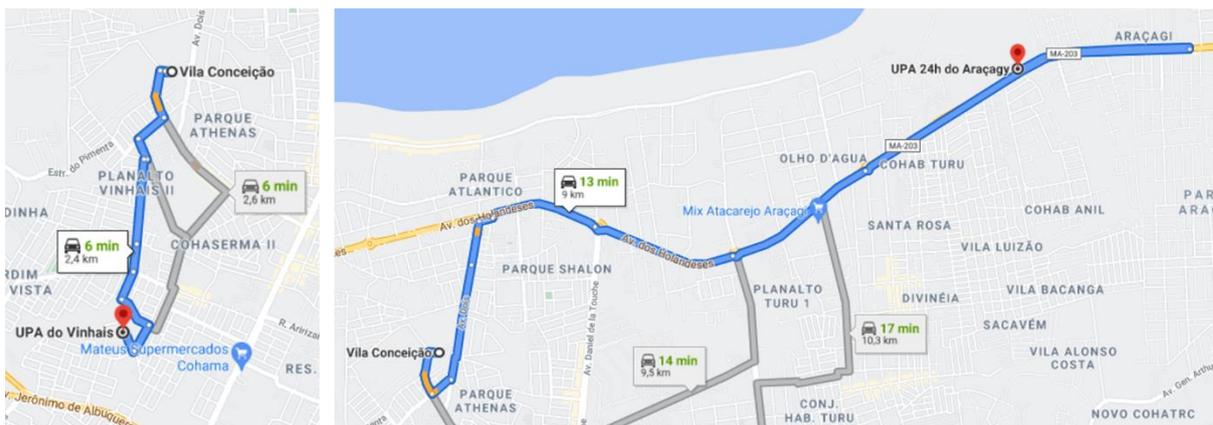


Fonte: Google Maps (2021).

Quanto aos serviços de saúde, os moradores relatam fazer falta ter algum posto de saúde na ocupação, pois a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Vinhais, além de suprir a demanda dos moradores do Vinhais acaba tendo que suprir a demanda da Portelinha, da Vila Conceição e outros bairros adjacentes. Às vezes, por falta de médicos, eles não conseguem ser atendidos e acabam sendo encaminhados para outras unidades. Além da UPA do Vinhais, que é a mais próxima da ocupação (à 2,4km), a UPA do Araçagy também é bastante utilizada, apesar de ser bem mais distante (9km) (ver Figura 52). Alguns moradores

relataram a dificuldade de deslocamento a esses lugares, pois nem sempre há dinheiro para pagar um carro de aplicativo e dependendo da situação, (quando se trata de uma emergência ou problema de saúde mais sério), não existem condições de ir andando ou de ônibus. Nestas situações os vizinhos acabam ajudando, dando carona de moto.

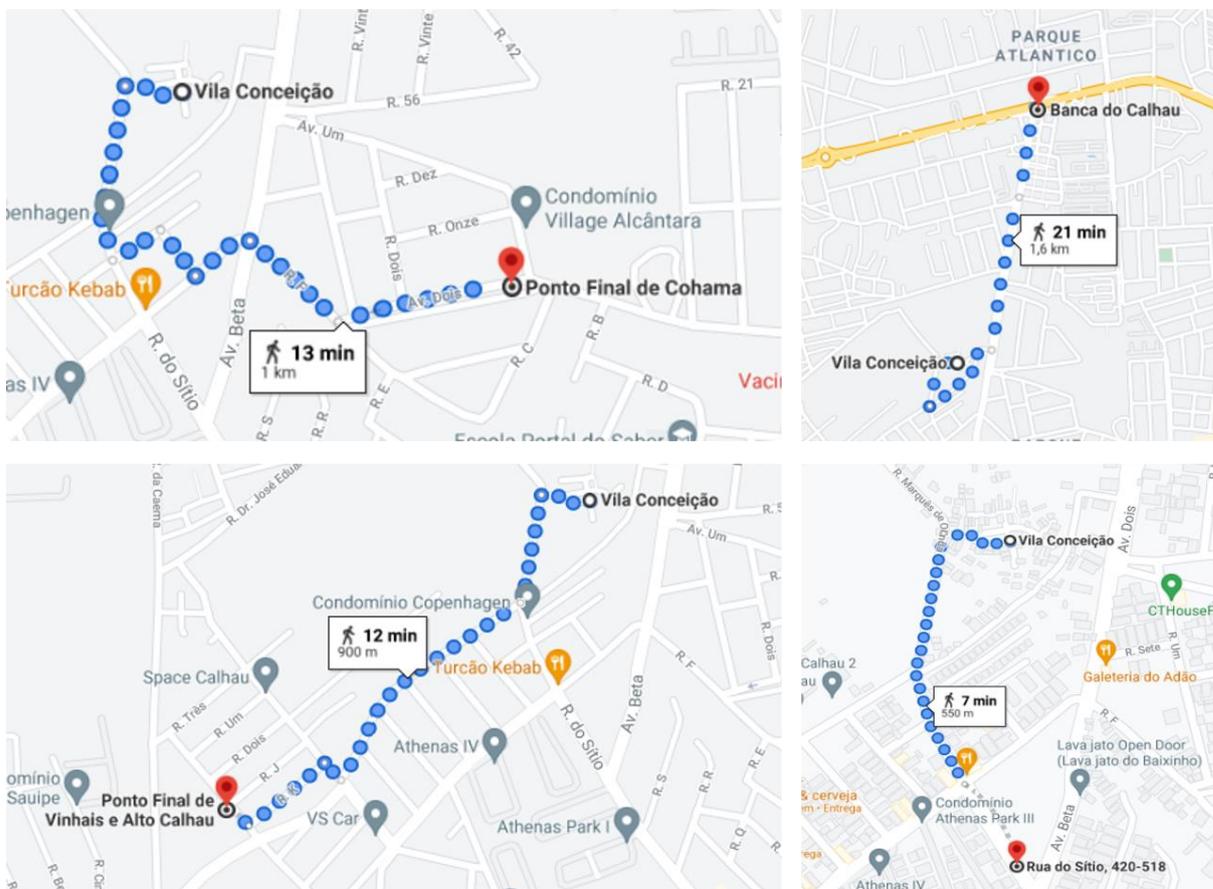
Figura 52: Trajeto para as unidades de saúde mais utilizadas pelos moradores: UPA Vinhais (à esq.) e UPA Araçagy (à dir.).



Fonte: *Google Maps* (2021).

Quanto ao acesso ao transporte público, é bem precário. Pelo fato de a ocupação estar inserida em uma área nobre da cidade, há poucas linhas disponíveis (apenas três) e a distância até os pontos de ônibus é grande (Figura 53). O mais próximo localiza-se há cerca de 550m da ocupação, é o ponto final da linha Vinhais. Há outros dois pontos finais de linhas, que distam cerca de 1km. A parada de ônibus localizada na Avenida dos Holandeses, onde há mais opções de linhas, dista aproximadamente 1,6km da ocupação. O destino é que define qual o ponto a ser utilizado. Uma das moradoras relatou que vai andando para o trabalho por não ter nenhum ônibus que supra sua necessidade.

Figura 53: Trajeto para os pontos de ônibus mais utilizadas pelos moradores.



Fonte: Google Maps (2021).

Segundo moradores, tem uma linha de ônibus que ia passar na Rua Marquês de Olinda, o que para a comunidade seria muito bom. Eles teriam um ponto de ônibus praticamente na porta de casa, entretanto as condições da via não permitiram que isso acontecesse (Figura 54). Eles sonham com o dia em que essa rua será arrumada, pois assim ganharão um importante acesso à Portelinha.

Figura 54: Rua Marquês de Olinda.



Fonte: Arquivo pessoal.

Quanto à diversão dos moradores, ela acontece nas ruas mesmo: radiolas e paredões de som são colocados e eles viram a noite dançando, bebendo e cantando. Como não tem nenhuma praça na região, as crianças brincam na rua de tacobol, pipa, peteca, gira peão, manchete, queimado, passe-gol-linha, entre outras brincadeiras. Outros modos de diversão só saindo de lá. Algumas pessoas reclamam das brincadeiras na rua por causa da bola, mas as crianças relatam que respeitam quando tem alguém passando, param a brincadeira e esperam a pessoa passar pra retornar a brincar.

As relações de vizinhança são boas. Segundo eles, como em todo lugar as desavenças acontecem de vez em quando, mas nada sério. Eles relatam que todo mundo faz as pazes rápido e logo estão todos juntos se divertindo. A relação entre as crianças também é boa, dá para perceber que eles são todos muito amigos e falam um do outro com muito carinho. Um dos entrevistados se mudou para a Portelinha recentemente e relata que a comunidade é amigável e receptiva com quem chega. Sem querer romantizar, mas a Portelinha parece uma grande família.

Quanto à infraestrutura, não há coleta de lixo na Portelinha, o caminhão passa só na avenida, por esse motivo muita gente joga seus resíduos no córrego (Figura 55, à esq.) ou na rua - o que acabou gerando um lixão (Figura 55, à dir.).

Figura 55: Córrego (à esq.) e Lixão (à dir.).



Fonte: Acervo Comissão Organizadora Mambembe São Luís 2017.

O lixo jogado no córrego entope alguns canos por onde a água passa e no período de chuva isso faz com que a água suba muito rapidamente, transbordando e inundando as casas. É comum a construção de muretas nas portas das casas para evitar a entrada da água (Figura 56). Muitas pessoas perdem móveis durante o período de chuvas e há casos de gente que já perdeu tudo durante uma inundação, ficando apenas com a roupa do corpo e nada mais.

Figura 56: Solução utilizada para evitar alagamento das casas.



Fonte: Arquivo pessoal.

Uma entrevistada relatou que mesmo com o problema enfrentado com o lixo, as inundações e esgoto estourado, as crianças são saudáveis. Doenças como dengue, H1N1 e gripe não são comuns. Na pandemia não foi diferente. Eles se consideram sortudos pois quase ninguém na ocupação teve COVID-19, e quem teve apresentou sintomas leves. Apenas uma pessoa precisou ser internada, mas ela tinha outras comorbidades.

Quanto ao abastecimento de água, na ocupação não há fornecimento oficial pela Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (CAEMA). A população é abastecida pela água de um cano que ninguém sabe precisar a origem. Alguns dizem se tratar de um poço, mas ninguém tem certeza. Esse cano chega com água à ocupação e a partir dele foi feita a rede que abastece cada casa. Como não há nenhum tipo de registro, ninguém paga conta de água.

Em relação à energia elétrica, a área é atendida pela Equatorial Energia Maranhão. Os moradores reclamam do preço da energia, pois pagam taxa pela localização em área nobre. Quando foi feita a instalação da rede elétrica, os moradores informaram o nome de cada rua, mesmo assim, todas foram registradas com o mesmo nome: Rua Santo Antônio. Esse registro também é utilizado pelos Correios, então mesmo a Portelinha contando com nove ruas, uma travessa e mais um acesso, toda a área possui um único CEP (65072-020). Os moradores relatam que esperam a regularização fundiária para solucionar esse problema, visto que é muito difícil fazer qualquer compra que precise ser entregue via Correios, pois apesar das casas serem numeradas, os números foram colocados de modo aleatório, sem seguir nenhuma ordem. Além disso, eles relatam que não são todos os carteiros/entregadores que entram na área.

Isso leva à um outro ponto: a criminalidade é presente no local. Há uma facção criminosa, cuja presença é perceptível em diversas pichações espalhadas pela área. Chamados pejorativamente de “meninos bons”, a relação entre eles e a Associação aparenta ser boa,

membros da diretoria relatam que o controle exercido traz uma sensação de segurança. Os eventos realizados sempre são informados para que eles estejam cientes de tudo que acontece. Membros da Igreja relatam o respeito existente para com a Instituição, o que eles veem de modo positivo.

Quando perguntados se gostavam de morar na Portelinha, todas as respostas, sem exceção, foram positivas. “Amo de paixão”, “Olha, isso aqui pra mim é uma alegria, é uma satisfação!”, “Gosto, é uma boa vizinhança”, “Ah, eu amo morar aqui. Amo, amo, amo, amo a Portelinha!” foram algumas das frases escutadas. Quando indagados sobre o que melhorariam no local, as respostas trataram principalmente da infraestrutura – em especial o córrego - e o acesso à serviços.

Quanto aos padrões espaciais identificados, a inserção no território permitiu reconhecer 33 padrões definidos por Alexander et al. (2013 [1977]), dentre os quais 22 são globais e 11 são locais. Como a seleção dos padrões aplicáveis às ocupações urbanas foi feita durante o desenvolvimento da parte teórica do trabalho, a primeira visita ao local foi realizada tendo em mente a seleção feita, o que permitiu observar e identificar os padrões. Na visita seguinte, os padrões observados “de perto” foram apresentados aos moradores durante as entrevistas visando a identificação por parte deles. O Quadro 53 mostra os padrões identificados através do “olha de perto”:

Quadro 53: Padrões espaciais identificados na Portelinha através do “olhar de perto”.

<b>PADRÕES ESPACIAS DESENVOLVIDOS POR ALEXANDER ET AL. (2013 [1977])</b>		
	<b>PADRÕES GLOBAIS</b>	<b>PADRÕES LOCAIS</b>
<b>OLHAR DE PERTO</b>	19. Rede de comércio e serviços 24. Sítios sagrados 26. Ciclo da vida 27. Homens e mulheres 30. Nós de atividade 31. Promenade 33. Vida noturna 35. Diversidade de domicílios 36. Gradiente de privacidade no arranjo do conjunto 52. Rede harmônica de vias de veículos e de pedestres 53. Demarcação de entradas 57. Crianças na cidade 58. Carnaval 63. Dança na rua 66. Solo sagrado 67. Área externa coletiva 69. Ambiente externo e público 72. Esportes comunitários 87. Lojas de propriedade individual 88. Café com mesas na calçada 89. A mercearia de esquina 90. Cervejaria	100. Rua de pedestres 123. Densidade de pedestres 124. Bolsões de atividade 133. Escada com papel social 153. Cômodos para alugar 158. Escadas abertas 160. Bordas da edificação 164. Janelas para a rua 165. Abertura para a rua 192. Janelas voltadas para a vida lá fora 242. Banco do lado de fora da parte principal

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Ao chegar na Portelinha, logo se identifica o padrão nº 53 – demarcação de entradas (Quadro 54). O acesso à ocupação pela Avenida Dois, possui um grafite na parede com o nome da ocupação e a seguinte pergunta: você já passou por mim hoje? (Figura 57). Esse foi um dos produtos do Mambembe São Luís 2017, visto que o evento tratava justamente da invisibilidade da comunidade. Quem passa pela avenida normalmente nem imagina quão pequena é a distância que separa essas realidades tão distintas.

Quadro 54: Padrão nº53 – demarcação de entradas.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 53 demarcação de entradas	Qualquer parte de uma cidade pequena ou grande que será identificada por seus habitantes como um conjunto urbano de determinado tipo será reforçada, mais bem caracterizada e animada se as vias de entrada àquela comunidade forem demarcadas em seus limites.	Marque todos os limites dentro de uma cidade que têm algum significado humano importante – o limite de um agrupamento de edificações, um bairro, uma área urbana – por meio de grandes demarcações de entrada nos pontos onde as principais vias cruzam os limites.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Figura 57: Materialização do padrão nº 53.



Fonte: *Google Street View* (à esq.) e Arquivo pessoal (à dir.).

Devido a maximização do uso do solo (Loureiro, 2017), os recuos das casas são mínimos, principalmente nas laterais e na frente. Não há espaços de transição entre a entrada das casas e as ruas, ou seja, as aberturas direto para a via tornam tênue o limite entre público e privado. As janelas estão voltadas para a vida lá fora (padrão nº 164, 165 e 192, ver Quadro 55, Quadro 56 e Quadro 57, respectivamente) o que reforça as relações de vizinhança e as relações com as ruas, que devido à falta de praças ou outros espaços públicos, acabam

funcionando como áreas externas coletivas (padrão nº 67 e 69, ver Quadro 58 e Quadro 59, respectivamente) onde a densidade de pedestres (padrão nº 123, ver Quadro 60) é grande, tornando as ruas bastante movimentadas e criando verdadeiras ruas de pedestres (padrão nº 100, ver Quadro 61).

Quadro 55: Padrão nº164 – janelas para a rua.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 164 janelas para a rua</i>	Uma rua sem janelas é cega e assustadora. Também é muito desconfortável estar em uma casa voltada para a vida pública que não tenha janela se abrindo para a rua	Quando as edificações estão paralelas a ruas movimentadas, faça janelas voltadas para a rua e com assentos junto a elas. Coloque as janelas nos dormitórios ou em algum ponto do corredor ou junto a uma escada, por onde as pessoas passam com frequência. No primeiro pavimento, mantenha estas janelas suficientemente altas para manterem a privacidade	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 56: Padrão nº165 – aberturas para a rua.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 165 aberturas para a rua</i>	A visão do movimento é um convite à participação. Quando as pessoas que estão na rua conseguem ver o interior de uma edificação, seu mundo é ampliado e enriquecido, a empatia aumenta. Além disso, há a possibilidade de comunicação e aprendizado.	Em qualquer espaço público que dependa do contato com a rua para seu sucesso, abra o ambiente por meio de uma parede que possa ser totalmente aberta e, se possível, faça parte da atividade ocupar o passeio de pedestres até o meio-fio, de modo que as pessoas realmente tenham de passar pelo meio atividade quando usarem o passeio. Há várias maneiras de fazer esse tipo de abertura. Por exemplo, pode-se usar simples painéis de compensado que correm em trilhos elevados para construir uma vedação de fachada muito barata, a qual é totalmente removida durante o dia e fechada e trancada à noite.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 57: Padrão nº192 – janelas voltadas para a vida lá fora.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 192 janelas voltadas para a vida lá fora</i>	Ambientes sem vista externa são prisões para as pessoas que precisam ficar dentro deles.	Em cada um dos ambientes, distribua as janelas de maneira que sua área total corresponda aproximadamente aos valores adequados para sua região e posicione-as de modo a obter as melhores vistas possíveis da vida lá fora: o movimento na rua, os jardins tranquilos ou qualquer coisa diferente do cenário interno.	

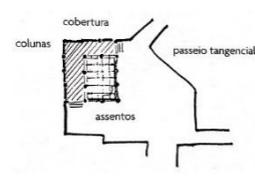
Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 58: Padrão nº 67 – área externa coletiva.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 67 área externa coletiva</i>	Sem área externa coletiva, nenhum sistema de uso social do solo pode sobreviver.	Destine mais de 25% do solo dos conjuntos de moradias para áreas de uso coletivo que estejam contíguas ou ao menos muito próximas das habitações beneficiadas. Uma questão fundamental: seja cauteloso com o automóvel, de maneira alguma deixe que ele domine essa área.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 59: Padrão nº 69 – ambiente externo e público.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 69 ambiente externo e público	Há poucos lugares nas ruas cidades e dos bairros modernos nos quais as pessoas possam passar o tempo de maneira confortável por horas a fio.	Em todos os bairros e grupos de trabalho projete uma parte da área pública como um espaço semiprotégido – um local parcialmente fechado, com alguma forma de cobertura ou pérgola e colunas, mas sem paredes. Posicione-o ao lado de uma via de pedestres importante e à vista de muitas moradias e locais de trabalho.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 60: Padrão nº123 – densidade de pedestres.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 123 densidade de pedestres	Muitas das nossas praças públicas atuais, ainda que sejam projetadas para serem cheias de vida, são na verdade locais desertos e mortos.	Para o projeto de praças públicas, pátios internos, ruas de pedestres ou qualquer outro local que atraia muitos usuários, estime o número médio de pessoas que estará naquele lugar em determinado momento (P), e estabeleça a área do local entre 15P e 30P vezes o metro quadrado.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 61: Padrão nº100 – rua de pedestres.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 100 rua de pedestres	O simples contato social gerado pelas pessoas em público é um dos tipos de "adesivos" mais básicos de uma sociedade.	Distribua as edificações de maneira que elas configurem rua de pedestres com muitas entradas e escadas abertas que levam diretamente dos pavimentos superiores das edificações para a rua, para que a circulação entre dois ambientes seja externa, não apenas uma circulação entre duas edificações	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Na Figura 58, as fotos de cima mostram o modo como se materializam as aberturas para a rua enquanto na Figura 59, as fotos de três ruas sem saída demonstram as áreas coletivas criadas por esses agrupamentos de moradias. Um achado interessante foi essa cobertura (última foto da Figura 58) feita pelos próprios moradores, para que durante a realização de eventos na rua eles tivessem uma área coberta.

Figura 58: Materialização dos padrões nº 164, 165 e 192.



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 59: Materialização dos padrões nº 67 e 69.



Fonte: Arquivo pessoal.

Durante uma das visitas, outro achado foi a seguinte cena que chamou bastante atenção: uma piscina no meio da rua para as crianças brincarem (Figura 60, primeira fileira à esq.). Algo praticamente impossível de ser visto na cidade formal e que lá acontece de maneira super natural. O nível de apropriação que eles têm pelo espaço é algo muito interessante de observar. Além da piscina, foi possível ver crianças brincando na rua, mulheres sentadas conversando, homens jogando baralho, pessoas bebendo e ouvindo música, entre diversas outras situações (Figura 60).

Figura 60: Materialização dos padrões nº 123 e 100.



Fonte: Arquivo pessoal.

Uma outra prática percebida foi a de estender roupas na rua, como pode ser visto na Figura 61. Devido a maximização do uso do solo, algumas casas têm um quintal muito pequeno ou sequer possuem quintal (fato que já havia sido observado durante a elaboração do mapa de micro parcelas), acredita-se que isso somado à apropriação do espaço por parte dos moradores faz com que a necessidade de secar as roupas possa ser suprida nas ruas. Se tratássemos de um local onde não houvesse essa relação de proximidade com as vias, provavelmente essa não seria uma prática comum.

Figura 61: Roupas estendidas na rua.



Fonte: Arquivo pessoal.

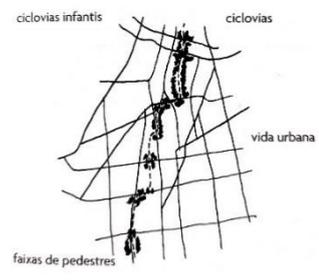
Como os espaços públicos da ocupação se resumem às ruas, elas acabam sendo o palco das brincadeiras e esportes praticados pelas crianças (Figura 62). Jogar bola, peteca, tacobol, empinar pipa são algumas das atividades desenvolvidas pelas crianças nas ruas, o que torna a presença delas bem forte nestes espaços (padrão nº 57 – crianças na cidade, ver Quadro 62). Durante uma das visitas, começamos a jogar bola com duas crianças e dentro de alguns minutos, já tinha um grupo de mais de sete crianças esperando para participar do jogo. Como aponta Alexander et al. (2013 [1977]), o fato da prática de esportes ser visível aos transeuntes é um convite à participação (padrão nº 72 – esportes comunitários, ver Quadro 63).

Figura 62: Materialização dos padrões nº 57 e 72.



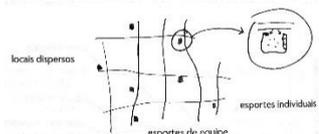
Fonte: Arquivo pessoal.

Quadro 62: Padrão nº 57 – crianças na cidade.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 57 crianças na cidade	Se as crianças não têm como explorar todo o mundo dos adultos que está ao seu redor, elas não conseguem se tornar adultos plenos. No entanto, as cidades modernas são tão perigosas que as crianças não têm liberdade para explorá-las.	Como parte da rede de ciclovias, desenvolva um sistema de vias para crianças que seja extremamente seguro – e totalmente separado dos automóveis, com semáforos e passarelas nos cruzamentos, moradias e lojas laterais, de modo que sempre haja muitos olhos voltados para estas vias. Faça essas vias passarem por todos os bairros para que as crianças possam ingressar nelas sem cruzar as vias principais. Distribua as ciclovias para crianças por toda a cidade, passando por vias de pedestres, oficinas, fábricas, armazéns, terminais intermodais, gráficas, padarias, em suma, toda vida “invisível” e interessante de uma cidade – de maneira que as crianças passeiem com liberdade com suas bicicletas e seus triciclos.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

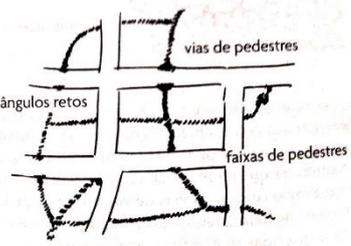
Quadro 63: Padrão nº 72 – esportes comunitários.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 72 esportes comunitários	O corpo humano não gasta com o uso. Ao contrário, ele gasta quando não é utilizado.	Distribua os locais de prática de esporte de equipe e esportes individuais por todas as zonas de trabalho e vizinhanças: tênis, squash, pingue-pongue, natação, bilhar, basquete, dança, ginástica... e torne a ação visível aos transeuntes, como um convite à participação.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Toda essa utilização das ruas mostra que há uma relação harmônica entre veículos e pedestres (padrão nº 52, ver Quadro 64). Como as vias se caracterizam por serem estreitas, o acesso de carros em diversos trechos nem chega a ser possível, os meios de transportes de pequeno porte como bicicletas e motos são os mais utilizados (Figura 63). Devido ao porte dos veículos e o grande fluxo de pedestres, essa relação é harmônica. Ao andar pelas ruas da ocupação, percebeu-se uma solução projetual adotada em muitas casas para garantir o acesso das motos ao interior das edificações (Figura 64).

Quadro 64: Padrão nº 52 – rede harmônica de vias de veículos e de pedestres.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 52 rede harmônica de vias de veículos e de pedestres	Os automóveis são perigosos aos pedestres; ainda assim, o movimento se dá exatamente nos pontos onde os veículos e os pedestres se encontram.	Exceto nos casos em que as densidades de veículos são muito elevadas ou muito baixas, trace as vias de pedestres em ângulos retos às vias de veículos, não ao longo delas, de modo que as primeiras formem gradualmente uma segunda rede distinta da malha viária e ortogonal a ela. Isso pode ser feito de maneira bastante lenta – é possível criar uma via de pedestres de cada vez, mas sempre as lance no meio das “quadras”, cruzando as ruas.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Figura 63: Materialização do padrão nº 52.



Fonte: Acervo Comissão Organizadora Mambembe São Luís 2017.

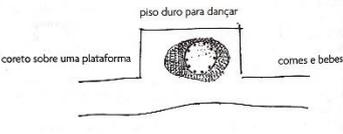
Figura 64: Rampa utilizada para acesso das motos ao interior da edificação.



Fonte: Arquivo pessoal.

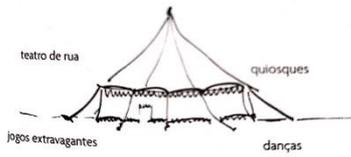
Apesar de haver movimento em todas as ruas, percebeu-se que o córrego de certo modo divide a ocupação em um lado mais festeiro e outro lado mais calmo. A Rua 3 de Fevereiro, principal rua da ocupação, é bastante movimentada no seu trecho à oeste do córrego. Tem uma de suas esquinas carinhosamente chamada de “canto do frevo”, por ter vários bares e ser comum a presença de várias pessoas nos mais variados horários do dia. É neste trecho da rua onde as festas da comunidade costumam ser realizadas. Eles têm costume de celebrar datas comemorativas como Natal, Réveillon, Dia das Mães, Dia das Crianças, Aniversário da ocupação etc. Nestas ocasiões é colocada uma mesa grande na rua e todos celebram juntos, sempre regados à muita diversão, música e dança (padrão nº63, ver Quadro 65). No carnaval (padrão nº58, ver Quadro 66) não seria diferente, nessa época do ano os moradores organizam um bloco de carnaval chamado “Furacão” (Figura 65), que conta com um paredão de som e é patrocinado pelos bares locais. Para a realização destes eventos, todos da comunidade contribuem e a Associação costuma buscar patrocínio.

Quadro 65: Padrão nº 63 – dança na rua.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 63 dança na rua	Porque as pessoas não dançam mais nas ruas?	Ao longo de promenade, praças e centros de vida noturna, faça uma plataforma levemente elevada que configure um coreto e na qual os músicos de rua e as bandas da cidade possam tocar. Cubra-a e pense na possibilidade de construir pequenas bancas, no nível do solo, para a venda de bebidas. Circunde o coreto comum piso duro onde as pessoas possam dançar – e nada de cobrar ingressos.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 66: Padrão nº 58 – carnaval.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 58 carnaval	Assim com indivíduo sonha com acontecimentos fantásticos para dar asas a seus impulsos mais íntimos que não podem aparecer em eventos cotidianos, uma cidade também precisa de seus sonhos.	Reserve uma parte da cidade para o carnaval – espetáculos extravagantes, torneios, peças de teatro, apresentações, competições, danças, música, teatro de rua, palhaços, travestis, eventos inesperados, todas as maneiras de permitir que as pessoas revelem sua loucura; atravesse a área com uma grande via de pedestres; distribua quiosques ao longo da rua, crie alamedas estreitas; em uma das extremidades faça um teatro ao ar livre; talvez conecte o palco do teatro diretamente à rua do carnaval, de modo que os dois se misturem e um contribua para o outro.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Figura 65: Materialização dos padrões nº 63 e 58.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Enquanto isso, no trecho à leste do córrego, apesar de ter um grande movimento de pessoas, é bem mais tranquilo, não há nenhum bar nesta área e é onde se localiza a

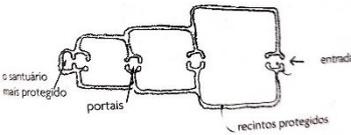
principal Igreja da ocupação. Os sítios sagrados (padrão nº 24 e 66, ver Quadro 67 e Quadro 68, respectivamente) são comuns na Portelinha, que mesmo sendo pequena, conta com três Igrejas diferentes (Figura 66).

Quadro 67: Padrão nº 24 – sítios sagrados.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 24 sítios sagrados	As pessoas não têm como manter suas raízes espirituais e suas conexões com o passado se o mundo físico no qual elas vivem também não sustenta essas raízes.	Não importa se os sítios sagrados são grandes ou pequenos, se eles estão no centro da cidade, em um de seus bairros ou em uma zona rural afastada, estabeleça normas que os protejam com cuidado - de modo que nossas raízes no entorno visível não sejam violadas	 sítios sagrados medidas de proteção

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 68: Padrão nº 66 – solo sagrado.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 66 solo sagrado	O que é uma igreja ou um templo? É um local de culto, espiritualidade, contemplação, é claro. Mas acima de tudo, de um ponto de vista humanista, é um portal. A pessoa vem ao mundo por meio da igreja ou templo. Ela deixa-o por meio da igreja. Além disso, em cada uma das passagens importantes de sua vida, a pessoa mais uma vez passa pela igreja ou templo.	Em cada comunidade e vizinhança, identifique algum lugar sagrado ou solo consagrado e forme uma série de recintos protegidos, cada um marcado por um portal mais privativo e mais sagrado do que o anterior, cujo espaço mais protegido seja um santuário final que somente pode ser alcançado após se passar por todos os demais.	 santuário mais protegido portais recintos protegidos entrada

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Figura 66: Materialização dos padrões nº 24 e 66.



Fonte: Arquivo pessoal (à esq.) e *Google Street View* (2021) (à dir.).

Essa distinção entre áreas mais calmas e mais agitadas, acaba criando um gradiente de privacidade no arranjo do conjunto (padrão nº 36, ver Quadro 69). Na Figura 67, é possível observar que o movimento é diferente na Rua 3 de Fevereiro (à esq.) e na Rua da

Alegria (à dir.). Apesar de não haver grandes diferenças tipológicas e as habitações apresentarem as mesmas características, há essa distinção de movimentação que se deve principalmente aos usos: de um lado há bares que geram grande fluxo de pessoas, enquanto do outro lado além das moradias há apenas uma Igreja, a sede da Associação e um comércio.

Quadro 69: Padrão nº 36 – gradiente de privacidade no arranjo do conjunto.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 36 gradiente de privacidade no arranjo de conjunto</i>	As pessoas são diferentes, e a maneira como elas querem inserir suas casas em um bairro é um dos tipos de diferença mais básicos.	Faça uma distinção clara entre os três tipos de habitação – aquelas nos locais tranquilos, aquelas nas ruas movimentadas e aquelas que estão em uma situação mais ou menos intermediária. Certifique-se de que as moradias que ficam nos locais tranquilos estejam em vias tortuosas e que estas moradias sejam por si só fisicamente segregadas; certifique-se de que as moradias mais públicas fiquem em vias movimentadas e com tráfego intenso de pedestres o dia inteiro e que estas casas estejam por si só relativamente expostas às pessoas que passam. Já as moradias em uma situação intermediária podem ser localizadas nas vias que ficam entre os dois tipos extremos. Dê a cada bairros um número similar de cada tipo de moradia.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

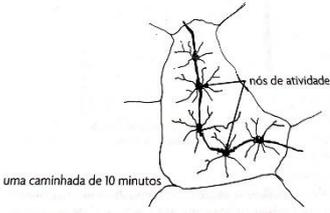
Figura 67: Materialização dos padrões nº 36.



Fonte: Arquivo pessoal.

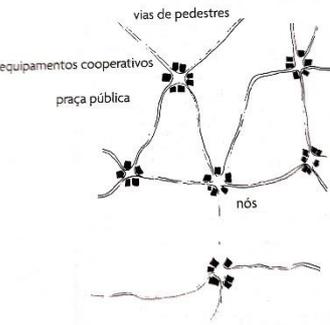
Os dois acessos à Portelinha (Rua Marquês de Olinda à oeste e Avenida Dois à leste) são ligados pela Rua 3 de Fevereiro, que acaba funcionando como um promenade (padrão nº 31, ver Quadro 70) tendo os acessos como ponto de atração, o que contribui para manter o movimento na área que também é repleta de nós de atividades (padrão nº 30, ver Quadro 71).

Quadro 70: Padrão nº 31 – promenade.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 122 promenade	Cada subcultura precisa de um centro para sua vida pública: um lugar onde você possa ver as pessoas e elas possam vê-lo.	Encoraje a formação gradual de uma promenade no núcleo de cada comunidade, conectando os principais nós de atividade, e implante-o de maneira centralizada, para que cada ponto da comunidade não fique a mais de 10 minutos de distância a pé. Coloque os principais pontos de atração nas duas extremidades, para manter um movimento constante nos dois sentidos.	 Diagrama que mostra um núcleo centralizado com vários pontos de atividade (nós) conectados por caminhos. Uma seta indica uma caminhada de 10 minutos a partir de um ponto central.

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 71: Padrão nº 30 – nós de atividades.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 30 nós de atividades	Os equipamentos de uso comunitário distribuídos isoladamente pela cidade não contribuem para a vida da cidade.	Crie nós de atividade por toda a comunidade, distribuindo-os a cada 100 metros uns dos outros. Em primeiro lugar, identifique aqueles pontos existentes na comunidade nos quais parece já haver uma concentração natural de atividades. A seguir, modifique o arranjo das vias na comunidade, de maneira que o maior número possível dessas vias passe pelos nós. Isso faz cada ponto funcionar como um "nó" na rede de vias da cidade. Por fim, no centro de cada nó, crie uma pequena praça pública e circunde-a com uma combinação de equipamentos comunitários e lojas que se apoiem mutuamente.	 Diagrama que mostra uma rede de vias de pedestres com vários pontos de atividade (nós) distribuídos. Cada nó é marcado com um símbolo de equipamento cooperativo e uma praça pública.

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Na Portelinha estabeleceu-se uma pequena rede de comércio e serviços (padrão nº 19, ver Quadro 72) composta por lojas de propriedade individual (padrão nº 87, ver Quadro 73) que surgiram para suprir necessidades básicas da comunidade. Por ser pequena, ela não gera empregos para a população local. A grande maioria das pessoas trabalha fora, nos mais diversos ramos: vendedores ambulantes, manicures, mestres de obras, faxineiras etc.

Quadro 72: Padrão nº 19 – rede de comércio e serviços.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 122 rede de comércio e serviços</i>	As lojas raramente se colocam naqueles locais onde atendem de modo ideal às necessidades das pessoas e conseguem garantir sua própria estabilidade.	Quando você localizar qualquer loja individual, siga o seguinte procedimento de quatro passos: 1. Identifique todas as outras lojas que oferecem o serviço no qual você está interessado; localize-as no mapa; 2. Identifique e mapeie a localização dos clientes potenciais. Sempre que possível, indique a densidade populacional ou o número total de consumidores em potencial para determinada área geográfica; 3. Procure a maior lacuna na rede de lojas desta área onde há consumidores potenciais; 4. Dentro do espaço disponível na rede de lojas similares, implante sua loja junto ao maior agrupamento de lojas de outros tipos.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 73: Padrão nº 87 – lojas de propriedade individual.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 87 lojas de propriedade individual</i>	Quando as lojas são grandes demais ou controladas por donos ausentes, elas se tornam artificiais, sem graça e abstratas.	Faça todo o possível para incentivar o surgimento de lojas de propriedade individual. Aprove pedidos de alvará somente se as lojas forem de propriedade daquelas pessoas que realmente administram as lojas e trabalham no próprio local. Autorize a construção de edificações comerciais somente se elas incluírem inúmeros espaços para aluguel extremamente pequenos.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

No ramo comercial, há mercearias – que curiosamente se localizam sempre nas esquinas (padrão nº 89, ver Quadro 74 e Figura 68) -, bares (padrão nº 90, ver Quadro 75), lanchonetes – que assim como os bares colocam mesas e cadeiras nas calçadas e na rua (padrão nº 88, ver Quadro 76), uma padaria e uma loja de roupas. Os bares e lanchonetes costumam funcionar durante o período da noite, o que contribui para uma vida noturna ativa no local (padrão nº 33, ver Quadro 77 e Figura 69). Quanto aos serviços, existem manicures, cabelereiras e costureiras. Apesar de não haver uma grande gama de comércio e serviços, o que existe supre as necessidades mais básicas do dia a dia. Referente ao gênero alimentício um tipo de comércio que não existe no local é o de açougue. Uma peixaria está em vias de ser aberta no local.

Quadro 74: Padrão nº 89 – mercearias de esquina.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 89 mercearias de esquina</i>	Ultimamente, têm-se pressuposto que as pessoas não querem mais caminhar até as lojas do bairro. Esta ideia está equivocada.	Preveja em cada vizinhança pelo menos uma mercearia de esquina em um ponto próximo de seu núcleo. Distribua estas mercearias de 180 a 730 metros entre si, de acordo com a densidade populacional, de modo que cada uma delas possa atender cerca de mil pessoas. Coloque-as nas esquinas, onde muitas pessoas circulam. Além disso, conecte-as a casas, para que as pessoas que as administram possam viver no andar de cima ou ao lado.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Figura 68: Materialização dos padrões nº 19, 87 e 89.



Fonte: Arquivo pessoal.

Quadro 75: Padrão nº 90 – cervejaria.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 90 cervejaria</i>	Onde as pessoas podem cantar, beber, gritar e expressar suas mágoas?	Construa um local na comunidade suficientemente grande para que pelo menos algumas centenas de pessoas possam se reunir, beber cerveja ou vinho, e quem sabe ter meia dúzia de atividades diversas, de modo que os fregueses fiquem se cruzando continuamente.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 76: Padrão nº 88 – café com mesas na calçada.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 88 café com mesas na calçada</i>	O café com mesas na calçada cria um ambiente único e especial nas cidades: um local no qual as pessoas podem se sentar e passar o tempo sem serem incomodadas, sendo vistas e observando o mundo à sua volta.	Incentive o surgimento de cafés em cada bairro. Certifique-se de que sejam locais intimistas, com vários recintos, em contato com uma via de pedestres bastante movimentada, nos quais as pessoas possam se sentar para tomar um café ou uma bebida alcoólica e ver o movimento. Coloque várias mesas do café externas e que "invadam a rua".	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 77: Padrão nº 33 – vida noturna.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 122 vida noturna	A maior parte das atividades de uma cidade se encerra à noite; aquelas que permanecem abertas não contribuirão significativamente para a vida noturna da cidade a menos que estejam juntas.	Conecte lojas, locais de lazer e de prestação de serviços que abrem à noite com hotéis, bares e lanchonetes 24 horas a fim de formar centros de vida noturna: lugares bem iluminados, seguros e animados que aumentam o número de pedestres à noite, por atraírem para determinados locais da cidade todas as pessoas que estão na rua à noite. Encoraje estes centros de vida noturna a se distribuírem de maneira uniforme por toda a cidade.	estabelecimentos noturnos agrupados 

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

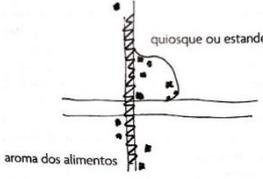
Figura 69: Materialização dos padrões nº 90, 88 e 33.



Fonte: Arquivo pessoal.

Além dessa rede estabelecida, durante as visitas se percebeu a prática de venda de alimentos nas ruas, o que apesar de não ser feito em quiosques, permitiu a identificação do padrão nº 93 - quiosques de vendas de alimentos (Quadro 78). Na Portelinha, uma mesa de plástico é suficiente para a venda de caldos, com uma churrasqueira e a mesa, já passa a ser vendido milho assado, com um carrinho de mão, a venda de mingau de milho acontece de modo itinerante, como pode ser visto na Figura 70.

Quadro 78: Padrão nº 93 – quiosques de vendas de alimentos.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 93 quiosques de venda de alimentos	Muitos de nossos hábitos e instituições são reforçados pelo fato de que podemos comprar alimentos simples e baratos na rua, quando vamos às compras, ao trabalho ou visitar amigos.	Concentre os quiosques de venda de alimentos nos locais onde os automóveis e as vias de pedestres se encontram – sejam eles estandes móveis, pequenos quiosques fixos ou encravados nas fachadas das edificações, parcialmente abertos para a rua.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Figura 70: Materialização do padrão nº 93.



Fonte: Arquivo pessoal.

Ao observar tudo isso, percebeu-se também que homens e mulheres (padrão nº 27, ver Quadro 79) ocupam todos os espaços harmoniosamente. Não se identificou nenhum espaço que fosse acessado só por um ou por outro. Além disso, o ciclo da vida (padrão nº 26, ver Quadro 80) é bem representado na ocupação, é possível ver crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos circulando. Tudo isso acaba gerando uma diversidade de domicílios (padrão nº 35, ver Quadro 81), já que há diversas configurações familiares: casais com e sem filhos, solteiros, mães solas, tios e sobrinhos, entre tantas outras.

Quadro 79: Padrão nº 27 – homens e mulheres.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 27 homens e mulheres	O mundo urbano da década de 1970 está dividido a partir de linhas sexuais. Os subúrbios são para mulheres, os locais de trabalho, para homens; as creches são para mulheres, as faculdades para homens; os supermercados são para mulheres, as lojas de ferramentas, para homens.	Certifique-se de que cada parte do meio ambiente – cada edificação, espaço aberto, bairro e área de trabalho – seja composta de uma mescla de instintos tanto masculinos quanto femininos. Mantenha este equilíbrio entre o masculino e o feminino em mente em cada projeto, seja sua escala a da cozinha ou a da siderúrgica.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 80: Padrão nº 26 – ciclo da vida.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 26 122 ciclo da vida	All the world's a stage, And all the men and women merely players: They have their exits and their entrances; And one man in his time plays many parts, His acts being seven ages.	Certifique-se de que todo o ciclo da vida esteja representado e equilibrado em cada comunidade. Estabeleça o ideal de um ciclo de vida equilibrado como meta principal para a evolução das comunidades. Isso significa: 1. Que cada comunidade inclua um equilíbrio de pessoas em todas as etapas do ciclo da vida, da primeira infância à terceira idade, bem como toda a diversidade de ambientes necessários para todas estas etapas da vida; 2. Que a comunidade contenha toda a variedade de contextos que marcam de maneira ideal a passagem ritual de uma etapa da vida à outra.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 81: Padrão nº 35 – diversidade de domicílios.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 122 diversidade de domicílios	Nenhuma etapa do ciclo da vida é autossuficiente.	Encoraje o desenvolvimento de um grupo heterogêneo de moradores em cada bairro e em cada conjunto de moradias, de modo que todos os lares com apenas uma pessoa, com casais, famílias com crianças e famílias múltiplas estejam lado a lado.	<p>por exemplo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>moradias com casais: 10%</li> <li>moradias multifamiliares: 15%</li> <li>moradias com uma pessoa: 30%</li> <li>famílias com crianças: 45%</li> </ul> <p>Bairro</p>

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

De acordo com as entrevistas, é comum o aluguel do segundo pavimento das edificações (padrão nº 153 – cômodos para alugar, ver Quadro 82). Há casos de casais que se separam e um passa a viver no primeiro pavimento e o outro no segundo. Por este motivo, de independência entre os pavimentos, as escadas são abertas (padrão nº 158, ver Quadro 83) com acesso direto para a rua. Isso somado ao fato de os gabaritos serem baixos (máximo de 2 pavimentos) reforça o contato direto com a rua (Figura 71). Alexander et al. (2013 [1977]) afirma que dessa forma as escadas funcionam como continuação da via, ou seja, temos escadas com um papel social (padrão nº 133, ver Quadro 84).

Quadro 82: Padrão nº 153 – cômodos para alugar.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 153 cômodos para alugar	À medida que a vida de uma edificação muda, a necessidade de espaço aumenta e a diminui ciclicamente. A edificação deve ter a capacidade de se adaptar a esse crescimento ou a essa redução de necessidade de espaço.	Faça pelo menos parte de uma edificação para ser alugada: crie uma segunda entrada privativa, desvinculada da conexão regular com o resto da casa. Certifique-se de que a entrada regular possa ser acessado diretamente deste ambiente, sem que seja necessário entrar no imóvel principal.	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 83: Padrão nº 158 – escadas abertas.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
padrão nº 158 escadas abertas	As escadas internas reduzem a conexão entre os pavimentos superiores das edificações e a vida na rua de maneira que podem trazer prejuízos sociais enormes.	Livre-se, na medida do possível, das escadas internas das instituições. Conecte diretamente ao solo todos os lares, locais de prestação de serviços públicos, oficinas e escritórios que estejam nos pavimentos superiores das edificações. Faça isso construindo escadas externas que sejam acessadas diretamente pela rua. As escadas podem ser cobertas ou não – dependendo do clima local – mas sempre devem estar abertas no ponto em que alcançam o pavimento térreo, ou seja, não podem ter portas ou portões, para que sejam uma continuação da rua, em termos funcionais. Além disso, não construa corredores internos nos pavimentos superiores: faça grandes patamares ou galerias abertas acessadas por uma única escada que atenda às várias unidades.	<p>escadas externas de acesso público</p>

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 84: Padrão nº 133 – escadas com papel social.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<p><i>padrão nº 133 escadas com papel social</i></p>	<p>Uma escada não é apenas um meio para passar de um pavimento a outro. A escada é, por si só, um espaço, um volume, uma parte da edificação; e, a menos que tal espaço seja animado por meio de alguns recursos, ele será um lugar morto e contribuirá para desconectar a edificação e destruir seus processos sociais.</p>	<p>Coloque a escada principal em uma posição-chave, central e bem visível. Trate a escada como se ela fosse um ambiente (ou, no caso de uma escada externa, como se fosse um pátio central). Projete o ambiente para que a escada e seu ambiente sejam uma unidade indissolúvel, fazendo a escada subir paralelamente a uma das paredes do ambiente ou em L, desenvolvendo-se ao longo de duas paredes. Esparrame a base da escada, use uma balaustrada em vez de um guarda-corpo fechado e degraus mais largos, para que as pessoas que estão descendo se sintam no ambiente inferior antes mesmo de descer da escada, e para que as pessoas usem a escada naturalmente como um lugar para sentar.</p>	

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Figura 71: Materialização dos padrões nº 153, 158 e 133.



Fonte: Arquivo pessoal.

A primeira foto da Figura 71 também ilustra o fato de diversas casas possuírem as calçadas altas. Mesmo o motivo principal sendo para evitar a entrada da água quando há inundações, isso acaba criando o que Alexander et al. (2013 [1977]) chama de bordas da edificação (padrão nº160, ver Quadro 85) que funcionam como um banco do lado de fora da porta principal (padrão nº 242, ver Quadro 86). Como há o costume de sentar na porta para conversar, as calçadas são utilizadas como bancos e quando não há essa possibilidade, são colocadas cadeiras e bancos na porta (Figura 72).

Quadro 85: Padrão nº 160 – bordas da edificação.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 160 bordas da edificação</i>	Na maioria das vezes, uma edificação é considerada como se fosse algo orientado para dentro – voltado para os ambientes internos. As pessoas não costumam ver uma edificação como algo que também deve ser orientado para o exterior.	Lembre-se de tratar a interface da edificação com o exterior como uma “coisa”, um “lugar”, uma zona que tenha volume e não seja meramente uma linha sem espessura. Recorte a fachada da edificação, criando lugares que convidem à permanência das pessoas. Faça lugares que convidem à permanência das pessoas. Faça lugares que tenham profundidade e cobertura, assentos, apoios para as pessoas se encostarem ou espaços para elas caminharem, especialmente naqueles pontos ao longo do perímetro que estão voltados para vistas externas interessantes.	<p>recortes na fachada</p> <p>nichos com alguma profundidade</p> <p>abrigo</p>

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Quadro 86: Padrão nº 242 – banco do lado de fora da porta principal.

PADRÃO	SE (PROBLEMA)	ENTÃO (SOLUÇÃO)	DIAGRAMA
<i>padrão nº 242 banco do lado de fora da porta principal</i>	As pessoas gostam de olhar para a rua.	Construa um banco no lado de fora da porta de entrada, onde os moradores da casa possam se sentar com conforto horas a fio e ver a vida passar. Posicione o banco de modo a definir uma área semiprivada em frente à casa. Uma mureta, floreira ou árvore pode construir para configurar essa zona.	<p>porta de entrada principal da casa</p> <p>espaço privado configurado pelo banco</p> <p>banco</p>

Fonte: Adaptado de Alexander et al. (2013 [1977]).

Figura 72: Materialização dos padrões nº 160 e 242.



Fonte: Acervo Comissão Organizadora Mambembe São Luís 2017 (à esq.) e Arquivo pessoal (à dir.).

**RESULTADOS OBTIDOS  
COM O ESTUDO DE CASO**



## 5. RESULTADOS OBTIDOS COM O ESTUDO DE CASO

Através da compreensão da gênese de surgimento do local, da caracterização da situação fundiária e do reconhecimento do lugar, foi possível compreender o processo de produção sócio-espacial da Portelinha através da análise (1) dos agentes sociais envolvidos, (2) dos conflitos existentes, (3) da regulação deste território, (4) sua morfologia e configuração sócio-espacial e (5) os momentos da sua produção. Como pode ser visto a seguir:

### (1) Os agentes

De acordo com a classificação proposta por Corrêa (1989), os agentes sociais envolvidos na produção sócio-espacial da Portelinha compõem quatro grupos distintos:

- Grupo social excluído: pessoas que estavam sem moradia ou pagando preços altos demais com aluguel e ocuparam um vazio urbano da cidade de São Luís que não cumpria a devida função social da propriedade<sup>72</sup>. Este grupo diverso de pessoas tinha um problema em comum, a moradia, e hoje são os moradores da Portelinha, organizados através da Associação dos Moradores da Comunidade Portelinha Alto do Calhau.

- Proprietário fundiário: o proprietário da área onde se localiza a ocupação urbana Portelinha e que até hoje reivindica a posse da terra.

- Estado: Prefeitura Municipal de São Luís, enquanto ente federativo responsável por legislar sobre a matéria urbana da cidade, inclusive a definição de ZEIS, e por fornecer serviços básicos de infraestrutura; o Estado do Maranhão que alegou não ter capacidade de fazer o reassentamento da população da Portelinha assim que a ocupação começou e que até hoje recorre na justiça para não fazer a regularização fundiária do local; a Defensoria Pública do Maranhão enquanto órgão que tem defendido os direitos da população da Portelinha à moradia digna; os representantes das Comissões de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores e da Assembléia Legislativa do Maranhão que apoiaram politicamente os moradores durante a última liminar de despejo.

- Promotores imobiliários: as construtoras responsáveis pelo *boom* imobiliário que o entorno imediato da ocupação tem sofrido nos últimos quatro anos, que podem gerar

---

<sup>72</sup> Uma propriedade urbana cumpre sua função social quando, além de atender aos interesses do proprietário privado, também atende aos interesses coletivos. Um terreno vazio não cumpre sua função social.

consequências positivas (acesso à serviços, principalmente de mobilidade) e negativas (possível gentrificação<sup>73</sup>) para a população da Portelinha.

## (2) Os conflitos

Tratando-se da sociedade capitalista, em que a terra é uma mercadoria e seu valor de troca sobrepõe o seu valor de uso, a ação dos agentes produtores do espaço resulta em conflitos. Os fundiários se estabelecem em torno da terra urbana (CÔRREA, 2011) e os ambientais decorrem da ocupação de áreas ambientalmente sensíveis que não interessam ao mercado formal (MARICATO, 2015). Estes dois tipos de conflitos são os mais latentes na Portelinha.

O primeiro conflito identificado na área diz respeito à posse da terra: de um lado o proprietário da área reivindica a posse enquanto a ocupação, que surgiu há mais de 13 anos, já está consolidada, estabelecida e tem resistido, inclusive aos três mandados de reintegração de posse que foram expedidos ao longo desse tempo.

O segundo conflito envolve o Estado do Maranhão que primeiramente alegou não ter capacidade de fazer o reassentamento da população da Portelinha assim que a ocupação começou e que, após o pleito da Defensoria Pública passar a ser a regularização fundiária e não o reassentamento – devido ao grau de consolidação do local – foi condenado a fazer a regularização, mas até hoje recorre da decisão na justiça.

O terceiro conflito diz respeito ao que a legislação urbanística vigente prevê e incentiva na área e a realidade da ocupação. Como há uma divergência entre os índices urbanísticos previstos e o que de fato foi construído e está consolidado, se reforça a necessidade da delimitação do local enquanto ZEIS, o que contribuirá para trazer para a regularidade este parque habitacional que não está nos moldes do que a legislação prevê, mas que é legítimo por ser resultado da luta por um direito fundamental: o direito à moradia.

O quarto conflito é ambiental e diz respeito ao córrego que corta a ocupação de norte a sul. Devido à falta de infraestrutura urbana, principalmente no que diz respeito à coleta de resíduos e manejo de dejetos, o córrego é poluído e repleto de lixo, o que é um grande problema, principalmente no período de chuvas, quando o córrego transborda e a ocupação inunda. A análise do índice pluviométrico mostrou uma certa desregulação quando

---

<sup>73</sup>Gentrificação é o nome dado ao fenômeno urbano onde a revitalização de uma área ou mesmo construção de novos empreendimentos resulta na “expulsão” dos moradores locais, que com a valorização não conseguem se manter no local.

comparados às normais climatológicas, há períodos em que tem chovido bem mais do que geralmente chove, o que somado ao solo da região que se caracteriza por não possuir uma boa drenagem, contribui para o agravamento da situação.

### (3) A regulação

Costa (2020) aponta a irregularidade fundiária como a única maneira encontrada por diversas famílias para assegurar o acesso à moradia, direito essencial não garantido a todos pelo Estado. A história da Portelinha é expressão desse processo de luta e resistência tão presente nas cidades brasileiras. A justiça condenou, no ano de 2015, o Estado do Maranhão a promover a regularização fundiária da ocupação, mas o processo segue em andamento com o Estado recorrendo da decisão. Este processo é movido pela Defensoria Pública, que inicialmente pleiteava o reassentamento da população. Com o Estado do Maranhão alegando não ter condições para realizar o referido reassentamento e com a ocupação se consolidando cada vez mais, o pleito passou a ser de regularização fundiária da área. Paralelo a este processo, há um outro em andamento, que trata de reintegração de posse e é movido pelo proprietário da área. Já foram expedidas três ordens de despejo da população, o que reforça os conflitos fundiários existentes.

O território atualmente não é considerado ZEIS, o que se deve ao fato da legislação que regulamenta as ZEIS na cidade ter sido criada 16 anos do seu surgimento. Entretanto, a área possui todas as características para ser definida como tal, o que além de contribuir para o processo de regularização fundiária do local, também garante o direito à cidade e à terra urbana pleiteado pelos moradores da ocupação.

### (4) A morfologia e configuração sócio-espacial

Quanto ao que foi produzido em termos de morfologia e configuração sócio-espacial, a Portelinha possui um traçado viário orgânico com forte presença de ruas sem saída, que emergiu a medida em que os lotes foram sendo delimitados. As ruas são estreitas e em diversos trechos só é possível a circulação a pé ou de bicicleta ou moto. Os lotes próximos ao córrego foram conformados seguindo e respeitando seu curso. O tamanho dos lotes e dos quarteirões é bastante variado. Os lotes em sua maioria possuem testada pequena, ou seja, são estreitos e compridos, o que resulta em quarteirões curtos. O gabarito da área não ultrapassa dois pavimentos e há uma forte presença de escadas abertas do lado de fora da edificação, o que mostra a independência de um pavimento ao outro.

Não é comum espaços de transição entre as casas e a rua, as aberturas dão direto para o lado externo, o que reforça a relação interior-exterior. Os recuos entre as edificações são mínimos, devido a maximização do uso do solo (LOUREIRO, 2017). As ruas sem saída criam uma sensação de fechamento, o que as transforma em uma área externa coletiva comum aos moradores daquele espaço. Por representarem 50% das vias locais, as ruas sem saída são utilizadas por quem de fato se destina a elas, as pessoas não “passam” pela rua, elas “vão” até ela. Não há nenhuma praça ou equipamento público na ocupação, o que contribui para maior utilização e apropriação das ruas: ela é palco das brincadeiras, jogos e esportes praticados pelas crianças, nela são colocadas mesas e cadeiras dos bares e lanchonetes, nela são realizados festas e blocos de carnaval, é o local onde as pessoas se reúnem para jogar baralho e conversar. A forte relação com a rua resulta em um grande fluxo de pessoas ocupando-as, o que somado ao formato do traçado viário contribuem para uma relação harmoniosa entre pedestres e veículos.

Esta caracterização foi feita através da identificação dos padrões espaciais definidos por Alexander et al. (2013 [1977]), que neste caso emergem da autourbanização e autoconstrução. Não são os padrões de forma isolada, mas sim a associação dos 44 padrões identificados que contribui para que a Portelinha se conforme de modo a gerar espaços vivos, com convívio social ativo, relações de vizinhança bem estabelecidas, uso e apropriação dos espaços públicos (que se resumem às ruas), urbanidade e vitalidade urbana.

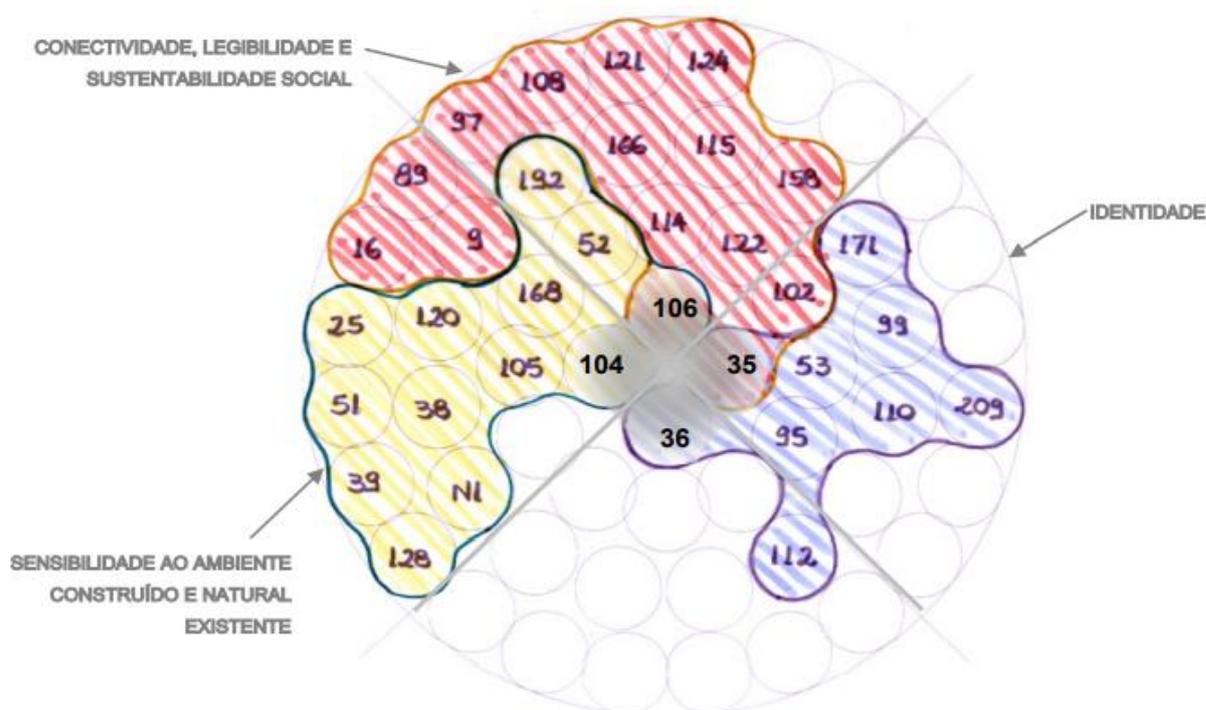
Os resultados encontrados validam diversos achados da pesquisa de Loureiro (2017) sobre a configuração espacial das favelas. Vale ressaltar que cada ocupação apresenta particularidades devido ao seu processo de produção e consolidação. A caracterização da Portelinha reafirma a análise feita pela autora principalmente no que diz respeito à estruturação do espaço interno por meio de uma centralidade que conecta com o exterior; à geometria compacta; aos quarteirões irregulares; à estrutura espacial orgânica; à estrutura fundiária heterogênea; à implantação em terrenos de pouco declive, no meio da mancha urbana contínua, próximo à cursos d'água e com sensibilidade ambiental; à clara hierarquia viária e à boa compreensão da noção de lugar.

A observação a nível local por meio dos padrões de Alexander et al. (2013 [1977]), além de verificar todas estas características, também permitiu identificar que a dinâmica sócio-espacial da Portelinha corrobora com conceito de senso de urbanidade, definido por Barros (2008, p. 85), em que os locais devem proporcionar

a vivacidade urbana que pressupõe o combate à setorização excessiva de usos, à segregação social e à dificuldade de locomoção; a percepção de um sentido de lugar em sintonia com o entorno a partir da conformação e articulação dos espaços externos; as funções psicológicas de orientação e identificação.

Na Figura 73 abaixo, é possível ver os padrões identificados por Barros (2008) como constituintes do senso de urbanidade. Segundo a autora, alcançar este senso perpassa por três aspectos fundamentais: sensibilidade ao ambiente construído e natural existente; conectividade, legibilidade e sustentabilidade social; e identidade.

Figura 73: Arranjo dos conceitos que constituem o Senso de Urbanidade definido por Barros (2008).



Fonte: Barros (2008).

Mesmo que o estudo da autora tenha tido como referência habitações coletivas, as características apontadas como integrantes do conceito humanizador de urbanidade, também foram identificadas na Portelinha. Por se tratar de objetos distintos, com processos de produção diferenciados, a rede de padrões que se estabelece e gera as referidas características, não é a mesma. Apesar disso, há alguns padrões comuns às duas experiências, como pode ser visto na Figura 74.



precária, tendo em vista que a área é servida de apenas três linhas de ônibus e os pontos são bem distantes. Essa precariedade se deve ao fato de se tratar de uma área nobre, onde esse serviço não é requisitado pela população de alta renda que costuma ter carro próprio. Isso contribui para a criação de algumas práticas comuns na ocupação, principalmente a de andar longas distâncias para acessar serviços ou de contar com os vizinhos que possuem moto para caronas.

O segundo momento, das representações do espaço (espaço concebido) (LEFEBVRE, 2013 [1974]) mostra a dualidade entre as representações existentes na Portelinha e no seu entorno. De um lado temos o espaço concebido pelos técnicos onde a legislação vigente define que a área onde a Portelinha se insere está em processo de consolidação por ser propícia ao adensamento e à expansão, ou seja, é uma área que possui condições favoráveis à investimentos imobiliários particulares (SÃO LUÍS, 2006). Por investimentos imobiliários particulares entende-se condomínios horizontais e verticais que promovem a segregação e alienação social. Os grandes muros criam para quem está dentro uma falsa sensação de segurança enquanto geram, do lado de fora, trechos enormes de vias sem qualquer resquício de vida social ativa. Por outro lado, temos a representação do espaço concebida pela população que ocupou a área através de um processo marcado pela autogestão, auto-organização, autoconstrução e autourbanização, que resultou num território marcado por convívio social ativo, com grande utilização das ruas, com fortes relações de vizinhanças e com tênue diferenciação entre público e privado.

O terceiro momento, dos espaços de representação (espaço vivido) (LEFEBVRE, 2013 [1974]), mostra o ideário que se tem sobre o espaço por parte dos seus moradores e usuários: apesar dos problemas de infraestrutura enfrentados, todos adoram morar na Portelinha e não tem a menor vontade de se mudar para qualquer outro lugar.

### **5.1 Definição de diretrizes para o projeto de urbanização da área**

Todos os aspectos supracitados caracterizam a produção e dinâmica sócio-espacial da Portelinha e permitem estabelecer diretrizes para o seu projeto de urbanização, que é parte integrante da regularização fundiária. Vale ressaltar que a área possui diversas qualidades espaciais resultantes da sua morfologia, ou seja, a forma como foram traçadas e conformadas as ruas, quadras e edificações contribuíram para seu elevado grau de urbanidade e vitalidade urbana. Tendo em vista o grau de consolidação do lugar, o projeto de urbanização da área não precisa objetivar sanar problemas configuracionais visto que a configuração resulta em um

lugar apreciado por seus usuários e onde se identifica a “qualidade sem nome” definida por Alexander (1979). As diretrizes foram estabelecidas com o intuito de sanar problemas infraestruturais, que no caso da Portelinha dizem respeito principalmente ao saneamento.

De todo modo, os aspectos configuracionais permeiam as diretrizes, uma vez que fornecer a infraestrutura adequada reforça o que está posto no território e fortalece as qualidades apreciadas. Um exemplo disso é a pavimentação de vias e implantação de mobiliário urbano que vai ressaltar e estimular ainda mais a forte relação existente com a rua, o grande fluxo de pessoas ocupando-as, além da harmoniosa relação estabelecida entre pedestres e veículos, ou seja, dotar o traçado viário de infraestrutura evidencia ainda mais suas qualidades. O Quadro 87 abaixo traz as diretrizes estabelecidas:

Quadro 87: Diretrizes para o projeto de urbanização da Portelinha.

→	PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS COM A UTILIZAÇÃO DE PISOS PERMEÁVEIS E DRENANTES
→	CONSTRUÇÃO OU MANUTENÇÃO DAS PONTES EXISTENTES
→	RECUPERAÇÃO DO CÓRREGO
→	UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM ALTERNATIVOS
→	MANEJO COMUM OU ALTERNATIVO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
→	IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO
→	IMPLANTAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO
→	IMPLANTAÇÃO DE ESPAÇO DE LAZER EM ALGUMA ÁREA LIVRE (LOTE)
→	PREVER ÁREAS PARA A IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS BÁSICOS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
→	FORNECER CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE ÀS EDIFICAÇÕES, EM ESPECIAL, ÀS PALAFITAS

Fonte: Elaborado pela autora.

Tendo em vista que o método desenvolvido neste trabalho tem a intenção de caracterizar a dinâmica sócio-espacial das ocupações urbanas e estabelecer diretrizes projetuais a serem levadas em conta durante a elaboração do projeto de urbanização, mas não tem o foco na elaboração do projeto, sugere-se o uso da metodologia desenvolvida e utilizada pelo Grupo de Pesquisa e Extensão “Periférico, Trabalhos Emergentes” para desenvolvimento dos projetos de urbanismo.

Considerando o conceito de adequação sociotécnica – AST no qual os sujeitos do conhecimento científico compartilham seus códigos técnicos com os sujeitos sociais organizados, gerando o conceito de “interacionismo pedagógico e sociotécnico”, o processo de projeto do Periférico é dividido em 5 etapas que são inter-relacionadas: (1) análise do contexto físico e social com envolvimento da população local de acordo com as dimensões da sustentabilidade; (2) elaboração e sistematização de

padrões espaciais e de acontecimentos a partir das informações levantadas; (3) oficinas de participação, mapas mentais, mapas afetivos e jogo dos padrões (4) construção de cenários, propostas alternativas do estudo preliminar para tomada de decisão (5) entrega do caderno técnico ilustrado. (ANDRADE et al., 2019, p. 14)

O levantamento sócio-espacial aqui proposto contribuirá em alguns aspectos para a elaboração da primeira e segunda etapa da metodologia adotada pelo grupo, mas não as substitui uma vez que os enfoques são diferentes. A utilização das dimensões da sustentabilidade desenvolvida por Andrade e Lemos (2015) compõe a metodologia do grupo e é fundamental para os processos de elaboração de projetos urbanos uma vez que as autoras desenvolveram princípios, critérios e indicadores que embasam e guiam o estudo das dimensões.

Por se tratar de uma área ambientalmente sensível, os padrões espaciais desenvolvidos por Andrade (2014) para o desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem são indicados para solucionar os problemas de saneamento existentes e melhorar a relação entre as pessoas e o meio em que estão inseridas, principalmente no que diz respeito a relação com a água (córrego existente) e ao manejo de resíduos sólidos. Dentre os 38 padrões elaborados por Andrade (2014), 20 foram identificados como aplicáveis ao projeto de urbanização da Portelinha (Quadro 88). A maioria dos padrões não aplicáveis, se devem ao tamanho do local e ao seu grau de consolidação.

Quadro 88: Padrões espaciais aplicáveis ao desenho urbano sensível à água na Portelinha.

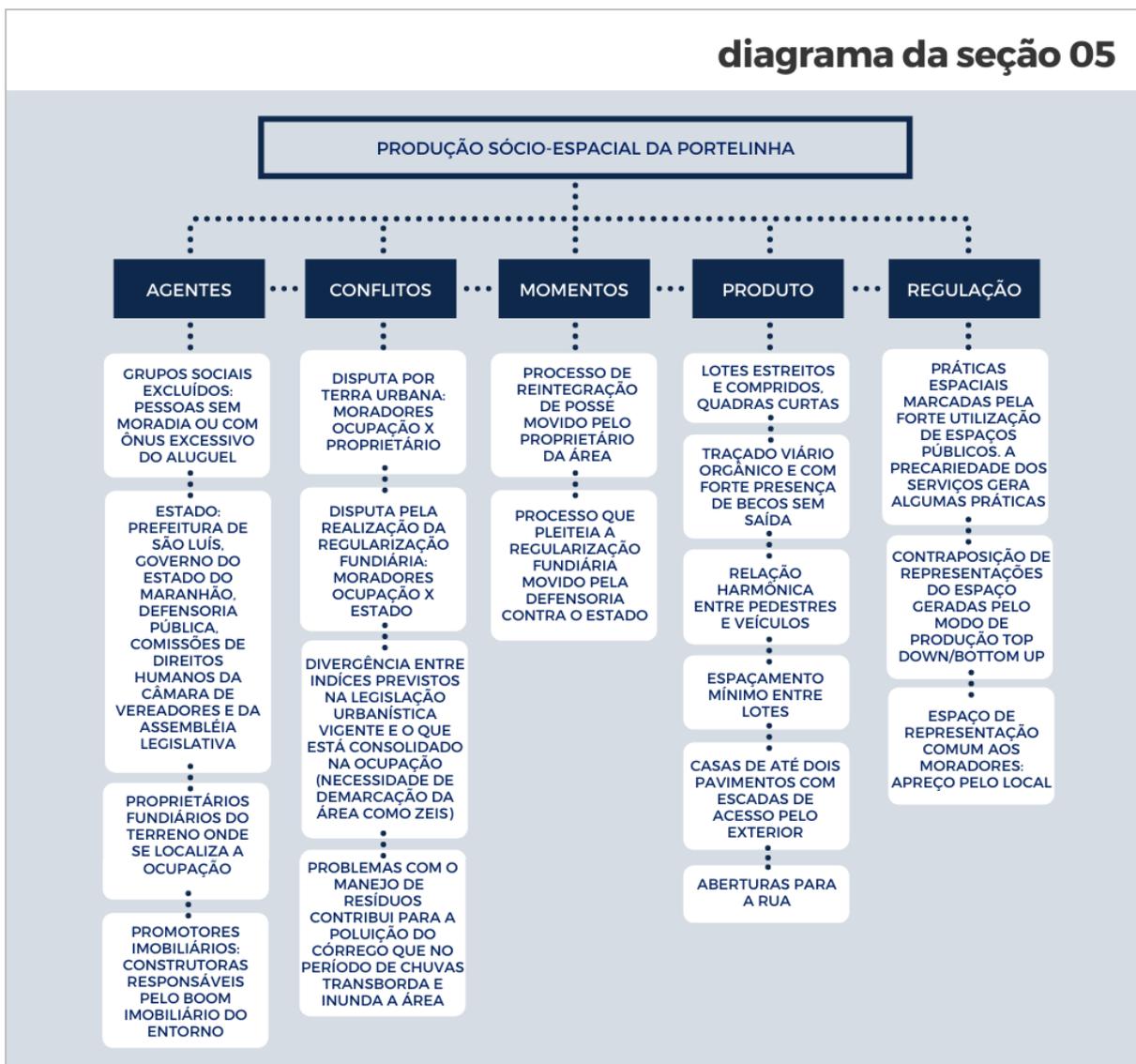
<b>PADRÕES ESPACIAS DESENVOLVIDOS POR ANDRADE (2014)</b>		
<b>PADRÕES GLOBAIS QUE DEFINEM A PAISAGEM E A HETEROGENEIDADE ESPACIAL DOS ECOSISTEMAS</b>	<b>PADRÕES GLOBAIS QUE DEFINEM A COMUNIDADE, BAIRROS E AGRUPAMENTO DE EDIFICAÇÕES</b>	<b>PADRÕES LOCAIS PARA AGRUPAMENTO DE EDIFICAÇÕES OU EDIFICAÇÕES NO LOTE</b>
A.1 Visão holística transdisciplinar dos fluxos de água (incas)	A.17 Tráfego calmo - (LID)	A.25 Casas sensíveis à água - (WSUD)
A.2 Sobreposição de zoneamentos das dimensões morfológicas dos lugares (LID e DIMPU)	A.18 Biovaletas ou valas com vegetação e faixas de proteção (WSUD)	A.27 Tanques de águas pluviais em domicílios para uso em descarga de banheiro - (WSUD)
A.7 Reabilitação de canais de água - (WSUD)	A.19 Jardins de chuva - (WSUD)	A.30 Iniciativas de conservação de água - (WSUD)
A.8 Parques lineares e corredores verdes - (HERZOG)	A.20 Covas de árvores de jardins chuva - (WSUD)	A.31. Sistema de reutilização de águas cinza (ECOSANEAMENTO)
A.10 Bioengenharia ou engenharia leve	A.21 Pavimentos porosos - (WSUD)	A.32. Tanque de evapotranspiração (ECOSANEAMENTO)
	A.22 Trincheiras de infiltração	A.33. Banheiros de compostagem (ECO SANEAMENTO)
	A.23 Ruas compartilhadas	A.35. Armadilhas de Poluentes Brutos (GPTs) - (WSUD)
	A.24 Praças pequenas de bairro para infiltração	

Fonte: Adaptado de Andrade (2014).

## 5.2 Diagrama da seção 5

Os resultados obtidos com a aplicação do método proposto apontaram para a Portelinha como uma ocupação urbana cujo processo de produção sócio-espacial envolve (1) um grupo social excluído, um proprietário fundiário, vários agentes do Estado e promotores imobiliários. A (2) relação entre agentes e entre agentes e o meio natural é marcada por conflitos, principalmente fundiários e ambientais. A (3) regulação deste território está sendo disputada na justiça, uma vez que o Estado do Maranhão foi condenado a fazer a regularização fundiária do local, mas até hoje recorre da decisão. Ao mesmo tempo, o proprietário da área pleiteia na justiça a sua reintegração de posse. Quanto ao que foi produzido em termos de morfologia urbana, (4) a Portelinha possui lotes estreitos e compridos, cuja conformação resultou em quadras curtas e traçado viário orgânico, com forte presença de ruas sem saída. As vias estreitas não possibilitam o acesso de carros em diversos trechos da ocupação, o que gera uma relação harmônica entre pedestres e veículos. O espaçamento entre lotes é mínimo e a maioria das casas possui dois pavimentos. É comum a independência dos pavimentos com escadas de acesso pelo exterior da edificação. As aberturas são feitas para a rua, o que reforça a relação público-privado. O (5) momento da produção do espaço ligado a produção material, mostra que a configuração do espaço contribui para que as práticas espaciais sejam marcadas pela forte utilização dos espaços públicos – que se resumem às ruas -, e a tênue diferenciação entre público e privado. O nível de apropriação e utilização do espaço é grande, o que reforça as relações de vizinhança. Os serviços básicos de infraestrutura são precários o que cria algumas práticas, principalmente a de andar longas distâncias para acessar serviços. Já a produção de conhecimento mostra a contraposição entre o modelo de representação espacial que surge por meio de um saber reflexivo, que se materializa no entorno contribuindo para a segregação, e o modelo irreflexivo, que surge através de um saber implícito e popular, que reforça as relações de vizinhança e estabelece um sentido de lugar, utilizado e apropriado. Já a produção de significado mostra que as práticas de autoconstrução e autourbanização resultam em um grande grau de apropriação e apreço pelo lugar. O Quadro 89 traz a esquematização dos resultados obtidos:

Quadro 89: Diagrama da seção 05.



Fonte: Elaborado pela autora.

# CONCLUSÃO



## 6. CONCLUSÃO

A realização desta pesquisa iniciou a partir da crise urbana que as cidades têm enfrentado e o grande parque habitacional produzido informalmente. A “cidade sem arquiteto” que se almejou conhecer e estudar é formada por territórios que surgem por meio de processos *bottom-up*, aqui entendidos como ocupações urbanas - sinônimos de favelas -, onde emergem padrões espaciais da autourbanização e da autoconstrução. A regulação destes territórios é reforçada pela sua definição como ZEIS e feita através da regularização fundiária, a qual diz respeito tanto aos aspectos jurídicos dos imóveis quanto ao provimento de infraestrutura urbana, prestação de serviços públicos e o desenvolvimento de ações de geração de emprego e renda, que garantam a permanência dos moradores em condições dignas.

A atuação profissional quando lida com estes territórios costuma ser marcada por embates entre o conhecimento técnico e científico e o conhecimento irreflexivo e popular, o que acaba reforçando a necessidade de compreender as dinâmicas sócio-espaciais destes espaços para que a atuação seja capaz de reforçar as práticas existentes e fortalecer a autonomia dos moradores. Tudo isso levou à seguinte pergunta de pesquisa: **Como desenvolver um método de levantamento sócio-espacial capaz de contribuir no processo de luta pelo direito à cidade e à moradia enfrentado pelos moradores de ocupações urbanas?**

A hipótese é que *através da compreensão do processo de produção sócio-espacial das ocupações urbanas é possível desenvolver um método capaz de caracterizar a dinâmica sócio-espacial das ocupações urbanas e estabelecer diretrizes para a criação de um projeto de urbanização que legitime as práticas existentes. Os projetos de urbanismo emergentes são fundamentais para o processo de regularização fundiária, por isso, auxiliam no processo de luta pelo direito à moradia e à cidade.*

A fim de responder à pergunta da pesquisa, foi definido o objetivo geral de construir e sistematizar um método de levantamento sócio-espacial pautado em escalas, a “visão de sobrevoo” e o “olhar de perto”, que permitisse compreender e caracterizar a produção sócio-espacial de assentamentos que surgem por meio de processos *bottom-up*, pautados na auto-organização, autogestão, autoconstrução e autourbanização, além de contribuir no processo de regularização fundiária destes assentamentos, tendo como estudo de caso a ocupação urbana Portelinha, localizada em São Luís do Maranhão. Além disso, foram definidos os objetivos específicos e cada seção do trabalho foi desenvolvida com o intuito de atingir cada um destes objetivos.

A primeira seção do trabalho apresentou a pesquisa trazendo a sua problemática, a delimitação do objeto de estudo, a justificativa, revisão de literatura, estado da arte, pergunta de partida, objetivos e a metodologia adotada.

A segunda seção foi desenvolvida com o intuito de abordar algumas teorias para compreender o processo de produção sócio-espacial das ocupações urbanas. Com base no estudo do referencial teórico, principalmente das obras de Corrêa (1989), Carlos (2011), Lefebvre (2013 [1974]), Maricato (2015), Loureiro (2017), Alexander et al. (2013 [1977]), Andrade (2014), Barros (2008), Costa (2020) e Vianna (2020), foi possível montar um roteiro dos principais aspectos desta produção a serem analisados: (1) os agentes sociais envolvidos, (2) os conflitos existentes, (3) a regulação destes territórios, (4) sua morfologia e configuração sócio-espacial e (5) os momentos da sua produção.

A terceira seção do trabalho foi dedicada à articulação de técnicas e procedimentos para criação de um método de levantamento sócio-espacial com base nas teorias estudadas anteriormente, no intuito de materializar a compreensão dos processos de produção sócio-espacial nas ocupações urbanas. A construção e sistematização do referido método foi norteadas por quatro definições principais: **o que** deve ser feito, **porque** deve ser feito, **como** deve ser feito e os **produtos** obtidos. Além destas definições, o método foi desenvolvido tendo como referência a articulação de escalas: a “visão de sobrevoo” e o “olhar de perto”. Como apontado por Souza (2007, 2011), cada escala de análise registra determinados aspectos da realidade o que torna a combinação de escalas extremamente importante para compreensão do todo. A “visão de sobrevoo” permitiu uma análise “de longe”, que gerou uma perspectiva global, enquanto o “olhar de perto” foi feito ao se adentrar no território, o que permitiu um contato mais humano e próximo da realidade. Cada escala permitiu identificar diferentes nuances e aspectos do território, da sua população e do seu modo de vida. A articulação de escalas garantiu uma análise completa do conjunto.

A quarta seção do trabalho destinou-se à aplicação do método estabelecido e proposto anteriormente. A primeira etapa do método dizia respeito à compreensão da gênese de surgimento do local, o que tratou primeiramente de (1) compreender o processo de urbanização da cidade, para posteriormente (2) compreender o processo de surgimento da ocupação em questão. Através destas análises foi possível identificar os agentes sociais envolvidos no processo de surgimento da ocupação e alguns dos conflitos enfrentados durante esse início.

A segunda etapa tratou da análise da situação fundiária, o que permeou dois aspectos: (1) a análise da legislação urbanística e ambiental vigente e a (2) identificação da situação fundiária da área em questão. A identificação do que consta no marco jurídico para a área, sua comparação com o que está consolidado no território e a caracterização da situação fundiária, permitiu identificar o estágio da regulação do território e os diversos conflitos fundiários existentes. Durante a obtenção de informações sobre a situação fundiária, que foi pensada inicialmente para ser realizada apenas por meio de entrevistas com as lideranças comunitárias, ficou clara a dificuldade das lideranças de utilizar termos jurídicos e de reconstruir o trâmite do processo, o que é natural devido à sua complexidade. Isso acrescentou à pesquisa, a necessidade de acessar informações oficiais dos processos, as quais foram obtidas em publicações oficiais (Diário de Justiça) e no site do Tribunal de Justiça.

A terceira e última etapa do método contemplava o reconhecimento do lugar para (1) caracterizar a população e o território e (2) suas práticas espaciais. Os dados censitários permitiram descrever os agentes sociais que utilizam o espaço e as condições de utilização, em termos de infraestrutura. A identificação de padrões foi fundamental para compreender o que foi produzido em termos de morfologia e configuração sócio-espacial. Os padrões permitiram relacionar o ambiente construído com as relações sociais, ou seja, o produto com o agente social produtor. O somatório de todas as etapas, permitiu identificar os momentos da produção espacial, definidos por Lefebvre (2013 [1974]).

Na quinta seção do trabalho além de apresentar de forma sistematizada todos os resultados obtidos com a aplicação do método na Portelinha, também foram elencadas as diretrizes para o projeto de urbanização da área, que é parte integrante do processo de regularização fundiária. Uma vez que os problemas infraestruturais são o foco do projeto, principalmente no que tange ao saneamento básico, foram identificados 20 padrões espaciais desenvolvidos por Andrade (2014) para o desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem, que são indicados para solucionar os problemas de saneamento existentes e melhorar a relação entre as pessoas e o meio em que estão inseridas, sobretudo no que diz respeito a relação com a água (córrego existente) e ao manejo de resíduos sólidos. Os aspectos configuracionais da área resultam em qualidades espaciais que através do provimento de infraestrutura serão mantidas e valorizadas.

De um modo geral, a aplicação do método proposto permitiu a análise e caracterização dos aspectos definidos como fundamentais para compreensão da produção sócio-espacial de uma ocupação, sendo capaz de caracterizar a dinâmica local e estabelecer

diretrizes para futuros projetos de urbanização. As informações obtidas têm grande potencial de contribuir no processo de luta pelo direito à moradia e à cidade que a população da Portelinha enfrenta desde 2008, o que confirma a hipótese levantada. A pergunta da pesquisa foi respondida ao longo do trabalho através do processo de construção e sistematização do método proposto. Nos Quadro 90, Quadro 91 e Quadro 92 abaixo é possível visualizar a esquematização de cada etapa do método proposto, já com as alterações resultantes da sua aplicação:

Quadro 90: Versão final da etapa 01 do método proposto.

<b>entender a gênese de surgimento do local</b>		
	<b>A VISÃO DE SOBREVOO</b>	<b>O OLHAR DE PERTO</b>
<b>O QUE?</b>	COMPREENDER O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE	COMPREENDER O PROCESSO DE SURGIMENTO DA OCUPAÇÃO
<b>PORQUE?</b>	É FUNDAMENTAL CONHECER O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE PARA ASSIMILAR EM QUE CONTEXTO O SURGIMENTO DAS OCUPAÇÕES URBANAS VAI SE INSERIR	PERMITE A IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES E GRUPOS SOCIAIS QUE ATUAM/ATUARAM NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DA ÁREA, SUAS MOTIVAÇÕES, COMO SE ORGANIZARAM, ETC.
<b>COMO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL</li> <li>• ELABORAÇÃO DE MAPAS</li> <li>• ANÁLISE DE IMAGENS DE SATÉLITE</li> <li>• ANÁLISE DE DADOS CENSITÁRIOS SOBRE OS AGSN DA CIDADE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTREVISTAS COM OS PRIMEIROS OCUPANTES</li> <li>• ELABORAÇÃO DE MAPAS</li> <li>• ANÁLISE DE IMAGENS DE SATÉLITE</li> </ul>
<b>PRODUTO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• HISTÓRICO DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE</li> <li>• MAPA EVOLUÇÃO URBANA</li> <li>• MAPA AGSN DA CIDADE</li> <li>• MAPA SOBREPOSIÇÃO EVOLUÇÃO URBANA + AGSN</li> <li>• CARACTERIZAÇÃO DOS AGSN DA CIDADE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PANORAMA DO SURGIMENTO DA OCUPAÇÃO</li> <li>• MAPA DE LOCALIZAÇÃO</li> <li>• SÉRIE HISTÓRICA DE IMAGENS DE SATÉLITE COM A EVOLUÇÃO URBANA DA ÁREA</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 91: Versão final da etapa 02 do método proposto.

<b>caracterizar a situação fundiária</b>		
	<b>A VISÃO DE SOBREVOO</b>	<b>O OLHAR DE PERTO</b>
<b>O QUE?</b>	<b>ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA EXISTENTE</b>	<b>IDENTIFICAR A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA DA OCUPAÇÃO</b>
<b>PORQUE?</b>	<b>CONHECER O QUE A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA PREVÊ PARA O ESPAÇO LEVA A IDENTIFICAR CONFLITOS ENTRE O MARCO JURÍDICO E O QUE ESTÁ POSTO NA PRÁTICA</b>	<b>A SITUAÇÃO FUNDIÁRIA VAI DEFINIR EM QUE MOMENTO A OCUPAÇÃO SE ENCONTRA NA LUTA PELO DIREITO À MORADIA E À CIDADE</b>
<b>COMO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• LEVANTAMENTO E ESTUDO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL VICENTE</li> <li>• COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES URBANÍSTICOS PREVISTOS E EXISTENTES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ENTREVISTAS COM AS LIDERANÇAS</li> <li>• BUSCA POR PUBLICAÇÕES OFICIAIS SOBRE OS PROCESSOS JURÍDICOS EM ANDAMENTO, CASO HAJA ALGUM</li> </ul>
<b>PRODUTO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• DEFINIÇÕES DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL VICENTE PARA A ÁREA</li> <li>• TABELA COMPARATIVA (ZONA X OCUPAÇÃO)</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS CONFLITOS EXISTENTES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IDENTIFICAÇÃO DO ESTÁGIO ATUAL DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA</li> <li>• PANORAMA SOBRE A SITUAÇÃO DE PROCESSOS JURÍDICOS, CASO HAJA ALGUM</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS CONFLITOS EXISTENTES</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 92: Versão inicial da etapa 03 do método proposto.

<b>realizar o reconhecimento do lugar</b>		
	<b>A VISÃO DE SOBREVOO</b>	<b>O OLHAR DE PERTO</b>
<b>O QUE?</b>	<b>CARACTERIZAR A POPULAÇÃO E O TERRITÓRIO</b>	<b>CARACTERIZAR AS PRÁTICAS ESPACIAIS DO LUGAR</b>
<b>PORQUE?</b>	<b>É IMPORTANTE OBTER INFORMAÇÕES SOBRE O LOCAL E SUA POPULAÇÃO PARA QUE A INSERÇÃO NO TERRITÓRIO SEJA DE FORMA CONSCIENTE EM RELAÇÃO A REALIDADE</b>	<b>DESSE MODO É POSSÍVEL RELACIONAR A MORFOLOGIA COM O MODO DE VIDA E A MANEIRA COMO AS RELAÇÕES SOCIAIS SE ESTABELECEM, ALÉM DE ASSOCIAR DECISÕES ARQUITETÔNICAS COM O DESEMPENHO DOS LUGARES</b>
<b>COMO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ANÁLISE DE DADOS CENSITÁRIOS (POPULAÇÃO E INFRAESTRUTURA)</li> <li>• ELABORAÇÃO DE MAPAS</li> <li>• ANÁLISE DE IMAGENS DE SATÉLITE</li> <li>• ANÁLISE DE DADOS GEOGRÁFICOS</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE PADRÕES</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• INSERÇÃO NO TERRITÓRIO</li> <li>• VISITAS IN LOCO</li> <li>• OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE</li> <li>• ENTREVISTAS COM MORADORES E USUÁRIOS DO LOCAL</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE PADRÕES</li> </ul>
<b>PRODUTO?</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA POPULAÇÃO</li> <li>• DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA LOCAL</li> <li>• MAPAS DE MACRO PARCELA, MICRO PARCELA E TRAÇADO VIÁRIO</li> <li>• MAPAS DE SOLO, HIPSOMETRIA, DECLIVIDADE E CURSOS D'ÁGUA</li> <li>• SÉRIE HISTÓRICA DE IMAGENS (ANTES E DEPOIS DA ANTROPIZAÇÃO)</li> <li>• IDENTIFICAÇÃO DE POSSÍVEIS VULNERABILIDADES AMBIENTAIS</li> <li>• DESCRIÇÃO DOS PADRÕES IDENTIFICADOS E DA MANEIRA COMO SE APRESENTAM NO MEIO CONSTRUÍDO</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• RESULTADOS DAS ENTREVISTAS COM A POPULAÇÃO</li> <li>• DESCRIÇÃO DOS PADRÕES IDENTIFICADOS E DA MANEIRA COMO SE APRESENTAM NO MEIO CONSTRUÍDO, ILUSTRADAS ATRAVÉS DE IMAGENS</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para um melhor entendimento das lógicas e processos da produção sócio-espacial das ocupações urbanas, visto que compreender o desempenho da arquitetura contribui diretamente para melhoria da sua prática e as ocupações urbanas apresentam verdadeiras lições de urbanismo com as quais pode-se aprender bastante. Além disso, tem-se o intuito de colaborar em alguma medida com a ressignificação do papel do arquiteto e urbanista na luta pelo direito à moradia e à cidade, principalmente nos processos de regularização fundiária.

Tendo em vista que o conhecimento científico avança à medida em que é compartilhado e aprimorado, vislumbra-se alguns desdobramentos da pesquisa à medida em que o método proposto for sendo aplicado, pois só assim será possível aperfeiçoá-lo. A forma como o método foi desenvolvido e a adequação feita para sua aplicação no contexto da pandemia, demonstram sua flexibilidade, o que o torna capaz de se adequar a diferentes realidades, seja de obtenção de dados ou mesmo de aspectos a serem considerados.

Além dos desdobramentos decorrentes de futuras aplicações do método, mostra-se pertinente aprofundar ainda mais o modo como a produção do espaço e a articulação de padrões espaciais configuram as relações sociais e os modos de vida que se estabelecem. A utilização das ferramentas da Sintaxe Espacial para medir e quantificar o que se identifica através dos padrões espaciais, parece uma boa alternativa para refinar e aperfeiçoar ainda mais o método. Percebe-se a Sintaxe como uma forma de enriquecer a abordagem desenvolvida por Alexander et al. (2013 [1977]), além de contribuir para a replicação do método, uma vez que é capaz de legitimar e confirmar os resultados obtidos por meio da identificação de padrões espaciais.

# **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDER et al. **Uma Linguagem de Padrões (A Pattern Language)**. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre, Bookman, 2013 [1977].

ALEXANDER, Christopher. **The timeless way of building**. New York: Oxford University Press, 1979.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **CONEXÕES DOS PADRÕES ESPACIAIS DOS ECOSISTEMAS URBANOS: A construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem**. Brasília, 2014. Tese (Doutorado) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2014.

ANDRADE, Liza Maria Souza de; LEMOS, Natália da Silva. Qualidade de projeto urbanístico: sustentabilidade e qualidade da forma urbana. *In*: BLUMENSCHNEIN, Raquel Naves; PEIXOTO, Elaine Ribeiro; GUINANCIO, Cristiane (org.). **Avaliação da qualidade da habitação de interesse social: projetos arquitetônicos e urbanístico e qualidade urbanística**. 1. ed. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: UnB, 2015. cap. 1, p. 19-96.

ANDRADE, Liza *et al.* ADEQUAÇÃO SOCIOTÉCNICA PARA PROJETOS DE URBANISMO PARTICIPATIVO DO GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO PERIFÉRICO: Táticas urbanas como tecnologia social, dimensões da sustentabilidade, padrões espaciais e de acontecimentos e construção de cenários. **XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (XVIII ENANPUR)**, Anais XVIII ENANPUR, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1594>. Acesso em: 22 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. EXTENSÃO E TECNOCiência SOLIDÁRIA: PERIFÉRICO NO DF E ENTORNO. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, PUC Minas, v. 26, ed. 38, p. 189-234, 2019. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/Arquiteturaeurbanismo/article/view/22188>. Acesso em: 11 maio 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70/Persona, 1977. 229 p.

BARROS, Raquel Regina Martini Paula. **Habitação coletiva: a inclusão de conceitos humanizadores no processo de projeto**. Campinas, 2008. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

BARROS, Raquel; KOWALTOWSKI, Doris. **Do projeto urbano ao detalhe construtivo. “A Pattern Language” finalmente traduzida**. *Resenhas Online*, São Paulo, ano 12, n. 137.01, Vitruvius, maio 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.137/4734>>. Acesso em: 21 maio 2018.

BATTAUS, Danila Martins de Alencar. **Parâmetros de projeto (patterns) de Christopher Alexander traduzidos para o português**. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, n. 17, 2013, p. 144-146. Disponível em: Acesso em: 21 maio 2018.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BOTELHO, Maurilio Lima. Favelização Mundial: o colapso urbano da sociedade capitalista. **Sinal de Menos**, ano 7, v. 2, n. 11, p. 248-270, 2015.

BRASIL. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Dicionário: Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). *In*: BRASIL. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. **Capacidades**. [S. l.], 2021. Disponível em: <http://www.capacidades.gov.br/dicionario/index/letra/z#:~:text=As%20Zonas%20Especiais%20de%20Interesse,para%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20moradia%20popular>. Acesso em: 9 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta o art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. [S. l.], 10 jul. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 22 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005. [S. l.], 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11888.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11888.htm). Acesso em: 5 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. [S. l.], 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11977.htm). Acesso em: 5 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nos 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014, 11.952, de 25 de junho de 2009, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 12.512, de 14 de outubro de 2011, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 9.514, de 20 de novembro de 1997, 11.124, de 16 de junho de 2005, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 10.257, de 10 de julho de 2001, 12.651, de 25 de maio de 2012,

13.240, de 30 de dezembro de 2015, 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.036, de 11 de maio de 1990, 13.139, de 26 de junho de 2015, 11.483, de 31 de maio de 2007, e a 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001, e os Decretos-Leis nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, 1.876, de 15 de julho de 1981, 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 3.365, de 21 de junho de 1941; revoga dispositivos da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, e da Lei nº 13.347, de 10 de outubro de 2016; e dá outras providências. [S. l.], 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm). Acesso em: 5 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. [S. l.], 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 2 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 459, de 25 de março de 2009.** Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências. [S. l.], 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/mpv/459.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/mpv/459.htm). Acesso em: 5 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória nº 759, de 22 de dezembro de 2016.** Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União, e dá outras providências. [S. l.], 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv759.htm). Acesso em: 5 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018.** Institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União. [S. l.], 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/d9310.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9310.htm). Acesso em: 5 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 9.597, de 4 de dezembro de 2018.** Altera o Decreto nº 9.310, de 15 de março de 2018, que institui as normas gerais e os procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana e estabelece os procedimentos para a avaliação e a alienação dos imóveis da União, e o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, que regulamenta o Programa Minha Casa, Minha Vida, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009. [S. l.], 2018. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/decreto/D9597.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9597.htm). Acesso em: 5 jul. 2021.

BURNETT, Frederico. Da cidade unitária à metrópole fragmentada: crítica à constituição da São Luís moderna. In: BURNETT, Frederico. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. 1. ed. São Luís: Editora UEMA, 2012. p. 58-77.

\_\_\_\_\_. **Urbanização e desenvolvimento sustentável: a sustentabilidade dos tipos de urbanização na cidade de São Luís do Maranhão**. 1. ed. São Luís: Editora UEMA, 2008. 230 p.

BURNETT, Frederico; WALL, Marluce. Breve histórico da habitação popular em São Luís. In: LOPES, José Antonio Viana (org.). **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. p. 99-111.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.); SOUZA, Marcelo José Lopes de (Org.); SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 240 p.

CARDOSO, Adauto Lucio. Assentamentos precários no brasil: discutindo conceitos. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; NETO, Vicente Correia Lima (ed.). **Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2016. cap. 1, p. 29-52.

CARDOSO, Fernanda Simon e LOPES, João Marcos de Almeida. **Assistência e Assessoria Técnica: Entre o discurso e a prática**. 2019. São Paulo – SP. Disponível em [www.anpur.org.br](http://www.anpur.org.br). Acessado em 11 out. 2021.

CAU/BR; DATAFOLHA. **Diagnóstico sobre Arquitetura e Urbanismo no Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/>>. Acesso em: 14 março 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.); SOUZA, Marcelo José Lopes de (Org.); SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 240 p.

CÔRREA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.); SOUZA, Marcelo José Lopes de (Org.); SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 240 p.

CÔRREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Fernanda Carolina Vieira da. **Regularização Fundiária**. 1. ed. Mossoró: Edufersa, 2020. 36 p.

DAVIS, Mike. **Planeta favela**. Tradução: Beatriz Medina. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2006. 272 p.

DE CARLO, Giancarlo. Architecture's public. In: JONES, Peter, TILL, Jeremy. PETRESCU, Doina. **Architecture and participation**. Ebook. London: Routledge, 2005.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 62-83.

ESPÍRITO SANTO, José Marcelo. Formação histórica e o processo atual de desenvolvimento da cidade. In: ESPÍRITO SANTO, José Marcelo (Org.). **São Luís: uma leitura da cidade**.

Prefeitura de São Luís / Instituto de Pesquisa e Planificação da Cidade. São Luís: Instituto da Cidade, 2006. 94 p.

FERNANDES, Thalyta. **Produção do espaço: uma leitura sobre práticas e padrões - a caracterização espacial do Cohatrac IV**. São Luís, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

FOOTE-WHYTE, William. **Sociedade de Esquina [Street Corner Society]: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora ZAHAR, 2005. 392 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Deficit habitacional no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021a. 169 p. Disponível em: [http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05\\_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf](http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/04/21.05_Relatorio-Deficit-Habitacional-no-Brasil-2016-2019-v2.0.pdf). Acesso em: 23 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021b. 158 p. Disponível em: [http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/14.05\\_Relatorio-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-versao-2.0\\_compressed.pdf](http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/14.05_Relatorio-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-versao-2.0_compressed.pdf). Acesso em: 23 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. **Metodologia do deficit habitacional e da inadequação de domicílios no Brasil – 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021c. 76 p. Disponível em: [http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03\\_Relatorio-Metodologia-do-Deficit-Habitacional-e-da-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-v-1.0\\_compressed.pdf](http://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/04.03_Relatorio-Metodologia-do-Deficit-Habitacional-e-da-Inadequacao-de-Domicilios-no-Brasil-2016-2019-v-1.0_compressed.pdf). Acesso em: 23 ago. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 65-88.

GERHARDT, Tatiana Engel. Notas para a elaboração e o desenvolvimento do método de observação. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 101-104.

GHIONE, Roberto. **Cidade formal e cidade informal**. 2013. Disponível em: <https://www.caupr.org.br/?p=4907>. Acesso em: 12 dezembro 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008 [1987]. 206 p.

GORTÁZAR, Naiara Galarraga. Paraisópolis, uma favela contra o vírus. **El País**, [S. l.], 2020. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2020/09/28/eps/1601301353\\_524719.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2020/09/28/eps/1601301353_524719.html). Acesso em: 10 nov. 2020.

HILLIER, Bill; HANSON, Julienne. **The Social Logic of Space**. Londres: Cambridge University Press, 1984. 296 p.

HOLANDA, Frederico de. **Dez mandamentos da arquitetura**. 2. ed. Brasília: FRBH, 2015. 344 p.

HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018. 482 p.

IBGE. **Censo 2010: Glossário**. [S. l.], 2010a. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/glossario.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. **Aglomerados subnormais**. [S. l.], 2010b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?edicao=15951&t=downloads>. Acesso em: 15 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010 – Resultados do Universo – Agregados por Setores Censitários – Documentação Agregado dos Setores - Base de informações do Censo Demográfico 2010: Resultados do Universo por setor censitário**. [S. l.], 2010c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010 – Resultados do Universo**. [S. l.], 2010c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=downloads>. Acesso em: 15 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **População nos Censos Demográficos, segundo os municípios das capitais**. [S. l.], 2010d. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em: 1 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010 – Características da População e dos domicílios – Resultados do Universo**. [S. l.], 2011. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd\\_2010\\_caracteristicas\\_populacao\\_domicilios.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf). Acesso em: 15 mai. 2021.

\_\_\_\_\_. **São Luís: Panorama**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/sao-luis/panorama>. Acesso em: 15 mai. 2021.

IHARA, Rafael; PAULO, Paula Paiva. Paraisópolis registra aumento de 237% no número de mortes por Covid-19 entre maio e agosto. **G1**, São Paulo, 8 set. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/09/08/projeto-social-amplia-testagem-para-mapear-a-covid-19-na-favela-paraisopolis-na-zona-sul-de-sp.ghtml>. Acesso em: 10 nov. 2020.

KAPP, Silke et al. Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação. In: IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia "Inovação e Responsabilidade". **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2012.

KAPP, Silke. Levantamento sócio-espacial: um método num vilarejo. **Paranoá**, n.17, 2016.

\_\_\_\_\_. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [s. l.], v. 22, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6067>. Acesso em: 16 jun. 2021.

KOHLSDORF, Gunter; KOHLSDORF, Maria Elaine. **Ensaio sobre o desempenho morfológico dos lugares**. 1. ed. Brasília: Editora FRBH, 2017. 612 p.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. 1. ed. Espanha: Capitán Swing Libros S.L., 2013 [1974]. 464 p.

\_\_\_\_\_. **O direito à cidade**. 5 ed. São Paulo: Editora Centauro, 2008 [1968]. 143 p.

\_\_\_\_\_. **A revolução urbana**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019 [1970]. 212 p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Política – O direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 [1972]. 203 p.

LOPES, José Antonio Viana; SILVA, Reinouds Lima. A Cidade Nova. In: LOPES, José Antonio Viana (org.). **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. p. 286-335

LOPES, José Antonio Viana. São Luís: história urbana. In: LOPES, José Antonio Viana (org.). **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**. Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. p. 11-49.

LOREA, Ion Martínez. Prólogo: Henri Lefebvre y los espacios de lo posible. In: LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. 1. ed. Espanha: Capitán Swing Libros S.L., 2013. p. 9-28.

LOUREIRO, Vânia. **“Quando a gente não tá no mapa”: a configuração como estratégia para a leitura socioespacial da favela** Brasília, 2017. Tese (Doutorado) - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2017.

MARANHÃO. **Plano Diretor de São Luís 1977**. São Luís: SIOGE, 1977. p. 99.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand. Brasil, 2008. 312 p.

MEDEIROS, Valério. **Urbis Brasiliae: o Labirinto das Cidades Brasileiras**. Brasília: Editora UnB, 2013. 612 p.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES *et al.* “O combate à pandemia Covid-19 nas periferias urbanas, favelas e junto aos grupos sociais vulneráveis: propostas imediatas e estratégicas de ação na perspectiva do direito à cidade e da justiça social. **As Metrôpoles e a**

**COVID-19: Dossiê Nacional**, [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/as-metropoles-e-a-covid-19-dossie-nacional/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PEIXE, Marco Aurélio; TAVARES, Sergio. **A linguagem de padrões de Christopher Alexander. Parâmetros projetuais para a humanização do espaço construído**. Arquitectos, São Paulo, ano 18, n. 212.04, Vitruvius, jan. 2018 Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitectos/18.212/6866>>. Acesso em: 21 maio 2020.

PINHEIRO, Haroldo. A opinião do presidente do CAU/BR. *In*: CAU/BR; DATAFOLHA. **Diagnóstico sobre Arquitetura e Urbanismo no Brasil**. [S. l.], 2015. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/caubr/>. Acesso em: 4 nov. 2020.

RECIFE. **Lei nº 14.947, de 30 de março de 1987**. Cria o plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social - PREZEIS. [S. l.], 1987. Disponível em: <http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/14947/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

ROLNIK, Raquel; SANTORO, Paula. **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em Cidades Brasileiras: Trajetória Recente de Implementação de um Instrumento de Política Fundiária**. Lincoln Institute of Land Policy, 2013. Disponível em: [https://www.lincolninst.edu/sites/default/files/pubfiles/rolnik-wp14rr1po-full\\_0.pdf](https://www.lincolninst.edu/sites/default/files/pubfiles/rolnik-wp14rr1po-full_0.pdf). Acesso em 28 dez. 2020.

SÃO LUÍS. **Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992**. Dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano e dá outras providências. [S. l.], 1992a. Disponível em: [http://www.agenciasaoluis.com.br/midias/anexos/1890\\_lei\\_3253\\_1992\\_zoneamento.pdf](http://www.agenciasaoluis.com.br/midias/anexos/1890_lei_3253_1992_zoneamento.pdf). Acesso em: 22 dez. 2020

\_\_\_\_\_. **Lei nº 3.255, de 29 de dezembro de 1992**. Dispõe sobre a criação de zonas de interesse social - ZIS para as quais estabelece normas especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo e dá outras providências. [S. l.], 1992b. Disponível em: <http://www.gepfs.ufma.br/legurb/LEI%203255.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4.669, de 11 de outubro de 2006**. Dispõe sobre a instituição do plano diretor do município de São Luís, e dá outras providências. [S. l.], 2006. Disponível em: [http://www.agenciasaoluis.com.br/midias/anexos/1865\\_1188\\_8-lei\\_n.4.669\\_de\\_11.10.2006\\_d.o.m.\\_n.195\\_-\\_completo.pdf](http://www.agenciasaoluis.com.br/midias/anexos/1865_1188_8-lei_n.4.669_de_11.10.2006_d.o.m._n.195_-_completo.pdf). Acesso em: 22 dez. 2020.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional**. GEOUSP: espaço e tempo, São Paulo, nº 32, p. 89-109, 2012.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31-42.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão (apenas) de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **CIDADES**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 101-114, 2007.

\_\_\_\_\_. A cidade, a palavra e o poder: práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.); SOUZA, Marcelo José Lopes de (Org.); SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2011. 240 p.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

UNITED NATIONS. **Nova Agenda Urbana**. Quito: United Nations, 2016.

\_\_\_\_\_. **World Urbanization Prospects: The 2018 Revision**. New York: United Nations, 2019a.

\_\_\_\_\_. **The Sustainable Development Goals Report 2019**. New York: United Nations, 2019b.

VALLADARES, Lícia do Prado. **A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204 p.

VASCONCELOS, Paulo. **Política habitacional do Estado autoritário em São Luís (1964-1985)**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2014.

\_\_\_\_\_. **Habitação Social em São Luís do Maranhão: Um Estudo Sobre A Produção de Habitação dos Institutos de Previdência e do Banco Nacional da Habitação**. 2007. 109 f. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2007.

VIANNA, Alice Nohl. **Procedimentos de Regularização Fundiária**. 1. ed. Mossoró: Edufersa, 2020. 42 p.

WHITAKER, João Sette. **Perspectivas e desafios para o jovem arquiteto no Brasil - Qual o papel da profissão?**. *Arquitextos*, Ano 12, 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.133/3950>>. Acesso em 05 de julho de 2019.